O Setor Informal Urbano: a Organização e as
Condições de Saúde de um Grupo de Vendedores Ambulantes.

Lauro Cesar Ibanhes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública, Departamento de Prática de
Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
grau de Doutor em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Evelin Naked de Castro Sá

SÃO PAULO

1999

O Setor Informal Urbano: a Organização e as
Condições de Saúde de um Grupo de Vendedores Ambulantes.

Lauro Cesar Ibanhes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública, Departamento de Prática de
Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
grau de Doutor em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Evelin Naked de Castro Sá

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo - 1999

RESUMO

IBANHES, Lauro Cesar, *O Setor Informal Urbano: a Organização e as Condições de Saúde de um Grupo de Vendedores Ambulantes*. São Paulo, 1999, [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo.

OBJETIVO: Este trabalho analisa a organização e as condições de vida e problemas de saúde referidos de um grupo de vendedores ambulantes em um espaço geográfico delimitado no bairro de Santana na cidade de São Paulo, através de uma amostra intencional disponível de 54 sujeitos. Os objetivos são: identificar as formas básicas de inserção, relacionamento e permanência no grupo, identificar os aspectos físicos, ambientais e organizacionais do processo de trabalho e levantar os itens básicos referentes à situação de emprego, instrução, tipo de moradia, renda individual e familiar e acesso aos serviços de saúde. **MÉTODO:** Os dados foram coletados por meio de formulários, entrevistas e observações sistematizadas. Busca-se interpretar as representações sociais através de análises de conteúdo. **RESULTADOS:** Tendo em vista as alterações econômico-sociais e o crescimento do setor informal urbano, procura-se melhor conhecer o problema a fim de contribuir na discussão das políticas públicas, particularmente na organização e administração dos serviços de saúde. **CONCLUSÕES:** Dada a não absorção da mão de obra disponível e o desemprego registrados, parte destes ambulantes, na faixa dos 18 a 24 anos, se inserem no mercado de trabalho através desta atividade; outros, neste grupo de idade e até 30 anos, seguem na precariedade ou informalidade, uma vez que exerciam anteriormente ocupações sem seguir uma profissão ou carreira; outros, nas faixas anteriores, e acima dos 40 anos, são ex-pequenos e médios proprietários e/ou donos de melhores padrões escolares e experiência profissional. O grupo se pauta pela manutenção de padrões mínimos de sobrevivência, de modo particularista e sem uma organização de fato, restrita à tentativa de alguns em articular ações e padrões de comportamentos comuns, como em relação aos clientes. Não se indica atendimento de saúde para as queixas referidas –dores de cabeça, costas, estômago e pernas, associadas pela maioria à postura corporal e às tensões advindas da vulnerabilidade e insegurança. São entendidas como problemas de saúde apenas quando os afastam do trabalho. Embora indique-se restrições ao acesso aos serviços de saúde do tipo ambulatorial, os casos relatados de urgência, emergência e controle são suportados pelo setor público. Observa-se um considerável consumo de remédios, inclusive sem prescrição médica.

Descritores: setor informal urbano, vendedores ambulantes, grupo, organização, condições de vida e saúde e saúde mental e trabalho.

SUMMARY

IBANHES, Lauro Cesar, *The Urban Informal Sector: the Organizations and the Health Conditions of a Street Salesman Group*. São Paulo, 1999, [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo.

OBJECTIVE: This paper analyse the organization, life and health conditions and referred health disease of a street salesman group in a delimited geographic space at the district of Santana, in São Paulo city, Brazil. The sample consists of a 54 selected intentional subjects. The aims are: identify the beginning in the group, continue and the relationship among them; identify the fisical, environmental and organizational aspects of this occupation and to obtained a basic dates to describe the employment, instruction, habitation, familial and individual gains profile and the accesibility to health service at a quantitative approaches. **METHODS:** The data were coleted by forms, interviews and systematics observations, and examines the data by a social representations technic and theme analysis. **RESULTS:** In order to contribute to formulate health policy it requires news strategies of interventions and organization of the health services, according the changes of the economical and social rules and the increasing of the urban informal sector and the fisical and psychological risks around their activity. **CONCLUSIONS:** Due to unemployment, the results show that part of this group at 18-24 year bracket starts their worklife as a street salesman; an other important part, remains at the informal sector as street salesman, cause their temporary or irregular job and career; and a third part is composed by a previously olds owners and high levels profissionial and educational background. The group have no organization, actually, but a particular ways to practice. Some of them takes charge to establish a common behaviours, as regarding to costumers. Most of them referred health disease, such as headache, back pain, legs pain and stomachache, due to corporal posture and stress matters. Although they indicate difficulty to use the ambulatorial public health services, all of the refer urgency and emergency cases are attended by public health units. There is a high numbers of medicine usuary, included no medical prescription.

Descriptors: urban informal sector, street salesman, group, organization,
life and health conditions and mental illness and work.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiables.

Data:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS:

Agradecer é uma coisa complicada, por pelo menos dois motivos: primeiro, porque a pré-história faz parte da história, porque o fundo desenha a figura e o texto depende do contexto; depois, porque quanto mais se agradece, e a quantos mais se agradece, mais se evidencia a incipiência e a injustiça da tentativa – em qualidade e quantidade. Em todo caso, vamos lá:

- À Douta Banca Examinadora:
- À Prof^a Evelin Naked de Castro Sá, pela confiança a mim depositada e pela Orientação sempre presente e segura, – exercida através do diálogo, explícito, vivo. Ah, e pela enorme compreensão, afável e cotidiana.
- À Prof^a Márcia Furquim de Almeida, pelas suas sugestões, valiosas e minuciosas, e pelas observações feitas, com extrema lisura e paciência.
- À Prof^a Aldaíza de Oliveira Sposati, pelas indicações precisas e pelas gentis palavras de estímulo, sempre com a elegância de sua coerência de vida.
- Ao Prof^o Fernando Lefèvre, pela interlocução fácil, serena e certa – além da muito providencial ajuda metodológica.
- Ao Prof^o José da Rocha Carvalheiro, pelos apontamentos rigorosos e elegantes. Aliás, observações cirúrgicas e energéticas são apenas algumas das marcas cativantes de seu espírito despreendido e afetuoso, no miúdo e amiúde.
- Falar nisso, sou muito grato a todo o pessoal do Instituto de Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde: à Dr^a Luiza Heimann, pelo discernimento, determinação – e pela infinita generosidade, que se revela mesmo por inteiro ali, no dia a dia; e também à Ausônia Donato, síntese mais que perfeita da razão e emoção; enfim, a todos àqueles a quem devo o abecê das letras com que se escreve o ‘município e a saúde’.
- Aos funcionários da Faculdade de Saúde Pública –USP, na pessoa da Ângela, da Cidinha, da Márcia, da Marilene e da Renilda, da secretaria do pós; da Roberta e da Marcinha, da biblioteca; e da Cidinha e do Etevaldo, do pessoal do departamento, e a muitos outros, que muito me ajudaram nesta empreita.
- Ao ‘Puleiro’, de Assis – Nini, Vado, Ozias, Tozoni, Codo, Justo, Wilson, Zé, Anjas e à ‘Casa do Espanto’, de Santana/SP – Boleco, Pato, Rosana, Bolotinha, Celinha, Debóra, Ozias, Ilanil, Marcão... pelo melhor da minha vida.
- A vocês, meu melhor ‘muito obrigado’ e o meu eterno respeito, feito de cotidiano e de admiração!!

ESTE TRABALHO É DEDICADO:

À Eliana (In Memoriam);

À minha Mãe;

À Celinha, por ela toda: pelo bilhão de coisas que fizemos, e pelo trilhão de coisas que deixamos de fazer;

AOS TRABALHADORES LEGÍTIMOS DESTE BRASIL INFORMAL.

*“Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
Ele quer repousar dos nossos heróicos carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”*
Carlos Drummond de Andrade, *Hino Nacional*

*“Quem de nós resiste ao fascínio do
desconhecido, do que ainda não sabe; quem não
gostaria de saber o que o futuro lhe reserva;
quem não gostaria de estar preparado mesmo
para acontecimentos imprevisíveis?”*
Mary Steiner-Geringer, *O Tarô e o Autoconhecimento*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: a 'crise' brasileira e o setor informal	01
UMA PARTE: O CAMELÔ NO MUNDO	
CAPÍTULO I: os ambulantes e a cidade de São Paulo	12
1.1 - o crescimento do setor urbano	12
1.2 - o setor informal e a cidade de São Paulo	18
1.3 - a caracterização legal do ambulante	26
1.4 - a vulnerabilidade do trabalho dos ambulantes	35
CAPÍTULO II: marco referencial teórico	40
2.1 - grupo, estrutura e organização	40
2.2 - condições de vida e situação de saúde	50
2.3 - processo produtivo e doença	61
2.4 - organização do trabalho e saúde mental	66
CAPÍTULO III: o campo da pesquisa	79
3.1 - a pesquisa descritiva	79
3.2 - o universo e o local	80
3.3 - a coleta de dados e os instrumentos	82
3.4 - limitações do estudo	86
OUTRA PARTE: O MUNDO DO CAMELÔ	
CAPÍTULO IV: a pesquisa ambulante	89
4.1 - os preparativos e os preservativos	89
4.2 - entre o causal e o casual: os formulários	95
4.3 - entre os causos e as causas: as entrevistas	104
CAPÍTULO V: rolam os dados	107
5.1 - os equipamentos	107
5.2 - os dados gerais	110
5.3 - as condições de vida	124
5.4 - problemas de saúde referidos	141
5.5 - o ambiente e a organização do trabalho	154
CAPÍTULO VI: umas falas (ou: o que tem sido e o sem tido)	177

6.1 - os sujeitos	187
6.2 - o início	206
6.3 - as relações	212
6.4 - a saúde	222
6.5 - o ambiente de trabalho	237
6.6 - a organização do trabalho	245
6.7 - as vantagens e as desvantagens	259
6.8 - fora o/do trabalho	268
6.9 - as expectativas	270
6.10 - quadro sinóptico	274

CAPÍTULO VII: outras escutas (ou: houve o que ouve)	282
---	-----

COMENTÁRIOS FINAIS	307
--------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA	333
-----------------------	-----

ANEXOS

Anexo 1: formulário *registro de observações e dados gerais*

Anexo 2: formulário *condições de vida*

Anexo 3: formulário *problemas de saúde referidos e organização e condições de trabalho*

Anexo 4: roteiro *entrevista*

RELAÇÃO DE QUADROS
DA AMOSTRA INTENCIONAL DISPONÍVEL DE VENDEDORES AMBULANTES
SANTANA - SÃO PAULO - SP - 1997

Quadro 1 - Distribuição segundo <i>tipo de comércio</i>	107
Quadro 2 - Distribuição segundo <i>constância do ponto</i>	108
Quadro 3 - Distribuição segundo <i>tipo de equipamento</i>	109
Quadro 4 - Distribuição segundo <i>tamanho do equipamento</i>	109
Quadro 5 - Distribuição por <i>sexo</i>	111
Quadro 6 - Distribuição segundo <i>região de origem indicada</i>	111
Quadro 7 - Distribuição disponível por <i>faixa etária</i>	112
Quadro 8 - Distribuição segundo <i>estado civil</i>	113
Quadro 9 - <i>Tempo declarado que trabalha na ocupação de ambulante</i>	114
Quadro 10 - <i>Declaração de setor e ocupação anteriormente exercida</i>	115
Quadro 11 - <i>Declaração de ocupação anteriormente exercida por faixa etária</i>	116
Quadro 12 - <i>Motivo declarado da mudança de atividade para a de ambulante</i>	119
Quadro 13 - <i>Registro declarado em carteira de trabalho nos últimos doze meses</i>	121
Quadro 14 - <i>Situação de emprego e vínculo de trabalho declarado</i>	121
Quadro 15 - <i>Carga horária média declarada de trabalho</i>	122
Quadro 16 - <i>Duração da jornada média declarada de trabalho</i>	123
Quadro 17 - <i>Posse declarada da unidade de residência</i>	124
Quadro 18 - <i>Tipo de habitação declarada da moradia</i>	125
Quadro 19 - <i>Número de pessoas declaradas que ocupam o mesmo espaço habitacional</i>	125
Quadro 20 - <i>Número de cômodos declarados do espaço habitacional em que vivem</i>	126
Quadro 21 - <i>Serviços urbanos e esgotamento sanitário indicados no local de moradia</i>	127

Quadro 22 - <i>Situação de domicílio e bairro onde reside segundo agrupamento</i>	
129	
Quadro 23 - <i>Escolarização declarada segundo grau de ensino</i>	130
Quadro 24 - <i>Escolarização declarada segundo grau de ensino por sexo</i>	131
Quadro 25 - <i>Número de pessoas na família com rendimentos próprios por nível de renda</i>	132
Quadro 26 - <i>Renda média mensal declarada obtida como ambulante por nível de renda</i>	134
Quadro 27 - <i>Indicação de outra fonte renda por parte do declarante</i>	
135	
Quadro 28 - <i>Renda familiar média mensal declarada como ambulante por nível de renda</i>	136
Quadro 29 - <i>Número de conduções tomadas de casa para o local de trabalho</i>	
137	
Quadro 30 - <i>Pessoas que referiram problemas de saúde</i>	143
Quadro 31 - <i>Utilização de serviços de saúde pelas pessoas que referiram problemas de saúde</i>	
145	
Quadro 32 - <i>Motivo da não utilização de serviços pelas pessoas que referiram problemas</i>	146
Quadro 33 - <i>Utilização de serviços pelas pessoas independentemente da referência a problemas</i>	
147	
Quadro 34 - <i>Distribuição das pessoas que utilizaram serviços de saúde por motivo procurado</i>	
147	
Quadro 35 - <i>Distribuição das pessoas que utilizaram serviços por tipo de estabelecimento</i>	148
Quadro 36 - <i>Utilização regular referida de remédios</i>	
151	
Quadro 37 - <i>Utilização regular referida de remédios sob prescrição médica</i>	
152	
Quadro 38 - <i>Distribuição das pessoas que utilizam regularmente remédios por tipo de remédio independentemente de prescrição médica</i>	153
Quadro 39 - <i>Avaliação de aspectos físico-químicos do meio-ambiente por classe de notas</i>	
157	
Quadro 40 - <i>Avaliação de aspectos gerais do ambiente de trabalho por classe de notas</i>	
160	
Quadro 41 - <i>Avaliação de aspectos gerais da organização do trabalho por classe de notas</i>	
165	
Quadro 42 - <i>Avaliação de aspectos gerais das relações no trabalho com possíveis implicações na saúde mental por classe de notas</i>	
171	

INTRODUÇÃO: A 'CRISE' BRASILEIRA E O SETOR INFORMAL

Nos anos 80, o plano político brasileiro foi marcado pela retomada da construção do caminho rumo à democracia e ao Estado de Direito. Entretanto, as desigualdades econômicas e a crise social acentuaram-se, observando-se um aumento significativo da camada mais pobre da sociedade simultâneo a uma crescente concentração da riqueza produzida - uma das maiores do planeta, de acordo com os organismos das Nações Unidas ¹.

Além dos crônicos problemas estruturais, desde o início da década passada vimos o agravamento da situação de pobreza no Brasil, aumentando tanto o tamanho da população pauperizada, quanto o grau de miséria que assola boa parte do país. Sob vários aspectos, os ajustes econômicos empregados no combate à *crise econômica*, tem revigorado os prejuízos sociais. Como talvez dissesse o poeta se vivesse hoje, *a mão que afaga é a mesma que apedreja* – e no caso brasileiro o problema é que *nem a mão é lá muito invisível, e, a bem da verdade, enquanto afaga ela a uns poucos, apedreja a muitos*.

A observação acima pode ser constatada pelo fato de que, em 1991, 75% dos países latino-americanos - entre eles o Brasil - possuíam renda por habitante menor do que em 1980, de acordo com o Banco Mundial ².

Ao mesmo tempo, ao lado das mudanças nos padrões econômico-sociais e nas migrações internas, constata-se fundas transformações em vários

¹ De acordo com estudos do Banco Mundial do ano de 1995, os 20% mais ricos da população brasileira detinham uma renda da ordem de trinta e duas vezes maiores do que os 20% mais pobre. Isto significa que os 10% mais ricos da população ficam com 51,3% do Produto Interno Bruto brasileiro, sendo que os 40% mais pobres somam apenas 7% do PIB. O documento mostra ainda que 68% da renda nacional encontra-se nas mãos de apenas 20% da população, a mais alta taxa de concentração do mundo (*Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, Washington, D.C., 1995).

Apesar de ocupar entre a oitava e nona posição na economia mundial, com um Produto Nacional Bruto da ordem de 700 bilhões de dólares, o país exibe números assombrosos, por exemplo, em relação à alimentação, uma vez que ocupa a primeira colocação mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca, além de estar em segundo lugar em rebanho bovino – ao mesmo tempo que cerca de 400 mil crianças morrem de fome anualmente e 22 milhões – 9% da população urbana e 34% da rural – vivem abaixo da linha da pobreza absoluta, como vemos em SOUZA, H., “*Brasil, Campeão da Desigualdade*”, em Revista da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, maio de 1996, p.6 a 10.

² Relatório do Banco Mundial, Idem, página 217.

setores da sociedade civil da América Latina, como por exemplo, o perfil familiar dos países. Alguns dos sinais mais indicativos desta situação podem ser observados na diminuição da taxa de fecundidade, no crescente número de pessoas - e de mães - que vivem só, na incorporação crescente de mulheres, de crianças e de jovens ao mercado de trabalho, no aumento de lares uniparentais e na postergação do matrimônio, com o conseqüente aumento na porcentagem das chamadas *uniões consensuais*, conforme constatado por agências de cooperação técnica internacionais ³.

Vale ressaltar que, atualmente o continente americano é aquele com o maior número deste tipo de relacionamento conjugal em todo o mundo ⁴. Mas ao contrário de outras regiões do planeta, o problema é que na América Latina a maior parcela das *uniões consensuais* ocorre principalmente entre casais de baixa renda e com menores taxas de escolarização, - o que pode ser o caso de boa parcela dos trabalhadores informais, inclusive vendedores ambulantes.

Isto parece fazer com que o fenômeno mereça ser melhor analisado, tendo em vista a detecção e constatação de efeitos negativos sobre a socialização, o desenvolvimento psicológico, o desempenho escolar e a inserção social das crianças nascidas deste tipo de união ⁵.

No Brasil, as diversas transformações no panorama econômico-social talvez encontrem uma de suas mais adequadas traduções quando analisamos a estrutura de emprego, que nos últimos anos vem experimentando mudanças significativas e em ritmos bastante acelerados. Um dos seus indicadores mais expressivos, possivelmente é o crescimento do *setor informal* no contexto urbano.

De acordo com estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, de setembro de 1994 até setembro de 1995, 17% do pessoal empregado passou da economia

³ *Panorama Social da América Latina*, OPAS, Programa de Políticas de Saúde, série 'Documentos Reproduzidos', Washington, D.C., Organização Pan Americana de Saúde - OPAS e Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, 1994

⁴ Idem, página 11.

formal para o mercado informal, aumentando, assim, o *desamparo social*, o *trabalho precário* e a *instabilidade* ⁶.

Tido como um dos desdobramentos mais evidentes da chamada globalização da economia, pode-se constatar atualmente a utilização cada vez maior desta base de trabalho, por conta do barateamento dos custos de produção e de uma suposta busca de *inserção e de competitividade* no contexto internacional, em termos gerais ⁷.

Mas se o Brasil parece ser um exemplo do esfacelamento e da fragmentação do poder regulatório do Estado, inversamente, em alguns fóruns internacionais, são os países desenvolvidos que estão reclamando e pregando a necessidade premente de garantias e de amparo legal-social aos trabalhadores, como tem formalmente ocorrido desde 1994, nos debates sobre o *Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT*, a *Rodada do Uruguai*.

A preocupação com o *dumping social* por parte dos países tecnologicamente mais avançados tem aumentado na medida que os países não desenvolvidos se utilizam cada vez mais do chamado "*trabalho em condições precárias*" ⁸.

⁵ Idem, ibidem.

⁶ SOUZA, H., obra citada, p.7.

⁷ Ao resenhar a incorporação lenta e tardia do Brasil ao conjunto de inovações tecnológicas emergente da Primeira Revolução Industrial, ao final do século XIX, até os ditames da atual Revolução Tecnológica, MATTOSO afirma que: "*o que caracteriza os primeiros anos desta década (a de 90) é a crescente subordinação das políticas antiinflacionárias ao compasso cadenciado de múltiplas iniciativas neoliberais de desestruturação do Estado, pagamento da dívida externa sem contrapartida de reconstrução dos mecanismos de crescimento econômico, e de políticas de abertura indiscriminada ao exterior, ameaçando as bases estruturais que a história econômica nacional construiu ao longo de muitas décadas*" (1995:144).

⁸ Por "*trabalho em condições precárias*" entende-se aquelas modalidades de relações de trabalho onde observa-se pouca ou nenhuma estabilidade, substituição de postos de trabalho permanentes por temporários ou parciais, e crescente subcontratação de mão de obra, características do funcionamento atual do mercado de trabalho. As modalidades incluídas na definição de "*precariedade*" incluem o trabalho temporário, por empreitada, por peça, ou sazonal. Caracteriza-se também pela ausência de mecanismos regulatórios por parte do Estado no âmbito da proteção laboral ou de salários, falta de proteção legal referente à assistência à saúde, cobertura ou assistência social, proteção de acidentes e/ou doenças profissionais (WURGART, B. 1988, em DIAZ, ORTIZ E TORRES, 1993:16). Também o fator "*tamanho da empresa*" passa a ganhar força como categoria de análise na medida que constata-se que nas pequenas unidades produtivas a atividade laboral é, em geral, bastante mais precária. Embora a literatura a respeito da definição de tamanho de empresa seja muito variada, dependendo da fonte e da informação disponível, via de regra entende-se que "*empresa pequena*" seja aquela que possua até cinco ou dez trabalhadores contratados (PREALC/CEPAL, 1993, quadro 03).

Na perversa lógica de certos governantes dos países mais pobres, *modernidade* parece significar a falta de garantias trabalhistas-legais e a quase inexistência de investimentos nas áreas sociais, revelando mais um artefato articulado na busca de uma suposta *redução de custos*, apresentada como uma *vantagem comparativa* em relação a outros países, igualmente dependentes.

E este artifício faz com que a crise seja reposta, atingindo proporções crescentes, uma vez que a entrada de parcelas cada vez maiores de pessoas no mercado laboral em condições cada vez piores, amplifica o quadro de extremas desigualdades econômico-sociais ⁹.

Um exemplo disso pôde ser visto há algum tempo atrás, quando um jornal paulistano publicou uma investigação feita nos Estados Unidos revelando quais são os produtos feitos com trabalho infantil que o Brasil vende àquele país. Segundo este levantamento, em uma única cidade brasileira, 1.300 crianças trabalham nas fábricas de calçados - um dos principais produtos de exportação brasileiro. O periódico afirma então que: "*a partir da divulgação do relatório da investigação, cresce a pressão nos EUA por boicote a produtos brasileiros*" ¹⁰.

No caso da cidade de São Paulo, uma das categorias de trabalhadores informais que mais tem crescido é a dos vendedores ambulantes, os populares *camelôs*. Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra *camelô* vem do francês *camelot*, que significa "*mercador que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando-os de modo típico*" (BUARQUE DE HOLLANDA, 1986:327).

Repudiada por muitos, apreciada por alguns, e indiferente a muito poucos, a presença crescente dos *camelôs* nas ruas das grandes cidades expõe de maneira atropelante –e ainda com o perdão da palavra- gritante várias das

⁹ SÉRGIO ADORNO afirma que a situação de pauperização observada no Brasil empurra grandes contingentes de crianças e adolescentes ao mercado de trabalho em condições brutais de exploração. Esse mecanismo produz um mecanismo que o autor chama de "*paradoxo da sobrevivência garantida*", uma vez que, ao submeterem-se às posições ocupacionais mais inferiores, onde os rendimentos são mais baixos e a intermitência e a insegurança constituem desafios constantes (...). Longe de amenizar a pobreza, este tipo de inserção no mercado de trabalho cumpre perversamente o papel de preservá-la" (1992:130).

¹⁰ Jornal *Folha de S. Paulo*, 27 de outubro de 1993.

muitas facetas da encruzilhada com a qual se depara atualmente a sociedade brasileira.

Em uma pesquisa encomendada pela Associação Comercial de São Paulo no ano de 1991, que procurava traçar o perfil dos ambulantes na cidade de São Paulo, vê-se que 56% deles vieram do Nordeste e possuem alfabetização incompleta. A maioria tem menos de 35 anos, e afirma estar satisfeita com o trabalho: 81% deles dizem "*gostar da profissão*", enquanto que 82% deles consideram sua renda mensal entre "*razoável e boa*". Essa pesquisa apontou, ainda, a maneira como a população enxerga os ambulantes: embora somente 22% afirmam ter "*antipatia*" por eles, e 82% os consideram "*parte da paisagem da cidade*", 79% dos entrevistados acham que os camelôs "*sujam a cidade ou atrapalham o trânsito*" ¹¹. Isso sugere que há uma percepção contraditória do fenômeno por parte da população, pois estes números parecem indicar que a presença dos ambulante, embora ainda não inteiramente digerida, já se encontra *cristalizada* no dia a dia da cidade, como algo *natural*.

Entretanto, esta aparente ambigüidade relativa à percepção dos camelôs na paisagem urbana pode estar refletindo alguns dos muitos paradoxos existentes na sociedade brasileira, onde a convivência e a sobreposição de padrões econômico-sociais altamente discrepantes são tidos como absolutamente normais, onde a diferença é a norma, e a igualdade, a exceção ¹².

Em termos esquemáticos, o *mundo moderno* é caracterizado, entre outras coisas, por desenvolver praticamente todas as suas formas básicas de produção e reprodução social através de *instituições*. Assim, ao contrário das chamadas *sociedades tradicionais*, de cunho agrário, cujas formas básicas se

¹¹ Jornal *Shopping News*, 26 de março de 1995, caderno 1, página 5.

¹² Com relação à construção da identidade e a representação da sociedade brasileira, DA MATTA afirma que "*existem duas concepções de realidade nacional: uma delas é a visão do mundo como foco de integração e cordialidade, a outra é a visão do mundo como feito de categorias exclusivas (...). Toda sociedade dependente, colonial e periférica, tem um alto nível de conflitos e crises (...) mas no Brasil conflito jamais é reconhecido e admitido (...). Enquanto existe uma teoria voltada para valorizar tudo que é universal e cordial, descobrimos na prática o particular e o hierarquizado*" (1981:141 e segs). Aliás, essa forma cindida de ver nosso país - sintomaticamente chamado de *Brasis*, na definição de JACQUES LAMBERT, como duas nações justapostas que nunca se tocam - ou a *Belíndia*, formada pelo *moderno* e pelo *atrasado*, é um tipo de construção ideológica que ajuda a fornecer o suporte que legitima nossas enormes desigualdades sociais. Ao contrário de outros países, aqui a modernidade não se fez *contra* o atraso, mas sim *às suas custas*.

fundam através da família, igreja ou comunidades, a sociedade capitalista, de acordo com o ideário liberal, se estrutura através do *contrato social*.

Em resumo, a sociedade moderna é demarcada exatamente pela passagem de um determinado sistema e estrutura dados pela *ordem natural* das coisas, para uma outra configuração baseada em algum tipo de contrato, em uma *ordem social* onde as regras, papéis, padrões e valores devem ser construídos e legitimados, em maior ou menor grau, pelos seus próprios participantes.

No caso brasileiro, a despeito dos impasses político-institucionais e das contradições históricas latentes - ou justamente por causa delas - o estudo da *organização social e do espaço público* ganha, evidentemente, ingredientes muito particulares¹³. Como se sabe, no *país dos contrastes*, convivem bem, pelo menos na televisão, requentados num mesmo caldeirão que deve sempre cozinhar - mas nunca ferver - a pessoa e o indivíduo, o campo e a cidade, Jeca Tatu e Ailton Senna, Pelé e Xuxa, o fiscal do Paraíso e o paraíso fiscal, o Ratinho e a leptospirose, o padre santo e a mocinha 'pecadora'¹⁴.

E apesar do nosso *capitalismo tardio*, de ainda não contarmos com um adequado grau de institucionalização das formas básicas de vida social e o exercício de fato da cidadania plena, absorve-se, concomitantemente, o impacto da globalização, ou seja, da movimentação financeira internacional, da abertura do mercado, da privatização e da introdução acelerada de novas tecnologias e da automação, gerando maiores ganhos de capital na produtividade de bens e serviços.

¹³ Nosso interesse nos estudos dos impasses político-institucionais brasileiros surgiu já há algum tempo, e foi objeto de estudo na dissertação de mestrado "*O Discurso Político-Ideológico e o Projeto Racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT - na década de 30*", conforme IBANHES, L. C., apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 1992.

¹⁴ Como diz WANDERLEY, L. E., "*a expressão ordem pública pode trazer conotações indesejáveis, seja de pensá-la como algo autônomo em associação com as outras "ordens" da sociedade, seja de entendê-la como um subsistema social, seja de enfatizar o aspecto de manutenção da ordem societária. Utilizar-se-á aqui espaço público num sentido abrangente, que engloba as relações entre o econômico e o político, o público e o privado, o público não-estatal. Espaço público compreendido como consubstancial à democracia, cujo princípio organizativo está unido à liberdade de expressão, contendo temas políticos e outros, espaço aberto no qual se exprimem todos aqueles que se autorizam a falar publicamente, logo, a assegurar certa publicidade e mediação de seu discurso*" (1996:96).

Portanto, independentemente do estabelecimento da hegemonia de um ethos liberal em nossas plagas, da presença de um conjunto de características econômico-político-sociais, demarcados pelo enquadre moderno emblematizado na Revolução Industrial e na Revolução Francesa, por aqui certamente já se pode sentir na nuca as quentes baforadas da *terceira onda*. E a chamada *era da informática* se reflete por aqui através do aumento nas taxas de *desemprego*, crescimento do *ramo terciário* e incremento do *setor informal* da economia (TOFFLER, 1980).

Uma contribuição ao entendimento da *volatilidade* das relações nas sociedades modernas – e nas chamadas *pós-modernas* -, pode ser vista através do conceito de *desterritorialização*. Segundo IANNI, ele surge associado à idéia de globalização, e manifesta-se nos âmbitos do econômico, do político e do cultural, dissolvendo as formas de sociabilidade e as culturas, o real e o imaginário, uma vez que ela: "*pode implicar a perda de algumas determinações essenciais. No empenho de abstrair, codificar ou taquigrafar, provoca-se a dissolução do real*" (1992:98).

Sendo assim, observar e descrever a organização de um grupo específico de vendedores ambulantes parece-nos um exercício pertinente, uma vez que este grupo pode representar ou constituir-se como um indicador de muitos outros, que, embora talvez não tenham adquirido *formas de sociabilidade* exatamente definidas e estruturadas de forma, digamos, *moderna*, possivelmente já se encontre em vias de mutação cultural acelerada, "*desconhecendo suas determinações essenciais*".

Seguindo o raciocínio desenvolvido, nosso interesse em focalizar o setor informal urbano justifica-se exatamente em função de que:

- Inicialmente, partimos de indicações de mudanças na sociedade brasileira exaustivamente documentadas, como a questão agrária e o caos urbano, a desindustrialização e o desemprego, os deslocamentos populacionais e as mudanças na estrutura de empregos, que fazem com que este agrupamento

possa se revelar como um ponto de observação privilegiado do impacto de algumas dessas transformações no plano econômico-social.

- Em segundo lugar, se o Poder Público não tem participado ou garantido de forma efetiva da regulação da atividade destes trabalhadores, parece-nos razoável supor que de alguma forma eles o mesmo o façam. E como parte de nossas inquietações provém da maneira como este grupo se organiza, não deixa de chamar a atenção o fato de que o contexto em que o comércio e a prestação de serviços dos ambulantes acontecem, impactam, evidentemente, em suas condições de vida e perfil de saúde - sem que se saiba exatamente de que possíveis maneiras.
- Além disto, observações assistemáticas apontam para a precariedade das condições de trabalho - e de saúde - das pessoas aí ocupadas, uma vez que se reconhece que *"praticamente não existem estudos sobre a situação de saúde deste grupo de trabalhadores"* (OPAS, 1994. Livre tradução).

Portanto, uma vez detectada a necessidade de estudos exploratórios sobre a condição de vida e de saúde desse setor, e a especificidade das *estratégias de trabalho* empreendidas pelos trabalhadores do setor informal, nosso objetivo é compreender tanto a maneira como um grupo de vendedores ambulantes estabelecem sua forma de *organização* em uma área delimitada, quanto suas *condições de vida e saúde*.

É possível inferir que a inserção grupal e social e a organização destes grupos implicam em formas de estruturação próprias, ainda não suficientemente descritas.

Sendo assim, a especificidade da organização desse grupo e seu ambiente de trabalho, talvez revele sujeitos empenhados num processo de construção/reconstrução dos seus vínculos sociais, na busca de reverter as formas instáveis de emprego a que estão submetidos, com implicações diretas em outros aspectos de sua vida, configurando-se possivelmente um outro tipo de realidade verdadeiramente *virtual* diferente das que aparecem na mídia.

Considerando-se a situação descrita, nos parece importante buscar identificar nas condições de trabalho do grupo de vendedores ambulantes alguns aspectos que marcam seu padrão de vida e de saúde com relação a:

- deslocamentos migratórios ou origem;
- nível de renda;
- especificidade do trabalho e do emprego no setor informal;
- condições habitacionais;
- padrão educacional;
- ambiente e organização do trabalho;
- situação e problemas de saúde;
- riscos reais e/ou percebidos;
- acesso aos bens sociais e serviços públicos, particularmente na área da saúde.

Isto posto, no recorte proposto neste trabalho buscou-se o seguinte:

objetivos gerais:

1. Identificar os aspectos básicos da *organização* dos *vendedores ambulantes* em uma área delimitada do bairro de Santana, no município de São Paulo, em termos de sua *inserção*, *comunicação* e *estrutura*.
2. Descrever os aspectos básicos do *ambiente* e da *organização do trabalho* dos vendedores ambulantes em uma área delimitada de Santana, capital.

3. Descrever os aspectos centrais das *condições de vida e problemas de saúde referidos dos vendedores ambulantes* em uma área delimitada de Santana, São Paulo.

objetivos específicos:

- 1.1 Listar as principais formas de *inserção, relacionamento, organização e processos grupais* construídas e/ou utilizadas entre e/ou pelos camelôs.
- 1.2 Descrever formas de *percepção e articulação interna* do grupo.
- 2.1 Listar os aspectos referentes à *percepção e representação do ambiente físico-químico, e das condições gerais da organização do trabalho*.
- 2.2 Identificar *representações das possíveis vivências de sofrimento mental e indicadores de penosidade* no trabalho.
- 3.1 Levantar os aspectos centrais referentes à situação de *emprego, instrução educacional, tipo de moradia, renda individual e familiar*.
- 3.2 Listar as *concepções, os problemas de saúde referidos e verificar como se dá o acesso aos serviços de saúde*.

Quanto à estruturação deste *estudo descritivo-exploratório*, numa *primeira parte*, dividida em *três capítulos*, apresentou-se inicialmente *dados básicos relativos ao contexto urbano, o crescimento do setor informal e uma caracterização inicial dos ambulantes*; depois o *marco teórico* referente aos estudos sobre *grupos, organização, condições de vida e saúde e saúde mental e*

trabalho. Ainda nesta primeira parte, mostrou-se a proposta e o traçado inicial do campo da pesquisa, universo, local e os instrumentos de coleta de dados, além de algumas limitações desta pesquisa.

Na segunda parte deste trabalho, descreveu-se o andamento da pesquisa de campo, e apresentou-se os resultados, classificados primeiramente de forma quantitativa, em quadros onde se procurou caracterizar os dados colhidos em linhas gerais os equipamentos, dados descritivos, condições de vida, além de questões pertinentes aos temas da saúde e do trabalho, compostos a partir da amostra disponível encontrada no local. Através de análises de conteúdo e das representações alinhavadas, buscou-se posteriormente interpretar o material colhido, exposto nos moldes de discursos coletivos –dos sujeitos idem.

Por último, alguns comentários finais, à maneira de conclusão.

UMA PARTE: O CAMELÔ NO MUNDO

CAPÍTULO I: OS AMBULANTES E A CIDADE DE SÃO PAULO

Na problematização referente ao tema dos vendedores ambulantes na cidade de São Paulo, torna-se necessário ressaltar a presença de alguns fenômenos intrinsecamente relacionados ao assunto, cujas interfaces ajudam decisivamente em sua conformação, como por exemplo:

- a tendência de urbanização crescente no país
- as alterações no mercado de trabalho
- a explosão do setor informal
- a ineficiência dos mecanismos regulatórios
- a vulnerabilidade das condições de vida e de trabalho
- o desconhecimento do significado e representação do trabalho informal

Isto posto, apresentaremos de modo um pouco mais detalhado alguns elementos relativos a cada um dos tópicos acima arrolados.

1.1 - o crescimento do setor urbano

Entre as quatro cidades mais populosas do mundo, duas localizam-se na América Latina - Ciudad de México e São Paulo, ao lado de New York e Tóquio. Levando-se em conta que a população somada de México e Brasil é menor do que a dos Estados Unidos da América - e que ambos não possuem densidades populacionais nem de longe parecidas com a do Japão - esta tendência de crescimento urbano historicamente desordenado por si só revela

muito dos problemas básicos destes dois países, caracterizados, entre outras coisas, por economias periféricas, dependentes dos chamados *países centrais* ¹⁵.

Em 1950 a população urbana na América Latina representava 41,72% do total dos habitantes; já para 1995, estima-se que 58,28% da população viva em conglomerados urbanos. Em países como Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, 85% da população mora nas cidades, enquanto que em outros, como Brasil, Colômbia e México, por volta de 75% da população vive em suas respectivas zonas urbanas, notadamente em áreas metropolitanas. Algumas estimativas nesse sentido podem ser vistas no quadro abaixo:

QUADRO 01

POPULAÇÃO URBANA EM ALGUNS PAÍSES DAS AMÉRICAS EM 1950, 1995 E 2025.			
País:	1950	1995	2025
Argentina	65,34%	87,45%	92,66%
Barbados	33,87%	46,73%	67,66%
Brasil	35,96%	78,72%	88,65%
Canadá	60,83%	78,14%	86,17%
Estados Unidos	64,15%	76,24%	84,91%
México	42,66%	75,30%	85,82%
Panamá	35,76%	54,88%	71,22%
Uruguai	78,02%	90,31%	94,58%
Venezuela	53,24%	92,88%	97,19%

Fonte: Elaborado a partir de ROUX, G., 1993, p. 02 e CAPOTE MIR, 1992, p. 18.

Especificamente no caso brasileiro, a passagem de contingentes rurais para os centros urbanos pode ser melhor visualizada da seguinte forma:

¹⁵ Relatório Mundial sobre Assentamentos Humanos - Organizações das Nações Unidas - ONU, em Jornal *Folha de S. Paulo*, 26 de maio de 1995, Caderno Especial "Habitat", página 3.

QUADRO 02

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL. BRASIL, 1940-1991.						
População (em milhões)				Taxa de crescimento		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	41.236	12.880	28.356	2,33	3,84	1,58
1950	51.944	18.783	33.162			
1960	70.191	31.534	38.657	3,05	5,32	1,54
1970	93.139	52.084	41.054	2,87	5,15	0,60
1980	119.002	80.436	38.566	2,48	4,44	- 0,62
1991	146.154	110.654	35.500	1,89	2,94	- 0,75

Fonte: PATARRA, Neide, em MONTEIRO, C. A., 1995, p.69

Aliadas à tradição política e às mazelas sociais, as contradições geradas no desenvolvimento histórico-econômico dos países da América Latina implicam em que as taxas de migração interna e a urbanização desta sub-região atinjam proporções maiores inclusive do que àquelas registradas na América do Norte. Em termos comparativos, das 22 cidades do continente com um ou mais milhão de habitantes em 1950, 15 encontravam-se na América do Norte, e apenas 7 na América Latina. Já em 1990, haviam 76 cidades americanas com um ou mais milhão de habitantes, sendo que 36 estão na América do Norte e 40 na América Latina, como se vê no quadro abaixo:

QUADRO 3

CIDADES COM MAIS DE UM MILHÃO DE HABITANTES. AMÉRICAS, 1950 e 1990		
Sub-continente:	1950	1990
América do Norte (exceto México)	15	36
América Latina	07	40
Total	22	76

Fonte: Organización Panamericana de la Salud - OPS, "Condiciones de Salud de las Américas", Volume I, Washington, D.C., 1994.

Entretanto, ao contrário do que é concebido pelo *dualismo*, que preconiza centros urbanos modernos e desenvolvidos contrapostos ao setor rural,

este quadro confirma a idéia de que as metrópoles de América Latina se configuraram como ponto de desagudouro de vários dos âmbitos e dimensões tanto dos seus problemas estruturais, quanto da crise mais recente que atinge estes países.

Em suma, os graves problemas estruturais do país, como o problema do latifúndio e a expulsão dos pequenos proprietários e dos lavradores, a concentração de capitais, a concentração do desenvolvimento, aliado aos impasses conjunturais das duas últimas décadas, como as incipientes políticas de ciência e tecnologia, o desemprego, o decréscimo de investimentos nas áreas sociais e a presença ostensiva do capital especulativo na economia, alcançam sua máxima tradução no espaço urbano, onde se dá o choque tectônico entre a riqueza e a miséria, o tecnológico e o rudimentar, a elite e a massa, enfim, os dois aspectos polares dos "*mundos diferentes*" que habitam o Brasil: o *moderno* e o *atrasado* ¹⁶.

Assim, no início dos anos 90, o incremento no uso de tecnologia na agricultura e a crise no campo continuavam a determinar o deslocamento de contingentes populacionais para as cidades, fazendo, assim, com que médias cidades do interior do país se transformassem em grandes cidades, pólos regionais, enquanto que as já grandes cidades se tornassem metrópoles.

Em linhas gerais, atualmente vislumbra-se um refreamento na tendência da cristalização de um padrão de urbanização cada vez mais concentrador, uma vez que na década de 70 as áreas metropolitanas respondiam

¹⁶ A respeito do papel desempenhado pelo Estado brasileiro no processo denominado de '*modernização conservadora*', desenvolvido no final dos anos 80 até o final da década de 90, ora em curso, MATTOSO afirma que: "As políticas atabalhoadas de reforma administrativa e a manutenção dos estrangulamentos de financiamento, ao invés de redefinirem o perfil de intervenção estratégica do Estado, apenas aceleraram o seu processo de desestruturação e de redução de sua capacidade de planejamento, financiamento, fiscalização e apoio à competitividade e à distribuição de renda, sem falarmos na deterioração da infraestrutura econômica (estradas, portos, energia, comunicações, etc), social (educação, saúde e previdência, habitação, etc) e das empresas produtivas estatais. Em contrapartida à crescente e ameaçadora fragilização da capacidade de intervenção do Estado, o capital privado nacional foi preservado, mas sob a forma crescentemente improdutivo e com maior liquidez. Ao mesmo tempo em que limitou suas intervenções produtivas a alguns setores, o setor privado nacional enfrentou-se com políticas claramente recessivas em paralelo a uma abertura econômica que teria favorecido ajustes micro-econômicos de caráter conservador e adaptativo e o desestímulo à ampla capacitação tecnológica" (1995:144).

por 25% da população, elevando-se para 29% em 1980, mantém-se esse patamar inalterado no Censo de 1991 (PATARRA, obra citada, p. 70/1).

No estado de São Paulo, por exemplo, o processo de urbanização, particularmente no interior, aponta para a “*emergência de novas configurações urbano-regionais, com a formação de pólos econômicos e populacionais (regiões de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, São José dos Campos, São José do Rio Preto), com o fortalecimento de determinados centros urbanos (Presidente Prudente, Araçatuba, Araraquara, entre outros) e com a configuração de novas áreas metropolitanas*”, (CUNHA e BAENINGER, 1994:109) ¹⁷.

No caso da cidade de São Paulo, ainda que os números indiquem um *decréscimo na taxa de crescimento populacional* em determinadas áreas, o que parece estar acontecendo é um transbordamento da população para bairros periféricos e mesmo para outras cidades da Grande São Paulo. Como pode-se ver em PATARRA, 1995, enquanto que o *núcleo* – São Paulo – experimentava um aumento populacional de 3,67% no período 1970/80, os *municípios periféricos* cresciam ainda mais 6,34%; igualmente ocorreu no período 1980/1991, uma vez que enquanto que a *cidade-sede* crescia apenas 1,00%, os *municípios do entorno* nesse mesmo período cresciam três vezes mais, ou seja, 3,08% (idem, p.71).

E as cidades da Região Metropolitana de São Paulo em que o crescimento populacional é mais rápido, são geralmente também àquelas apontadas como economicamente mais pobres. Aqui, além do fenômeno conhecido como *cidade-dormitório*, observa-se indícios de deslocamentos que procuram casar a fuga da escassez de terras – e da especulação imobiliária - dos que vivem na cidade de São Paulo, com o surgimento de oportunidades abertas pela ação governamental ou pela porção mais rica da população, ou seja, a instalação de uma grande fábrica ou empresa, a abertura de uma nova estrada, o surgimento de um projeto imobiliário de alto padrão, ou a construção de conjuntos habitacionais, por exemplo, que desencadeiam, inevitavelmente, a criação de

¹⁷ Os autores tratam neste artigo do tema da “*metropolização*”, isto é, “*a concentração demográfica em umas poucas aglomerações urbanas e a conseqüente periferização da população (...) no qual a ocupação urbana tende a generalizar-se em um território cada vez maior, em torno do núcleo principal*” (1994, obra citada, p. 111).

pólos comerciais e de serviços voltados para atender as demandas geradas ao redor destes novos empreendimentos - o que implica em súbita urbanização e em uma igualmente rápida saturação ¹⁸.

Portanto, longe de assumirmos uma posição definida sobre delicadas e específicas questões demográficas e as dinâmicas populacionais, retenhamos aqui apenas a idéia, uma hipótese, de que *o aumento desenfreado do comércio ambulante seguindo a direção do centro da cidade para os bairros - e das metrópoles para as cidades grandes* - parece obedecer ao imperativo, senão do transbordamento, pelo menos do espraiamento da cidade – e dos seus habitantes, sejam antigos, recentes ou repostos - na busca de novas oportunidades de sobrevivência, quiçá, de crescimento econômico ¹⁹.

O recrudescimento da delinquência e da violência contra a pessoa humana, por exemplo, é um fenômeno marcadamente urbano, que indica a deterioração da qualidade de vida nas cidades, aspecto que vem merecendo atenções cada vez maiores de organismos internacionais ²⁰.

¹⁸ PATARRA, 1996, alerta sobre “*o desafio de se construir hipóteses a respeito da dinâmica populacional em períodos intercensitários, (...) num contexto socioeconômico que condiciona rápidas mudanças nos componentes demográficos. (...) Há indícios que os deslocamentos populacionais estejam se processando com diversidade e intensidade maiores e imprevistas. Longe de configurarem novos padrões estruturados de deslocamentos de determinadas áreas de destino, os deslocamentos sucessivos e contínuos podem significar a resposta possível às condições vigentes de inserção no mercado de trabalho*” (Projeções Demográficas: velhos desafios, novas necessidades, p. 12 e segs.).

Neste mesmo artigo, a autora afirma que: “**Os efeitos perversos do avanço tecnológico e da reestruturação do mercado de trabalho, o expressivo aumento do setor informal, a terceirização das atividades e os crescentes níveis de desemprego e subemprego possivelmente estão gerando estratégias de deslocamentos populacionais**” (idem, ibidem. Grifo nosso).

¹⁹ Ao analisar o processo de urbanização e o impacto da crise da década de 80 na deteriorização da qualidade de vida na América Latina, BREILH aponta os seguintes aspectos como sendo os centrais: “*o deterioro das condições de produção e trabalho; o deterioro do consumo; o deterioro do 'salário social'; e do papel distributivo do Estado; o deterioro do meio ambiente por formas 'tradicionais' ou 'modernas' de contaminação; e o deterioro da luta reivindicativa e dos direitos humanos*” (1991:281 e segs).

²⁰ No âmbito da Saúde, entidades como a Organização Mundial da Saúde - OMS, e a Organização Pan Americana da Saúde - OPAS, apoiaram nos últimos anos iniciativas tais como os *Sistemas Locais de Saúde* ou o *Município Saudável*, que visam, entre outras coisas, reordenar os sistemas e serviços de saúde a partir da lógica de promoção e prevenção à saúde, segundo a definição do problema de saúde, desconcentrando recursos e descentralizando o poder decisório-administrativo ao nível local ou distrital, com um incremento na participação de múltiplos agentes e atores sociais.

Sendo assim, a realidade urbana impõe-se, ela mesma, não apenas como parte do “contexto”, do “cenário”, mas sim como um objeto intrínseco de conhecimento, uma vez que: *“o processo de urbanização se converte em uma força produtiva, tal como a ciência. O espaço e a organização política do espaço expressam as forças sociais, ao mesmo tempo também que reacionam ou atuam sobre essas mesmas forças”* (LÉFÈBVRE, 1975:193).

Segundo LÉFÈBRE, deve-se considerar o *fenômeno urbano* a partir de três níveis diferentes – um *global*, correspondente ao raio de ação direta do Estado, da institucionalização e da divisão social do trabalho; um *intermediário*, que seria aquele especificamente urbano, ou seja, o domínio das ruas, das praças, das escolas – que mantém uma relação dupla tanto com o entorno, como com as condições gerais, e um nível *privado*, ligado à questão do morar, em suas dimensões sociais, antropológicas e psicológicas (em LIMENA, 1996:121).

A partir daí, a cidade resulta não apenas da criação caótica e coletiva, mas também transforma-se por si só, em um espaço singular – que é também uma escrita: *“através da linguagem urbana pode-se ler seu imaginário social e político, seu padrão cultural, sua morfologia e estrutura (...) constitui o espaço do não lugar, como local de circulação de mercadorias, pessoas e bens simbólicos, como espaço que acolhe, cada vez mais, indivíduos em busca de novas relações simbólicas”* (LIMENA, obra citada, ibidem).

1.2 - o setor informal e a cidade de São Paulo

Produto do desenvolvimento tecnológico e das transformações recentes na economia em escala mundial, conjugado aos impasses estruturais da geração de novos empregos em praticamente todo o ocidente - particularmente nas economias periféricas - *setor informal* ainda hoje é um conceito que possui delimitação imprecisa.

De um modo geral, *trabalho informal* é definido como uma *"relação independente que fixa os compromissos diretamente entre as próprias partes, com inexistência de mecanismos de regulação dos salários e ausência de proteção ou legislação específica por parte do Estado"* (MEZZARA, em DIAZ et alli, obra citada, 1988).

Historicamente, no caso brasileiro observa-se que nos anos 70, o setor informal, em conjunto com a construção civil, funcionava como uma porta de entrada para a força de trabalho migrante não assalariada, como um *"espaço de adaptação compatível com a flexibilidade no uso do tempo de trabalho, que caracterizava sua condição de vida anterior nas pequenas cidades e ou no meio rural"* (conforme os ensaios reunidos em PREALC, 1981, em LEITE LOPES et alli, 1979, e MACHADO DA SILVA, 1971, em DEDECCA e BALTAR, 1997:78).

Deste modo, até o início dos anos 80: *"Pode-se dizer que o setor informal urbano era uma extensão imediata da pobreza dominante no meio rural (...) como reflexo da insuficiência da criação de empregos pelo setor formal em um contexto de grande crescimento da população em idade ativa, explicado pelo incremento vegetativo elevado da população potencializado pela migração. A reversão desta tendência torna a situação de informalidade definitiva para muitos dos trabalhadores jovens e/ou migrantes e uma alternativa de ocupação, mesmo que precária, para os assalariados expulsos pelo setor organizado, após um eventual período de desemprego"* (idem, p. 78 e segs.) ²¹.

Entretanto, segundo PAIVA ET ALII, 1997, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na estrutura de emprego ao nível mundial nos últimos vinte anos, trazem consigo não apenas taxas nunca vistas de desemprego daqueles menos qualificados profissionalmente, mas também, o que talvez seja pior, refletem o descompasso entre a qualificação realmente necessária ao desempenho profissional, o status social e o nível salarial do emprego, revelando

²¹ Sobre a evolução histórica do conceito e do papel desempenhado pelo *setor e pelo trabalho informal* tanto nas economias desenvolvidas, quanto na América Latina e no Brasil utilizamo-nos sobretudo de DEDECCA, C. S., e BALTAR, P. E., *"Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90"*, em Revista Estudos Econômicos, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, vol.27 – número especial – 1997, p. 65-84.

a desvalorização dos níveis de formação e dos diplomas frente à disponibilidade de superqualificação formal.

Tal processo ocorreria, portanto, não apenas nos países ou regiões mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico ou econômico, mas também pode ser observado: *“já nos países periféricos um desajuste com marcada semelhança em relação aos países centrais, o que tem levado à contestação do conceito de qualificação, na medida em que este esteve colado à escolarização e sua correspondência no trabalho assalariado, no qual o status social e profissional estava inscrito nos salários e no respeito simbólico atribuído pela sociedade às carreiras de longa duração. Para ROPÉ e TANGUY (1994) a noção de qualificação tende a ser substituída pela de competência, o que corresponderia ao que se está aqui designando como ‘qualificação real’, não somente do ponto de vista técnico, mas também sociomotivacional e de atitude”* (PAIVA ET ALII, 1997:140).

Desta forma, aponta-se novas dimensões onde faz-se necessário prescrutar o impacto e os desdobramentos deste novo cenário relativo ao mundo do trabalho e a estrutura de emprego na vida das pessoas, como um todo, e não circunscrevendo-se o foco de investigação em termos de qualificação ou requalificação técnico-profissional; ainda para os autores acima: *“as novas condições de inserção no mundo do trabalho daqueles que estão buscando emprego pela primeira vez, de reinserção dos que foram expelidos do mercado em função de dificuldades de adaptação e não lograram reingressar ou, ainda, dos que optaram por abdicar do trabalho formalizado os colocam frente a uma nova maneira de enfocar e vivenciar fenômenos sociais diversos. Os sofrimentos ligados às dificuldades de conquistar (ou à perda de) status socioprofissional, as profundas mudanças na vida diária, os riscos associados ao desemprego e ao subemprego são conhecidos. Por isso mesmo, as transformações por que passa o mundo contemporâneo estão a demandar novas e maiores forças psíquicas e virtudes pessoais, necessárias em um mundo em que a concorrência se acirrou. São atributos que transcendem as possibilidades educacionais e que apontam*

para uma nova ênfase na importância da socialização primária (...) Valoriza-se a capacidade de vencer as dificuldades por meio de empreendimentos pessoais e atividades alternativas, o que implica iniciativa e esforço” (idem, p. 140/1).

Levando-se em conta que estas transformações todavia seguem ocorrendo, para DEDECCA e BALTAR, 1997, em relação ao crescimento do setor informal urbano a partir dos anos 80: *“A diminuição do emprego formal tem feito com que, por um lado, essas situações de informalidade se tornem definitivas e, por outro, que os assalariados expulsos pelo setor organizado, na falta de um sistema de seguro-desemprego de longa duração, migrem, forçosamente ou não, para o setor informal”* (obra citada, p. 78 e segs.).

Para esses autores, quanto à inserção do Brasil no contexto mundial, ao nível macro: *“o agravamento recente do problema da informalidade urbana deve ser, portanto, visto como produto da paralisação do desenvolvimento e da submissão dos países latino-americanos à imposição internacional de uma política de abertura econômica”* (idem, ibidem). Hoje, de cada 100 novos empregos criados, 85 são informais ²².

As estatísticas revelam que no Brasil o setor informal ocupava, em 1980, 24,0% da População Economicamente Ativa - PEA, passando para 28,6% em 1990. E, segundo estudos do Programa Regional de Emprego da América Latina e Caribe - PREALC, estima-se para meados da década de 90 que cerca de 35% da PEA brasileira estivesse trabalhando neste setor, de acordo com as projeções deste órgão do sistema Nações Unidas feitas em 1993, com base em Pesquisas Domiciliares (PREALC/CEPAL, 1993).

No caso de São Paulo, a relação existente entre o aumento do desemprego e a diminuição dos postos de trabalho formais com o crescimento do setor informal é confirmada por SINÉSIO PIRES FERREIRA, gerente de análise sócio-econômica da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

²² PASTORE, José, em: *Revista Veja*, 17/06/98, p.15.

Ao analisar o problema, ele afirma que: "*O aumento da informalidade está diretamente relacionado com as demissões da indústria*"²³.

Para se ter uma idéia mais exata do problema, a População Economicamente Ativa – PEA de São Paulo estimada para fevereiro de 1996 é de 8,243 milhões de trabalhadores, sendo que 13,8% - 1,138 milhão – estavam, na época, desempregados (idem, idem).

Em fevereiro de 1990, as indústrias eram responsáveis por 32,6% dos empregos na Grande São Paulo; em fevereiro de 1996, esse índice caiu para 23,5%. Segundo a FIESP, foram fechadas 286.510 vagas, o que equivale a 12,06% do total de vagas um ano antes, em 1995. Portanto, de cada 100 trabalhadores da indústria há um ano atrás, 12 já foram demitidos (idem, idem).

Assim, infelizmente, a manchete "*Desemprego Bate Novo Recorde em São Paulo* ", vista na página 4, do caderno A, do jornal *Folha da Tarde*, em sua edição de 27 de novembro de 1997 deixa de ser exatamente original no período compreendido entre 1995 a 1998²⁴.

E o drama representado pelo número de 1,428 milhão de desempregados na Grande São Paulo em novembro de 1997, correspondendo a uma taxa de 16,5%, aumenta de forma quase que incessante, chegaria a 1,662 milhão de desempregados ao final de julho de 1998, o equivalente a 19% da população economicamente ativa da região metropolitana de São Paulo. Em março de 1999 o desemprego batia na casa dos 19,9%, atingindo a 1,7 milhão de pessoas, segundo a Fundação SEADE.

Sobre o *tempo médio* para encontrar uma nova colocação, o mês de julho de 1998 assinalava igualmente um recorde, desde que a *Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED* passou a ser feita mensalmente, em 1984: o trabalhador levava por volta de 34 semanas (oito meses e meio) nesta empreita;

²³ Jornal *Folha da Tarde*, 15 de abril de 1996, caderno A, página 4.

²⁴ De acordo com os dados do DIEESE e da Fundação SEADE, em junho de 1996 foi quebrado o recorde de desemprego que existia desde janeiro de 1985: 1.385.000 pessoas desempregadas apenas na Grande São Paulo. Este número corresponde à taxa de 16,2% da População Economicamente Ativa - PEA dessa época (Jornal *Folha da Tarde*, 23 de julho de 1996, caderno A, página 4). Em março de 1999 novamente foi batido este triste recorde.

para efeitos comparativos, em junho de 1989, um trabalhador demitido gastava por volta de 16 semanas (quatro meses) para conseguir um outro emprego ²⁵.

De acordo com a Fundação SEADE, o mercado informal absorvia, em meados de 1996, cerca de 30% do total de trabalhadores de São Paulo, sendo que 18,8% deles são trabalhadores autônomos - o que significa 1,336 milhão de pessoas, enquanto que os outros 11,2% são trabalhadores sem carteira assinada - o que equivale a 796 mil trabalhadores (idem, idem).

Enquanto o número de trabalhadores no setor informal aumentou em 28,3% na Grande São Paulo entre fevereiro de 1994 e fevereiro de 1996, o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu apenas 1%. Isto significa que enquanto 178 mil pessoas ingressaram no mercado informal, apenas 30 mil entraram no mercado de trabalho com a carteira assinada (idem, idem) ²⁶.

ALBUQUERQUE OLIVEIRA e GUIMARÃES NETO apontam que, entre 1989 e 1996, a diminuição do emprego na *indústria de transformação* foi da ordem de 24,7%, correspondendo a um saldo negativo de 763,2 mil pessoas; na área metropolitana de São paulo, a taxa negativa de 27,8% se traduziu em um decréscimo de 526,6 mil trabalhadores. Assim, analisando a estrutura de emprego no setor formal em todo o país nos anos 90, os autores concluem que: “*É em São Paulo e na sua área metropolitana que se concentram as atividades urbanas mais atingidas pelos processos que induziram à redução do emprego*” (1997:59) ²⁷.

Nesse sentido, os impasses muitas vezes verificados na definição - e delimitação - entre *trabalhadores autônomos* e *trabalhadores sem carteira assinada* deixa de ser teórico-conceitual para refletir uma situação econômico-

²⁵ Conforme dados da “Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED” do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, 30 de julho de 1998, caderno 2, p. 6.

²⁶ Sobre a relação entre a *geração de empregos* e a *absorção da mão de obra*, PEDRO PAULO BRANCO, economista e diretor-executivo da Fundação SEADE afirma que se o crescimento anual da economia brasileira ficar entre 4% e 5%, conforme prevê o Plano Plurianual - PPA, elaborado pelo governo federal para os anos de 1996 a 1999, a “*tendência é a do desemprego estrutural e quantitativamente aumentar*”, uma vez que o crescimento da população brasileira é da ordem de 2%, além do incremento da produtividade (jornal *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 1995, caderno 2, página 4).

social cujos contornos ainda estão para ser definidos, uma vez que estas denominações encobrem a existência de um amplo leque de possibilidades de inserção nesta nova conjuntura e estrutura ocupacional, que inclui desde profissionais superqualificados, apoiados no festejado tripé *informática/inglês/experiência internacional*, até trabalhadores cujo padrão sócio-cultural e educacional não permite maiores alternativas ou autonomia de vôo ²⁸.

E o entendimento do artefato que tem sido chamado de *flexibilização nas relações de trabalho*, estabelecido unicamente a partir do *mercado*, e que engloba desde aqueles casos onde as partes envolvidas possuem de fato poder de barganha, até aqueles onde não existe praticamente alternativas, sem nenhuma margem real de negociação, não pode se dar da mesma forma, genérica, independentemente do contexto – e esta é uma das razões que nos levam a este recorte como tema de estudo.

Uma ideia das intensas alterações sofridas pelo mercado de trabalho paulista nos últimos tempos pode ser visualizada no quadro abaixo:

QUADRO 04

²⁷ ALBUQUERQUE OLIVEIRA, C. e GUIMARÃES NETO, L., “*Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90: Quem Perdeu Mais?*”, em Revista Estudos Econômicos, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, vol.27 – número especial – 1997, p. 37-64.

²⁸ Em debate ocorrido em 05 de agosto de 1996 sobre o tema *Quadro do Desemprego no Brasil*, com representantes da UNICAMP, do SEADE, da UFRJ e do IBGE, chegou-se à conclusão que com a crise no emprego, faz-se necessário a convergência de metodologias e taxas que procuram medir o *desemprego*. Para junho de 1996, por exemplo, os números referentes ao desemprego na região metropolitana de São Paulo variam de 7,85%, de acordo com o IBGE, até 16,2% segundo a medição feita pelo convênio DIEESE/SEADE. Mais de dois anos depois, a diferença continuava a existir, inclusive em maiores proporções: enquanto o índice DIEESE/SEADE registrava em julho de 1998 uma taxa de desemprego da ordem de 19%, o IBGE apontava, para o mesmo período, um índice de apenas 7,81%. O único ponto convergente nas duas análises era o fato de que ambos os números significavam o mais alto valor desde a crise econômica de 1983, conforme pode verificar no jornal *Folha de S. Paulo*, 30 de julho de 1998, caderno 2, p.6 e jornal *Folha de S. Paulo*, 01 de agosto de 1998, caderno 2, p.3.

É interessante notar que, para além das questões políticas, o que parece estar em jogo é a própria compreensão de “desemprego”, pois o que alguns especialistas definem como *empregado*, outros conceituam como *desemprego oculto pelo trabalho precário*, ganhando a discussão teórico-conceitual, desta maneira, coloridos políticos (Jornal *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto de 1996, caderno 2, página 15).

O problema é que, enquanto o IBGE inclui na População Economicamente Ativa – PEA apenas pessoas a partir de 15 anos de idade, o DIEESE/SEADE considera a partir dos 10 anos – desde que o menor já tenha trabalhado ou procurado emprego. Outra questão é que enquanto o IBGE se utiliza do conceito de *desemprego aberto*, o DIEESE/SEADE inclui também o conceito de *trabalho precário*, onde a pessoa tenha procurado trabalho nos últimos sete dias (da pesquisa), mesmo tendo feito algum serviço esporádico ou eventual no período; o DIEESE/SEADE trabalha ainda com o conceito de *desemprego oculto pelo desalento*, fenômeno que se configura quando o sujeito, embora não tenha procurado emprego nos últimos sete dias, o fez nos últimos doze meses, e em função do desânimo, deixou de fazê-lo com regularidade.

PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO PAULO - SP - 1985, 1990, 1995 e 1998				
Sector:	Agosto/1985	Agosto/1990	Agosto/1995	Agosto/1998
Indústria	32,5%	31,3%	24,0%	19,8%
Comércio	14,3%	15,7%	16,5%	16,3%
Serviços	40,3%	42,5%	48,2%	52,2%
Construção	3,1%	3,5%	2,7%	2,4%
Domésticos	8,3%	6,0%	7,3%	8,4%
Outros	1,5%	1,0%	1,3%	0,9%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados da Fundação SEADE, publicados no jornal Gazeta Mercantil, em 29 de outubro de 1998, página 4.

Embora seja difícil um mapeamento exato de para onde estão indo os empregados demitidos dos vários setores da economia - principalmente da indústria - PIRES FERREIRA acredita que eles estejam indo basicamente para os setores de comércio, e principalmente de serviços. Esta conclusão decorre do fato de que este setor é o que mais cresceu nos últimos seis anos: em fevereiro de 1990, o setor empregava 41,37 do total de trabalhadores da Grande São Paulo, enquanto que em fevereiro de 1996 utilizava 48,2% da mão de obra ativa ²⁹.

A ocupação de mão de obra no comércio no período de 1991 a 1996 passou de 15,2% para 17,4%, enquanto que a construção civil e os empregados domésticos tiveram sua participação registrada estabilizada em cerca de 10,9%, conforme podemos na série histórica dos últimos treze anos. As estimativas do SEADE indicam uma intensa migração dos trabalhadores com registro em carteira demitidos dos vários setores da economia, notadamente da indústria, para os setores de comércio e serviços - *"onde mais pessoas são contratadas sem registros e os salários são menores"*, segundo o vice-diretor do Sindicato dos

²⁹ Jornal *Folha da Tarde*, 15 de abril de 1996, caderno A, página 4.

Comerciários, RICARDO PATHA ³⁰. Ainda de acordo com a Fundação SEADE, estes trabalhadores estão "*principalmente virando sacoleiros ou ambulantes*" ³¹.

1.3 - a caracterização legal do ambulante

Até meados de 1998, os cerca de 40 mil vendedores ambulantes de São Paulo aguardavam uma nova regulamentação por parte da Prefeitura, uma vez que apenas 9.800 deles tinham licença para trabalhar – e mesmo assim, todas elas vencidas ³².

Porém, vejamos rapidamente como tem sido tratada legalmente a questão ao longo dos tempos.

A primeira lei criada para regulamentar a atividade do comércio nas vias e logradouros públicos apareceu no Brasil em 1850, criada no *Código Comercial Brasileiro* (ROSSETI, 1996:4) ³³.

Segundo BERTOLLI FILHO, já em 1857, a Câmara Municipal aprovou medida que obrigava todos os ambulantes, particularmente as quitandeiras, a "*estacionar em áreas específicas, situadas nos largos do Carmo, Misericórdia, São Bento, São Francisco e São Gonçalo*" (1989:10). Esta ação do Legislativo dispunha sobre a obrigatoriedade de se estabelecerem nestes locais os ambulantes "*que se utilizassem de barracas que abrigassem a mercadoria e os*

³⁰ Jornal *Folha de S. Paulo*, 07 de março de 1996, caderno 1, página 07.

³¹ Jornal *Folha da Tarde*, 15 de abril de 1996, caderno A, página 4.

³² "*Queremos que a Prefeitura regularize a situação dos 30 mil que não tem autorização, pelo menos dos que estão trabalhando há mais de dois anos*", reivindicava PAULO ROBERTO DE CARVALHO, do Sindicato da Economia Informal, no Jornal *O Ambulante*, de 15 de maio de 1996, p.5. Sobre o total de ambulantes nas ruas de São Paulo, estes números variam entre 20 mil, de acordo com a Secretaria das Administrações Regionais, até 40 mil, segundo o Sindicato da Economia Informal, que contava na época com 16 mil associados.

³³ "*Resenha Histórica*" feita pelo presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Autônomos e Similares, em jornal *o Ambulante*, órgão informativo da Sociedade dos Informais e Ambulantes – SIA, 15 de junho de 1996, p.4.

vendedores do sol e da chuva. Ainda mais, as atividades deveriam se iniciar às 7 da manhã e se encerrar às 16 horas” (idem, ibidem).

Ainda no século passado, em 1884, surgiu a *primeira Associação Comercial do Brasil – a de São Paulo*, pelas mãos do conselheiro Antonio Prado, tendo como finalidade regulamentar e incentivar o comércio nas vias e logradouros públicos e o comércio ambulante de mercadorias industrializadas, nas fazendas de café no interior do estado.

Exercido pelos chamados *mascates*, a intenção seria, em verdade, refrear a saída dos colonos, principalmente italianos, que ao vir para a capital fazer compras, não mais retornavam para suas colônias.

Em 1891, uma sociedade capitaneada pelo Barão de Ibirocaí fundou a *Companhia São Paulo Industrial de Quiosques*, que ganhou da Intendência Municipal paulistana a concessão para explorar por 15 anos o negócio de quiosques, “*comprometendo-se na ocasião em construir e instalar dois tipos diferentes de barracas: uma, destinada à venda de bilhetes de loterias, e outra para o comércio de comidas e bebidas frias*” (BERTOLLI FILHO, obra citada, p.13). A iniciativa foi elogiada nos relatórios do intendente, tendo em vista que “*acabariam os ‘trambolhos’ (sic) construídos pelos ambulantes, os quias dariam lugar aos quiosques da companhia concessionária, caracterizados pelas formas elegantes e pela higiene e que, ainda mais, produziriam substanciais rendas para os cofres públicos, através do pagamento de impostos*” (idem, ibidem).

Entretanto, em 1900 a própria administração municipal declarou os quiosques como “*focos anti-higiênicos*”, dada a utilização dos quiosques como dormitórios, a péssima qualidade da comida vendida, a quantidade de insetos encontrados, o forte cheiro exalado, e pelos detritos atirados às ruas, atrapalhando a circulação das vias públicas (idem, ibidem).

Em 1898, os então dezoito fiscais municipais envolviam-se frequentemente em confrontos e agressões recíprocas, o que fez com que o intendente paulistano sugerisse melhor treinamento a eles, tornando-os não apenas melhor capacitados em relação às leis, mas também em como se comportar em relação aos ambulantes estrangeiros, cujos códigos culturais

diferenciados fazia com que frequentemente se incorresse em mal entendidos. Neste mesmo relatório, foi incorporado o que “*provavelmente se constituiu no primeiro regulamento do comércio ambulante na cidade de São Paulo (...) cujo teor dos artigos estarão de forma mais ou menos inalterada nas disposições futuras sobre o comércio ambulante*”, não somente em relação à proibição de ambulantes em determinados lugares – como o centro da cidade e nas imediações da estação ferroviária, mas também em relação ao tamanho e estado de conservação dos equipamentos, regras de higiene e segurança –e a concessão de licença pessoal, intransferível e renovável ou não, dependendo do cumprimento destes itens (BERTOLLI FILHO, obra citada, p.15).

Na primeira década deste século, a repressão aos ambulantes – feitas a partir de 1912 não mais pela *Diretoria de Viação*, mas sim pela *Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene*, favorece amplamente o comércio estabelecido, procurando modernizar a cidade, tendo em vista “*prepará-la para ser alguma coisa como Chigaco e Manchester juntas*”, como afirmara o prefeito Raymundo Duprat, em 1914 (idem, p.17). Deste modo, dada a chegada de amplos contingentes de imigrantes no estado e na cidade de São Paulo, pode-se “*supor que a venda ambulante já se constituísse em estratégia de sobrevivência para um grande número de trabalhadores (...) admitindo que a população paulistana em 1915 era de 450 mil habitantes, e o número de ambulantes licenciados 3.483, chega-se ao impressionante dado que um entre 129 habitantes exercia a atividade de ambulante licenciado*” (idem, p.18).

Em 1919, através de Decreto, adapta-se a *Lei de Comércio*, dirigida à regulamentação das vias e logradouros públicos para o comércio estabelecido formalmente em lojas (ROSSETI, obra citada, p. 4).

Com a Constituição Federal de 1946, o comércio deixa de ser regulamentado pelas Prefeituras, passando a ser competência do âmbito estadual; cria-se na ocasião o *Imposto Estadual do Comércio*.

Em 1953, alegando-se suposta omissão por parte do governo estadual, o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadro inaugura a retomada da tarefa por parte do município, regulamentando a atividade de feirante, artesão,

ambulante e jornaleiro, servindo de modelo para todo o país. Dentre os sete Decretos assinados em apenas um ano, o prefeito assinala critérios para a concessão de pontos – deficientes físicos, idosos, donos de ‘prole numerosa’, casados e por último solteiros desde que ‘arrimos de família’; mas já em 1954 assinalava-se o fenômeno da transferência de pontos para terceiros –fato que desembocaria na cassação da licença. Novamente alcaide da capital paulista, em 1984, faz novo regulamento sobre o assunto.

A política amistosa de Ademar de Barros no final dos anos 50 foi completamente alterada no ano de 1960, quando os jornais publicaram inúmeras queixas de ambulantes forçados a ‘doar’ quantidades de dinheiro – registrados em “Livro de Ouro”, aberto pela esposa do prefeito “*com o objetivo de financiar diversas obras sociais*” (BERTOLLI FILHO, obra citada, p.33). Em resposta, o prefeito suspendeu temporariamente todas as licenças concedidas, com o argumento da necessidade da medida tendo em vista o inquérito sobre as ‘doações forçadas’; com isso, o Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes de São Paulo, fundado no final da década de 50, decide entrar com um mandato de segurança, acusando a ação de arbitrária e revanchista.

Nos anos pós 64, continua a luta entre uma “*atividade arcaica, dominada por marginais e comerciantes que pretendiam sonegar impostos servindo-se do minguado dinheiro da população recalcitrante em aderir à modernidade paulistana*”, e durante os anos de 1972 e 1973, em pleno ‘milagre brasileiro’, o Sindicato dos Ambulantes calcula a existência de 20 mil trabalhadores –chegando a 40 mil em 1974 (BERTOLLI FILHO, idem p. 36).

Buscando retomar a discussão do problema sob um novo enquadre, mais amplo, em novembro de 1984 o governo federal cria o *Estatuto da Microempresa*. No ano seguinte, em 1985, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola enquadra na dita lei “*as atividades exercidas também pelo feirante, pelo artesão, pelo produtor agropecuário e por todos aqueles que trabalham de maneira precária e rudimentar*” (ROSSETTI, obra citada, p. 5).

Em 1988, a Constituição Federativa do Brasil, promulga, em seu Artigo 170, a atividade profissional e a Lei das Microempresas. Em dezembro

deste ano, Orestes Quércia, na época governador de São Paulo, utiliza o mesmo texto da legislação carioca com as mesmas finalidades e objetivos (idem, ibidem). Em 1989, a Constituição do Estado de São Paulo, promulga, no Artigo 178 o texto da Constituição Federal sobre o assunto.

Já em 1990, ao se instituir a Lei Orgânica do Município de São Paulo, em nenhum artigo se vê regulamentada a atividade comercial, em seu Artigo 160, Parágrafo VI, "*aparece apenas a normatização do comércio ambulante da pessoa física e jurídica nas vias e logradouros públicos, e no Artigo 163 se reconhece a figura da microempresa, visando incentivar a sua multiplicação e fomentar seu crescimento por meio da simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias*"(idem ibidem).

Assim, do ponto de vista legal, em linhas gerais o comércio exercido pelos camelôs aparece prescrito no Decreto Municipal Nº 27619, de 04 de janeiro de 1989, cuja *ementa* está assim redigida:

"Dispõe sobre a autorização para o exercício de atividades de vendedores e/ou prestadores de serviços nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências".

No artigo 1º do Decreto, tem-se que:

"O comércio e a prestação de serviços nas vias e logradouros públicos (...) constituem atividades regulares e habituais que atendem a necessidade da população e poderão ser exercidas, mediante permissão de uso, de acordo com (...) este Decreto".

Portanto, o comércio e a prestação de serviços são reconhecidas como *atividades regulares e habituais* salvo as seguintes exceções, conforme dispõe o texto legal:

*"Art. 5º - Nas vias e logradouros públicos fica mantida a proibição do comércio de:
I - Medicamentos e quaisquer produtos farmacêuticos;*

- II - Produtos tóxicos ou que produzam dependência física ou psíquica;
- III - Gasolina, querosene ou qualquer substância inflamável ou explosiva;
- IV - Fogos de artifício;
- V - Bebidas com qualquer teor alcoólico;
- VI - Animais vivos ou embalsamados;
- VII - Pastéis, churrasquinhos, linguiças e carnes de quaisquer espécie;
- VIII - Embutidos e laticínios;
- IX - Doces e guloseimas que não estejam devidamente embalados, com indicação visível de sua origem na embalagem;
- X - Frutas retalhadas;
- XI - Relógios, jóias e óculos".

Já a forma, as condições, e os prazos referentes à autorização para o exercício das atividades de vendedores e/ou prestadores de serviços ambulantes estão previstos no Decreto Nº 27660, de 22 de fevereiro de 1989. Em sua *ementa*:

"Dispõe sobre o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo, mediante permissão de uso, e dá outras providências".

A definição jurídica de *ambulante* aparece no artigo 2º deste decreto, nos seguintes termos:

"Considera-se vendedor ou prestador de serviços nas vias e logradouros públicos, reconhecido como ambulante, a pessoa física, civilmente capaz, que exerça atividade lícita, sem relação de emprego e por conta própria, em caráter precário".

O artigo 5º dispõe sobre a outorga da permissão de uso:

"As pessoas portadoras de deficiência de natureza grave tem prioridade, assim como os portadores de capacidade física reduzida e os sexagenários, até a soma destas três categorias alcançar o limite máximo de 2/3 (dois terços) dos pontos designados".

É interessante notar que este artigo parece reconhecer o contexto de recessão e desemprego da época em que foi publicado, ao destinar um terço dos pontos de venda a serem distribuídos aos trabalhadores em geral.

O Decreto 27660 disciplina, ainda, as condições de instalação, localização, fixação, dimensões, proibições de pontos e de áreas de atuação, bem como das penalidades, a saber:

"Art. 3º - A localização do comércio ambulante (...) deve garantir a prevalência da segurança e a circulação da população, assim como a conservação e a qualificação da paisagem urbana.

Parágrafo Único - Para garantir as diretrizes estabelecidas neste artigo, fica vedada a fixação de pontos e áreas de atuação que:

a) impeçam a circulação de pedestres e veículos;

b) perturbem a permanência de pedestres em locais como: pontos de ônibus, acessos ao metrô e trens, filas de cinema, saída e entrada de escolas, repartições públicas, agências bancárias;

c) dificultem as paradas de veículos, a saber:

1) transportes coletivos, assim considerados ônibus e táxis;

2) caminhões para carga e descarga;

d) contrariem a preservação de espaços significativos de valor histórico, cultural ou cívico;

e) dificultem a instalação e utilização de equipamentos públicos.

Art. 4º - A critério da Administração a bem do interesse público, poderão ser totalmente vedados o comércio e a prestação de serviços em vias que se constituem em corredores primordiais do trânsito de pedestres.

Parágrafo Único - Fica proibida a atividade de comércio e prestação de serviços ambulantes nas Ruas Direita e São Bento.

Art. 11º - No exercício das atividades previstas neste decreto, em pontos fixos serão utilizados equipamentos removíveis, com dimensão de 1,00 metro por 1,20 metro, podendo ser tolerada a dimensão máxima de 2,00 metros quadrados em áreas previamente determinadas.

Art. 12º - Constituem infrações leves, passíveis de aplicação de multa no valor de 1 (uma) Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM, cobrada em dobro na reincidência:

I - Não portar o Termo de Permissão de Uso e o comprovante do pagamento do preço público devido;

II - Não demonstrar rigorosa higiene pessoal, bem como do equipamento;

III - Não conservar o equipamento dentro das especificações previstas pelo Executivo.

Art. 13º Constituem infrações graves, passíveis de aplicação de multa no valor de 2 (duas) Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM, com concomitante revogação da Permissão de Uso:

I - Ceder a terceiros, a qualquer título, sua permissão de uso, equipamento ou ponto;

II - Adulterar ou rasurar documentos necessários ao exercício da sua atividade;

III - Comercializar produtos tóxicos, farmacêuticos, bebidas alcoólicas, fogos de artifício, animais vivos ou embalsamados e alimentos de acordo com as normas higiênico-sanitárias;

IV - Comercializar mercadorias ou prestar serviços em desacordo com sua permissão;

V - Exercer outra atividade remunerada ou possuir qualquer tipo de estabelecimento comercial ou prestação de serviço".

A regulamentação das atividades dos ambulantes por parte do Legislativo foi feita pela Lei 11039, de 23 de agosto de 1991. Desta data em diante, ocorreram basicamente algumas modificações de forma, conforme a Lei 11124, de 26 de novembro de 1991 - que revoga o Artigo 15º da Lei anterior, que dispunha sobre a licença e a permissão dos serviços de ambulantes apenas para quem comprovassem o tempo mínimo de residência na cidade de São Paulo em sete anos.

O Decreto 33398, de 14 de julho de 1993 regulamenta a Lei 11039 e institui as *Comissões Permanentes dos Ambulantes* no âmbito de cada Administração Regional, com o intuito de "*regulamentar e controlar a atividade dos ambulantes*". A composição das *Comissões Permanentes dos Ambulantes* se dá por intermédio da indicação de representantes da *Associação Comercial de São Paulo*; *Federação do Comércio do Estado de São Paulo*; *Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Paulo*; *Clube dos Lojistas de São Paulo*; *Associação dos Ambulantes Deficientes Visuais*; *Associação dos Ambulantes Deficientes não Visuais e Sexagenários*; *Associação dos Ambulantes não Deficientes*; *Associação Paulista de Consumidores e de Associação Amigos de Bairro*, sob a coordenação da Administração Regional local.

De acordo com o Decreto Nº 33924, de 12 de janeiro de 1994, observa-se uma alteração na composição das *Comissões Permanentes dos Ambulantes*, excluindo-se delas o *Clube dos Lojistas de São Paulo*.

No final de 1998, a Prefeitura paulistana, através da Secretaria das Administrações Regionais, tramitava a implementação do “*Projeto Ambulantes da Cidade de São Paulo*”, documento-síntese que possui como objetivos “*definir e fornecer informações de caráter geral para as Administrações Regionais sobre a legislação pertinente ao assunto; constituição e composição da Comissão Permanente dos Ambulantes; convocação e documentação necessárias para o cadastramento; definição, formas de atuação, categorias e critérios para seleção e classificação dos ambulantes; locais de atuação, tipos de pontos, critérios para a localização, identificação e codificação nos bolsões; dimensões e restrições quanto aos equipamentos; e critérios para escolha e reserva do ponto*” (PMSP/SAR, 24 de setembro de 1998, folha 1).

Por fim, registre-se também a “*proibição do comércio ambulante nas áreas delimitadas por faixas brancas nas proximidades das entradas do metrô*”, fato indicado por alertas cujo texto remete ao Artigo 4º da Lei Federal Nº 6149, de 02 de abril de 1974; Artigo 8º, 13º, 69º e seus incisos, todos do Regulamento de Transportes, Tráfego e Segurança do Metrô (Decreto Municipal Nº 15012, de 07 de abril de 1978) e Artigo 1º e 24º do Decreto Municipal Nº 11214, de 08 de agosto de 1974.

Este último tópico, referente ao comércio em áreas adjacentes às estações de metrô, ganha importância na medida que os ambulantes, nestes casos, passam a trabalhar na rua, mesmo, ou seja, após os limites físicos da calçada, que é vistoriada, no máximo, de hora em hora pelo corpo de segurança da companhia.

Assim, os camelôs trabalham em competição direta, nada mais, nada menos, do que com os ônibus – que fazem ponto exatamente em frente a quase todas as estações de metrô, quando não se constituem elas em terminais de ônibus municipais ou intermunicipais, configurando-se em regiões altamente propícias a acidentes de trânsito, particularmente a atropelamentos.

1.4 - a vulnerabilidade do trabalho dos ambulantes

Como parte das inúmeras adversidades enfrentadas pelos trabalhadores do setor informal, encontra-se que: *"el nivel del salario promedio de un trabajador del sector informal frente a uno del sector formal, en ocho ciudades capitales de América Latina en la década de 80 se situaba entre 28 y el 51% del ingreso correspondiente en la economía formal"* (OPAS, 1994a). E isto levando-se em conta que atualmente a média dos salários registrados na América Latina representam, em média, apenas 66% dos níveis observados em 1980 .

Porém, se do ponto de vista legal o arcabouço jurídico que envolve a presença do comércio e a prestação de serviços nas ruas e logradouros públicos pareceria ser suficiente para uma adequada abordagem da questão por parte do Poder Público, no cotidiano, entretanto, tem-se a impressão que não é exatamente assim que tem acontecido nas ruas da cidade.

E embora o ordenamento institucional e a organização do país baseado numa efetiva regulação jurídico-legal seja uma questão da qual se ocupava já no início deste século ALBERTO TORRES (1978); OLIVEIRA VIANNA (1971); AFONSO ARINOS (1933); e SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA (1971), dentre outros, a novidade é que diante agora do aumento desenfreado e da desorganização reinante entre os camelôs, o ordenamento e a regulamentação são defendidas nada menos do que pelo próprio presidente do *Sindicato dos Vendedores Ambulantes de São Paulo*, AURÉLIO CARLOS DE OLIVEIRA, que afirma: *"Alguma coisa precisa ser feita para colocar a cidade em ordem"*!³⁴

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, o número dos camelôs em São Paulo passou de 160 mil, em 1992, para 260 mil em 1995. E este aumento leva à luta pelos pontos

³⁴ Jornal *Shopping News*, 26 de março de 1995, caderno 1, página 5.

de venda, à corrupção denunciada e à violência, como parte integrante do cotidiano destes trabalhadores. *"Entendemos que todos precisam trabalhar. Lutamos apenas por regras mais claras"*, completa AURÉLIO CARLOS DE OLIVEIRA, nesta mesma matéria jornalística (jornal *Shopping News*, *idem*, *ibidem*).

Mas num país que muitas vezes parece desconhecer o significado da palavra absurdo, ao mesmo tempo que os vendedores ambulantes solicitam providências junto ao Poder Público no sentido de racionalizar e regulamentar sua situação de trabalho, paradoxalmente, o número deles registrados oficialmente caiu de 11.826 em 1992, para menos de 10.000 em 1995, uma vez que a Prefeitura do Município de São Paulo não tem aceitado novos registros desde aquela data ³⁵.

Porém, se por um lado o fato de que as solicitações de novas licenças encontram-se encerradas desde 1992 seja motivo de orgulho para a Administração Regional da Sé, responsável pela área central do município, por outro lado, *"Ninguém fica parado quando está passando fome"*, rebate o ambulante ANTONIO DIAS - que já teve suas mercadorias apreendidas pelos fiscais da Passarela da Bandeira em três ocasiões distintas (*idem, idem*).

Assim como tantos outros, DIAS virou vendedor ambulante depois que perdeu o emprego e não conseguiu arranjar outro. Deste modo, as estatísticas oficiais, que mostram mais de um milhão de desempregados no setor formal na cidade de São Paulo revelam claramente um dos principais determinantes do crescente número de pessoas trabalhando na informalidade.

O problema se agrava ainda mais se levarmos em consideração que além dos desempregados do setor formal, existe ainda a não absorção da População em Idade Ativa - PIA pelo mercado de trabalho, ademais dos deslocamentos entre os setores e os ramos da economia.

³⁵ Segundo o sindicalista CARLOS ROBERTO SILVEIRA, responsável pela área de economia informal da Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Prefeitura deveria *"ampliar o número de licenças concedidas, uma vez que com isso se aumentaria a arrecadação de impostos e se obteria um maior conhecimento sobre a real situação do comércio de rua e sobre as mercadorias vendidas"*. Também a professora e vereadora ALDAÍZA SPOŠATI sugere o investimento do setor público para melhorar a qualidade dos serviços prestados nas ruas, direcionando e traçando um zoneamento claro em locais próprios e acabar com o péssimo aspecto das barracas (*idem, idem*).

E se os trabalhadores brasileiros, de um modo geral, sofrem tanto por conta da falta de políticas públicas que apontem na geração de novos empregos, como de uma adequada proteção e assistência jurídico-assistencial, a ausência de regulação efetiva dos serviços dos ambulantes aumenta o grau de vulnerabilidade de centenas de milhares de pessoas que sobrevivem deste tipo de comércio - por si só exemplo paradigmático de *trabalho em condições precárias*, no caso brasileiro.

É ainda SPOSATI quem afirma que: *"Se a Prefeitura não reconhece a legalidade dos serviços dos ambulantes, fica sempre a interminável luta entre a fiscalização e os vendedores de rua, sem resolver nada"* (idem, idem)³⁶.

Sendo assim, a complexa trama econômico-social que envolve a questão dos ambulantes acaba sendo reduzida, no mais das vezes, ao âmbito das relações pessoais, circunscrita a acertos pontuais entre os vendedores e a fiscalização, sendo que a lei geralmente passa a ser interpretada e aplicada de acordo com o que for estabelecido em cada ocasião pelo agente municipal³⁷.

³⁶ Com aspas e tudo, *"quadro nebuloso"* é a forma como o Relatório Final da 'Comissão Parlamentar de Inquérito', aberta pela Câmara Municipal se refere à questão dos ambulantes na região central de São Paulo. Criada pelos vereadores paulistanos em 27 de abril de 1995 para investigar denúncias de corrupção feitas contra a Administração Regional da Sé, da atual gestão da Prefeitura de São Paulo, a CPI trabalhou durante mais de seis meses, onde foram ouvidos mais de setenta depoentes, entre ambulantes, funcionários e autoridades; e as seis mil e quinhentas páginas concluem que a questão dos ambulantes no centro da cidade vive um "quadro nebuloso". E isto devido a um aumento vertiginoso no número de ambulantes - passando de mil para vinte mil, nos últimos anos - corrupção generalizada, venda de pontos, irregularidades na apreensão, armazenamento e liberação das mercadorias, cobrança de propinas e uso cotidiano de violência.

A situação chegou a tal ponto que, de acordo com as palavras do próprio então Secretário das Administrações Regionais, NIETO MARTINS, *"Não é novidade para ninguém a existência de quadrilhas atuando no comércio ambulante e seus fiscalizadores"*, e segundo o Administrador Regional da Sé, VITOR DAVI - um dos principais implicados: *"a corrupção praticada pelos funcionários é tão grande que não há condições de combatê-la"* (Comissão Parlamentar de Inquérito - Ambulantes, Relatório Final, parte 5, Conclusão, grifos nossos).

No final de outubro de 1995, o relatório foi entregue ao Ministério Público Estadual para a tomada das medidas necessárias nas áreas civil e criminal; em março de 1996, atendendo ao pedido do Promotor Público PAULO ROBERTO SALVINI, a Justiça determinou a quebra do sigilo bancário e fiscal dos últimos quatro anos do Administrador Regional da Sé, VITOR DAVI, e de mais de vinte e três pessoas suspeitas de estarem envolvidas nos esquemas de corrupção contra os vendedores ambulantes.

³⁷ A citada matéria jornalística do *Shopping News* sobre os camelôs traz um exemplo do grau de vulnerabilidade a que estão eles submetidos: MARCELO MANZAM é deficiente físico e trabalhava na área do Hospital das Clínicas; como não tinha licença, sua mercadoria foi apreendida pela Prefeitura. E isto ocorreria não exatamente pela falta de permissão legal para exercer seu comércio, mas sim pelo fato de que a esposa do vendedor teria se recusado a passar a noite com um fiscal municipal, conforme consta do Boletim

Ao mesmo tempo, o espaço geo-político da causa do trabalho ambulante, acaba sendo ocupado pelo surgimento de agremiações diversas, com origens e propósitos distintos, muitas vezes antagônicos e inconciliáveis. Competindo entre si, estas associações via de regra representam agentes e forças político-partidárias das mais variadas nuances, com finalidades eleitorais próprias, além da indicação da presença de grupos de interesses diversos ao redor do tema, como políticos, fornecedores de mercadorias ou lojistas ³⁸.

Para se ter uma idéia, registrava-se, entre o início de 1996 e meados de 1998, as seguintes entidades atuando na mesma base territorial – a região central da cidade:

- Sindicato dos Ambulantes de São Paulo
- Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal
- Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos
- Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes
- Associação dos Camelôs de São Paulo
- Associação dos Trabalhadores Ambulantes
- Associação dos Camelôs Independentes de São Paulo
- Sociedade dos Informais e Ambulantes

de Ocorrência nº 000321/95, registrado na 3ª Delegacia da Mulher (Jornal *Shopping News*, 26 de março de 1995, caderno 1, página 5).

³⁸ No decorrer da pesquisa, pudemos ver, por exemplo, que enquanto uma associação defende a tese de que “*quem está dentro de uma determinada região, não sai, enquanto que quem está fora não entra*”, outra entidade propõe que se deva cadastrar os interessados nos pontos de vendas daquele local e redistribuir os ambulantes. Ainda que concordem sobre alguns itens dos ocupantes dos locais, frequentemente surgem outros impasses, como em relação à proporção e forma de escolha de representantes junto à Administração Regional ou sobre os critérios da definição do tipo de mercadoria a ser vendida e as ocasiões em que poderia ser mudada, e assim por diante.

CAPÍTULO II: MARCO REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – grupo, estrutura e organização

No caso da cidade de São Paulo nos últimos 40, 50 anos, o reconhecido crescimento sem um adequado planejamento integrado e/ou a longo prazo, gestou simplesmente o caos urbano. E se for verdade mesmo que *"São Paulo não pode parar!"*, isto passa a parecer mais uma maldição do que um motivo de orgulho, tendo em vista os seríssimos problemas sócio-ambientais cada vez mais evidenciados, como a poluição, trânsito, violência, ausência de espaços públicos e áreas verdes, dentre outros.

É por isso que pode-se afirmar que, se por um lado nunca se consolidou no Brasil a efetiva aplicação do arcabouço jurídico-legal no plano das instituições sociais ditas modernas, por outro lado, parece que atualmente os parâmetros da organização da vida em grupo atravessam um momento particularmente crítico, por conta do acirramento da crise econômica e da luta pela sobrevivência no espaço urbano - interdeterminado por definição -, particularmente num momento onde a ausência de mecanismos regulatórios do Estado é cada vez mais sentida – e cujo impacto, como é sabido, acaba recaindo mais especificamente em determinadas pessoas e grupos ³⁹.

Isto posto, faz-se necessário, aqui, o aprofundamento de dois conceitos centrais para este estudo: são eles o de *grupo* e o de *organização*. A importância do primeiro conceito foi reconhecida pelos estudiosos por conta de que a *análise dos grupos* “adquiriu uma posição clássica na propedêutica sociológica, pois, sem eles, historicamente, não podemos compreender a evolução da sociedade” (LAKATOS, 1992:103).

³⁹ A Organização Pan Americana de Saúde – OPAS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por exemplo, trabalham com o conceito de “*grupos especialmente vulneráveis*”, referindo-se às crianças, idosos e indígenas, dentre outros, conforme ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE SALUD, 1994, *Condiciones de Salud en Las Americas*, Vol. I, Washington, D.C., 1994, e BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID, *Relatório sobre Reforma Social e Pobreza*. Washington, D.C., 1993.

Para ADORNO e HORKHEIMER, é justamente na tensão entre o indivíduo e a sociedade, a divergência do universal e do particular, que se coloca esta *instância intermediária*, uma vez que o indivíduo não se insere de forma imediata na totalidade social (1973:61).

Nessa linha de raciocínio, estes dois estudiosos apontam algumas das dificuldades, das mais diversas ordens, com que se deparam àqueles que se debruçam no esmiuçamento do tema, por exemplo, se se compreender grupo como sendo “*qualquer círculo de pessoas que atuam contemporaneamente e de modo semelhante, sob um mesmo impulso, (...) de modo que o indivíduo sentir-se-á como parte de um todo, do nós*”, os autores apontam o fato de que este *nós* que configuraria o grupo, pode variar, desde a família, até uma nação (idem, obra citada, p.62).

Também quando se discorre sobre a noção de *grupo* como sendo “*qualquer vínculo de seres sociais que assumem entre si relações sociais bem definidas*”, incorre-se na possibilidade, levantada pelos autores, de que: “*a idéia de ‘relações’ pode significar aqui toda e qualquer coisa*” (idem, ibidem).

Em todo caso, apesar das armadilhas conceituais encontradas pelo caminho, reconhece-se que são exatamente as formas em que os agrupamentos se estruturam, se articulam e operam - em uma palavra, se *organizam* - o que possibilita o entendimento de alguns aspectos básicos relativos ao seu surgimento, constituição e funcionamento intra e interrelacional ⁴⁰.

Dada a amplitude que a idéia de agrupamentos humanos pode abarcar, a literatura pertinente registra um número considerável de definições do conceito e das características básicas de *grupos*.

GURVITH, por exemplo, os classifica a partir de quinze aspectos diferentes, a saber: *conteúdo*, referente à sua função; *amplitude*, relacionado ao número de participantes; *duração*, dada pela tempo de existência e permanência;

⁴⁰ Vale lembrar a importante ressalva colocada ainda por ADORNO e HORKHEIMER, quando enfatizam que, apesar da grande atenção dedicada pela sociologia contemporânea ao estudo dos microgrupos, entretanto: “*sua investigação empírica tende a limitar-se ao conhecimento dos mecanismos internos, psicossociais, de mediação dos grupos, os quais explicam a dependência e a uniformidade psíquica dos membros do microgrupo. Por outra parte, são quase relegadas para um plano obscuro as relações recíprocas entre esses*

ritmo, pelas relações de um grupo para com outro; *medida de dispersão*, em função da frequência dos contatos; *base de formação*, relacionados à sua origem; *modo de acesso*, dado pela inclusão ou não de novos membros; *graus de exteriorização*, definido pela interrelação entre seu grau de organização e estruturação; *funções*, dado pela finalidade do grupo; *orientação*, referente à diretividade do grupo; *modo de penetração na sociedade global*, relativo às relações extra-grupos; *grau de compatibilidade entre os grupos*, definido pela relações de similaridade com outros grupos afins; *tipo de coação*, dado pela sanções exercidas pelo grupo; *princípio da organização*, se tal ocorre pela colaboração ou dominação intra grupo e *grau de unidade*, referente à unidade entre um grupo central e os demais subgrupos (em LAKATOS, 1992:118 e segs).

Já FAIRCHILD define *grupo social* como um "*cierto número de personas entre las que se dá una interacción psíquica, gracias a la cual se destacan para sí y para los demás como una entidad. Para que el grupo exista se requiere: un contacto duradero entre determinadas personas, que permita la formación de la interacción necesaria; una conciencia de semejanza o de interes común que desperte un mínimo de identificación del individuo con el grupo, y una estructura que los miembros reconozcan necesaria para la continuidad del grupo como necesaria*" (em Dicionário de Sociologia, 1971:136 e segs).

Em relação à *classificação* dos grupos, encontramos estudos que estabelecem desde a clássica distinção entre *grupo primário* e *grupo secundário*, até trabalhos cujo grau de especificidade procuram distinguir entre os grupos cuja especificidade varia entre "*composto, consangüíneo, de idade, pressão, exclusivo, funcional, genérico, horizontal, inclusivo, intermitente, local, marginal e minoritário*" (Dicionário de Sociologia, 1961:160/1) ⁴¹.

grupos e o mundo social onde se situam, as quais determinam, em grande medida, o conteúdo específico das concepções, atitudes, normas, etc, de que o grupo é mediador" (obra citada, p.66).

⁴¹ *Grupo primário* é definido como aquele onde o contato é direto, ocorrendo, via de regra por motivações afetivas e inseridos numa totalidade social, enquanto que o *grupo secundário* é conceituado como aquele onde as relações são estabelecidas por contatos indiretos - e no caso de serem contatos diretos, serem relações passageiras, formais e impessoais (COOLEY, em Dicionário de Ciências Sociais, 1986:527/8).

Isto posto, pode-se afirmar que, embora existam várias formas de se definir e classificar os agrupamentos humanos, grosso modo pode-se dizer que todas elas possuem algumas características comuns, sempre relacionadas às suas formas de *organização, finalidades e objetivos*.

Estes três aspectos encontram-se contemplados na definição de FICHTER, para quem *grupo social* é "*uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas que desempenham papéis recíprocos, de acordo com determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns*" (1973:140).

Para este autor, as *características dos grupos sociais* são:

- a) *identificação*: o grupo deve ter condições de ser identificado como tal tanto pelos elementos internos quanto externos a ele.
- b) *estrutura social*: cada componente ocupa uma posição relacional à posição dos demais membros.
- c) *papéis individuais*: condição básica para a constituição e permanência do grupo, uma vez que cada um de seus elementos deve ter uma participação determinada.
- d) *relações recíprocas*: a aquilo que marca a existência da *interação* entre seus membros; para alguns autores, esta é a principal característica na definição de *grupo social*.
- e) *normas comportamentais*: são os padrões, escritos ou não, que deve orientar a ação e determinar o modo de desempenhar papéis.
- f) *interação e valores comuns*: trata-se de tudo aquilo que é considerado como desejável, aceitável ou compartilhado pelos membros do grupo.
- g) *finalidade*: razão de ser e objetivos do grupo.
- h) *permanência*: é a necessidade de que a interação entre os membros se prolongue durante determinado período de tempo.

Quanto à *classificação dos grupos sociais*, de acordo com LAKATOS, uma primeira forma de distinção é feita com base em três aspectos - que podem aparecer combinados (1992:117). Estes fatores são: a *origem, duração e estrutura* dos mesmos.

Em relação à *origem*, vemos que eles podem ser:

- a) *espontâneos*: quando se formam sem deliberação prévia, como acontece por exemplo nas multidões, nas ruas ou conjuntos habitacionais.
- b) *contratuais (ou voluntários)*: quando obedecem a planos preestabelecidos, observando-se a intencionalidade de criá-los. É o caso das associações de bairro, por exemplo.

No que diz respeito à *duração*, eles podem ser:

- a) *acidentais (ou periódicos)*: formados em funções das circunstâncias, como por exemplo, um cinema.
- b) *permanentes (ou contínuos)*: são aqueles que permanecem estáveis no tempo, como a família ou a escola.

No que tange à *estrutura*, os agrupamentos podem ser:

- a) *difusos*: aqueles onde não existem leis, estatutos e regulamentos. Sua organização não é claramente definida, baseando-se, muitas vezes, em determinados padrões de comportamentos, como é o caso dos *grupos de amigos* ou os *grupos de estudo*.
- b) *organizados*: são aqueles que obedecem a regras especificadas em regulamentos e normas (idem, idem).

Embora de um modo geral as definições de grupo digam respeito à forma como eles nascem, permanecem e operam, é justamente neste último ponto que repousa, ao nosso ver, o ponto central da análise dos grupos. E são, também, a forma, o grau e o tipo de organização de um grupo que podem melhor revelar sua estrutura, manutenção e permanência, refletindo, assim, o estabelecimento e a consecução de objetivos embutidos em seus padrões valorativos e comportamentais.

No trato do termo e do conceito de *estrutura*, GURVITCH, ressalta que, a despeito da atração exercida por este vocábulo, seu sentido e conteúdo apresentam-se bastante diferenciados nas várias ciências e nos vários campos que tem sido utilizado. Assim, na busca de um denominador comum, o autor afirma que: “*se trata da tendência geral de abandonar a rígida separação entre a*

dinâmica e a estática, o movimento, e o repouso, assim como a separação do todo e de suas partes” ⁴².

De acordo com GURVITCH, as características do conceito de *estrutura*, tais como são entendidas, jamais aparecem com tanta força e clareza como quando se trata de *estruturas sociais*, uma vez que elas se confirmam como intermediárias entre o “*fenômeno social total, em si, e as suas expressões nas regulações sociais, naquilo que chamamos instituições, as suas exteriorizações nos sistemas organizados; são intermediárias entre o ‘arranque’ e a estabilidade, como entre as ações e as obras coletivas; são, enfim, intermediárias entre o modo de ser de um fenômeno social e o seu modo de achar-se e de representar-se*” (idem, p.110). O autor enumera ainda as razões pelo interesse em se estudar as estruturas; apresentemos algumas delas, a saber:

- O conceito de estrutura corresponde à necessidade de acabar com a falsa divisão entre a *estática* e a *dinâmica*, por conta de que a estrutura é um processo permanente, envolvida num movimento perpétuo de desestruturação e reestruturação, porque é um aspecto da sociedade em atuação.
- Busca de opor-se à separação artificial, na vida social, entre os comportamentos coletivos, de um lado, e os modelos, significações, símbolos, idéias e valores, de outro, quando se considera as culturas como entidades “*em si*”, independentemente das sociedades e dos grupos que as produzem. Com isso, o problema da relação entre *cultura* e *sociedade* encontra uma solução satisfatória graças ao conceito de estruturas sociais, para o qual as obras culturais e todas as culturas servem de armadura, cimentando seus próprios equilíbrios múltiplos, sempre precários, através de seus próprios modelos, sinais, símbolos e valores.
- O conceito de estrutura permite por um fim, em sociologia, ao abuso do termo *instituição*, uma vez que as *estruturas* são algo mais do que estas, são algo

⁴² Conforme “As *Estruturas em Sociologia*”, em BASTIDE, Roger, (coord.), *Usos e Sentidos do Termo Estrutura*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 109 a 124.

mais do que o conjunto das instituições de uma sociedade, estando mais próximas ao *fenômeno social total* de uma sociedade do que as instituições.

- O conceito de *estrutura* permite por um ponto final nas imprecisões do conceito de *organização*, uma vez que a organização, ou as organizações, possam constituir *um dos* elementos compreendidos nos equilíbrios da estrutura, apenas um plano, uma estratificação da realidade social, onde as estruturas são pluridimensionais.
- Não só um grupo ou uma sociedade global podem estar perfeitamente estruturados sem serem organizados nem exprimíveis numa única organização, como as classes sociais, as nações ou as multinacionais, como também as estruturas sociais parciais ou globais se introduzem entre os estratos mais espontâneos da realidade social, enquanto que as organizações se aproveitam da luta entre os elementos supra mencionados, sujeitando-os aos seus próprios fins.
- As estruturas sociais constituem um fenômeno muito mais complexo que o das organizações. Se as primeiras jamais conseguem exprimir inteiramente os fenômenos sociais totais, as organizações nunca chegam a representar adequadamente as estruturas.
- O conceito de estrutura desempenha em sociologia quase o mesmo papel que a noção de gestalt em psicologia. As estruturas sociais são configurações e substitutas do todo em progressão, postas em relevo e concretizadas. São coesões concretas e móveis que fornecem pontos de referências empíricos à tese de que o todo, em sociologia, é irreduzível aos elementos componentes e participantes, mas que, ao mesmo tempo, não pode subsistir sem eles. Uma estrutura social caracteriza-se justamente pelo precário equilíbrio, como por exemplo, *no caso de grupos particulares que são estruturáveis, mas nem sempre estruturados* (GURVITCH, obra citada, p. 109 e segs.).

A despeito da crítica à parte da produção sociológica inglesa e norte-americana apontada, e cumprindo exclusivamente finalidade didática, de acordo com BROWN e BARNETT, os conceitos de *estrutura* e de *organização social* se

diferenciam a partir do reconhecimento de que os membros (e os grupos) de uma certa sociedade possuem um sistema de relações recíprocas, reconhecidas e praticadas por eles - o que perfaz uma dada *organização social* (em LAKATOS, 1985:318).

Assim, a idéia de *organização social* distingue-se da noção da *estrutura social*, portanto, por conta de que esta última refere-se à "*colocação e posição dos indivíduos, subgrupos e grupos dentro de um sistema de relações de obrigação*" ⁴³.

OGBURN e NIMKOFF propõem como categoria central de análise a "*ordem social*" - o que faz com que procurem diferenciá-la da "*organização social*". Em termos gerais, para estes autores a ordem social apresentaria dois aspectos básicos: a *estrutura* e a *função*; a estrutura seria a organização das pessoas e dos grupos, enquanto que a função seria aquilo que as pessoas e/ou grupos fazem. Para estes autores, o objeto de análise está centrado no *comportamento* do grupo, isto é, na *ação* que, repetida e desempenhada converte-se em normas ou costume: as ações e comportamentos que apoiam a estrutura social existente são classificadas de *funcional*, enquanto que aquelas que não apoiam ou são contrários à estrutura social são denominadas *disfuncionais*.

Já em relação à classificação das *funções* existentes numa dada ordem social, OGBURN e NIMKOFF consideram que elas podem ser estudadas a partir de dois aspectos: o primeiro diz respeito à análise das *ações* e *comportamentos* exercidos pelos componentes da organização. E se estas relações são interpessoais, mutuamente relacionadas - o que acontece geralmente nas organizações que possuem uma identidade própria - elas são chamadas de *expressivas*. O segundo aspecto relacionado à compreensão da função da organização diz respeito ao próprio funcionamento e aos seus objetivos - que são denominadas de funções *instrumentais* (1970:174).

⁴³ Para uma compreensão das diferenças entre as perspectivas, alcances e limites da Teoria Geral da Administração, ver TRAGTEMBERG, "*A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia ?*", 1971; TRAGTEMBERG, "*Burocracia e Ideologia*", segunda parte: "*A Crise do Capitalismo e a Passagem da Teoria da Administração à Sociologia das Organizações Complexas*", 1985; e MOTTA, "*Teoria Geral da Administração*", capítulo 7, "*Considerações sobre os Alcances e Limites da Teoria Geral da Administração*", 1977. No que diz respeito às relações entre o "Estruturalismo e a Organização", ver MOTTA, "*Teoria Geral da Administração*", capítulo 4, 1977.

Procurando esmiuçar um pouco mais a idéia de organização em relação à outras unidades sociais, PERROW afirma que: *"todas as organizações necessitam de alguma forma de liderança, de alguma forma de estrutura de comunicações e de controles, e devem dispor de uma tecnologia para transformar suas matérias-primas"* (1972:49).

Ao se debruçar sobre a definição das características e dos componentes básicos da organização, ETZIONI ressalta a importância *"dos papéis, e da interação, comunicação e autoridade"* em um determinado sistema ou subsistema. Quando evidencia os aspectos estruturais e funcionais da organização, ETZIONI está delimitando também, simultaneamente, o campo de trabalho da *sociologia das organizações* (1967:136).

Ainda de acordo com linha, a *sociologia organizacional* focaliza o estudo de organizações em quatro níveis, a saber.

No primeiro deles, as organizações são analisadas como *unidades sociais*, sendo que o interesse nestas podem ser subdividido entre o estudo da *estrutura formal* e a *não formal*. A dimensão formal é estudada, via de regra, pelos *administradores*, tendo pouca serventia para os *sociólogos organizacionais*. Estes últimos geralmente focalizam as relações *não convencionais*, em suas relações com o sistema formal. Este é considerado necessário apenas na medida que afeta o processo social em seu padrões concretos de interação.

Um segundo nível de estudo das organizações aborda a relação da estrutura organizacional como uma *unidade*, com outras estruturas organizacionais, tais como a família, comunidade, grupos étnicos, etc.

O terceiro nível de análise abrange as relações entre *organizações, personalidade e cultura*. O estudo das relações de organizações com sistemas culturais apresenta dois aspectos principais: alguns interessam-se pelas *orientações de valor*, procurando pesquisar as fontes da legitimação da *autoridade* e as *relações dinâmicas* entre os *ideais e objetivos* e as *necessidades* da própria estrutura organizacional. Já a outra vertente interessa-se mais pelos

meios em que o conhecimento é adquirido e institucionalizado dentro da organização.

A quarta e última dimensão enfoca as relações entre *organizações* e o *ambiente*, incluindo o estudo das relações entre o *comportamento das organizações* e a *capacidade biológica e fisiológica*, abarcando as *necessidades dos participantes* e o estudo das respectivas *adaptações* entre a *organização* e o *ambiente geográfico e físico*.

Em qualquer destes casos, deve-se enfatizar que o estudo da unidade complexa leva em conta que ela: “*pode ser encarada como tendo um conjunto de papéis que constituem a estrutura de sua organização*” (WEISS e JACOBSON, em ETZIONI, 1967:438).

Em nosso caso, assumimos tão somente que a análise da *organização* é uma via, um ponto de observação, que pode revelar possíveis tensões e contradições em uma dada *estrutura*, que deságua na formação do grupo de vendedores ambulantes, constituindo-se, esse *movimento e processo em si mesmo* – *qualificado sócio-historicamente*, em nosso objeto de conhecimento.

Assim, a análise da *organização* e das *condições de vida e saúde* dos vendedores ambulantes de uma área delimitada na cidade de São Paulo, possa revelar traços particulares tanto das estratégias de sobrevivência dessa população singular, quanto do impacto das transformações e ajustes político-econômicos exercitados sobre a população brasileira nos últimos anos.

2.2 - condições de vida e situação de saúde

Partindo do pressuposto de que *a análise estrutural e formal de um grupo relaciona o padrão de comportamentos contemporâneos e variáveis a um sistema de necessidades e a um mecanismo presumivelmente estáveis*, cremos

que um estudo exploratório da organização e do cotidiano dos vendedores ambulantes pode revelar aspectos constitutivos de suas *condições de vida e de saúde* (SELZNICK, em ETZIONI, 1967:36).

Isto porque sabe-se que tanto os fatores que sustentam a inserção imediata das pessoas no mundo, tais como sua situação de emprego e renda, quanto suas concepções referentes à saúde, aos agravos, aos riscos reais ou percebidos, podem ser compreendidos a partir da análise da estrutura do grupo, da posição dos indivíduos dentro deles e sua trajetória.

A preocupação sobre as relações entre aquilo que genericamente pode-se chamar de *condições de vida e a situação de saúde*, existe desde o próprio surgimento do Homem.

Na Idade Antiga, este interesse teórico-prático já aparece registrado (ARIÉS, 1990), sendo que a partir do século XVIII ele se apresenta como um conjunto mais ou menos sistematizado em termos de teorias, métodos, leis e campos especializados, concomitante ao próprio desenvolvimento da ciência e das áreas específicos do conhecimento ⁴⁴.

Como vemos em PAIM: *"embora o registro das relações entre saúde e as condições de vida de grupos e classes sociais distintas seja encontrado desde a antigüidade clássica, é apenas com o aparecimento da Medicina Social durante os séculos XVII e XIX que surgem, não só investigações sistemáticas sobre o tema, como também um conjunto articulado de proposições para a intervenção, subsidiadas por esse tipo de saber"* (apud ROSEN, 1980:5) ⁴⁵.

Embora o próprio SNOW - considerado o pioneiro neste campo - tenha se notabilizado justamente por estudar a mortalidade por cólera em distintos

⁴⁴ Alguns autores identificam o próprio HIPÓCRATES como um dos primeiros a refletir sobre a questão do espaço e da doença, em seu texto "Ares, Águas e Lugares"; sobre a suposta polarização dos aspectos qualitativos, de acordo com PAIM, estes mesmos autores chegam a afirmar que: "os primeiros conhecimentos acerca da distribuição geográfica das doenças foram inteiramente qualitativos" (MacMAHON, PUGH e IPSEN, em PAIM, Jairnilson, *"Abordagens Teórico-Conceituais em Estudos de Condições de Vida e Saúde: Algumas Notas para Reflexão e Ação"*, texto base apresentado no "Seminário Latino-Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde", promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, realizado no Memorial da América Latina, São Paulo, SP, dezembro de 1995, p. 8).

⁴⁵ Em relação à discussão sobre o desenvolvimento da Epidemiologia, ver LIMA BARRETO, Maurício, *"A Epidemiologia, sua História e Crises: Notas para Pensar o Futuro"*, em COSTA, Dina (org), Epidemiologia - teoria e objeto, São Paulo, HUCITEC, 1990, e PAIM, Jairnilson, obra citada.

distritos de Londres, em 1849, de acordo com a epidemiologia clássica, existe uma série de dificuldades teórico-metodológicas na apreensão dos fenômenos de saúde articulado às questões de cunho sócio-econômico, como se se tratasse de matérias de diferentes áreas, estanques, e não dimensões diferentes de uma mesma totalidade.

Sendo assim, a epidemiologia social questiona as abordagens que procuram incluir num mesmo desenho, porém de forma paralela – que, por definição, nunca se cruzam - dimensões de ordem física, natural, biológica, social, econômica ou cultural, transvestidas então de "variáveis".

Para autores como BREILH et alli, 1990, os membros de cada classe social, em função de sua *inserção na esfera produtiva*, com seus *padrões específicos de consumo, de organização e cultura*, se desenvolvem num *sistema contraditório* onde se opõem, de um lado, *os bens e serviços que protegem e aperfeiçoam a saúde*, e, de outro lado, *aspectos destrutivos que os constroem e deterioram*. E seria justamente a expressão desse movimento, dessa contradição que se tem denominado de perfil de saúde-enfermidade.

Baseando-se na perspectiva sociológica do *trabalho como categoria chave*, segundo POSSAS: "*é a partir da estruturação das classes sociais nas diferentes etapas do desenvolvimento do modo de produção que os indivíduos se submetem - ou são excluídos - a formas distintas de inserção na estrutura ocupacional disponível que conforma o mercado de trabalho, bem como a um dado modo de vida*"(em PAIM, 1995, obra citada, p. 4).

Em termos analíticos, o conceito de *modo de vida* pode ser decomposto em *condições de vida*, que é a inserção e sustentação garantida diretamente através de rendimentos próprios recebidos pelo sujeito ou indiretamente através de políticas sociais que assegurem a distribuição de bens produzidos, e em *estilo de vida*, definido como um "*conjunto de comportamentos, hábitos e atitudes*" exercidas pelos indivíduos (idem, ibidem).

Sendo assim, a economia política do processo saúde/doença pressupõe que o perfil epidemiológico de uma população ou agrupamento, considerado como um dos componentes característicos de sua situação de

saúde, é determinado, por um lado, por sua *inserção na estrutura ocupacional* (produção), basicamente através do processo e condições de trabalho e, por outro lado, por *seu modo de vida* (consumo), delineando, deste modo, *suas condições de vida*.

Evidentemente, deve-se ressaltar que a distribuição de bens e *serviços produzidos e consumidos* são mediatizados não apenas pelo chamado '*estilo de vida*' das pessoas, mas também pela possibilidade efetiva - ou não – de serem eles conseguidos. Falamos aqui do fator *apropriação* daquilo que estaria supostamente acessível ao alcance dos indivíduos, pela *disposição e distribuição* desses mesmos bens e serviços, como é o caso, por exemplo da *organização dos serviços de saúde*.

Isto posto, uma importante ferramenta que pode contribuir na apreensão do fenômeno situação de saúde, foi elaborada por BOURDIEU, para quem o mundo social é um espaço multidimensional de relações em que os indivíduos ou grupos ocupam determinadas posições relativas "*em função de diferentes tipos de poder ou de capital*". BOURDIEU define o conceito de *capital* subdividindo-o em três outras categorias analíticas, a saber: *capital econômico*, *capital cultural* e *capital simbólico* (idem, idem).

Nessa direção, buscando operacionalizar esta idéia, PAIM et alii afirma que o *capital cultural permite o acesso ao saber sobre riscos de adoecer e sua prevenção*; enquanto isso, o *capital econômico possibilita maior acesso ao cuidado e condições de vida no combate aos agravos de saúde*; e o *capital simbólico relaciona-se à dimensão subjetiva da satisfação das pessoas* (obra citada, p. 9).

Nessa orientação de trabalho, que procura articular estes processos – ou melhor: não esquartejá-los – enfatiza-se que: "*o estudo das condições de vida de determinados grupos sociais deve levar em conta não só a distribuição da renda e o poder aquisitivo na esfera individual, mas também certas ações estatais que buscam garantir o atendimento de necessidades consideradas básicas para a sobrevivência, tais como saúde, saneamento, educação, alimentação e nutrição, lazer, segurança, entre outras*" (idem, p. 07. Grifo nosso).

O crescimento desta linha de investigação tem se revelado positivo sobretudo na medida que ela busca privilegiar a *verificação empírica do padrão e qualidade de vida e de saúde de grupos ou agregados específicos*, num contexto onde se faz extremamente necessário captar as respostas e estratégias construídas em função do acirramento da crise econômica brasileira e a cada vez mais evidenciada falta de políticas públicas, de desenvolvimento tecnológico próprio, de geração de empregos e de um adequado suporte social.

Tratando dos aspectos conceituais e metodológicos dos estudos das *desigualdades em saúde segundo condições de vida*, CASTELLANOS afirma que: "*cada indivíduo, família, comunidade e grupo populacional, em cada momento de sua existência, tem necessidades e riscos que lhes são característicos, seja por sua idade, pelo sexo e por outros atributos individuais, seja por sua localização geográfica e ecológica, por sua cultura e nível educativo, ou seja por sua inserção econômico-social, que se traduzem em um perfil de problemas saúde/doença peculiares*" (OPAS, 1992).

Buscando melhor conhecer os delineamentos traçados a partir da análise das condições econômicas – de países ou de grupos - e suas respectivas situações de saúde, pesquisadores da Organização Pan Americana de Saúde - OPAS tem se utilizado do conceito de "*brechas reduzíveis*", onde, ao comparar localidades, regiões e países com padrões econômicos similares médios, apresentam, por outro lado, diferentes perfis epidemiológicos ⁴⁶.

Nessa mesma direção, os trabalhos desenvolvidos em São Paulo pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, tem se revelado de extrema importância, ressaltando-se sua "*Pesquisa de Condições de Vida - PCV*", já com duas aplicações, nos anos de 1990 e 1994. Ela tem se mostrado inovadora em vários sentidos, servindo tanto como uma base de dados adequada, quanto como fundamentação teórica e metodológica, com uma riqueza de resultados bastante apreciável.

⁴⁶ Ver a respeito CASTELLANOS, P. e outros, "*Análise de Situação de Saúde*", em "Condições de Saúde da América, 1994, vol. I; e CASTELLANOS, P., "*Análise de la Situación de Salud e las Iniquidades en Salud*", OPS, 1992.

Estabelecendo como *unidade de informação* o *domicílio*, o *indivíduo* e a *família* – e considerando esta última como sua *unidade de análise* -, o PCV da Fundação SEADE investiga cinco grandes temas, a saber: *emprego, instrução, moradia, renda e acesso a serviços de saúde*, sendo que esta última escala foi excluída da segunda edição do PCV, em 1994, sob a justificativa de que a saúde "*não contém uma noção de pobreza absoluta*", por conta de que: "*o mínimo de acesso a serviços de saúde está garantido pela Constituição Federal, através da universalização da assistência médico-hospitalar para todos os cidadãos*", (PCV-94, p.viii).

Trabalhando numa vertente similar, KAYANO centra seu foco na análise das *iniquidades* e das *desigualdades em saúde* (1994:3). Segundo este autor, os problemas de saúde e os perfis epidemiológicos são particulares a cada grupo de população, uma vez que eles carregam "*formas particulares de inserção e participação no funcionamento geral da sociedade, apropriação do território e dos bens e serviços, expressando condições de vida diversas*" (idem, idem).

Portanto, as condições de vida mediam "*os processos mais gerais da sociedade e os perfis de saúde de cada grupo, constituindo-se em espaço de ação da saúde pública (...) tornando-se instrumento das administrações dos serviços de saúde no estabelecimento de metas e na busca da eficácia e equidade das ações*" (idem, idem).

Almejando a viabilização de propostas similares, e partindo do *Índice de Desenvolvimento Humano*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, órgão do sistema Nações Unidas, KAYANO (1995) desenvolve um interessante referencial analítico ao agrupar quinze indicadores sociais e criar um *Índice Social de Condições de Vida* ⁴⁷.

Na aplicação desta metodologia na análise da mortalidade registrada no estado de São Paulo para 1992, KAYANO conclui que determinados perfis

⁴⁷ Levando em conta o conceito de *desenvolvimento humano* criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da ONU, em 1990, cujo índice é composto por um indicador econômico (poder de compra real), de saúde (esperança de vida) e de educação (taxa de matrícula do 1º ao 3º grau), KAYANO, 1994, propõe o índice municipal, composto de dez indicadores nos âmbitos da educação, saúde, renda, habitação e condições sanitárias. Posteriormente, o mesmo autor aprimora este instrumento e cria o *índice social municipal*, composto de quinze indicadores (1995).

epidemiológicos marcados pela *mortalidade infantil* e por *causas violentas* coexistem nos mesmos lugares e períodos onde se constata piores indicadores de *saúde segundo condições de vida* ⁴⁸.

Outro importante trabalho nesta mesma linha de atuação é o *Mapa da Exclusão Social da cidade de São Paulo*, do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC - de São Paulo, sob a coordenação de ALDAÍZA SPOSATI (1994).

Elaborado a partir de 141 bases de dados diferentes, o mapa é um levantamento inédito sobre os 96 distritos da capital, classificados a partir de 21 indicadores sociais, agrupados em termos de *desenvolvimento humano, qualidade de vida, autonomia e equidade*.

Para além das questões estritamente teórico-conceituais, em relação à necessidade do delineamento de políticas públicas do setor saúde capazes de organizar os serviços em função de *problemas de saúde*, em trabalho anterior afirmamos que: "*pautamos nossas indagações pelas contradições dos processos histórico-sociais que se interpõem na constituição mesma do nascer, viver, adoecer e morrer em uma dada sociedade, expressos em problemas de saúde. Nesse sentido, a lógica dos problemas de saúde depende da perspectiva em que é enfocada*" (HEIMANN et alli, 1992:27).

Portanto, como nos lembra o professor CARVALHEIRO: "*Da óptica do indivíduo, problema de saúde pode ser um conceito extraordinariamente variável, em função das circunstâncias. Tomar conhecimento de que picadas de aranhas e escorpiões somente causam problemas sérios, até com risco de vida, em crianças muito jovens, pode despreocupar o adulto, até o momento em que se casa e tem filhos pequenos, morando num local onde esses aracnídeos são presença freqüente. O daltonismo ou a miopia, na semana em que se tem que*

⁴⁸ Sobre os métodos utilizados nos estudos das desigualdades sociais em saúde, ver BORRELL, C., "*Metodos en el Estudio de las Desigualdades Sociales en Salud*", texto base apresentado no "Seminário Latino-Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde", promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, realizado no Memorial da América Latina, São Paulo, SP, dezembro de 1995. Em relação às possibilidades e limites no uso dos chamados "*indicadores compostos*", e às abordagens e aplicações metodológicas em estudos de condições de vida e situação de saúde ver AKERMAN, 1995, "*Metodologia de Construção de Indicadores Compostos: um Exercício de Negociação Intersetorial*", *idem*.

revalidar a licença para dirigir automóveis, é um problema mais relevante do que no resto do ano” (1985, em HEIMANN, idem, ibidem).

Entretanto, ressalte-se que, muitas das tentativas de orientar a intervenção dos serviços de saúde exclusivamente em função dos fatores causais apoiados em *probabilidades*, incorreram senão em equívocos, pelo menos em leituras enviesadas, particulares, onde, aparentemente, muitas vezes não se considera de modo adequado, por exemplo, o fato de que o risco individual de adoecer não é exatamente predizível a partir do risco relativo medido num grupo ou população, confluindo-se as ações numa espécie de “*falácia programática*”.

A partir disso, uma das questões centrais que emergem no âmbito da formulação das Políticas e da Administração em Saúde é o desafio traduzido pelo fato de que muitas vezes a organização dos serviços tende a focar basicamente a doença, e não a saúde, frequentemente centrando-se as ações ao nível individual, pautando-se numa prestação de serviços definidos pela prática clínica, a partir das alterações morfofisiológicas – inclusive ainda muitas daquelas estruturadas em *programas de saúde*.

Assim, subsiste a necessidade de novas formas de ação, pautadas, como se disse, numa outra lógica, capaz de incorporar novos agentes, saberes e práticas, mais amplas e efetivas, onde o *social* ou o *trabalho*, por exemplo, não sejam consideradas ainda basicamente como “variáveis”, dentre tantas outras. Ou o “local”, entendido quase que exclusivamente como um cenário, esquecendo-se de desagregar este nível de análise, incorporando-o à própria atividade; ou o “grupo”, visto muitas vezes como uma coletânea a-histórica e homogênea de elementos e das suas motivações intrínsecas; ou ainda o “indivíduo”, recortado de suas determinações, – e como um sujeito “passivo”, sofredor da ação.

No caso deste estudo, as nossas indagações centram-se na leitura das contradições dos processos histórico-sociais que se interpõem nas formas de nascer, viver, adoecer e morrer em uma dada sociedade, expressos em *problemas de saúde*, ganhando contornos operacionais mais claros na busca de

indicadores de morbidade e utilização de serviços de saúde por parte dos vendedores ambulantes.

No tocante ao *acesso aos serviços de saúde*, no caso brasileiro, uma aproximação considerável foi estabelecida, sem dúvida, pelos estudos da *morbidade referida*. Em trabalho sobre a relação entre aspectos sócio-econômicos da morbidade no Brasil, MEDICI, 1990 ressalta a importância do *Questionário Especial Sobre Acesso aos Serviços de Saúde*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e aplicado conjuntamente com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*, em 1986, uma vez que esta foi a primeira grande pesquisa realizada em âmbito nacional sobre morbidade referida – e desta tentativa decorre talvez a maior relevância do estudo. Enfatize-se que, geralmente, os dados de morbidade disponíveis não são coletados ao nível domiciliar, mas sim em hospitais ou unidades de saúde (Anais do 1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Campinas, 1990, p.165).

Para MEDICI, a procura por serviços de saúde, assim como a própria percepção da doença, "*pode ser entendida como uma decorrência de uma série de atributos, tais como educação, hábitos culturais e renda*" (1990:170).

Do ponto de vista psicossocial, pode-se considerar também alguns outros aspectos, como a história de vida, a experiência anterior, a expectativa de indivíduos e pessoas, o universo simbólico, e o condicionamento do comportamento, isto é, o resultado prático das vezes em que o indivíduo ou grupo esteve às voltas com esta problemática.

Assim é que, na análise dos questionários do IBGE e do PNAD, MÉDICI comparou quesitos como regiões geográficas, zonas rural e urbana, sexo, grupos de idade, renda e cor em relação à:

- porcentagem de pessoas que tiveram problemas de saúde e procuraram serviços de saúde;
- pessoas que não procuraram estabelecimentos de saúde;

- motivo pelo qual não procuraram estabelecimentos de saúde - distância, dificuldade de transporte, incompatibilidade de horário, demora no atendimento, sem necessidade de atendimento, sem dinheiro para o atendimento, dentre outros;
- tipo de estabelecimento procurado - posto ou centro de saúde; hospital; clínica ou consultório, dentre outros;
- tipo de atendimento procurado - consulta, exame geral, internação, ou outros;
- motivo pelo qual procuraram os serviços - doença, acidente, lesão, problema odontológico, controle ou prevenção, dentre outros.

Como o autor acima ressalta, o tipo de informações colhidas em estudos sobre morbidade referida não permite um aprofundamento da variável causa, "*mas somente a dimensão da percepção da doença da população e sua relação com a utilização dos serviços de saúde no Brasil*" (idem, p.166). Mais do que os nexos causais, este ponto, relativo às dimensões da percepção do agravo e do risco – e sua representação - particularmente nos interessa sobremaneira.

Assim, ao analisar os métodos de estudo das desigualdades sociais em saúde, BORRELL, 1995, indica algumas das *vantagens e limitações* encontradas ao se trabalhar com *indicadores de morbidade*, obtidos nas entrevistas e questionários de saúde, em relação aos estudos de *indicadores de mortalidade*, de mais ampla utilização e de maior tradição no âmbito da saúde ⁴⁹.

Começamos, inicialmente, pelas limitações apontadas pela autora nos estudos de morbidade ⁵⁰:

⁴⁹ Este importante trabalho da pesquisadora do Institut Municipal de la Salut de Barcelona revisou e analisou os métodos utilizados em vários países nos estudos das desigualdades sociais em saúde, incluindo ampla revisão bibliográfica sobre desenhos empregados, indicadores de morbi-mortalidade e métodos quantitativos de análise; ver BORRELL, C., "*Metodos en el Estudio de las Desigualdades Sociales en Salud*", apresentado no "Seminário Latino-Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde", promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, realizado no Memorial da América Latina, São Paulo, SP, dezembro de 1995, p. 53 a 90.

⁵⁰ Livre tradução feita de BORRELL, obra citada, 1995.

- As pesquisas são, geralmente, transversais, e não seguimentos longitudinais, não se permitindo, assim, fazer nenhuma inferência a respeito da sequência no tempo das associações encontradas.
- No mais das vezes, exclui-se das amostras as pessoas e grupos que apresentam maior risco, como as pessoas institucionalizadas, ou ainda populações marginais, ou por conta de que os instrumentos não são padronizados para estas populações, ou ainda por não serem grupos estatisticamente pequenos – mas o problema é que são justamente eles parte fundamental dos estudos das desigualdades sociais em saúde.
- Segundo ILLSEY, a morbidade declarada é uma fração desconhecida e variável da verdadeira morbidade. A declaração se baseia na percepção pessoal, o que faz com sua interpretação e seu significado sejam complexos. Quando se deseja comparar diferentes áreas geográficas, deve-se ter em conta que pode haver uma importante variabilidade cultural na maneira como se responde e percebe as diferentes perguntas.
- De acordo com CARR-HILL, faz-se necessário tomar em conta tendências ao longo dos anos, uma vez que a percepção da sintomatologia pode variar de acordo com o tempo. A tolerância a uma enfermidade por parte da população depende de como socialmente está considerada em um dado momento. Este autor afirma ainda que, um incremento exagerado na declaração de um transtorno pode fazê-lo suspeitar.
- BLUME afirma que as pessoas de classes sociais mais baixas declaram menos as enfermidades porque estar doente, para elas, tem um custo mais elevado. Este fato faz com que diminuam as desigualdades entre as classes altas e baixas – ou que pelo menos faça com que assim apareça, poderia se dizer.

Por outro lado, algumas das vantagens apontadas pela autora nos trabalhos com indicadores de morbidade são:

- Oferecer uma visão mais ampla da saúde do que pode aquela obtida a partir dos indicadores de mortalidade, uma vez que os indicadores de morbidade

permitem conhecer também o estado de saúde percebido, as condutas relacionadas com a saúde e a utilização de serviços de saúde.

- Se se obtém dados através de estudos ad-hoc – como por exemplo as enquetes de saúde feitas através de entrevistas e questionários – se tem informações individuais, com os quais se podem comparar os indicadores de saúde de diferentes grupos sócio-econômicos.
- Outro fator importante é o de que o *estado de saúde percebido é um preditor da mortalidade*, independentemente do estado de saúde físico. Este aspecto tem sido comprovado em diversos estudos, o que explica em parte porque este indicador tem sido tão utilizado (conforme estudos empreendidos por GOLDSTEIN, M., SIEGEL, J. e BOYER, R., 1984; MACKENBACH, J. et alli, 1994; e MOSSEY, J. e SHAPIRO, E., 1982, em BORRELL, 1995:89).

A partir de compilação tanto de estudos europeus, quanto da agência oficial da saúde pública norte-americana, a autora aponta ainda os indicadores de morbidade e utilização de serviços de saúde mais utilizados no estudo das desigualdades sociais:

- Estado de saúde e limitação da atividade:
 - Doenças crônicas.
 - Limitações da atividade devidas a transtornos crônicos.
 - Número de dias médios de atividade restringidos, por pessoa.
 - Estado de saúde percebido.
 - Condições agudas.
 - Incidência anual de dias de internação –doenças crônicas, agudas ou acidentes.
- Utilização de serviços de saúde:
 - Número de visitas por pessoa ao ano – consultas ambulatoriais.
 - Estado de saúde geral.
 - Necessidade e dias de internação ou utilização de hospital.
 - Visitas ao dentista.

- Condutas relacionadas com a saúde:
Consumo de tabaco.
Atividade e condições físicas.

2.3 - processo produtivo e doença

Uma vez no campo das condições de vida articulado ao interior do próprio processo produtivo - produtivo da sociedade, do próprio homem e do seu *modo de andar a vida* -, começemos por uma rápida passagem sobre o tema da *doença e trabalho* no setor formal, em seu sentido mais chão e conhecido.

Como se sabe, o estudo dos agravos da saúde associados ao trabalho implica num enorme emaranhado, entrecruzando, dentre outros, aspectos médicos, metodológicos, políticos, sindicais, jurídicos e econômicos, uma vez que o reconhecimento legal de doenças, associando-as ao âmbito do trabalho, não apenas revela os impasses histórico-culturais de uma nação, como também impacta diretamente na concessão de aposentadorias, pecúlios, pensões, enfim, no sistema previdenciário de um país ⁵¹.

Em todo caso, faz-se necessário ressaltar a caracterização existente e reconhecida atualmente sobre o assunto entre nós. Um primeiro grupo destes agravos são definidos por uma ruptura brusca do equilíbrio entre as condições e ambientes de trabalho e a saúde do trabalhador, isto é, os *acidentes de trabalho e as intoxicações agudas de origem profissional*.

Conforme define a Lei 6.367, de 19 de outubro de 1976, *acidente de trabalho é aquele que pode ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte,*

⁵¹ Sobre o assunto, ver POSSAS, Cristina, “Saúde e Trabalho: a crise da Previdência Social”. São Paulo, Hucitec, 1987.

ou a perda, ou redução da capacidade para o trabalho (em “Saúde e Trabalho: desafios para uma política”, Comissão de Saúde e Trabalho, ABRASCO, 1990:9).

De acordo com o dispositivo legal, são equivalentes ao acidente de trabalho ainda o *acidente que, ligado ao trabalho, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte, ou a perda, ou redução da capacidade para o trabalho, e o acidente de trajeto, incluindo o percurso da residência para o trabalho ou deste para aquela* (idem, ibidem).

Um outro grupo de agravos à saúde, relacionados ao trabalho, consiste em danos que se manifestam de modo insidioso, ou seja, “*que se inicia ou progride sem que se perceba prontamente e cujos sinais só se evidenciam quando a moléstia está bastante adiantada*” (Dicionário da Língua Portuguesa do MEC, 1982:606).

Neste caso, a legislação em vigor prevê dois tipos de agravos: um é a *tecnopatia*, que é a *doença profissional típica, definida como aquela inerente ao peculiar a determinado ramo ou atividade* e constante de relação organizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, e o outro é a *mesopatia*, *doença decorrente das condições especiais em que o trabalho é executado e que com ele se relaciona diretamente* (ABRASCO, obra citada, p.10).

Evidentemente, este processo de conhecimento, legalização e legitimação das doenças profissionais varia de acordo com os tempos e as sociedades; a Organização Internacional do Trabalho - OIT, organismo do sistema Nações Unidas, vem apresentando a seguinte evolução na listagem de doenças reconhecidas e indenizáveis, conforme aprovado em suas convenções:

QUADRO 05

VARIAÇÃO DE DOENÇAS RECONHECIDAS PELA OIT:	
Ano	Número de Doenças
1925	03
1934	10

1964	15
1980	29

Fonte: Elaborado a partir de dados do Caderno da ABRASCO, '*Comissão de Saúde e Trabalho*', 1990, página 10.

É forçoso notar que o reconhecimento destas doenças em sua associação ao trabalho decorre menos do conhecimento da área da saúde sobre o assunto, do grau de refinamento do diagnóstico clínico-patológico, ou ainda das chamadas *dificuldades metodológicas* na abordagem do tema, e mais do amadurecimento político-social, e da capacidade de organização sindical num momento histórico anterior, quando o capital dependia mais do trabalho do que hoje em dia.

Para se ter uma idéia, enquanto no Brasil o rol de doenças profissionais reconhecidas e relacionadas no anexo V do Decreto 83.080, de 24 de janeiro de 1979, inclui vinte e um agentes patogênicos de natureza química ou física, capazes de causar efeitos deletérios à saúde do trabalhadores, na França existe uma listagem de setenta e oito doenças reconhecidas como tal; observe-se que enquanto o texto brasileiro fala de '*agentes patogênicos*', o francês explicita as '*doenças*', dispensando, no plano jurídico, a necessidade de demonstração do chamado *nexo causal*, como é o nosso caso.

Pois bem: se o grau de dificuldade no reconhecimento das '*doenças profissionais*' se mostra já bastante elevado, no caso do terceiro grupo, das *doenças associadas ao trabalho* - as *mesopatias* - isto adquire complexidade ainda maior.

De acordo com a síntese elaborada pelo comitê de especialistas na identificação e controle das doenças relacionadas ao trabalho da Organização Mundial de Saúde – OMS (Expert Committee on Identification and control of Work-related Diseases, World Health Organization), citado pela Comissão de Saúde e Trabalho da ABRASCO, as *mesopatias* são: "*outras doenças que ocorrem em trabalhadores quando o ambiente ou as condições contribuem significativamente para a ocorrência de doenças, porém em graus variados de magnitude*" (OMS,

Geneva, 1985, Technical Report Series, Nº 714, em ABRASCO, obra citada, p. 11).

Continuando, o comitê da OMS afirma que: *”as doenças relacionadas com o trabalho também atingem a população em geral. Entre trabalhadores, porém, elas se caracterizam por uma frequência acima da normal e/ou por incidir em grupos etários mais jovens que os grupos onde estas doenças são endêmicas e normais”* (idem, ibidem).

É o próprio informe dos especialistas da OMS quem identifica e relaciona as mais importantes *doenças relacionadas com o trabalho* no âmbito da Saúde Pública, a saber:

- distúrbios comportamentais e doenças psicossomáticas
- hipertensão arterial
- doença isquêmica do coração
- doenças respiratórias não específicas
- doenças do aparelho locomotor (lombalgias, artralguas, etc)
- câncer
- atopia (dermatites, rinite, asma brônquica, etc)
- outras

Uma forma de classificação das denominadas *doenças relacionadas com o trabalho* foi proposta por SCHILLING (1984), como pode-se ver abaixo:

QUADRO 06

TAXONOMIA DE ‘DOENÇAS RELACIONADAS COM O TRABALHO’	
Categoria	Exemplo
I - Trabalho como causa necessária	Silicose, Chumbo
II - Trabalho como fator contributivo mas não necessário	Varizes, Coronarianas e Aparelho Locomotor

III - Trabalho como fator provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida	Doenças Mentais, Eczemas e Úlcera Péptica
--	---

Fonte: SCHILLING, em ABRASCO, obra citada, 1990, p. 12.

A Comissão de Saúde e Trabalho da ABRASCO aponta, ainda, a existência de um quarto grupo de agravos e problemas de saúde “*mais abrangentes atribuídos ao trabalho e que, devido à sua complexidade teórico-metodológica, ressentem-se de uma aceitação definitiva na área médica clássica e conservadora. Referimo-nos às questões do desgaste operário, da síndrome da fadiga patológica, dos distúrbios do sono, do stress crônico, e de outros efeitos atribuíveis à organização do trabalho, no modo de produção capitalista*”; são citados como exemplo desta linha de investigação autores como DEJOURS, 1987; LAURELL, 1989 e SELIGMANN SILVA, 1986, (idem, ibidem).

2.4 - organização do trabalho e saúde mental

A partir das considerações anteriores sobre a relação entre trabalho e doença, observa-se que, ao passar do fenômeno mais emergente, visível, particular e pontual - o *acidente de trabalho* - para acontecimentos onde imperam conjunções menos superficiais, explícitas e encadeadas - as *tecnopatias*, as *mesopatias* e as *doenças provocadoras ou agravadoras de doenças latentes*, sucessivamente, aumenta o grau de complexidade em seu entendimento e busca de associação e nexos causais - inclusive, claro, quanto ao papel desempenhado pelo trabalho.

Mesmo assim, tomando-se como ilustrativo as causas de aposentadoria por invalidez no Brasil no ano de 1983, vemos que a principal causa é a *hipertensão arterial*, com 20% do total dos casos; em segundo lugar aparece a rubrica *transtornos mentais*, respondendo por 14,7% do total; em

seguida surge as *doenças osteo-articulares*, com 11,8% e depois vemos as *doenças cardiovasculares*, com 10,6%; em quinto lugar a epilepsia, com 3,7%, em sexto as doenças infecto-contagiosas, com 3,4% e depois o agrupamento que se traduz nas chamadas *demais causas*, com 35,8% (MEDINA, 1986, em ABRASCO, 1990:18).

Pois bem: ao se observar as duas principais causas - *hipertensão* e *transtornos mentais* - vemos que, independente de questões como etiologia, nexos, diagnóstico, notificação, dentre outros, ambas trazem consigo necessariamente fatores ligados à *dimensão psicológica* das pessoas - sem falar das *doenças cardiovasculares* e do *câncer*, responsáveis por aproximadamente 50% das mortes em adultos na faixa de 40 a 60 anos (LAURENTI, idem, p.20).

Isto posto, pode-se inferir que, se por um lado caminhar a partir de um dado quadro de morbi-mortalidade em direção ao trabalho pode se transformar numa viagem algo temerária, por outro, não há como estudar este mesmo quadro separado das condições de vida - e de trabalho - dos grupos e pessoas acometidas.

Portanto, embora muitas vezes o *sofrimento mental* seja estudado em separado não apenas do *sofrimento físico* mas das próprias *condições econômico-sociais*, evidentemente estes fenômenos não apenas se constituem, como, via de regra, se apresentam concomitantemente ⁵².

⁵² A despeito das implicações metodológicas dos nexos implícitos neste tipo de associação, um exemplo deste tipo de questão pode ser encontrado ainda recentemente no nordeste brasileiro, como vemos em reportagem do jornal Folha de S. Paulo de 31/05/98: “*Seca e Fome Acirram Distúrbios Mentais*”. Esta longa matéria, que ocupou três páginas desta edição dominical, traz dados de hospitais psiquiátricos da região das secas, onde observa-se um aumento de 20 a 30% de procura por serviços de saúde mental por parte de trabalhadores rurais. Estes *manifestam quadros de demência - perda de memória, mania de perseguição e perturbação mental - , agressão e agitação motora, auto-flagelação, e outras manifestações psíquicas decorrentes das péssimas condições de vida de “lavradores sem trabalho e inconformados com a ‘qualidade de vida’ (sic) que levam”* (idem, página 17). De acordo com a diretora do maior hospital psiquiátrico da região, a Casa de Saúde Santa Tereza, em Crato, sul do Ceará, a médica HELENITA SANTOS TELLES “o desespero de viver em situações críticas provoca um estresse que afeta essas pessoas” (idem, ibidem). Em relação aos chamados “loucos da seca”, o psiquiatra CARLOS DAVID SEGRE, do Hospital das Clínicas de São Paulo, afirma que: “*o estresse da condição social dos flagelados da seca e a fome afetam a mente dessas pessoas*” (idem, p. 18). Além dos fatores nutricionais mais diretamente associados à fome – como a ausência de nutrientes, a deficiência de vitaminas do Complexo B – a pelagra – e a desnutrição crônica, que afeta e compromete as gerações futuras – fenômeno tratado na imprensa como ‘homens-gabiru’, o sofrimento mental também manifesta-se de forma mais evidente nestas situações; segundo o cardiologista ABRÃO JOSÉ CURY JR., do Hospital do Coração de São Paulo, “*distúrbios como agressividade, perda de senso crítico ou o ato*

Em estudos feitos em outros países buscando relacionar estatisticamente aspectos psicológicos às dimensões macrosociais, BRENNER e MOONEY (1982) estudaram na Inglaterra de que modo as mudanças econômicas - crescimento e recessão - afetam a saúde humana, mais especialmente, aquelas afecções influenciadas *pela tensão, alimentação, hábitos de vida e condições de trabalho*. Os autores enfatizam que “os efeitos da recessão afetarão tanto aqueles que trabalham quanto os que perdem seus empregos, particularmente em havendo altas taxas de desemprego” (grifos no original) ⁵³.

A razão disto é que a real ameaça de perdas de carreira, de modos de vida e das relações com companheiros de trabalho, se mantidas por períodos elevados, pode gerar tensões equivalentes às da perda de emprego. Os autores chamam a atenção ainda para o fato de que várias das conseqüências da recessão necessariamente só se refletem nas estatísticas após algum tempo da crise econômica. E nunca é demais lembrar que, embora existam realmente dificuldades metodológicas em captar esse impacto, evidentemente isso não significa sua inexistência real, com o perdão do trocadilho, sobre a vida das pessoas direta ou indiretamente atingidas.

BRENNER e MOONEY, em outra pesquisa, feita na Inglaterra, Escócia e País de Gales, sobre os fatores psicológicos relacionados a perfis nosográficos específicos, no período 1955 a 1976, identificaram os aumentos da *tensão* como importante fator na determinação do aumento da mortalidade por doenças cardiovasculares em períodos de recessão (idem, idem).

Também MCQUEEN e SIEGRIST (1982), apoiados em pesquisas experimentais ressaltam o fato de que as influências psiconeuroendócrinas determinadas por vivências prolongadas de tensão de origem social afetam a

de falar sozinho são um tipo de distúrbio psicossocial, no caso dos flagelados da seca, uma vez que o organismo fica sem energia e é ativado o mecanismo de sobrevivência. O corpo tenta de toda forma lutar e, somado o fator psicossocial, acaba gerando atitudes agressivas” (idem, ibidem. Grifos nossos).

⁵³ SELIGMAN DA SILVA, Edith, “Crise Econômica, Trabalho e Saúde Mental”, em ANGERAMI-CAMON, Valdemar, (org), *Crise, Trabalho e Saúde Mental no Brasil*. São Paulo, Traço Editora, 1986, p. 54/132 (Tradução da Autora).

capacidade imunológica do organismo, tanto no que diz respeito ao sistema cardiovascular, quanto a um aumento de susceptibilidade para desenvolvimento neoplásico (em SELIGMAN SILVA, obra citada, p. 56).

Ao estudar diversas pesquisas sobre a relação entre as situações de crises econômicas e transformações sociais que inevitavelmente as acompanham, FRIED (1966), apesar de apontar a existência de aspectos contraditórios a respeito, faz, por outro lado, algumas constatações muito importantes, como por exemplo a de que: *"as crises econômicas resultam em crescimento das taxas de distúrbios mentais e que ocorrem consideráveis elevações dos índices de suicídio durante as mesmas fases, bem como um aumento de problemas psicossomáticos e de outras manifestações de perturbações funcionais"* (em SELIGMAN SILVA, obra citada, p. 58).

FRIED identifica ainda que, em todas as situações de crises, surge a presença de dois elementos potencialmente perigosos para a saúde mental das pessoas: *as perdas e as ameaças vivenciadas* (idem *ibidem*).

Retomando o tema da complexidade da missão da epidemiologia social, dois de seus principais expoentes, LAURELL E SERRANO, 1982, procuram explicar como e porque os efeitos da crise só vão se revelando muito lentamente nas estatísticas de saúde, levando-se em conta que as transformações no aparato produtivo se traduzem em condições de trabalho concretas, que não são externas aos trabalhadores, mas sim, formas de existência biológica, social e psicológica: *"a dificuldade metodológica de captar isto sob a forma de perfis epidemiológicos reside em dois problemas. Por um lado, não há expressões imediatas na morbi-mortalidade, já que são processos que demoram anos para concretizar-se como patologias específicas. O stress e a fadiga não matam necessariamente a curto prazo, mas vão minando o organismo pouco a pouco; a exposição a carcinógenos resulta em tumores malignos após quinze a vinte anos. Quanto à crise, as classes trabalhadoras a trarão em seus corpos por um longo período. Por isto podemos dizer que a história da doença é social e não natural"* (idem, p. 57/8).

Ao discorrer sobre a conformação do campo de estudos da *saúde mental do trabalho*, SELIGMAN SILVA o define como sendo aquele que focalizaria a *"saúde mental como processo onde as agressões dirigidas à mente pela vida laboral são confrontadas pelas fontes de vitalidade e saúde representadas pelas resistências de natureza múltipla, individuais e coletivas, que funcionam como preservadoras da identidade, dos valores e da dignidade dos trabalhadores"* (idem, idem, p.59).

Na busca do recorte deste campo, *"essencialmente sócio-político, porém moldado, basicamente, por forças econômicas, que atuando através de estratégias e tecnológicas utilizam o corpo e a mente do trabalhador como instrumentos de produção, ao mesmo tempo que os atinge morbigenamente"*, a autora compila as concepções teórico-metodológicos das principais abordagens do assunto no *caminho da ergonomia à psicopatologia do trabalho*, e que se referem basicamente a efeitos psíquicos e psicossomáticos do trabalho, a saber:

- stress laboral
- neurose do trabalho
- síndrome neurótica do trabalho
- fadiga mental e fadiga patológica
- tensão laboral
- sofrimento mental decorrente da vida laboral ⁵⁴.

Nos estudos sobre psicopatologia do trabalho, DEJOURS, 1987, define seu campo de ação básico estruturado ao redor de dois eixos: a *condição de trabalho*, como o ambiente físico - temperatura, pressão, barulho, vibração,

⁵⁴ CRISTOPHE DEJOURS e ALAIN WISNER tem se destacado também no estudo das *causas* laborais dos problemas acima apontados. WISNER (1970) e (1981) estabelece as noções de *carga de trabalho* e *carga mental*, enquanto DEJOURS (1986) delimita o conceito de *carga psíquica*, separando-o dos fenômenos fisiológicos - tanto neurofisiológicos quanto psicofisiológicos - que seriam integrantes da *carga mental* dentro do qual a *carga psíquica* se alojaria (SELIGMAN SILVA, p.60).

Segundo WISNER, a noção de *carga de trabalho* é discriminada em três aspectos – físicos, cognitivos e psíquicos -, e são identificáveis nos ambientes de trabalho, sendo que ela pode ser definida em termos de *"novos conflitos entre a pessoa (ego) e a situação (organização do trabalho), mas é também o nível no qual o*

irradiação, dentre outros -, ambiente químico - poeiras, fumaças, etc, o ambiente biológico, as condições de higiene e de segurança; e a *organização do trabalho* como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa - na medida em que dela deriva -, o sistema hierárquico, as modalidades de comando e as relações de poder ⁵⁵.

Partindo destas premissas, em pesquisa realizada sobre o tema: "*Condições de Trabalho e de Vida em sua Repercussão sobre a Saúde Mental*" junto a trabalhadores afastados do serviço por transtornos mentais, em Cubatão e São Paulo, no período 1981-1983, SELIGMAN SILVA, 1994, centra seu foco nos seguintes aspectos: *histórico de vida e vida familiar; histórico de trabalho; condições de vida e de participação social atuais; aspirações ocupacionais e expectativas gerais de vida; condições de trabalho atual e histórico de saúde e saúde atual*.

Especificamente em relação às *condições de trabalho*, considerou-se dois grandes tópicos: *as condições do ambiente laboral e os aspectos organizacionais*. Em termos operacionais, subdividiu-se ambos em:

- Ambiental: aspectos físicos e químicos (poeiras, gases, ruídos, temperatura, vibração, etc; aspectos e disposição geral do ambiente de trabalho (amplo, apertado, aglomeração excessiva de pessoas, etc).
- Organizacionais: duração da jornada; horário; ritmo; controles; sanções e a rotatividade ⁵⁶.

Embora até onde se possa constatar, a vida laboral tenha fator basicamente desencadeante nas psicopatologias, ela pode favorecer o aparecimento de uma descompensação; é por esse motivo que DEJOURS, 1980, considera que todo excesso de carga psíquica conduziria ao surgimento de fadiga

sofrimento e a fadiga física, a falta de sono provocada pela distribuição dos períodos de trabalho nas 24 horas e a sobrecarga de trabalho cognitivo podem determinar alterações afetivas" (1987:172/3).

⁵⁵ DEJOURS, C., *A Loucura do Trabalho*. São Paulo, Cortez/Oboré, 1987, p.25.

⁵⁶ SELIGMANN-SILVA, E., "Desgaste Mental no Trabalho Dominado". São Paulo/Rio de Janeiro, Cortez Editora/UFRJ Editora, 1994.

e sofrimento, uma vez que é pelo bloqueio crônico imposto à livre vida mental que a organização do trabalho agiria, possivelmente, para exercer a ação predisponente sobre as crises psiconeuróticas: “*se nenhuma modificação da organização do trabalho intervém, então a fadiga desembocará na patologia; duas modalidades são aqui possíveis, em função da estrutura mental: a descompensação psiconeurótica ou a descompensação somática*” (em SELIGMANN-SILVA, 1986, obra citada, p. 69).

Assim, verifica-se que a organização do trabalho atua na gênese da fadiga e do sofrimento mental por intermédio de vários de seus aspectos, como por exemplo através *de jornadas de trabalho prolongadas, dos ritmos acelerados de produção e da presença de hierarquia rígida e vertical*.

Outros aspectos contributivos associados destacados pela autora em seus estudos foram: o *controle* sobre a execução do trabalho; a *alienação* do trabalho e do trabalhador e a *fragmentação das tarefas* ⁵⁷.

Dada a similaridade da situação de instabilidade econômica e seus possíveis efeitos psicológicos em relação aos vendedores ambulantes, observa-se em LIRA e WEINSTEIN, 1983, em pesquisa ao longo de anos sobre a psicopatologia do desemprego, o aparecimento de *vivências de alienação* refletida através de: *impotência individual* - desamparo, vulnerabilidade e fragilidade; *sensação de carência de sentido da vida*; *ausência de normas* - desproteção, desconfiança e frustração; *distanciamento cultural* - sensação de não pertencer a nenhum grupo; *auto-distanciamento* - alheamento, despersonalização, sentimento de inferioridade e desvalorização e *isolamento social*, quando o indivíduo sente-se só, abandonado e excluído; limitação ao subjetivo (em SELIGMANN-SILVA, p. 104 a 106).

⁵⁷ Outros possíveis desdobramentos da organização do trabalho sobre a saúde do trabalhador são apontados em ampla revisão bibliográfica feita pela autora, destacando-se a questão do controle e vigilância (TAYLOR, 1978); da monotonia e do esvaziamento existencial (FRIEDMANN, 1972); a expropriação da subjetividade e a geração de ansiedade (DORAY, 1981); a elevação de níveis de tensão e respostas neuroendócrinas (FRANKENHAUSER, 1981), em SELIGMANN-SILVA, 1986, p.71 a 77.

Em estudo clássico sobre a saúde do trabalhador, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT, parte das *formas explícitas da violência do trabalho*, referindo-se às chamadas *doenças profissionais* ou ocupacionais, isto é, aquelas reconhecidas pelos órgãos previdenciários oficiais, dada a relação de causa e efeito fisicamente demonstrável, rumo a análise das *formas sutis do adoecimento pelo trabalho*, ou seja, o modo como, pela busca do aumento da produção, o capital organiza o trabalho e as implicações da parcelização da tarefa, repetição do gesto e a desqualificação do trabalhado – e do trabalhador (1989, p.32 e segs.).

Indica-se, desta maneira, os efeitos resultantes da organização do trabalho calcado na simplificação da tarefa, no aumento do ritmo de trabalho e no controle, alheio ao indivíduo do processo como um todo: “*mais grave do que as estratégias de controle externo, é a incorporação destas regras pelo próprio trabalhador (autocontrole), que passa a reprimir aquelas manifestações e expressões que o corpo, na sua individualidade, anseia por exteriorizar*” (idem, p. 37).

O estudo destaca ainda que, ao lado do regime de horário de trabalho, e da duração da jornada, “*os conflitos interpessoais, bem como o controle exercido através das relações humanas no trabalho se constituem em importantes fontes de tensão e desgaste emocional, originando e desencadeando formas mais graves de sofrimento mental*” (idem, p.38).

Assim, a partir de estudos feitos com categorias como a dos bancários e dos metroviários, o DIESAT afirma também que: “*a organização do trabalho, em sua relação com o desgaste da saúde, está fortemente vinculada a distúrbios ósseo-articulares, emocionais e os denominados psicossomático*” (idem, p. 39).

Na continuação, define as doenças psicossomáticas como: “*aquelas onde o desconforto emocional (ansiedade, tensão, angústia, etc) desencadeia o aparecimento de distúrbio orgânico. Dentre várias doenças, as mais freqüentemente verificadas são as cardiovasculares (hipertensão, por exemplo),*

as gastrointestinais (úlceras, gastrite, colite) e aquelas sensações de mal-estar para as quais não se tem definição diagnóstica“ (idem, ibidem).

Em relação à abordagem da medicina psicossomática, observa-se que: *“a auto-repressão continuada de sentimentos de revolta e raiva tem influência importante na origem da hipertensão arterial. Sentimentos como tristeza, medo e raiva reprimida influem também no aparelho digestivo, de diferentes maneiras, podendo originar doenças psicossomáticas*” (idem, ibidem).

Além daqueles fatores relacionados com a organização do trabalho, o DIESAT chama a atenção para o fato de que: *“constituem fontes de tensão e desgaste emocional, o risco de acidente e intoxicação por produtos químicos, pois significam para o trabalhador uma ameaça permanente à sua integridade física e ainda a constante exposição ao barulho, calor e à adoção de posturas forçadas e incômodas*” (idem, ibidem).

Nas pesquisas realizadas pelo DIESAT junto aos operadores de trens do Metrô paulista, aparece de modo recorrente as referências a *dores gástricas, cefaléias, dores lombares e tensão*, ressaltando-se que as *doenças do aparelho digestivo* foram o segundo motivo mais freqüente de afastamento do trabalho, nesta categoria, seguidos pelos *distúrbios mal definidos*.

Citando estudo feito na Itália, em 1978, junto a trabalhadores industriais - mecânicos, metalúrgicos, eletrônicos e têxteis – a freqüência de distúrbios digestivos varia entre 42 % a 66%. Já entre os trabalhadores do setor bancário, entre 25% a 55% apresentavam algum tipo de doença psicossomática ⁵⁸.

Para além destas patologias, o DIESAT coloca ainda que: *“há toda uma gama de distúrbios mentais (nervosismo e medo constantes, depressões, estados alternados de euforia e depressão, sentimentos constantes de segurança, etc) resultantes de conflitos psíquicos que podem ter sido desencadeados pelas condições de trabalho em geral e pela organização do trabalho em particular, não*

⁵⁸ GAGLIO, M., Neurosis y Sectores Medios, em BASAGLIA, F. Y otros, *“La Salud de los Trabajadores”*, México, Editorial Nueva Imagen, em DIESAT, *Morte Lenta no Trabalho*. São Paulo, Oboré, 1989, p.40.

atribuídos ao trabalho, por não exigir relação imediata de causa e efeito” (idem, ibidem).

Por fim, o DIESAT lembra que há, como fator agravante, um preconceito com relação a essas manifestações, vinculada à explicação socialmente adotada de que as doenças mentais são devidas a problemas familiares e individuais, facilitando a culpabilização do trabalhador quanto às suas origens e excluindo o trabalho como determinante das formas de adoecimento (idem, ibidem).

Nesse sentido, na definição do arcabouço teórico-conceitual da *psicopatologia do trabalho*, na França, DEJOURS coloca a necessidade de se *romper a busca dos nexos causais explícitos entre o trabalho e o adoecimento mental, substituindo-a, ao contrário, pela identificação daquilo que a ajuda a preservá-la*, constituindo-se num enfoque bastante interessante e profícuo. Sendo assim, estabelece seu foco de investigação na *elucidação do trajeto que vai do comportamento livre ao comportamento estereotipado* – entendendo comportamento livre não como algo metafísico, mas sim como um “*padrão comportamental que contém uma tentativa de transformar a realidade circundante conforme os desejos próprios do sujeito. Livre, mais do que um estado, qualifica uma orientação do prazer*” (1987:26) ⁵⁹.

O autor afirma que, ao contrário do que se poderia imaginar, a *exploração do sofrimento pela organização não cria doenças mentais específicas* – porém, ressalta que a relação homem-organização pode favorecer o

⁵⁹ Ao analisar *os efeitos do trabalho repetitivo na atividade psíquica*, DEJOURS coloca que, entre o *corpo* que age, e o *aparelho psíquico*, lugar da imaginação, dos afetos e do prazer, existe uma outra instância: o *pensamento*, estágio intermediário e sede da atividade cognitiva e intelectual – que DEJOURS representa espacialmente como andares de Torre Eiffel – sendo que o corpo seria o térreo e o primeiro andar, o segundo seria a sede da atividade intelectual, e o terceiro, o aparelho psíquico, seria um emissor, uma antena de televisão. O autor então pergunta: “*o que aconteceria se, bruscamente o andar do meio fosse retirado? O desastre arquitetônico viria acompanhado de uma alteração significativa da qualidade das emissões da televisão! É precisamente isto que deve ser estudado pela psicopatologia do trabalho: o que acontece com o trabalhador desprovido de sua atividade intelectual pela organização científica do trabalho, do choque entre um indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de uma injunção despersonalizante, emergem uma vivência e um sofrimento que podemos tentar esclarecer*” (1987:43).

O autor salienta ainda a necessidade de se diferenciar atividade intelectual e vida psíquica, uma vez que pode existir o primeiro independentemente do segundo; e exemplifica: “um raciocínio matemático é diferente de um fantasma” (idem, ibidem).

aparecimento de patologias a partir de três aspectos básicos: “a *fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; a o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma importante parte da energia pulsional e a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações*” (1987:122).

Além disso, o autor enfatiza que o *sofrimento mental*, isto sim, “*resulta da organização do trabalho*” (1987:25). Para tal, DEJOURS estabelece o conceito de *sofrimento psíquico*, que designa exatamente essa zona difusa entre a saúde e a doença, um espaço que se caracteriza justamente pela luta *contra* a doença mental, uma vez que entre a organização do trabalho e quem trabalha, existe um espaço de liberdade que inclui a negociação, a criatividade e ações de intervenção do trabalhador, numa síntese de possibilidades e desejos, e é, portanto, o rompimento desse limite na relação homem-organização surge o *sofrimento* – e a luta contra esse *sofrimento*.

Assim, como afirma SELLIGMAN-SILVA, 1986, é justamente a denominação abrangente de *sofrimento mental* aquela a partir do qual se poderá passar a realizar análises independentemente da nosologia oficial, na procura de exercer novas tentativas de compreensão das “*configurações assumidas pelas manifestações psíquicas e psicossomáticas vinculadas às tensões decorrentes da vida laboral e de seu contexto*” (obra citada, p.69).

PITTA, em estudo cujo objetivo central foi o de medir o que a autora chama de *marcas de sofrimento psíquico* numa população de funcionários de um hospital em São Paulo, buscando “*classificar o coletivo de trabalhadores e estudar suas correlações com determinantes do processo de trabalho e poder*”. Nesta pesquisa, a autora procurou conhecer o padrão de sintomas psicoemocionais dos agentes, trabalhadores do hospital, como elemento indicativo de sinal de *sofrimento psíquico* (obra citada, p.113).

Nessa mesma linha de investigação, PINA RIBEIRO trabalha com o conceito de *sofrimento psíquico* em pesquisa junto a trabalhadores bancários

acometidos por Lesões por Esforço Repetitivo – LER, em São Paulo (1997, p.227 e segs).

Em estudo que aponta o *sofrimento mental* como expressão da *penosidade do trabalho*, - condição identificada como tal quando o trabalho suscita vivências de *sofrimento psíquico* -, SATO, em pesquisa sobre a *representação social do trabalho penoso nos motoristas de linhas de ônibus urbanas* na cidade de São Paulo, chama a atenção para a importância do *controle sobre o trabalho* como um dos principais requisitos para que o trabalho seja saudável, uma vez que ele contribuiria positivamente para a redução da insatisfação e de doenças mentais, tornando as pessoas mais capazes de suportar e lidar com praticamente todos os problemas estressantes do ambiente de trabalho (em SPINK, 1995:197).

SATO chama a atenção ainda para a complementaridade existente entre a chamada *epidemiologia do senso comum*, e o conhecimento *subjetivo-existencial* do sujeitos da pesquisa, uma vez que o primeiro delineaia tendências e probabilidades de ocorrência de comportamentos, enquanto que o segundo elucida os mecanismos que conduzem a estes comportamentos, bem como seu funcionamento, suas motivações e ocorrências. (idem, p. 196).

A autora define *trabalho penoso* como algo que diz respeito: “aos contextos de trabalho geradores de incômodo, esforço físico e mental, sentido como demasiados, sobre os quais o trabalhador não tem controle” (idem, ibidem). Como elementos fundantes do *controle*, para que ele se torne possível, faz-se necessários três requisitos concomitantes: *familiaridade*, *poder* e *limite subjetivo*.

A *familiaridade* se define como uma aproximação gradativa, que possibilita prever o desenrolar do trabalho, os problemas existentes na tarefa, assim como a maneira de lidar com eles; o *poder* implica na possibilidade de o trabalhador interferir e mudar prescrições que definem normas no nível da tarefa por ele executada, enquanto que o *limite subjetivo* se define como um processo de autoconhecimento e de seus próprios limites, isto é, quanto, quando e o que é possível agüentar no trabalho (idem, p.197/9).

Em resumo, pode-se caracterizar o *trabalho como penoso*, quando o trabalhador não se constitui como o *sujeito* da situação, quando é rompido o equilíbrio da *familiaridade, poder e limite subjetivo*, desencadeando vivências de sofrimento mental e ocorrendo, assim, uma *ruptura* em relação ao *controle*, – sendo que ela “*se reflete diretamente na saúde do indivíduo*” (idem, p.202).

CAPÍTULO III: O CAMPO DA PESQUISA

Parte-se aqui do princípio, já por demais evidenciado, que a pesquisa científica, em seu atual estágio, deve rejeitar como *falsa dicotomia* a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico, haja visto o fato de que independentemente da *medida utilizada*, o que se procura – e deve ser captado, continua a ser sempre uma *qualidade* (GOODE, W e HATT, P., 1979).

Assim, pode-se afirmar que, mais do que a imanência, a externalidade aparente e a priori do objeto de pesquisa, trata-se do fato de que, tanto a passagem do *quantitativo* para o *qualitativo* pode ser entendida melhor como transformações em *graus* do que em *gêneros*, quanto, por outro lado, esta diferenciação ou complementaridade deve advir das predisposições metodológicas em seu sentido mais amplo, ou seja, o conjunto de princípios e pressupostos que orientam, desde o recorte temático, até o marco analítico – passando, evidentemente, pelo referencial teórico-conceitual e pelas características intrínsecas do fenômeno social a ser tratado, descrito em termos e sob a forma de objeto de estudo.

3.1 - a pesquisa descritiva

Quanto aos tipos de pesquisas, são elas classificadas em três leques, a saber: a *pesquisa bibliográfica*, a *pesquisa descritiva* e a *pesquisa experimental* (CERVO e BERVIAN, 1996:49). Como é a especificidade de cada proposta de investigação em suas distintas fases que implica em recortes próprios, com abordagens e níveis de aprofundamento diferenciados, é razoável dizer que estes modelos não sejam excludentes entre si, e, mais do que isto, seja possível que se complementem.

Tendo em vista o incipiente conhecimento a respeito do tema em questão e dada as características básicas externas do nosso objeto - a informalidade, a instabilidade, e a precariedade das condições de trabalho – consoante aos objetivos propostos, esta pesquisa se define como uma *pesquisa descritiva*. CERVO e BERVIAN afirmam que a pesquisa descritiva é aquela que *"observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los (...) sempre a partir de dados colhidos da própria realidade"* (obra citada, ibidem e seguinte).

Em relação às formas assumidas pela *pesquisa descritiva*, destaca-se os estudos de cunhos *exploratórios* e os *descritivos*, como aqueles mais próximos desta pesquisa. Dada as possíveis diferenciações que podem ser encontradas quanto às formas de organização e condições de vida e saúde que um dado agrupamento de trabalhadores informais pode assumir em cada contexto, optamos por um *estudo exploratório*, uma vez que ele procura principalmente: *"familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo, descobrindo novas idéias (...) sendo recomendável quando há poucos conhecimentos sobre o problema a ser estudado"*, como é o caso dos vendedores ambulantes (idem, idem).

3.2 - o universo e o local

De acordo com nossa proposta, o universo deveria ser definido em função de algumas características básicas, a saber:

- local onde o comércio ou a prestação de serviços ocorra há alguns anos e de forma estável e regular.
- quantidade significativa de vendedores ambulantes.
- contornos e limites definidos e reconhecíveis interna e externamente.

No primeiro tópico, nos referimos àquelas localidades onde se saiba da existência do comércio de rua de *modo constante* ao longo de um determinado

lapso de tempo – ainda que possivelmente não exatamente nos mesmos moldes, com as mesmas mercadorias ou com as mesmas pessoas.

Em relação ao segundo item, o local escolhido deveria conter um *número expressivo* de vendedores e de pontos de venda de tal forma concentrados e dispostos em um ou mais agrupamentos, de modo a conferir uma alta *densidade populacional* de camelôs, por assim dizer.

Por fim, o local escolhido deve ser *conhecido e reconhecido* tanto pelos *ambulantes*, quanto pela *população em geral*, configurando-se numa *região*, composta por ruas, logradouros, quarteirões ou zonas, de forma que se possa caracterizá-la como *camelódromo*.

Quanto à *amostra*, imaginou-se, num primeiro momento, trabalhar com um *universo* e *população* equivalentes ao total dos vendedores ambulantes da região definida inicialmente - a Passarela das Bandeiras. Porém, dada sua inviabilidade – recusas e evasivas, explicadas mais à frente, escolheu-se outra região – o bairro de Santana, na zona norte da cidade.

Após a mudança do local do campo da pesquisa para Santana, e considerando-se que as barracas se dispõem de forma aleatória quanto ao tamanho ou tipo de mercadoria vendida, por exemplo, procurou-se constituir uma *amostragem sistemática*, isto é, fixar uma amostra de um terço do total de ambulantes, cerca de 33% deles, sorteando-se o primeiro e pulando-se os dois seguintes, escolhendo-se o quarto, pulando-se os dois seguintes, e aplicando o formulário junto ao sétimo, e assim sucessivamente, seguindo um roteiro previamente traçado (CRESPO, 1991:23).

Porém, apesar de o conjunto de barracas aparecem nas ruas como um conjunto de elementos sequenciados – ou seja, *ordenados e fixos, portanto com a mesma possibilidade de escolha*, de acordo com as prescrições do conhecimento estatístico, na prática tal estratégia mostrou-se igualmente inadequada, por dois motivos: primeiro, pelo número de evasivas e de recusas em responder ao formulário proposto – ainda que em quantidade bem inferior ao ocorrido no centro da cidade; e em segundo lugar, pelo fato de que ainda que o *conjunto de barracas, como um todo*, se mostrasse fixo, observou-se *alterações e*

mudanças de local dos pontos de venda – basicamente dos equipamentos menores – o que evidentemente alteraria por completo a escolha dos sujeitos. Deste modo, a ‘aleatoriedade’ da amostra foi completamente modificada tanto por conta das evasivas e recusas – completas ou parciais – quanto pelo fato de que parte dos sujeitos um dia estão vendendo suas mercadorias – principalmente cigarros, fichas telefônicas, passes de ônibus e metrô - num dado local, noutra semana atravessaram a rua e instalaram-se aí, ou ainda em outra calçada, *impedindo, assim, uma escolha amostral sistemática probabilística, conforme estabelecido pelo rigor estatístico.*

Portanto, foi a *prática* quem acabou delineando a pesquisa como *um estudo descritivo quanti-qualitativo de uma amostra não probabilística de 54 entrevistados*, nos quais foram aplicados os formulários. Depois, para as entrevistas, foram escolhidos oito sujeitos representativos do grupo em questão, procurando-se manter proporcionalmente as características e tendências apontadas inicialmente nas observações e nos formulários.

3.3 - a coleta de dados e os instrumentos

Em relação à coleta de dados, imaginou-se que para se ter uma idéia geral do grupo em questão, um importante auxílio poderia ser fornecido por um diário de campo, instrumento que, embora simples e remontando aos primórdios da antropologia clássica, sem dúvida ajuda a dar conta das *anotações de campo*, que se pretendem traduzir as: *"observações e reflexões que realizamos sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas"* (TRIVIÑOS, 1987:154).

Entretanto, como ressalta o autor acima, o exercício da *observação livre* como uma técnica inerente à abordagem em pesquisas de tipo qualitativas, não é exatamente olhar, mas destacar de um conjunto algo específico, prestando

atenção em suas características, abstratamente separado do próprio contexto, para que, em sua singularidade, seja estudado em suas linhas estruturais.

Desta feita, tanto na chamada *observação livre*, como na *observação padronizada*: “*individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições e de dinamismos*” (TRIVIÑOS, obra citada, p.153).

Quase que simultaneamente às contagens regulares e primeiras sondagens, logo no início da abordagem dos ambulantes, aplicamos um *formulário* contendo 38 perguntas subdivididas em quatro eixos interdependentes - *dados gerais; condições de vida; problemas de saúde referidos; e organização e condições de trabalho* -, além de um campo específico denominado *registro de observações* (PÁDUA, 1994:156).

Ao se estabelecer o contato, iniciava-se sempre pelo *registro dos dados gerais observados*, cujo objetivo era o de *localizar o ponto de venda; listar o tipo de comércio; listar o caráter do ponto; identificar o tipo de equipamento; caracterizar fisicamente o material empregado em sua confecção; além de detectar o contexto geral referente ao setting da entrevista* (anexo 1).

Este mesmo formulário listava ainda os chamados *dados gerais*, isto é, nove variáveis relacionadas *ao sexo; faixa etária; tempo na função e no local; ocupação anterior; motivo declarado da mudança; se proprietário, sócio ou empregado; carga horária e jornada de trabalho*.

Em seguida, aplicamos outro formulário, contendo quinze itens, no intuito de identificar os aspectos básicos referentes à *situação de emprego; escolaridade; tipo de moradia; infra-estrutura urbana; renda individual e familiar; transporte; participação sócio-político-cultural e lazer* (anexo 2).

Na continuação, passava-se para o outro campo do formulário relativo a *problemas de saúde referidos*, ou seja, um conjunto de cinco questões estruturadas ao redor do *surgimento ou não de agravos e referência a problemas*

de saúde; acesso aos serviços de saúde; uso sistemático de remédios, prescritos ou não; indicadores da noção de saúde (anexo 3).

Este mesmo formulário contém ainda um último campo, destinado à abordagem de *organização e condições de trabalho*, ou seja, quatro escalas de avaliação do interlocutor sobre o *ambiente físico-químico; organização do trabalho; possível existência de elementos tensiógenos; e fontes de riscos e de conflitos interpessoais* no exercício do trabalho.

Com isso, permitiu-se tabular aspectos gerais das condições de vida e saúde e da organização do trabalho destes vendedores ambulantes, conforme os objetivos estabelecidos.

Num momento posterior, fizemos uso também de *entrevistas semi-estruturadas*, ou seja, “*aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses*” (TRIVIÑOS, 1987:145 e segs).

Numa perspectiva tipológica, e a partir de critérios definidos após a aplicação e pré-análise dos formulários, empreendemos uma série de entrevistas com sujeitos representativos das tendências apontadas nos formulários, aprofundando alguns pontos relativos às práticas, trajetórias e percepções gerais dos ambulantes (anexo 4).

Este *roteiro de entrevista*, contendo dez questões, buscou melhor compreender através do discurso dos sujeitos a trajetória individual e coletiva, a organização e estruturação do grupo, o histórico de saúde e a representação que fazem de si mesmos e de sua atividade.

Durante todo o trabalho de campo, procurou-se, evidentemente, estar atento às contradições – e armadilhas - que a própria inserção e seus desdobramentos fatalmente se nos colocaria, como o tipo de relação desenvolvida, seus limites, seus alcances – e mesmo suas frustrações.

Nessa direção, é ainda TRIVIÑOS quem afirma que: “*uma das situações mais difíceis que se apresentam ao pesquisador que quer estudar a realidade social que se está processando, que está ocorrendo, é a de definir com*

clareza sua função”. Ao discorrer sobre as dimensões que isto pode alcançar, o autor cita algumas das mais freqüentes dificuldades encontradas, tais como: o envolvimento nas *divisões internas do grupo*, o *sentimento de estar marginalizado*, a *necessidade de envolver-se pessoalmente* na vida das pessoas e do grupo e a *busca do informante adequado* (obra citada, p.141).

Lançando um alerta a respeito da presença destes fenômenos no trabalho de campo, ao analisar a produção antropológica mais recente, DURHAN, 1988, ressalta as dificuldades em se preservar a riqueza da pesquisa empírica antropológica integrada em novos esquemas interpretativos não positivistas, e a tendência dos pesquisadores em contornar, mais do que de enfrentar, os problemas metodológicos, o que denomina de *deslize semântico*⁶⁰.

Para a autora, a predominância constatada de trabalhos detalhados de grupos, categorias de grupos, categorias ou situações sociais delimitados, que incluem número restrito de pessoas e que são vistas “de dentro”, com ampla utilização da observação participante pode gerar o chamado “*deslize semântico*” uma vez que a *observação*, - que pretendia-se neutra – acaba sendo, cada vez mais, *substituída* pela *participação* do pesquisador. Neste caso, um dos maiores problemas aqui seria que, ao contrário da situação de campo tradicional, onde esquematicamente pode-se perceber que a participação é antes objetiva do que

⁶⁰ No que tange aos problemas teórico-práticos enfrentados no trabalho de campo, ZALUAR afirma que: “*um primeiro ardil colocado ao antropólogo no caminho de melhor conhecer o outro conhecendo-se a si mesmo é o menosprezo, embora disfarçado num discurso sobre a importância do ‘nativo’ nele, deste longo e penoso trabalho de recolher e entender o significado (ou os significados) que tem para os ‘nativos’ suas ações, idéias, rituais, conversas informais, instituições, etc. A armadilha é armada pela própria teoria que pensa a antropologia como “encontro de subjetividades”, mas como que garantido ou resolvido pela estrutura inconsciente do simbolismo*” (1988:107/108). Continuando, o problema seria o de que, nesse sentido, os dois sujeitos – e as suas subjetividades – não possuem o mesmo estatuto, uma vez que o ‘nativo’, o observado, passa a se constituir numa espécie de subjetividade sem sujeito, sem reflexão, sem crítica, sem criação, enfim, um ‘espírito humano’ que fala e pensa por ele, enquanto que o observador permanece absoluto, como aquele que domina e decifra o código.

A autora alerta ainda para outros pontos igualmente importantes dos estudos de campo relacionados à alteridade e à desigualdade presentes, como o fato de que o pesquisador, ainda que não perceba, é o mero registro de um discurso *para fora*, dirigido a um público mais amplo, transformando o pesquisador num intermediário, mesmo simbólico, entre o grupo estudado e as instituições sociais e o próprio mundo (idem, p. 114). Sendo assim, é muito comum, por isso mesmo, o pesquisador ser instado, explicitamente ou não, a assumir o papel de educador juiz, conselheiro, conscientizador, patrono, fato que, imagina-se, muitas vezes também não o é percebido pelo próprio pesquisador, que pode, igualmente, colocar-se como tal, ainda que inconscientemente.

subjetiva, pois mesmo convivendo com a população estudada, o pesquisador continua sendo um *estrangeiro*, ainda que aceito e integrado à cultura local.

Por outro lado, em muitos dos recentes trabalhos urbanos elaborados junto a grupos, o pesquisador não compartilha as mesmas condições de existência da população estudada, como nos casos pioneiros. Uma variante disso, ainda segundo a autora, seria a dos estudos cujos autores estão integrados como sujeitos, identificando-se com o próprio objeto – e aqui então as dificuldades simultâneas em praticar uma ação transformadora aliada à sua análise seriam particularmente complicadas, uma vez que a *observação* tenderia a ser substituída pela *ação* junto à população estudada, dado o grau de cobrança, tanto do grupo estudado – como da própria academia – na aplicação imediata e direta dos resultados da pesquisa, caminhando para aquilo que a autora chama de *participação observante* (em CARDOSO, 1988).

3.4 - limitações do estudo

No percurso do trabalho de campo surgiram uma série de contratempos, contextos e situações não previstas – e algumas nem mesmo previsíveis.

Estas dificuldades impactaram diretamente no delineamento da pesquisa, e, esquematicamente, podem ser sintetizadas em função dos seguintes fatos:

- recrudescimento do tema na imprensa
- possibilidade latente de remoção dos ambulantes
- expectativa de transferência de vendedores expulsos de outras regiões

Desta maneira, os acontecimentos acima impactaram diretamente no trabalho de campo, sendo traduzidos diretamente através de:

- dificuldades na abordagem (contato)
- resistências no aprofundamento (vínculo)

Os percalços se deveram desde a fatores de ordem mais geral, como os econômicos – dado o aumento do desemprego e de vendedores ambulantes ou candidatos – até à crescente instabilidade gerada pela falta de definição do executivo municipal em relação ao assunto, incluindo aí a expulsão de ambulantes de pontos tradicionais, como o Largo da Concórdia e arredores, no Brás; Avenida Paulista; Praça da República e adjacências e região da Rua Direita e da Praça da Sé, o que acabou gerando expectativas tanto de que o mesmo aconteceria a qualquer momento com os entrevistados, quanto da transferência de vendedores expulsos daquelas regiões para o bairro de Santana.

Outra decorrência destes acontecimentos é que houve uma súbita e desenfreada aparição do tema na mídia, basicamente por conta dos enfrentamentos policiais quando das remoções iniciadas em meados de 1996 e ainda não completadas, bem como pela série de reportagens em jornais, rádios e televisões sobre as denúncias de chantagem e corrupção - inclusive em Santana, que, infelizmente, coincidiu com o período estudado, 1996 a 1998.

Esse estado de coisas implicou em uma série de comportamentos não favoráveis ao pleno desenvolvimento da pesquisa, como recusas totais ou parciais, evasivas e desconfianças por parte dos ambulantes, exigindo recuos, 'quarentenas' e constantes mudanças de posturas na busca do contato e na elaboração dos vínculos, culminando com a saída da região central, onde o problema mostrou-se mais acentuado.

OUTRA PARTE:

O MUNDO DO CAMELÔ

CAPÍTULO IV: A PESQUISA AMBULANTE

4.1 - os preparativos e os preservativos

A idéia desta pesquisa, surgida originariamente na virada da década e início dos anos de 90, parecia nos idos de 1995, 1996, mais distante, um pouco idílica, até: compreender em que bases se assentavam as relações e o dia-a-dia dos camelôs e como viviam, particularmente os tópicos referentes ao tema saúde.

Isto porque, de um lado, as fundas mudanças na economia brasileira e na estrutura de empregos decorrentes da implantação Plano Real, em meados de 1994, deixavam marcas cada vez mais evidentes – e seu impacto no ambiente urbano, era cada vez maior.

Ao mesmo tempo, na cidade de São Paulo, não se vislumbrava nenhuma ação efetiva por parte do Executivo municipal em relação aos ambulantes, como por exemplo, a regulamentação de fato da atividade, incluindo uma decisão quanto à retomada do cadastramento e a emissão ou renovação dos termos de permissão de uso – os TPU, que regulavam, na prática, o trabalho dos ambulantes; muito pelo contrário.

Nesse contexto foi se delineando o universo a ser observado, e a escolha inicial do trabalho de campo recaiu sobre a região central da cidade, mais precisamente sobre a *Passarela sobre a Praça da Bandeira*, uma vez que ela preenchia todos os requisitos relativos à *estabilidade, regularidade, quantidade significativa de vendedores ambulantes, contornos e limites definidos e*

reconhecíveis. E além dos requisitos acima, ainda possuía uma configuração própria, com limites geográficos definidos e outros detalhes que pareciam torná-la interessante, como uma guarita da Polícia Militar e um guichê de informações da Secretaria Municipal de Transportes; enfim, era uma espécie de “*tipo ideal*” concretizado, bem à nossa frente, prontinho para ser estudado ⁶¹.

Essa impressão era corroborada pelo fato de que, para além das características acima descritas, ela apresentava-se como um local particularmente interessante em função de *aparentar* um alto grau de organização, uma vez que dispõe de barracas em apenas um dos lados da passarela, equipamentos estes praticamente uniformes quanto ao tamanho, cor e metragem, possui seguranças - inclusive à noite e nos finais de semana - latões de lixo coletivos, e não apenas individuais ao lado das barracas... enfim, uma série de indicativos, de que, ademais da própria delimitação geográfica do espaço, haveria um ordenamento capaz de sustentar a estabilidade e permanência no local - quiçá definido – ou pelo menos suportado - pelos próprios ambulantes.

Pois bem: a passarela era parte de meu trajeto diário de casa para Instituto de Saúde e vice-versa, durante anos, quando surgiu e foi maturando a idéia – mas então depois de muitas observações e contatos mais amiúde no local, e a conclusão a que chegava, no final de 1996, era a de que o comércio daquela passarela já estava completamente esquadrinhado, sem um único pedaço *livre* – ou pelo menos não *amarrado* ⁶².

⁶¹ O conceito de *tipo ideal*, criado por WEBER, é um instrumento de análise abstrato elaborado a partir de casos particulares observados; segundo o autor, o *tipo ideal* não é um modelo a ser alcançado nem um acontecimento observável da realidade, nem uma descrição dela, uma vez que ele é construído a partir de casos particulares de ordens sociais diferentes no tempo e no espaço, através de um processo de comparação e seleção de similitudes, retendo apenas determinados característicos da realidade. Também não pode ser considerado um *termo médio*, uma vez que seu significado não emerge da noção *quantitativa* do mundo, e nem expressa a *totalidade* da realidade, mas sim seus aspectos significativos, os caracteres mais gerais, os que se encontram regularmente no fenômeno estudado (WEBER, 1978).

⁶² O local definido inicialmente foi a "Passarela dos Piques" - nome oficial da conhecida "Passarela das Bandeiras", fica na região do Vale do Anhangabaú, mede aproximadamente 200 metros de extensão por 3 metros de largura, em forma curva. Ela se estende da confluência da Rua Quirino de Andrade, próximo à Ladeira da Memória, com a continuação da Rua do Ouvidor, na altura da esquina com a Rua Riachuelo, passando por cima da Avenida 9 de Julho e da Avenida 23 de Maio, ao lado da Praça da Bandeira. Liga as extremidades do espaço destinado ao Terminal de Ônibus Bandeiras, possuindo ainda três saídas, em escadas do tipo caracol, uma próxima à Av. 23 de Maio, outra na altura da Rua Santo Amaro e uma terceira junto à Rua Santo Antonio, nas proximidades da Câmara Municipal.

Observações assistemáticas e contagens iniciais indicaram a existência de mais ou menos 150 pontos de vendas, das mais variadas mercadorias, principalmente ferramentas e material eletro-eletrônico de origem importada, além de roupas, frutas, ferramentas e utensílios domésticos.

E ainda que no decorrer das atividades preliminares o exercício visual pudesse indicar eventualmente algum tipo de mudança, como pessoas que vendiam uma determinada mercadoria e depois passavam a vender outra, ou que sumiam por uns tempos e depois reapareciam, ou ainda que mudavam de ponto dentro da mesma passarela, ou em suas proximidades - o fato é que o comércio naquela região não era um espaço *em construção*, ou seja, sua estrutura e ocupação não pareciam depender de nenhum tipo de balizamento formatado entre ou pelos próprios ambulantes, prescindia-se de alguma forma de organização *interna* a eles, conforme veio a saber tempos depois.

Ao contrário, aquele já era um pedaço que há muito estaria dividido e controlado; e as disputas que havia tinham basicamente a ver com esquemas de poder inicialmente *externos* aos camelôs, isto é, articulações envolvendo grupos de pressão composto por fiscais, membros das administrações regionais, cabos eleitorais, assessores de vereadores... e camelôs mais antigos, que passam a ser "*amigos dos hóme*" –ou mesmo a fazer parte dos próprios "*hóme*", sem que se possa saber ao certo quando termina um estágio e começa o outro, conforme viria a ser amplamente noticiado nos meios de comunicação ⁶³.

⁶³ Todos os jornais paulistanos publicaram no período matérias sobre os andamentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em abril de 1995, para apurar a corrupção contra os camelôs. Na *Folha da Tarde*, de 14 de dezembro de 1996, observa-se que: "*o ex-secretário das Administrações Regionais - e atual Secretário do Abastecimento, Francisco Nieto Martin - declarou à CPI que estimava que apenas a corrupção contra ambulantes atingiria por volta de R\$ 100 mil por dia, incluindo sábados (...) sendo que a média mensal é de R\$ 2,4 milhões*" (caderno A, p.9).

Esta mesma matéria, de nome "CORRUPÇÃO EM ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS GIRA 20 MILHÕES POR MÊS", feita a partir de entrevistar apenas ex-secretários municipais, que, segundo a reportagem "pedem para não serem identificados", afirma que: "*o total do volume da corrupção nas 26 Administrações Regionais em somente três itens, propina em obras civis irregulares, contra os camelôs, e com compras e serviço encomendadas na próprias pelas próprias regionais - cujo valor médio, entre R\$ 25 mil a 50 mil reais dispensa a necessidade de licitação - atinge a soma de 240 milhões por ano, ou seja, 73% do orçamento total da Secretaria das Administrações Regionais para o ano 1997*". Note-se ainda que, na época desta reportagem, o tema ainda não chegava a ser parte da pauta quase fixa nos jornais, o que aconteceria apenas em meados do ano seguinte, 1997, em diante.

Enquanto isso, para além da crise econômico-social mais ampla, que faz com que mais gente procure alternativas de trabalho deste tipo - ao mesmo tempo que um número maior de pessoas passe a comprar mercadorias mais baratas - um outro fator que sem dúvida contribuiu para o incremento deste tipo de comércio específico foi a abertura ao capital e à tecnologia externa e o estímulo das importações.

Este fato fez com que tenha surgido no comércio das ruas, num curto espaço de três, quatro anos, bugigangas das mais variadas formas e graus de sofisticação, de roupas à aparelhos de televisão e até mesmo computadores. Além disso, o contrabando também fazia a sua parte, e o contato com o produto importado fez com que aparecessem no mercado materiais não apenas de origem, como também de qualidade suspeita, homônimas às marcas estrangeiras, conceituadas mundialmente, tornando-se possível comprar tranquilamente nas ruas de São Paulo televisores com a logomarca Sony, whiskies batizados - com ou sem trocadilho - de Johnie Walker ou White Horse, ou ainda pares de tênis com o nome de Reebok ou Nike, dentre muitas outras coisas.

Sendo assim, durante o tempo em que buscou-se locais outros para viabilizar a pesquisa emperrada na região central da cidade, imaginou-se um percurso que reproduzisse o modelo da expansão concêntrica, dualista, *do centro para a periferia*, consoante ao próprio desenvolvimento do capitalismo internacional.

Isto porque se o comércio no centro se apresentava super populoso, esquadrinhado, - envolvendo questões políticas e, principalmente, financeiras -, talvez fosse possível supor que os bairros ainda não se apresentavam dessa maneira, ou pelo menos num grau tão elevado de disputa de interesses. Nesta mesma lógica, é sabido que, bairros mais antigos, como Santana, Santo Amaro, Penha ou Lapa, mais e mais passaram a se constituir como pólos regionais irradiadores - e *centrais* para lugares como Imirim, Jardim Brasil e Mandaqui, na zona norte; Jardim Ângela, Vila São José e Parelheiros, na zona sul; Vila Matilde, Cangaíba e Vila Carrão, na zona leste, ou Vila Anastácio, Jaraguá e Piqueri, na zona oeste.

Levando-se em conta o pressuposto de que a falta ou a saturação de oportunidades guarda íntima relação com os deslocamentos populacionais, esse seria o caminho e a justificativa por nós adotada para mudar o local do campo da pesquisa, ou seja, buscar um local *tipologicamente médio*, onde o comércio de rua ainda não estivesse tão concentrado, tão disputado, e as coisas no momento da pesquisa *estivessem acontecendo*, assim mesmo, no gerúndio.

E se por um lado a necessidade desta reflexão e alteração, de sair do centro e ir para os bairros, poderia indicar um caminho mais apropriado do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, por outro lado sinalizava um possível esgarçamento das relações no plano institucional aí envolvidas, com o recrudescimento de indícios do loteamento político, do poder paralelo de grupos que controlam o comércio e os pontos de venda à margem da lei, do aumento da violência entre e contra os camelôs, da sobreposição de denúncias de extorsão e corrupção, do surgimento da questão dos camelôs na mídia... enfim, uma série de indicativos de que a pesquisa seria muito, mais muito diferente do que imaginara tempos atrás ⁶⁴.

Assim, no final do ano de 1996, após muito observar e pouco entrevistar - apenas seis pessoas - no centro da cidade, resolveu-se retroceder, uma vez o grande número de recusas em conversar – que às vezes prometiam responder “*mais tarde*”. E os que respondiam pareciam o fazer, no mais das vezes, de forma estereotipada, com evasivas ou com um discurso pronto. Mais freqüentemente, eram eles quem me questionavam, ora perguntando coisas - quem eu era, o que fazia, se conhecia alguém - ora o ambulante desconversava – se se tentava inverter a direção da conversa: “*não trabalho aqui*”; “*é meu primeiro*

⁶⁴ “NASCENDO NO DESEMPREGO E PROSPERANDO NA CORRUPÇÃO, OS CAMELÔS ESTÃO INVADINDO TODOS OS CANTOS DE SÃO PAULO”, proclamava o subtítulo da “Reportagem de Capa” da Revista VEJA SÃO PAULO, de 03 de setembro de 1997, “O MUNDO QUE SE ESCONDE POR TRÁS DAS BARRACAS”. Nela vemos que: “*o cidadão comum costuma imaginar que um camelô ocupa seu espaço numa calçada por sua própria conta e risco, mas isso é uma ilusão. Eles se concentram em pontos de movimento onde se ganha dinheiro com rapidez e por isso exibem um cotidiano selvagem, em que se disputam locais de venda na força bruta. Nesses lugares é preciso dar gorjeta para o fiscal não incomodar e contar com a proteção de um chefe poderoso, que mantém esquemas de poder paralelo na cidade - numa situação mafiosa típica*”. Revista VEJA - São Paulo, 03 de setembro de 1997, p. 10.

dia”; “o dono pediu para eu tomar conta um pouquinho prá ele” - ou simplesmente se recusava a responder a qualquer coisa.

Ironicamente, a citada matéria da Revista VEJA confirmaria, quase um ano depois, o fato de haver uma bem articulada rede funcionando à margem do Poder Público, montada ao redor do comércio ambulante exatamente no local inicialmente escolhido para a pesquisa ⁶⁵.

Em suma: no final de 1996, bem antes da reportagem da VEJA confirmar, uma coisa estava clara: era hora de escolher outro local. Com a ajuda de alguns ambulantes organizados e assessores parlamentares, passou-se a considerar outras possíveis regiões para se estruturar o campo da pesquisa.

Havia na época a possibilidade de ir para o largo da Concórdia, zona leste, porém já se sabia que os ambulantes daí seriam os primeiros a serem removidos para os bolsões, os chamados camelódromos, logo após as festejos natalinos, o que confirmou-se posteriormente.

Assim, no final de 1996, resolvi tomar o rumo de Santana, zona norte de São Paulo ⁶⁶.

⁶⁵ A citada matéria de capa da *Revista Veja - São Paulo* ressalta o caso de um ex-garçom: “Em 1993, ele vendia ferramentas numa barraquinha no centro. Hoje preside uma certa Associação dos Camelôs Independentes de São Paulo, que tem 800 associados espalhados pelas praças da Sé, Bandeira e Princesa Isabel, ruas São Bento, Casper Libero e Mauá, estações da Luz e Júlio Prestes e Viaduto Santa Ifigênia. Ele domina os locais. Decide quem pode montar barracas, o tamanho delas e a mercadoria a ser vendida. Treze seguranças olham as barracas durante 24 horas. Dois lixeiros particulares fazem a limpeza e oito vendedores de água e refrigerante saciam a sede dos vendedores. Há um acerto com a regional da Sé para o caminhão-pipa da prefeitura (sic) passar por ali apenas num horário combinado - depois das 10 da noite. Ele alugou dois apartamentos em um prédio em frente do viaduto, de onde vigia seus associados munido de um binóculo. O ex-garçom prosperou. Celular e bip nas mãos, ele trocou uma caminhonete D-20 por um Vectra azul-metálico e está reformando a casa de 300 metros quadrados na Freguesia do Ó, onde mora com a mulher e o filho. Comprou um terreno de 3.000 metros quadrados em Mairinque e frequenta um sítio com piscinas e lago artificial em Vargem Grande Paulista - segundo ele propriedade de ‘compadre’. O grande bem que ele possui é outro: um poder incontestado sobre um raio de 2.000 metros a partir da Sé - onde é o mandachuva sem ter sido eleito” (obra citada, p. 15).

⁶⁶ O bairro de Santana se situa na zona norte de São Paulo, possui uma área de 34,07 km², e tem uma população estimada em torno de 329.236 habitantes Limita-se, ao norte com os bairros do Mandaqui e do Tucuruvi; ao oeste com a Casa Verde; a leste com a Vila Guilherme; e ao sul, com o bairro do Bom Retiro, transpondo-se o Rio Tietê através da Ponte das Bandeiras, imortalizada nos versos de Mário de Andrade.

Sendo o mais antigo núcleo de povoamento situado na periferia (...), a Fazenda Tietê ou Fazenda Santana teve sua origem com a doação de uma sesmaria do Colégio da Companhia de Jesus, em 1673 – cuja sede ficava no mesmo local do atual quartel do Exército, o ‘Centro de Preparatório dos Oficiais de Reserva – CPOR’, na Rua Alfredo Pujol. Na época da Independência do Brasil, residiam nele os Andrada – o Solar dos Andrada -, e segundo relatório do Pe. Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, de 1864, teria sido neste local

Um esboço indicativo da posição do bairro no mapa da cidade pode ser visto na página seguinte, figura 01.

4.2 - entre o causal e o casual: os formulários

Depois das matérias-denúncias da *Rádio Bandeirantes*, em 1994 - que deram origem às investigações que culminaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal de São Paulo, em 1995, ora em andamento no Ministério Público -, da série de reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1996, e da conseqüente pressão da opinião pública - ou da *opinião publicada* - o fato é que no início de 1997 os ambulantes, de um modo geral, se apresentavam relutantes e refratários a contatos mais próximos.

Em junho de 1997, após atividades preliminares, como observações e sondagens informais, iniciou-se o trabalho de campo de modo sistematizado em Santana. A esta altura, concluía-se que a tentativa de estabelecer algum tipo de vínculo deveria ser muito cuidadosa - e que seria melhor fazer as aproximações e contatos sozinho, por conta exclusiva.

Como nas andanças prévias já tinha visto acontecer quatro pesquisas com os ambulantes - uma no centro e três em Santana, sendo uma delas reportagem de um jornal diário, percebi que a presença de um grupo de estudantes com uma filmadora ou de um repórter com um microfone significava para eles apenas um contato esporádico, não ameaçador, e que não havia porque - ou talvez como - declinar.

Para essas ocasiões, parecia, aparentemente, que o jeito era sacar uma história pronta e asséptica: em geral declaravam ter vindo “do norte”, tinham ficado desempregados, ganhavam pouco, o pessoal daqui “é bacana, deixou eu

que José Bonifácio de Andrada e Silva redigiu a ‘Declaração do Fico’, lida pelo Regente D. Pedro, em 09 de janeiro de 1822. No atual quartel do CPOR existe uma placa e um busto de bronze alusivos ao fato.

A Lei 11.169, de 30 de março de 1992, instituiu o dia 26 de julho como o ‘Dia Oficial de Santana’. (Fontes: TORRES, 1970; Fundação SEADE, 1990; e jornal Tribuna Paulista, 07 de agosto de 1998).

me instalar“... . Evidentemente, poderia até ser esse mesmo o perfil, mas com um pouco de treino e de observação dos mesmos em outras ocasiões, no dia a dia, e essa postura, eventualmente, deixava transparecer um certo grau de simulação.

Em todo caso, a tentativa de aproximação colocava-se como um passo no desconhecido, num mundo - aliás vários - com regras próprias, e um escorregão, adeus, talvez não tivesse volta - porque as notícias se espalham rápido no pedaço. De minha parte, desde o início de 1997 vinha me aproximando mais e mais deles - comprando cinto, fita de vídeo, cachorro quente, conversando amenidades, tempo, futebol... essas coisas.

Fazia isso em duas frentes: a primeira junto ao terminal Santana do metrô, no lado ímpar da Avenida Cruzeiro do Sul, atrás da Igreja Matriz, entre as ruas Gabriel Piza e Leite de Moraes; nesse local, nas proximidades da entrada principal do metrô, tenho um conhecido que trabalha como camelô há muito tempo, e que era minha principal referência para entrar no circuito. Aí, junto dele, dava para observar tranqüilamente o zunzunzum do pedaço.

Ao mesmo tempo, vinha fazendo o mesmo também em outro ponto, perto da esquina da Rua Voluntários da Pátria com a Rua Alfredo Pujol e no muro da escada da Rua Salete; aqui também tenho um antigo vizinho, que é ambulante também há muito tempo, e é com ele que eu sempre paro, sento-me rente à porta do Banco Real, onde sempre se juntam muitos ambulantes, e aí eu sempre dava um tempinho - na verdade investia, já que estamos falando de banco.

Depois de aplicar cinco formulários como piloto, com a ajuda do conhecido da boca do metrô, na região da avenida Cruzeiro do Sul, no começo de julho de 1997 resolveu-se iniciar o trabalho de campo -e pelo outro front, que configurava-se nesta ocasião como mais *neutro*, como melhor enquadrado em relação à etapa. Para bem ou para mal, parecia ser melhor alternativa ir tateando devagar; depois, dado o tempo que havia passado perambulando pelo pedaço, já era conhecido de alguns, cumprimentando outros pelo nome, conversando coisas um pouco mais pessoais.

Em resumo, dada a indicação da existência de um certo *aquecimento, necessário para passar do contato em direção ao vínculo*, seria

melhor começar a aplicação dos questionários antes que a situação pudesse mudar, ferver de vez, já que os rumores de que os ambulantes seriam retirados das ruas do bairro “*antes do dia dos pais*”, em agosto, eram fortes – fato que de resto mostrou-se particularmente recorrente em quase todas as ocasiões e épocas de festas – e de aumento nas vendas no comércio – o que traduza, talvez, o frenesi e o aumento na ansiedade, com a possível remoção.

Recapitulando o que dissemos antes apenas para facilitar a leitura, os itens que se procurou obter foram:

- registro de observações e anotações:
 - local;
 - espaço;
 - tipo do comércio;
 - freqüência e caráter do ponto e
 - tipo de equipamento e dimensões.

- dados gerais:
 - sexo;
 - faixa etária;
 - origem;
 - tempo na função e no local;
 - ocupação anterior;
 - motivo da mudança;
 - se proprietário, sócio ou empregado;
 - carga horária e
 - jornada de trabalho.

- condições de vida:
 - situação de emprego;
 - escolaridade e do chefe da família;
 - tipo de material usado na moradia e local;

infra-estrutura urbana;
renda individual e familiar;
transporte;
participação sócio-cultural e lazer.

- problemas de saúde referidos:
agravos e queixas;
acesso aos serviços de saúde;
uso sistemático de remédios, prescritos ou não;
indicadores da compreensão do conceito de saúde.
- organização e condições de trabalho - quatro escalas de avaliação:
aspectos físico-químicos;
ambiente de trabalho;
organização do trabalho;
elementos tensiógenos e
fontes de riscos ou conflitos interpessoais.

Obviamente, a aplicação dos formulários seguia a lógica imposta pela situação, sendo as perguntas adequadas a cada caso, por exemplo, sobre *saúde* além de perguntar *"você teve algum problema nos últimos seis meses?"*, inquiria também: *"quando foi a última vez que você esteve num médico/hospital/centro de saúde?"*.

Nas questões referentes à *organização e condições de trabalho* traduzia-se as perguntas por: *"como é trabalhar aqui?"*, complementando-se e subdividindo o assunto: *"o que você acha do espaço para trabalhar? e quanto ao jeito de trabalhar - sentado, de pé, faz força? e para comer, como você faz? E prá ir no banheiro?"*

Em relação à *organização do trabalho*: *"o que você acha do seu horário de trabalho? é muito tempo? e do ritmo? é 'corrido'? você tem uma rotina certa? o que você acha disso?"*

Quanto a *fatores tensiógenos ou indicativos de sofrimento psíquico*:
“você tem visto/sabido de algum problema ? ...com alguma coisa... com alguém... cliente, pessoal... cansa? muito? que tipo de risco para saúde ou doença pode ter para o pessoal que trabalha aqui? Tem acontecido isso? que você acha de trabalhar de camelô ?”

Em suma, procurou-se sempre adequar o instrumento ao horário, ao ritmo, ao fluxo e demais características do entrevistado. Isto significa que procurou-se respeitar as unidades de discurso, mantendo-se nas anotações o surgimento do tema ligado à pergunta desencadeante.

Assim é que, o tema do atropelamento, por exemplo, para uns surgiu associado às questões da saúde – referindo-se a *quando procurou um estabelecimento pela última vez* -, enquanto que, para outros, apareceu no momento que falava *do risco de trabalhar na rua*. – sendo que para uma terceira perspectiva, o problema surgiu na pergunta-controle quais as *desvantagens* de se trabalhar como ambulante, e assim por diante. Outros temas mais fluidos, como o *cansaço*, ou o *nervoso*, então, apareceram nos momentos mais diversos das sessões que compuseram a situação de entrevista.

O período de aplicação dos formulários foi de 10 de julho até 27 de novembro de 1997; iniciando-se pela rua Alfredo Pujol, calçada ímpar, altura do número 123, esquina com a rua Salete, em direção ao centro de Santana; em seguida, tomou-se a rua Voluntários da Pátria, lado ímpar, altura do número 2247, sentido centro, até a esquina com a avenida Braz Leme, altura do número 1871.

Depois, atravessando a rua Voluntários da Pátria, fez-se o caminho inverso, calçada par, sentido bairro, seguindo-se pela rua Leite de Moraes, Avenida Cruzeiro do Sul, calçada ímpar, altura do número 3143, ao lado da entrada do metrô, até a rua Alfredo Pujol, na altura do número 3355; e voltando pela rua Voluntários da Pátria, lado par, até a esquina com a rua Gabriel Piza – por onde chegou-se novamente na avenida Cruzeiro do Sul.

Para este setor, as contagens feitas no período apontaram a existência de mais ou menos 320 pontos de vendas, com um número

aproximado variável entre 370 a 400 vendedores ambulantes. O trecho descrito aparece na página seguinte, figura 02.

A priori imaginou-se seguir, no plano estatístico, uma amostra sistemática de um terço, cerca de 33% dos ambulantes, para a aplicação dos formulários e entrevistas; porém, dada as dificuldades – recusas, respostas estereotipadas e número de respostas em branco em parte do questionário, deixou-se forçosamente este aspecto de lado e tentou-se obter simplesmente o maior número possível, *constituindo-se a pesquisa em um desenho híbrido com uma amostra intencional disponível não probabilística de 54 ambulantes*.

Assim, aproveitava-se a eventual receptividade dos interlocutores para solicitar indicações de pessoas para a aplicação do formulário; nestes casos, interrompia-se o traçado do percurso imaginado, até ao local indicado, retornando posteriormente ao ponto onde se havia interrompido ⁶⁷.

Como exposto anteriormente, o ano de 1997 foi bastante agitado para os camelôs - e de quebra, prá nós também. A partir do segundo semestre, houve várias tentativas, exitosas ou não, da expulsão dos camelôs das vias públicas, geralmente com enfrentamento policial: em agosto, expulsão dos camelôs da Avenida Paulista, com seguidas escaramuças e passeatas; em setembro e outubro, expulsão dos camelôs do Brás, Sé e Rua Direita - inclusive também dos artesãos da Praça da República, apesar destes se constituírem em um grupo organizado, apresentando-se numa feira, catalogada pela própria

⁶⁷ Observa-se que este tópico é conhecido pelos estudiosos dos métodos e técnicas de pesquisa como “*a busca do informante adequado*” (TRIVIÑOS, 1987:144). Para o autor, “A escolha dos sujeitos mais capacitados para prestar ajuda à pesquisa não é fácil. Talvez o pesquisador tenha de se ver obrigado a processos de ensaio e erro reiteradas vezes antes de encontrar as pessoas adequadas para atingir os objetivos pensados” (idem, ibidem). Citando SPRADLEY, define-se os requisitos centrais relativas ao ‘bom informante’, que todo pesquisador de campo tenciona encontrar: “*antiguidade na comunidade e envolvimento desde o começo no fenômeno que se quer estudar; conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que tem envolvido o foco em análise; disponibilidade adequada de tempo para participar no desenrolar das entrevistas e dos encontros; e capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo*” (idem, ibidem e segs).

Na prática, a sequência metódica configurou-se em boa medida de modo semelhante à técnica conhecida como “bola de neve”, utilizada no processo de *distritalização da saúde*, ocorrido no âmbito do município de São Paulo, no início da década de 1990, onde, a partir da indicação de um informante, chega-se a outro, e assim sucessivamente. Nos EUA, a técnica de amostragem não-aleatória conhecida como ‘bola de neve’ é reputada como uma técnica originária da antropologia, como se vê em “*Snowball Sampling*”, *Research Methods in Cultural Anthropology*, em MARGOLIS, M. “*Little Brazil*”, 1994, p. 20.

municipalidade, como um evento oficial da cidade de São Paulo ! Com isso, houve um recrudescimento no tema na imprensa, com reportagens diárias saindo na imprensa paulistana, durante este período.

Evidentemente, este quadro contribuiu fortemente para que os ambulantes ficassem ainda mais refratários, dada a possibilidade premente de remoção e a expectativa de transferência de vendedores de outras regiões para o bairro de Santana, como se ouviam na época, através de rumores.

Mas o tema ficou ainda muito mais complicado no pedaço quando, a partir do início de novembro de 1997, o jornal *Folha da Tarde*, do grupo *Folha de S. Paulo*, passou a destacar de forma ininterrupta, durante mais de um mês, uma série de reportagens sobre a corrupção nas ruas da cidade. Chegando a criar uma sessão específica com o nome de “*Máfia Municipal*”, o jornal publicou, além de inúmeras manchetes e chamadas de capas, *cadernos especiais* sobre o assunto, com inúmeros depoimentos de vereadores, administradores regionais, fiscais e camelôs de toda a cidade.

Além disso, há que se destacar que boa parte do material colhido sobre o assunto o foi exatamente no bairro de Santana, enfocando a administração regional, vereadores, cuja base eleitoral fica na região, fiscais da Prefeitura e vendedores ambulantes, com a publicação de várias fotos e de depoimentos. Detalhe: tudo documentado pelos repórteres do jornal com gravadores escondidos sob a roupa, sem autorização, portanto, e fotografados sem que se soubessem!

A estratégia utilizada pelos repórteres do grupo Folha, durante “os mais de dois meses percorrendo várias administrações regionais”, foi a de se passar por candidatos a camelôs querendo se instalar na rua, se entrevistando com o maior número de envolvidos na obtenção de uma vaga. Para fazer a matéria, um deles chegou realmente a trabalhar como camelô por duas semanas⁶⁸.

Isto posto, não é difícil imaginar as implicações disso para este trabalho, em termos de esclarecimentos, articulações, recuos, desconfianças,

⁶⁸ Jornal *Folha da Tarde*, 5 de novembro de 1997.

tempo extra despendido tanto para chegar até os ambulantes, quanto na própria aplicação dos formulários, desdobrados geralmente em três ou quatro sessões.

Mais do que o problema da confiança na aproximação, o fato é que, mesmo vencida esta etapa, *evitou-se, explicitamente em alguns casos, implicitamente na maioria deles, qualquer referência, ainda que indireta, sobre tópicos relativos aos contornos e delineamentos de sua situação no local – como a maneira de se instalar nas ruas, posse ou não do termo de permissão de uso, relacionamento com a Prefeitura, ou as formas de organização e de participação*, dentre outros, como *parte fundante do contrato firmado entre o entrevistador e os entrevistados*. Esses assuntos foram tratados – quando o foram - com muitos cuidados, quase que exclusivamente nas entrevistas propriamente ditas, feitas mais adiantes.

Por outro lado, diante desse quadro de fragilidade e vulnerabilidade dos sujeitos, estabeleceu-se a priori a não necessidade de identificação pessoal, de nome ou endereço, mantendo-se apenas a descrição de quesitos essenciais, até as transcrições dos contatos e das entrevistas.

Assim, concluiu-se que esta seria a melhor estratégia, uma vez que a abordagem direta de temas tabus - como a questão da corrupção ou do pagamento de propinas -, desembocaria inevitavelmente numa situação que fugiria ao alcance, limites e objetivos da pesquisa. Sem falar que não seria ético expor os camelôs de forma gratuita e leviana, o que fatalmente aconteceria.

Porém, se do ponto de vista estatístico reiteramos que o quadro descrito não permite quaisquer generalizações, e se também em muitos aspectos os dados podem não ser exatamente confiáveis, como àquelas relativas à renda declarada, relação ou vínculo empregatício ou de propriedade do negócio, por outro lado, a aplicação espontaneamente consentida, face a face e mais demorada, parece que contribuiu para uma melhor qualidade dos dados colhidos, sempre comentados e explicados por parte dos sujeitos, muitas vezes de forma minuciosa.

Por esse motivo, não seria exagerado dizer que, a maior parte dos 54 formulários inicialmente aplicados, transformaram-se, seguramente, em

entrevistas - e essas, no decorrer do processo, transmutaram-se em casos. Um indicador disso, por exemplo, é o fato de que, a aplicação, feita no próprio local de trabalho, na maioria das vezes prosseguia em um outro dia ou horário.

E nas entrevistas, ambos, sujeito e entrevistador, sempre se encontravam devidamente acomodados, sentados, em banquinhos emprestados dos vizinhos, ou em algum parapeito, ou em algum balcão de bar ou lanchonete das redondezas – prá não falar em rolos de fitas barbantes! Ressalte-se que isto se deu, claro, exclusivamente por iniciativa dos ambulantes, respeitando-se o princípio do ritmo e andamento do processo configurado por eles.

Sendo assim, enfatize-se que os objetivos básicos da aplicação dos formulários, portanto, foram: *tabular o maior número possível de aspectos referentes à condição de vida, indicar possíveis sujeitos a serem posteriormente entrevistados quanto à saúde e organização do trabalho, e, principalmente, configurar um desenho a partir de um conjunto de características (garatujas), que possibilitasse um esboço, quiçá um perfil, tipologicamente construído a partir dos aspectos significativos, dos traços mais gerais e regulares encontrados até então, tendo em vista a finalidade última de compor um mosaico mais amplo e pormenorizado.*

Portanto, a qualidade do dado e o tipo de vínculo e de contato desenvolvido, permitiu que as informações colhidas neste primeiro movimento, através das observações e da aplicação dos formulários pudessem, no momento de organizar todo o material garimpado, se articular na construção de um sujeito coletivo, plural e singular.

4.3 - entre os causos e as causas: as entrevistas

Ao final da aplicação dos formulários, iniciou-se *a segunda fase da pesquisa, as entrevistas*. Os critérios estabelecidos para a escolha dos sujeitos procuraram refletir a idéia de *tipo ideal*, ou seja, delinear os extremos polares significativos do que fôra observado, em termos dos equipamentos - barraca

grande/pequena, ponto fixo/móvel; dos dados gerais – idade, sexo, dono/proprietário, migrante/não migrante; condições de vida - bairro próximo/distante, com instrução escolar/sem instrução; saúde, que refere/que não refere/histórico de saúde, além de outros aspectos básicos, como disposição, disponibilidade para tal e qualidade do vínculo desenvolvido até então.

Em número de dez, os eixos da *entrevista semi-estruturada* foram os seguintes:

- Descreva o modo como você começou a trabalhar aqui – trajetória pessoal e profissional.
- Descreva detalhadamente o seu trabalho – fluxos, rotinas e contatos:
 - horário
 - contatos
 - fornecedores
- Descreva o relacionamento entre vocês – organização, comunicação, etc:
 - ambulantes
 - clientes
 - lojistas
 - outros
- Descreva seu histórico e situação de saúde – dores, problemas e remédios:
 - concepção de saúde
 - atendimento
 - dores e queixas
 - medicação/auto-medicação
 - relação com a doença/ganho secundário
- Comente sobre o ambiente de trabalho – físico, postura e espaço:
 - percepção do ambiente físico-químico
- Descreva a organização do trabalho – ritmo, controle e riscos:

sofrimento, incômodo e esforço
 significado do trabalho
 duração da jornada
 percepção dos riscos
 penosidade: esforço, conhecimento e limites.

- Indique as principais desvantagens de se trabalhar aqui.
- Indique as principais vantagens de se trabalhar aqui.
- Cite outras atividades, além de trabalhar aqui – participação, lazer, etc.
- Comente sobre suas expectativas de vida – desejos, anseios, temores, etc.

Nas entrevistas, em número de oito, buscou-se um retrato o mais fiel possível da tipologia encontrada, como para ilustrar cada um dos casos-paradigmas arquetipicamente dispostos.

Realizadas entre janeiro e maio de 1998, nas entrevistas procurou-se compartilhar do dia-a-dia dos sujeitos, acompanhando-os em suas corriqueiras atividades cotidianas, como cafezinhos, almoços, idas a bancos, dentre outras, compartilhando preocupações e percepções diversas.

Por motivos éticos, as entrevistas não foram gravadas, sendo que se anotava ao máximo o que havia sido dito, procurando-se *manter a unidade do discurso e o fluxo de raciocínio do sujeito – incluindo a seqüência, as quebras e os encadeamentos temáticos* -, lendo ao término de cada etapa o que havia sido escrito pelo entrevistador. Ao fim de cada encontro, transcrevia-se as notas abreviadas, juntamente com as observações e impressões do contato.

Embora dessa forma possivelmente se perdesse na colheita dos dados, por outro lado o uso de gravadores mostrou-se absolutamente inviável diante das circunstâncias em que se desenvolveu o trabalho, além da avaliação de que as resistências e inibições seriam amplificadas pelo uso do aparelho eletrônico, inviabilizando, seguramente, as abordagens e os possíveis vínculos.

Além disso, mais do que uma ‘adequação’ ou ‘preferência técnica’, o que assumiu-se aqui foi uma *posição*, de modo a evitar expor os sujeitos inadvertidamente, de modo desnecessário, a qualquer desdobramento que pudesse prejudicá-los, de alguma forma.

CAPÍTULO V: ROLAM OS DADOS

Apresentamos agora uma primeira maneira de classificação, buscando encontrar pontos de convergência, divergências, tendências e regularidades entre as informações colhidas junto a esta amostra de 54 vendedores ambulantes. Consoante ao aspecto *descritivo exploratório* desta proposta, neste momento contentamos-nos em estabelecer uma primeira organização destes dados, mais no terreno das hipóteses do que das teses.

Passemos, portanto, aos quadros referentes à *descrição física dos equipamentos, aos dados gerais, aos problemas de saúde referidos e ao ambiente e organização do trabalho* desta população, que compõe a amostra disponível de 54 vendedores ambulantes.

5.1 - os equipamentos

Quadro 1 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *tipo de comércio* (Santana, SP, 1997)

Tipo de mercadorias	N	%
Eletrônicos	11	20,4%
Artigos de couro	08	14,8%
Roupas	07	12,9%
Alimentos manuais	05	9,3%
Passes de ônibus e metrô	04	7,4%
Alimentos industriais	03	5,6%
Utensílios domésticos	03	5,6%
Outros	13	24,0%
Total	54	100%

Como se pode ver, a maior parte dos entrevistados é composta por vendedores de produtos eletrônicos - rádios, gravadores, fitas de vídeo, brinquedos a pilha -, acompanhado por vendedores de mercadorias como cintos, mochilas, carteiras e outros objetos de couro e similares. Em seguida, os vendedores de roupas - camisetas, calças, meias -, e de alimentos preparados manualmente, como cachorro-quente e pipoca, os vendedores de passes de metrô e ônibus, de doces, balas e salgadinhos industrializados e de pequenos utensílios domésticos, como borrachas de panela de pressão, abridores de latas e desentupidores e ralos de pia.

Observa-se ainda um contingente de treze outros vendedores de artigos diversos, cujo número total é inferior a três, como vendedores de alho, fitas cassetes, CDs, relógios, óculos, fichas e cartões telefônicos, cigarros, panos de prato, chinelos, bijuterias, enfeites e bibelôs de porcelana, madeira ou massa epoxi.

Quadro 2 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *constância do ponto* (Santana, SP, 1997)

Frequência	N	%
Regular	51	94,5%
Eventual	03	5,5%
Total	54	100%

Em *termos temporais*, pode-se dizer que a grande maioria dos *pontos de vendas é constante*, uma vez que funciona no mesmo local pelo menos quatro dias por semana.

Apenas três camelôs podem ser chamados de eventuais, pois tem outras atividades; aqui a venda - num caso, panos de prato, e outros dois, de passes de ônibus e metrô, é compartilhada com algum conhecido, num mesmo espaço físico.

Quadro 3– Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *tipo de equipamento* (Santana, SP, 1997)

Equipamento	N	%
Fixo	21	38,9%
Desmontável	32	59,2%
Automóvel	01	1,9%
Total	54	100%

Já em relação à *ocupação do espaço*, observa-se que boa parte dos entrevistados ocupam *equipamentos fixos*, ou seja, que não são removidos do local fora do período de trabalho; mas a maioria deles desmontam a barraca e a guardam, geralmente dentro das barracas maiores, ou a levam consigo, no caso de quem manuseia alimentos, ou de *barracas pequenas, tipo pantógrafo*. Entrevistamos ainda um vendedor de cachorro quente cujo negócio funciona no próprio carro, tipo perua.

Quadro 4 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *tamanho do equipamento* (Santana, SP, 1997)

Dimensões	N	%
Até um metro ²	16	29,7%
De 1 a 3 m ²	29	53,7%
Mais de 3 m ²	09	16,6%
Total	54	100%

Vemos que a maioria dos pontos de vendas se caracterizam por bancas de mais ou menos um metro de comprimento por um metro e cinquenta de largura, via de regra peças encaixáveis numa estrutura de ferro ou alumínio, com uma única peça de madeira. Encontra-se também um grande número de pequenos equipamentos feitos totalmente de madeira, com um tabuleiro simples, medindo 0,50 m por 0,70 m ou 0,60 m por 0,90 m, sustentada por pés tipo pantógrafo - chamado por eles de “*xadrez*”, além de peças simples de plástico ou lona, amarrado nas pontas com fios de barbante ou nylon, para facilitar o

transporte – ou a fuga – cujos donos são conhecidos entre os ambulantes por “sirís” ou “pára-quedistas”, dada a semelhança anatômicas de seus equipamentos com estas figuras.

Há ainda a presença de equipamentos maiores, usualmente barracas de aço, cobertas por chapas igualmente de aço galvanizado, com ferrolhos de metal e outros itens que ajudam a incrementar a equipamento, como prateleiras e divisórias internas e com instalação elétrica – pontos de luz e tomadas.

Diante do quadro descrito nas quatro tabelas acima, observa-se uma esperada correlação entre o *tamanho da barraca, caráter do ponto e tipo de mercadoria: quando maiores, o equipamento é fixo, de melhor qualidade e as mercadorias à venda são mais caras* - eletrônicos ou roupas, como calças ou jaquetas. O contrário também é observado, com *equipamentos de tamanho médio, alguns cobertos, outros não, fixos ou não, e produtos mais acessíveis aos compradores* - como artigos de couro ou roupas mais baratos, como camisetas ou meias.

Por fim, encontra-se equipamentos simples, como *barracas quase artesanais, feitas de tábuas, arranjos de prateleiras, ou aquelas tipo xadrez*, que é composta por uma base simples de madeira, em cima de pés em forma de pantógrafo, onde são vendidas, geralmente, miudezas, como cigarro, ficha e cartão telefônico ou passes de ônibus e metrô.

5.2 - os dados gerais

Neste item, descreveu-se *as características gerais da população estudada, relativas ao sexo, à faixa etária, à ocupação como ambulante e motivo da mudança, às atividades exercidas anteriormente, ao registro em carteira nos últimos doze meses, à carga horária e à jornada de trabalho.*

Quadro 5 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes por sexo (Santana, SP, 1997)

Especificação	N	%
Masculino	42	77,8%
Feminino	12	22,2%
Total	54	100%

Observa-se aqui a marcante presença masculina na atividade de ambulante. Este fato pôde ser notado não apenas na amostra estudada mas também parece evidenciar-se pelas observações de campo, tanto em Santana quanto na região central da cidade.

As mulheres entrevistadas, em seis dos doze casos, estavam "no momento" apenas "ajudando ao marido", segundo declaram; nas quatro vezes em que as encontramos trabalhando sozinhas, o faziam na barraca de algum parente – irmão ou cunhado, que trabalha nas imediações do próprio ponto de venda.

Ao contrário, possivelmente, do imaginado, apenas duas mulheres trabalhavam nas ruas da região exclusivamente por conta própria: uma vendendo cafezinho e outra comercializando passes de ônibus e metrô, não por coincidência, talvez, tipos de mercadorias dispostas em equipamentos menores e desmontáveis, onde se maneja menores verbas e se aufera menores lucros.

Quadro 6 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *região de origem indicada* (Santana, SP, 1997)

Região ou Estado	N	%
Nordeste	34	62,9%
Sudeste (exceto São Paulo)	5	9,2%
São Paulo	12	22,2%
Sul	1	1,9%
Centro-Oeste	1	1,9%
Norte	1	1,9%
Total	54	100%

Este quadro indica uma maioria de nordestinos na amostra estudada, em número de 34 (62,9%). *A impressão dos nordestinos como grupo senão maior, ao menos predominante, no comércio de rua em Santana, parece fortalecer-se a partir de outros dados não sistematizados mas muito frequentemente observados em campo – como a linguagem, sotaque, referências pessoais e culturais, dentre outros.* Às vezes parecem formar uma espécie de teia de relações mais ou menos interligada, a partir de laços familiares ou de antigos conhecidos, onde eventualmente parecem ter sido atraídos pelos ‘conterrâneos’ especialmente pela possibilidade de participar do empreendimento de rua.

Em seguida aparecem os paulistas, geralmente a partir de uma situação social e posição profissional anterior mais específica e definida, em um total de doze (22,2%); vemos também quatro mineiros e um carioca (9,2%); encontramos ainda uma pessoa do Acre, uma do Paraná e outra do Mato Grosso (um coeficiente de 1,9% para cada uma delas).

Ressalte-se que as respostas a esse item, meramente ilustrativo, foram *obtidas no decorrer das conversas*, sem que houvesse um questionamento direto sobre suas respectivas procedências; foram conseguidas, por exemplo, ao *descreverem sua trajetória profissional, ou sua situação familiar.*

Portanto, o quadro aparece nesse momento obedecendo ao imperativo de uma apresentação *seqüencial descritiva lógica*, não correspondendo à *ordem metódica* ou *psicológica* utilizada quando da coleta das informações.

Quadro 7– Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes por *faixa etária* (Santana, SP, 1997)

Grupos de idade (em anos)	N	%
De 18 a 24 anos	12	22,2%
De 25 a 30 anos	14	26,0%
De 31 a 40 anos	07	13,0%
De 41 a 50 anos	13	24,0%
51 anos ou mais	08	14,8%

Total	54	100%
-------	----	------

Em relação à idade, observa-se uma certa homogeneidade na distribuição entre os intervalos previamente fixados. Porém, se somarmos as duas primeiras linhas - de *18 a 30 anos*, temos um *total de 48,2%, um valor alto*. Se se fizer o mesmo com as duas últimas - *acima de 40* - atinge-se 38,8%. Isto pode estar indicando, para os mais jovens, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e para os outros, a dificuldade de se conseguir empregos, possivelmente em função da idade; enquanto isso, na faixa dos *31 aos 40*, um dos picos do período da vida economicamente ativa do trabalhador, é justamente onde observa-se o menor número deles, apenas sete entre 54, um coeficiente equivalente a 13%.

Esta distribuição parece confirmar o obtido em outros campos e momentos das entrevistas, e talvez se possa inferir que existe uma boa parcela de pessoas que já adentram o mercado de trabalho através do próprio setor informal; por outro lado, possivelmente outros tantos que já não se mantêm no mercado formal se vêem empurrados para o comércio de rua, como veremos indicado mais à frente.

Quadro 8 – Distribuição da amostra disponível de vendedores ambulantes segundo *estado civil* (Santana, SP, 1997)

Estado civil	N	%
Casados	37	68,5%
Solteiros	9	16,6%
Viúvo	4	7,4%
Outros	1	1,9%
Não obtido	3	5,6%
Total	54	100%

Assim como no caso da procedência, aqui também o quadro foi elaborado através de informações colhidas em momentos diversos dos contatos,

e não em uma questão específica. A informação surgia, por exemplo, quando o sujeito refazia sua *trajetória profissional*, ou quando perguntando sobre o *número de pessoas que moram na mesma casa que o sujeito*, ou ainda em relação à *renda familiar*, isto é, se mais pessoas na família/na casa trabalham fora.

Observa-se aqui o alto índice de 37 casamentos, conforme pôde-se observar, "*no papel*", segundo declaram, contra apenas um que afirmou estar "*enrolado*", sem desejar entrar no mérito; independentemente da *oficialidade ou não do casamento*, registre-se a preocupação com o assunto. Enquanto isso, em outros três casos não foi possível obter maiores detalhes a respeito, além de quatro viúvos que trabalham na rua.

Quadro 9 – *Tempo declarado que trabalha na ocupação de ambulante* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Distribuição por grupo de meses	N	%
Até seis meses	02	3,7%
De sete a doze meses	05	9,3%
De um a dois anos	14	25,9%
Três anos ou mais	33	61,1%
Total	54	100%

Ressalta-se neste item que a maioria deles trabalha há um tempo razoavelmente longo na ocupação, neste ou noutro local. Aliás, a maioria deles, 27, afirmam trabalhar há pelo menos cinco anos como ambulante - aspecto não percebido no piloto, o que valeria a inclusão do item específico. Nestes casos, parece já haver uma passagem consumada e cristalizada para o setor informal.

Por outro lado, evidencia-se cuidados na declaração do tempo em que trabalham na rua; algumas vezes parecem inclusive exagerar o período em que estariam no local, uma vez que começam a fazer contas e a sucessão dos eventos não bate com o período referido. Isto talvez aconteça porque segundo versão corrente no local, corroborada pelas reivindicações sindicais, este seria um dos critérios a serem utilizados para a definição da permanência no local no caso

da sempre esperada nova regulação e emissão dos *Termos de Permissão de Uso - TPU*.

Quadro 10 – *Declaração de setor e ocupação anteriormente exercida da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Setor e função ou cargo	N	%
Diversos/serviços gerais	16	29,6%
Fábrica/ajudante	8	14,8%
Construção/pedreiro/obras	5	9,3%
Comércio/balconista	4	7,4%
Comércio/gerente	3	5,6%
Proprietário/negociante	5	9,3%
Administrativo/nível superior	2	3,7%
Nenhuma/não trabalhava	9	16,6%
Não definida	2	3,7%
Total	54	100%

Considerando-se como critérios definidores para cada agrupamento o *eixo das trajetórias profissionais*, ou a *ocupação exercida na maior parte do tempo de sua vida profissional*, ou ainda a *função ou cargo máximo atingido e exercido por no mínimo três anos*, vemos que, apesar de uma aparente heterogeneidade, pode haver algumas pistas pelo caminho: o maior índice encontrado, 16, é composto pelo grupo chamado aqui de *diversos*, isto é, uma *gama de ocupações diversificadas, em ramos de atividade igualmente dispersas, e que se caracterizam exatamente pela impossibilidade de seguir carreira ou de especialidades técnicas*, tais como, serviços gerais em prédios, ajudante de cozinha, carregador de malas, auxiliar de almoxarifado, estoquista e entregador, dentre outros, mas sempre exercidas de maneira irregular e extemporânea.

Se somarmos a este número outros nove sujeitos que não relatam *nenhuma outra referência profissional básica anterior a não ser a de ambulante* e mais outros dois *que declararam trabalham, mas sem definir uma ocupação básica ou função*, com comentários do tipo: *"um pouco de tudo... fazia bicos, o que aparecia"*, sem emitir resposta conclusiva, e que se identificam *unicamente*

como ambulante, e então chegaria-se a um total de 27 pessoas, ou seja, exatos 50% dos entrevistados.

É interessante notar que os nove sujeitos citados, incluindo três mulheres, ao serem perguntados sobre o que faziam antes de ser ambulante, responderam sem titubear: *"nada... não fazia nada"*, ou então: *"eu era camelô, mesmo"*, ou seja, parece já haver uma *segunda geração de vendedores*, na faixa dos 18 a 24 anos, e alguns também entre 25 a 30, que adentraram o mercado de trabalho com esse único horizonte à frente, o do setor informal. Via de regra, eles foram iniciados no meio por intermédio de parentes ou conhecidos, donos de barracas, sendo inicialmente empregados – observando-se que alguns hoje já tem a sua própria, enquanto outros almejam ter o seu ponto de venda exclusivo.

No plano das hipóteses, talvez ainda se pudesse agregar nesse mesmo rol aqueles quatro advindos do *comércio*, como balconistas e outros oito que trabalhavam em pequenas ou médias fábricas, como ajudante geral, e neste caso, teríamos ao todo 39 pessoas, o equivalente a 72% do total dos entrevistados, cujo denominador comum parece ser *a ausência de especialização técnico-profissional, associado, ao que tudo indica, a um baixo nível de escolarização*

Para termos uma idéia melhor, desagregou-se estes números por grupos de idade, conforme se observa na tabela abaixo:

Quadro 11 – *Declaração de ocupação anteriormente exercida por faixa etária da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)*

Setor e função ou cargo	18 a 24	25 a 30	31 a 40	41a 50	Mais 50	Total
Diversos/serviços gerais	4	4	2	5	1	16 (29,6%)
Fábrica/ajudante	1	2	2	1	2	8 (14,8%)
Construção/pedreiro/obras	1	1	0	1	2	5 (9,3%)
Comércio/balconista	1	2	1	0	0	4 (7,4%)
Comércio/gerente	0	0	0	2	1	3 (5,6%)
Administrativo/nível superior	0	1	0	1	0	2 (3,7%)
Proprietário/negociante	0	0	1	2	2	5 (9,3%)
Nenhuma/não trabalhava	5	3	1	0	0	9 (16,6%)
Não definida	0	1	0	1	0	2 (3,7%)

Total	12	14	7	13	8	54 (100%)
-------	----	----	---	----	---	-----------

Do ponto de vista do encaminhamento profissional, é interessante notar que, no caso dos *comerciários*, todos vieram para o setor informal já tendo algum traquejo do negócio, conhecendo alguma coisa sobre os possíveis locais de venda, fornecedores, tipos de mercadorias, além de conhecidos vendedores ambulantes.

Há também um contingente de cinco sujeitos oriundos da *construção civil*, isto é, um pedreiro, três serventes e um ajudante de obras; neste caso, a mudança ocorreu, segundo afirmam, em um caso, por problemas de saúde, e nos outros quatro, por falta de emprego associado a melhores ganhos em seu novo ramo de ocupação.

Entretanto, parece haver um outro caminho para o trabalho informal que passa longe da falta de escolarização ou de especialização: trata-se de um número respeitável de dez pessoas que trabalharam durante anos, em *funções executivas* ou *que foram antes empresários*.

Destes dez, *seis possuem diploma de curso superior*, e trabalharam em cargos equivalentes às respectivas formações, durante um tempo considerável: *um contador, como gerente de vendas, durante 17 anos; um administrador de empresas, por 19 anos; um psicólogo, por quase dois anos; e um economista, além de dois estudantes universitários, um de Educação Física, e outro de História; houve ainda várias referências a outros profissionais de nível superior no meio, como professores e economistas*. Dentre estes dez, outros cinco afirmaram ter sido *negociantes, durante pelo menos seis anos -, referindo a posse de lojas e fábricas, com dezenas de funcionários; dois destes tem escolarização superior*.

Sendo assim, do ponto de vista da qualificação profissional, neste caso parece que há *duas principais portas de entrada para o mercado informal*: de um lado, pessoas *com pouca instrução escolar ou aprendizado técnico específico*, enfim, sem uma especialização básica, e que encontraram no comércio de rua uma ocupação – às vezes a melhor, às vezes a única, o que parece ter ocorrido para 81% dos entrevistados.

Existe, ainda, um outro contingente que, apesar de não sofrerem, ao menos em tese, a chamada “*crise de empregabilidade*”, teimam em desafiar a nomenclatura oficial: neste caso, isso corresponde a seis pessoas com formação superior, que ocuparam posição de chefia e não conseguiram se manter no mercado formal. Destes, pelo menos dois parecem estabelecer uma espécie de relação homeostática entre “*o mercado informal não é bom*” mas sim “*é o mercado formal que está muito ruim*”. Talvez por se situarem numa faixa etária mais baixa, não serem casados e nem arrimo de família, espera-se voltar para o mercado formal apenas com uma condição: “*só se melhorarem as ofertas que tem por aí*”; nos outros casos explicita-se uma queda mesmo, um rompimento traumático, em termos de padrão e expectativas de vida, afirmando-se que, cada dia “*aqui fora*”, aumenta o abismo para a possível volta para um emprego estável.

Além disso, do ponto de vista estritamente econômico, há um subgrupo de cinco indivíduos que afirmaram ter sido empresários durante muitos anos, e que não conseguiram manter o negócio, sendo que três deles já vinham de família, passando de pai para filho; todos eles relatam grandes dificuldades e transtornos imbricados a esta transformação.

Um deles percebe igualmente as contradições – e os muitas vezes tênues limites - entre as “*pequenas empresas*” do setor formal e as do informal, uma vez que, já na fase de micro-empresário, um pouco antes de virar ambulante, e com um único ponto de venda formal, afirmou que as dificuldades com a burocracia e os impostos eram tantas, que não sabe, segundo ele mesmo, se “*optou ou foi optado*” para vir para a rua - neste caso, literalmente, pois de acordo com seu depoimento, “*foi só parar de subir as escadas... é menos trabalho pra mim e pros clientes*”, diz, referindo-se ao fato de ter estabelecido sua barraca exatamente em frente à sua antiga loja.

Quadro 12 – *Motivo declarado da mudança de atividade* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Motivo principal declarado	N	%
Desemprego	33	61,2%
Melhor rendimento	07	12,9%
Melhor perspectiva	02	3,7%
Oportunidade	04	7,4%
Outros	08	14,8%
Total	54	100%

A leitura dessas respostas merece alguns cuidados, uma vez que, em boa parcela dos casos, parece haver mais de um motivo para a mudança, ou uma associação deles, o que faz com que não seja possível uma compreensão linear do problema.

Como se disse, a definição conceitual de *desemprego* não é de consenso entre os especialistas. Portanto, para fins meramente descritivos, a classificação aqui adotada foi definida a partir do seguinte: quando a pessoa estava *fora do mercado*, e, segundo seus próprios critérios, declarou ter procurado emprego, com o verbo no pretérito, *não conseguiu, desistiu e veio para a rua*, assinalamos como *desemprego* a causa básica da mudança, o que foi relatado em 33 casos. Porém, se a pessoa refere *ainda procurar colocação em sua área ou ocupação anterior*, então marcamos *oportunidade*, ou seja, ela *não é* ou *não se sente* ambulante até então, mas *ela está ambulante*, no momento da pesquisa, indicando esta condição como a melhor – senão a única – alternativa à mão, associada à chance factível dessa iniciação, como por exemplo, contanto com um conhecimento facilitador - amigo ou parente que possui barraca na rua.

Um outro caminho foi seguido por aqueles que, apesar de estarem trabalhando - caso comum *aos balconistas, dos ajudantes, ou serviços gerais* - parece que optaram por ser ambulantes. Neste caso, são nove pessoas que talvez tenham decidido ser ambulante, por conta de uma pretensa possibilidade

de conseguir *melhores rendimentos em relação ao cargo ou função desempenhada no mercado formal*.

Como nas observações e bate-papos anteriores à pesquisa de campo invariavelmente aparecia o tema do *desemprego*, colocamos esse item inclusive como uma *questão controladora* a ser desenvolvida melhor no decorrer dos contatos e nas entrevistas, pois, repetimos, muitas vezes há indícios de um processo de passagem gradativo, onde parece se misturar a falta de perspectivas, com a baixa qualidade do emprego ou ocupação disponível no mercado formal, ou mesmo a impossibilidade de entrada ou reinserção nele, ao lado da chance efetiva de ingressar no comércio de rua, além de outros fatores menos tangíveis e subjetivos.

Enfim, em boa parte dos casos acaba por tornar-se difícil determinar onde começa o desligamento do setor formal e o interesse e a passagem para o informal; às vezes parece ser uma mudança lenta, de grau para gênero, desenhada e maturada ao longo de um certo lapso de tempo; em outros casos, parece ser repentino, embora isto não queira dizer, evidentemente, que não tenha havido um período de latência para tal idéia ou para sua concretização.

Isto posto, parece fazer sentido quando dois sujeitos apontam uma *melhor perspectiva* como motivo básico de estadia nas ruas. Ambos saíram do emprego registrado para ser camelô, com um detalhe importante: ganhando menos.

Um destes casos ainda no estudo piloto, o que alertou para a questão. O sujeito explicou na ocasião que: *"hoje, eu ganho menos do que antes; mas lá no prédio, eu não ia sair daquilo nunca; então eu vim, porque eu acho que posso conseguir uma barraca melhor, já estou conhecendo o pessoal que trabalha nos escritórios e posso trazer mercadoria melhor para eles, do Paraguai, ir nas feiras de fim de semana... lá no prédio não tinha fim de semana, não tinha nada; aqui tenho meu tempo e vou me dar melhor, com toda certeza"*.

Por fim, encontramos outros oito sujeitos que trabalham na rua por *motivos diversos*, tais como complemento do valor da aposentadoria, participação

ou contribuição no orçamento doméstico - caso das esposas - acidente de trabalho, viuvez e falta de amparo assistencial.

Quadro 13 – *Registro declarado em carteira de trabalho nos últimos doze meses da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Registro nos últimos 12 meses:	N	%
Não	51	94,4%
Sim	3	5,6%
Total	54	100%

Seguramente estes números dizem por si só, pois, sem dúvida, este é um dos melhores indicadores da distância a que se encontram os ambulantes do mercado formal; aliás, oito deles afirmaram não possuir nem mesmo a carteira de trabalho, o que não é pouco.

Sendo assim, a impressão que fica é a de que o único trabalho que a respectiva carteira pode possibilitar a estes sujeitos, é aquela no momento de ser obtida junto às repartições públicas.

Quadro 14 - *Situação de emprego e vínculo de trabalho declarado da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Vínculo de trabalho	N	%
Próprio	34	62,9%
Empregado	12	22,2%
Sociedade	3	5,6%
Não declarado	5	9,3%
Total	54	100%

O critério adotado é o de que o *trabalho é próprio quando o sujeito afirma ser dono do ponto e da mercadoria*, ou no caso das esposas que estavam na ocasião *"ajudando o marido"*; *empregado quando assim o declara*; e *sócio*

quando o entrevistado afirma trabalhar com o "compadre", ou revezar períodos distintos na barraca, sem relação de emprego.

Seja pela questão legal aí embutida, seja por haver indícios de existir donos de mais de uma barraca, essa pergunta muitas vezes parecia ser incômoda para alguns dos declarantes. Possivelmente, é por isso que nessa zona cinzenta, observa-se ainda que cinco pessoas não explicitaram o tipo de relação, respondendo de modo evasivo, ou recusando-se a falar sobre o assunto.

Entretanto, no alto número de "*proprietários*" parece se encontrar a chave dos que optam, com ou sem aspas, a trabalhar na rua. Porém, se possuir seu próprio negócio parece ser um dos principais atrativos deste tipo de trabalho, por outro lado observa-se ainda um alto número de *empregados* - normalmente encontrados em barracas maiores ou com produtos mais caros, onde o dono eventualmente não está presente, mas também vistos em barracas médias, trabalhando junto com o próprio patrão.

O fato parece constituir-se na geração de novas categorias de *subempregos*, traduzindo-se num jeito de se inserir e de se familiarizar com o ramo, até conseguir se estabelecer por conta exclusiva.

Quadro 15 - *Carga horária média declarada de trabalho* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Em faixas de horas/dia:	N	%
Até 6 horas	6	11,1%
De sete a nove horas	8	14,8%
De dez a onze horas	16	29,6%
Doze horas ou mais	24	44,%
Total	54	100%

De acordo com o quadro acima, vemos que a *carga horária* dos ambulantes é bastante alta - o que pode ser confirmado pelas observações; a esmagadora maioria - 74,1% - afirma trabalhar *dez ou mais horas* por dia. Por outro lado, a categoria *até 6 horas* registra apenas seis pessoas; isto parece

indicar, dentre outras coisas, que as mulheres que declaram estar apenas “*ajudando o marido*” (sic) contribuem bem mais do que imaginam - o que pode ser ratificado também pela jornada semanal, como vemos abaixo.

Quadro 16 - *Duração da jornada média declarada de trabalho* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Em dias/semana:	N	%
Até 5 dias	9	16,6%
6 dias	41	76,0%
7 dias	4	7,4%
Total	54	100%

Novamente constata-se que o trabalho na rua exige bastante, pois não só a *carga horária*, mas também a *jornada média* dos ambulantes é bastante extensa. Vale ressaltar ainda que vários dos que afirmam trabalhar seis dias por semana, declaram ainda que, em ocasiões como Natal ou Dia das Mães trabalham sete dias por semana - o que pôde ser ratificado pelas observações.

Dos três que afirmam trabalhar sete dias por semana, o que foi confirmado por várias vezes, dois vendem passes de metrô e ônibus, outro comercializa cigarros e um terceiro é segurança; aliás, este último cumpre uma “*dupla jornada*” na rua, pois vende relógios pela manhã, e à noite é segurança no próprio trecho onde trabalha.

Entretanto, deve-se ressaltar que existe, seguramente, uma variação considerável nos itens *carga horária* e *jornada de trabalho* em função do local onde estão os ambulantes ancorados, e, por extensão daqueles foram entrevistados.

Pode-se afirmar isto uma vez que, nos locais onde o fluxo de pedestres é alto também à noite e aos domingos – cercanias do terminal de ônibus e das entradas da estação do metrô, a presença do comércio ambulante também nesta faixa horária e dia, é igualmente alta, como nas cercanias da Avenida Cruzeiro do sul. Em contraposição às áreas basicamente comerciais –

arredores da Rua Voluntários da Pátria, isto fatalmente contribuiria para elevar o número daqueles que trabalham um número maior de horas/dia e dias/semana, fato indicado pelas observações.

5.3 - as condições de vida

Passemos agora aos dados relativos à *moradia e infra-estrutura urbana, escolarização, renda, condução para o trabalho, participação sócio-cultural e lazer* da amostra disponível de 54 vendedores ambulantes.

Quadro 17 - *Posse declarada da unidade de residência* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Situação da casa onde mora:	N	%
Própria	30	55,6%
Alugada	21	38,8%
Outros	3	5,6%
Total	54	100%

O tema da *casa própria* – identificado aparentemente mais pelo *não pagamento de aluguel* do que pela *posse legal do imóvel* – é, seguramente, um dos mais freqüentes e constantes no discurso dos ambulantes. É traduzido tanto pelo *alto número de proprietários*, quanto pela também *recorrente preocupação aludida por aqueles que pagam aluguel*, em adquirir um “pedaço de chão”, em “fugir do aluguel” ou ainda em “deixar alguma coisa prá mulher e pros filhos”, invariavelmente acompanhado da expressão: “no caso da gente faltar”. Sintomaticamente, o tema parece surgir associado à necessidade e busca de estabilidade e da segurança.

Apenas três pessoas declararam morar de outra forma que não as duas acima citadas, mas sim com *parentes*, sendo que um que mora em *pensão*.

Quanto ao material usado na construção, todos, sem exceção, afirmaram morar em casas construídas exclusivamente em alvenaria.

Quadro 18 - *Tipo de habitação declarada da moradia da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Em relação à ocupação:	N	%
Familiar/individual	43	79,6%
Coletiva (famílias)	08	14,8%
Coletiva (indivíduos)	03	5,6%
Total	54	100%

Segundo o quadro apresentado, a grande maioria mora com sua *própria família*, tomada aqui em sua *forma nuclear*, ou considerando-se ainda quando o *indivíduo afirma morar sozinho na casa*. Já a segunda rubrica refere-se aos casos em que *duas ou mais famílias nucleares moram juntas ou com algum parente de um dos cônjuges, da família estendida ou não*, que passou a morar junto com a família nuclear originária - caso de viuvez ou parente recém-chegado de outras regiões ou que passa por dificuldade econômica, os casos citados.

Observa-se ainda que dois sujeitos dividem a casa com outros amigos, numa estrutura do tipo '*república*', e um terceiro, que mora em pensão.

Quadro 19 - *Número de pessoas declaradas que ocupam o mesmo espaço habitacional da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Número de pessoas:	N	%
Uma	6	11,1%
De duas a quatro	16	29,6%
De cinco a oito	29	53,7%
Nove ou mais	3	5,6%
Total	54	100%

Como se pode ver, o maior valor concentra-se no item *de cinco a oito pessoas*, e, por esse motivo, a tabela pode estar indicando que a maioria

deles possui três filhos ou mais, uma vez que a maior parte é casada e que apenas oito deles mora com outra família ou agregado.

Outra inferência possível aqui é a de que apesar da maioria deles viver em ambientes aparentemente populosos, esta densidade talvez seja menor do que a possivelmente esperada, uma vez que apenas três pessoas declararam viver em ambientes que pode ser considerado como sendo de alta concentração populacional – acima de oito pessoas.

Ainda assim, apenas uma pessoa declarou morar em pensão e outra, apesar de morar em nove pessoas, ocupa um amplo apartamento num lugar bastante valorizado pelo mercado imobiliário da zona norte.

Quadro 20 - *Número de cômodos declarados do espaço habitacional em que vivem* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Número de cômodos	N	%
Até 3	5	9,3%
De 4 e 5	37	68,5%
6 ou mais	12	22,2%
Total	54	100%

Novamente aqui parece haver indícios de que o espaço da casa onde moram, em si, *não é exatamente pequeno em termos de número de cômodos*, uma vez que *a maioria vive em locais com 4 a 5 cômodos*, ou seja, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, sendo que é comum, de acordo com as narrativas, a sala funcionar, no pernoite, como um quarto para um ou mais filhos, normalmente os mais velhos.

Uma boa parcela, em torno de 22,2%, vivem em casas com *três quartos, sala, cozinha e banheiro*; já o inverso, isto é, a quantidade de pessoas que vivem em casas com apenas um quarto, cozinha e banheiro é de apenas cinco – sendo que quatro deles são casados, sendo três com filhos.

Quadro 21 - *Serviços urbanos e esgotamento sanitário indicados no local de moradia* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Serviços no local:	Sim	Não	Não Sabe	Sim (%)	Não (%)	Não sabe (%)
Água encanada	52	2	-	96,3%	3,7%	-
Energia elétrica	54	-	-	100%	-	-
Coleta de lixo	47	3	4	87,0%	5,6%	7,4%
Esgoto	43	4	7	79,6%	7,4%	13,0%
Asfalto	40	14	-	74,1%	25,9%	-
Iluminação de rua	44	10	-	81,5%	18,5%	-

Observa-se aqui que, em termos de *infra-estrutura urbana e saneamento*, um número considerável, 40 (74,1%) destes ambulantes moram em locais com todos os principais serviços básicos.

Quanto ao abastecimento de água, estes números podem ser considerados não fidedignos. Isto porque, embora a grande maioria declare acesso a água, na prática todos eles conseguem chegar a ela, sem exceção, sendo que alguns praticam o que chamam de "*gambiarra*", um eufemismo para ligações clandestinas. Assim, apesar de apenas dois afirmarem não ter água encanada, mesmo eles tem pelo menos "*um ponto de água no quintal, que tem que ter, mesmo*" (sic).

Ao contrário, a recíproca pode também não ser confiável, porque possivelmente alguns partiram do princípio de ter *água encanada em casa*, e não de ter *abastecimento de água*, com cavalete próprio, a partir da respectiva ligação oficial da Companhia de Saneamento Básico - SABESP.

No que diz respeito à energia elétrica, todos igualmente declaram ter acesso, embora sem especificar realmente em quais condições; já em relação aos demais serviços urbanos listados, cai progressivamente o número dos beneficiados por coleta regular de lixo, iluminação de rua, rede de esgotos e ruas asfaltadas.

Entretanto, um dado que chama a atenção nesta tabela é o alto número de pessoas que não souberam dizer se no local onde residem existe

coleta de lixo regular - 5,6%, e esgotamento sanitário, 13,0%. Assim, embora *não saber* não signifique, necessariamente, *não ter*, se somarmos estes dois números respectivamente àqueles que declaram não ser servido pelo serviço, o total passa, no caso da coleta de lixo, a 7, um coeficiente de 13%, e em relação à rede de esgotos, sobe para 11, uma taxa de 20,4%.

Em todo caso, o *desconhecimento* ou a *desatenção* para o fato talvez possa ser um indício de desconhecimento ou desatenção para a própria importância destes serviços básicos para a saúde.

Como muitas vezes o fator *casa própria* não é exatamente um *indicador seguro da situação sócio-econômico* do indivíduo, tentamos também mapear aproximadamente, até onde foi possível, *a localidade onde residiam*, para fins unicamente ilustrativos.

Para tal, procurou-se definir três grupos de bairros - *a*, *b* e *c* -, de modo a permitir algumas possíveis projeções sobre o quesito moradia. Sendo assim, chamamos de *a* o próprio bairro sede, Santana, e alguns outros contíguos, tidos como de *melhor padrão sócio-econômico na região*, como Alto do Mandaqui, Jardim São Paulo ou Santa Terezinha, aliás, exatamente os bairros citados pelas pessoas que compõem este grupo.

Já o segundo agrupamento, o *b*, é composto por *lugares que podem ser considerados como médios, segundo indicadores sócio-econômicos*. São aqueles que, embora não se situem no mesmo patamar do primeiro grupo, *apresentam aspectos que se traduzem numa relativamente ampla oferta de bens e serviços, quantidade expressiva de linhas de ônibus, acesso fácil ou direto ao metrô ou ao centro da cidade e valorização imobiliária acima da média*, por exemplo. Neste grupo foram considerados bairros como Tremembé, Casa Verde, Chora Menino ou Imirim.

Um terceiro grupo, aqui denominado *c*, é composto pelos *bairros mais distantes de Santana, que se espalham pela periferia da cidade*, sabidamente mais pobres em termos financeiros – e, por extensão, com diminuição de oferta de bens e serviços, bairros como Jardim Jova Rural,

Brasilândia, Jardim Damasceno ou Parada de Taipas, entre outros citados pelos ambulantes ⁶⁹.

Quadro 22 - *Situação de domicílio e bairro onde reside segundo agrupamento da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Em relação à posse:	a	b	c	n/o	Total
Própria	4 (7,4%)	7 (13,0%)	15 (27,7%)	4 (7,4%)	30 (55,5%)
Alugada	2 (3,7%)	7 (13,0%)	10 (18,5%)	2 (3,7%)	21 (38,9%)
Outros	1 (1,9%)	2 (3,7%)	-	-	3 (5,6%)
Total	7 (13,0%)	16 (29,7%)	25 (46,2%)	6 (11,1%)	54 (100%)

Assim, observa-se sete pessoas morando no agrupamento de bairros chamados de *a*: *quatro proprietários da casa em que viviam, dois que moram de aluguel e um que reside com parentes*. Já no grupo *b*, observa-se que o número de moradores sobe para 17, sendo que oito deles são proprietários, sete moram de aluguel, e dois são moradores temporários ou eventuais, dividindo a casa com parentes.

Mas é no grupo *c* que pode-se notar um *aumento súbito no número de moradores*, 24 deles, o equivalente a 44,4%; e isto acontece tanto entre aqueles que conseguem sua casa própria, 14 deles ou 25,9%, como com aqueles que pagam aluguel, dez, uma taxa de 18,5%.

Portanto, parece que o encontrado nas ruas corrobora a observação de que, por um lado, há ambulantes que, *sem conseguir manter-se empregados no setor formal, onde exerciam funções remuneradas acima da média, ou proprietários de seus negócios*, passaram para o comércio de rua, fato

⁶⁹ No “*Mapa de Exclusão Social da Cidade de São Paulo*”, estudo citado que analisa a qualidade de vida dos 96 distritos do município, observa-se uma estratificação em seis grupos decrescentes dos melhores para os piores, em termos de qualidade de vida. Partindo-se da classificação empreendida, vemos que Santana, o bairro sede, que nomeamos aqui como *a*, aparece no mapa no 2º grupo dos melhores; já os bairros que denominamos como do tipo *b*, como a Casa Verde, classificam-se no grupo colocado em 4º lugar; e os bairros chamados de *c*, aparecem no mapa no 5º grupo, como Cachoeirinha, ou mesmo no 6º grupo, tido como o dos bairros piores classificados, como é o caso da Vila Brasilândia, por exemplo, conforme SPOSATI, Aldaíza e Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, em jornal *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial *Raio X de São Paulo*, 26 de novembro de 1995, p. 1.

aparentemente associado à *descrição do tamanho da casa e do bairro em que vivem* - Santana e adjacências.

Deste modo, verifica-se *um número de camelôs que, sem conhecer a estabilidade - ou mesmo antes de ingressar no setor formal - encontraram no comércio de rua ao menos a manutenção de seu padrão de vida, aparentemente simples, quando não uma melhora, o que parece mais apropriado em boa parte das declarações.*

Não foi possível obter - *n/o* - o local de moradia de 6 ambulantes, um coeficiente de 11,1%.

Quadro 23 - *Escolarização declarada segundo grau de ensino da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Série máxima atingida:	N	%
1º grau incompleto	25	46,2%
1º grau completo	11	20,4%
2º grau incompleto	2	3,7%
2º grau completo	5	9,3%
3º grau incompleto	2	3,7%
3º grau completo	6	11,1%
Não declarado	3	5,6%
Total	54	100%

Observa-se que, em termos de *instrução escolar*, o item mais assinalado, com 25 respostas, é aquele referente ao *1º grau incompleto*, seguido pelo *1º grau completo*, com 11; somados, temos 36 pessoas (66,6%) com *escolarização máxima até o 1º grau*.

Por outro lado, deve-se ressaltar o número de ambulantes na ponta oposta da tabela, ou seja, um total de 8 ambulantes na faixa do *3º grau*, uma taxa de 14,8%; destes, seis já completaram os estudos superiores, enquanto que outros dois cursavam o 3º grau na época da pesquisa. Em relação à *escolarização do chefe da família*, pôde-se observar que *a maioria dos camelôs pode ser considerada como tal*, o que acaba por praticamente reproduzir o quadro acima descrito com bastante similaridade. Excetuando-se doze pessoas não

enquadradas na categoria *chefe de família*, encontramos neste rol as seis esposas, que geralmente referem-se aos maridos como tais; encontrou-se dois idosos, que vivem com parentes e quatro outros sujeitos, mais jovens e solteiros.

Portanto, este item acabou por revelar que *apenas quatro pessoas podem ser consideradas como não sendo chefe de família, ou seja, o principal ou exclusivo responsável pelo sustento da casa*. Estão eles situados nas faixas etárias mais baixas, e, ao lado da condição de ambulante, continuam estudando: dois fazem curso universitário, um possui o 2º grau incompleto e manifesta intenção de prosseguir, e outros dois, que terminaram o 1º grau, igualmente demonstram indicativos sólidos da intenção de levar adiante os estudos, como a descrição da sistemática e funcionamento do ensino supletivo, os mecanismos de avaliação dos exames, informações sobre as escolas que oferecem esta modalidade, ou os prazos e épocas em que se realizam.

Quadro 24 - *Escolarização declarada segundo grau de ensino por sexo da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)*

Série máxima atingida:	Mulheres	Homens	Total	Porcentagem
1º grau incompleto	3 (25%)	22 (52,4%)	25	46,2%
1º grau completo	1 (8,3%)	10 (23,8%)	11	20,4%
2º grau incompleto	2 (16,6%)	0 -	2	3,7%
2º grau completo	4 (33,3%)	1 (2,4%)	5	9,3%
3º grau incompleto	0 -	2 (4,7%)	2	3,7%
3º grau completo	2 (16,6%)	4 (9,5%)	6	11,1%
Não declarado	0 -	3 (7,1%)	3	5,6%
Total	12 (100%)	42 (100%)	54	100%

Desagregando-se estes dados por sexo, observa-se que as mulheres, proporcionalmente, possuem um nível de escolarização melhor do que o dos homens.

Quadro 25 - *Número de pessoas na família com rendimentos próprios por nível de renda declarada da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)*

Número de pessoas (incluindo o declarante)	N	%
--	---	---

Um	21	38,9%
Dois	09	16,7%
Três	06	11,1%
Quatro ou mais	04	7,4%
Não definido	14	25,9%
Total	54	100%

As informações relativas à *renda* estão, provavelmente, entre as menos confiáveis da pesquisa. Pelo visto, isto acontece por uma série de motivos, que vão desde a conotação invasiva da pergunta, que pode gerar um incômodo com o tema, passando pelo interesse de ocultar o valor recebido, rebaixando-o intencionalmente, até a *dificuldade em se estabelecer operacionalmente categorias fixas, como renda média mensal, renda familiar e número de pessoas na família que obtém renda* – além, logicamente, da *impossibilidade efetiva de se calcular uma média, dada a oscilação e a sazonalidade das vendas*.

É evidente que, esses *obstáculos metodológicos*, por assim dizer, refletem parte dos tênues limites entre *ter trabalho*, como uma condição estável, no momento da pesquisa, e *estar trabalhando*, assim, no gerúndio, como situação irregular. A perplexidade e/ou a dificuldade em responder, portanto, parecem estar ligadas à impossibilidade em se refletir de uma forma sistematizada sobre um tema que não tem nada de estável nem de regular, seja quanto à periodicidade, seja quanto ao ganho, seja o seu próprio, seja o de seus familiares. São aspectos originários das suas próprias condições de vida e inserções no mercado de trabalho, igualmente fluidas.

Em todo caso, agrupamos aqui as indicações da seguinte forma: o item *um* reporta-se aos casos em que o declarante destaca apenas sua participação no provento da casa; *dois* nas vezes em que, além do entrevistado, o cônjuge ou um filho ou agregado são citados como tal; no *três* e *quatro e mais* são considerados os casos igualmente em que tal quantidade de pessoas são declaradas como contribuintes com algum tipo de regularidade no orçamento

doméstico, ou, que tenham algum tipo de comprometimento, um compromisso fixo nas despesas da casa, como a incumbência de pagar mensalmente o fornecimento de energia elétrica, ou água, por exemplo, e que poderia indicar, deste modo, a participação com alguma receita própria por parte de outro membro da família que não o declarante.

Registre-se ainda uma quantidade de casos que não foram passíveis de classificação segundo os critérios adotados; esse número, expressivo, é de 14 pessoas, o equivalente a 25,9%. Isto ocorreu, via de regra, por tratar-se de participação ou obtenção intermitente de renda, ou ainda por tratar-se de população em idade não ativa, crianças “*que ajudam em alguma coisinha*”, ou jovens que apesar de encontrarem-se em idade economicamente ativa, todavia não ingressaram no mercado de trabalho, ou ainda que não ficou claro o enquadramento nos critérios anteriormente apontados como norteadores na obtenção de renda própria, o que, repetimos, foi o mais freqüentemente encontrado.

Ainda em relação à dificuldade em captar aspectos relacionados aos rendimentos dos ambulantes, introduzimos na tabela abaixo, referente à *renda média mensal obtida como ambulante* a categoria de *não apurado*, que abarca os casos em que a pessoa *não respondeu, e/ou não foi obtido o dado, por dificuldade em se definir um valor médio mensal, ou ainda os casos em que observou-se contradições evidentes no discurso do entrevistado quanto aos valores declarados*, quando às vezes o sujeito declarava ganhar R\$ 300,00, e durante a conversa ele fazia afirmações do tipo: “*trabalhar em fábrica prá que? Prá agüentar mau-humor de chefe e ganhar R\$ 400, 450 paus? Que não paga nem meu aluguel?*”.

Enfim, trata-se de um conjunto de respostas que podem indicar tanto a recusa intencional em responder ao quesito, quanto a citada dificuldade em

projetar a renda mensal, dada, eventualmente, pela irregularidade da mesma, ou ainda por outros motivos menos perceptíveis, como um eventual pouco tempo na ocupação e a conseqüente falta de familiaridade com estas ou outras facetas do trabalho; em todos casos, não configurou-se o dado como confiável, excluindo-o de uma classificação mais precisa.

Quadro 26 - *Renda média mensal declarada obtida como ambulante por nível de renda* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Classe de renda (em salários mínimos)	N	%
Até um	8	14,8%
De dois a cinco	15	27,8%
De seis a nove	12	22,2%
De dez a vinte	-	-
Acima de vinte	3	5,6%
Não apurado	16	29,6%
Total	54	100%

Como se disse, a alta incidência *de respostas não apuradas*, pelos motivos já apontados, praticamente inviabiliza o dado, uma vez que a concentração delas é maior do que qualquer outro agrupamento. Neste caso, o dado somente pode ganhar algum significado justamente por esta condição, a de se mostrar claramente nublado, se é que isto é possível.

Quadro 27 – *Indicação de outra fonte renda* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Por parte do declarante:	N	%
Sim	12	22,2%
Não	33	61,1%
Não apurado	9	16,7%

Total	54	100%
-------	----	------

Como se pode observar, a maioria dos ambulantes afirma não ter outra origem de renda além daquela já referida. Ainda assim, um contingente considerável deles possui outra fonte de obtenção de receitas. Além destes, aparece novamente um número de pessoas com as quais não foi possível definir claramente a questão, aparecendo aqui, além dos motivos já citados - recusa intencional e renda intermitente - a extensão disso - só que em outro horário e local.

São pessoas que se ocupam com bicos nas horas vagas, como guia ou intermediário de compras no Paraguai – chamados de “mulas” -; há os que saem para vender mercadorias em feiras e festas no interior do estado; um encanador; fazedores de carretos e fretes, ou, em um caso, onde, inversamente, era o marido que ajudava à esposa aos finais de semana no comércio dela.

Unicamente para fins ilustrativos, tabulamos como *sim* quando isto era apontado segundo os *critérios dos próprios ambulantes*, ou em função da existência de algum lapso de tempo ou de algum tipo de regularidade e frequência na tarefa, corroboradas por expressões indicativas disso como *toda semana*, ou *duas vezes por mês*.

Portanto, novamente deparamo-nos com um certo grau de perplexidade e de dificuldade demonstrados pelas pessoas em definir qualquer forma mais sistematizada e regular de ganho ou ocupação - ainda mais a secundária, o que, no caso, ganha cores berrantes. Isto provavelmente reflete a discrepância entre o instrumento utilizado e a tentativa de traduzir este aspecto, o que, repetimos, pode passar a ganhar algum significado exatamente por essa defasagem, por essa incompatibilidade com um instrumento de pesquisa –e de classificação – mais bem “formal”.

Outrossim, um dos casos mais sintomáticos é um exemplo já citado, do ambulante que cumpre uma *dupla jornada* no local, como vendedor de relógio durante dia, e na condição de segurança do pedaço pela noite.

Quadro 28 - *Renda familiar média mensal declarada como ambulante por nível de renda da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)*

Classe de renda (em salários mínimos)	N	%
Até um	4	7,4%
De dois a cinco	19	35,2%
De seis a nove	15	27,8%
De dez a vinte	2	3,7%
Acima de vinte	4	7,4%
Não apurado	10	18,5%
Total	54	100%

Observa-se que o quadro obtido em relação à renda familiar sofre alguma alteração em relação à renda individual declarada. Com a citação da *inclusão de mais pessoas da família no mercado e na composição da renda*, cai a faixa dos que afirmam receber *até um salário mínimo - s.m.* -, de oito, para quatro pessoas, empurrando, deste modo, a categoria de 2 a 5 s.m., passando de 15 s.m., no caso individual, para 19 s.m., com a entrada da família em cena, assim como os de *seis a nove s.m.*, que sobe, de 12 para 16 pessoas, aparecendo duas indicações na faixa dos 10 a 20 s.m., inexistente ao nível individual e outra na de *acima de 20 s.m.*, passando de três para quatro pessoas que declaram renda mensal *acima de 20 s.m.*.

Talvez se possa ressaltar aqui que mesmo considerando-se a entrada de outros membros da família na composição de renda, um amplo contingente de 23 pessoas, 42,6%, declara ainda continuar obtendo valores que chegam até 5 s.m. mensais, considerando-se os senões anteriormente apontados.

Outra coisa é que cai o número de informantes dos quais não foi possível obter esta informação, de 16 para 10; isto ocorreu, possivelmente, ou porque aqui a pergunta apareça de forma menos direta e invasiva, diluída entre os membros da família, ou porque seja menos difícil imaginar a renda como um “bolo”, com o perdão da má lembrança, onde mais pessoas o fazem crescer.

Quadro 29 - *Número de conduções tomadas de casa para o local de trabalho da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Trajetos só de ida ou só de volta:	N	%
Nenhuma	5	9,3%
Uma	39	72,2%
Duas	3	5,6%
Três ou mais	-	-
Outros	7	12,9%
Total	54	100%

Observa-se aqui que cinco dos ambulantes desta amostra moram perto do local, vindo a pé para o trabalho; a grande maioria, 39 ambulantes, toma uma única condução - ônibus - para chegar em Santana. Porém, este dado parece refletir mais sobre a forma de organização do transporte urbano e das linhas de ônibus da capital, do que qualquer outra coisa.

Esses dados não permitem maiores conjecturas sobre a *distância percorrida* ou o *tempo de trajeto*, uma vez que existem bairros mais próximos a Santana, a dois ou três quilômetros, onde se gasta em média entre 15 a 20 minutos; ao contrário, existem outras localidades situadas a 15 ou 20 quilômetros, cujo percurso é feito, em média, em mais de uma hora de viagem.

Aliás, a questão dos meios de transporte e da distribuição das linhas de ônibus, contribui decisivamente na conformação geo-política da ocupação das ruas de Santana, ao que parece. Pode-se dizer isto porque é mais freqüentemente encontrável pessoas de lugares mais longínquos, como o Jardim Rincão, ou Vila Brasilândia - mas servidos diretamente por linhas de ônibus que percorrem grandes distâncias através de corredores viários, do que pessoas de bairros muitas vezes bem mais próximos, como a Vila Maria ou Vila Medeiros, mas que obrigaria o sujeito a tomar duas linhas de ônibus para vir até Santana, dada a relação espacial, a forma *radial* dos traçados das linhas de ônibus, em detrimento dos traçados *matriciais*.

Nesse sentido, talvez não fosse exagerado afirmar que essa configuração pode, em muitos casos, ser significativa na determinação da relação local de trabalho-moradia ou vice-versa. Essa observação talvez possa ser reforçada pelo fato de que apenas três pessoas tomam *mais de duas conduções* para chegar até Santana.

Na categoria *outros*, observa-se que cinco vendedores de comidas – sanduíches - são trazidos e levados de automóvel, pelo respectivo cônjuge ou conhecido, sendo que um deles trabalha no próprio automóvel e dois ambulantes que afirmam vir regularmente para o local junto com amigos - um de carona com um vizinho que trabalha em Santana, e outro com um perueiro conhecido.

A questão seguinte fazia referências à *participação sócio-cultural* dos ambulantes, onde perguntou-se a respeito de possíveis engajamentos em *associações ou entidades diversas, de cunho esportivo, de classe, religioso, político-partidário, comunitária, ou de outro tipo*.

Entretanto, as informações colhidas não permitiram a elaboração de um quadro, uma vez que praticamente a totalidade das respostas foram negativas, não havendo nenhuma indicação incisiva a respeito do assunto, o que, em si mesmo, pode ser sintomático.

Quando perguntados, uma boa parte deles afirma que “*já tem a vida prá cuidar*”, seguido, muitas vezes, de comentários do tipo “- *e nem isso tô conseguindo muito bem*”.

Mesmo os quatro sujeitos que referiram-se à *participações em reuniões de cunho associativo-sindical* em outros momentos da aplicação do formulário, não declararam o fato quando perguntados aqui de modo direto sobre o assunto.

Embora o dado isolado seja pobre, em todo caso, em consonância ao conjunto de observações e contatos, pode-se inferir que, a postura eventualmente demonstrada pode indicar tanto um gesto de apreensão ou discrição que o tema assume, nos casos em que havia resistências e recusas mais claras, quanto a possibilidade deles não reconhecerem isto como uma forma de participação e/ou organização, nos quatro casos citados. Estes, quando

confrontados, reagiram com expressões do tipo “*ah, isso não conta, é que aí precisa ir, mesmo*”, como um gesto reativo, localizado, contraposto à gravidade pontual da situação, geralmente associada à preocupação com a remoção das ruas.

Aqui foi interessante notar que, quando perguntadas sobre sua *participação - de classe, político-partidária, esportiva, religiosa, comunitária, ou de outro tipo, três mulheres - e um homem referindo à sua esposa e filhos - apontaram igrejas evangélicas*; já aqueles que mais à frente, na pergunta referente ao *lazer e atividades fora do horário de trabalho*, disseram “*ir à missa aos domingos*”, não se referiram à ela como uma forma de “*participação*”, na pergunta correspondente.

A despeito de, novamente o dado em si não permitir maiores ilações, talvez a diferença signifique formas de apreensões e relacionamentos diferentes entre os evangélicos e os católicos com suas respectivas religiões, uma vez que, no primeiro caso, ainda que a citada participação limite-se à frequência aos cultos, é compreendida como uma espécie de *tomada de posição*, ao menos ao ponto de ser lembrada como tal. Pode dar margem a que se imagine que, para os evangélicos, *a forma de participação desejada, tida como ótima, corresponda exatamente ao comparecimento regular ao culto*. Por outro lado, os que manifestaram sua preferência *pelo catolicismo, o fizeram como algo relacionado ao âmbito do lazer ou de atividades fora do trabalho, mas não como uma forma de participação social* –ou ainda porque supõe-se, nestes casos, *que participação seja uma outra coisa, diferente da ida pura e simples ao culto religioso*.

A última questão deste bloco diz respeito ao *tipo e frequência do lazer* dos ambulantes, e, novamente, não foi possível elaborar um quadro descritivo das informações colhidas, uma vez que as respostas foram quase todas negativas.

A pergunta, feita em torno do eixo “*o que você costuma fazer quando não está trabalhando*”, era encarada aparentemente com um certo espanto, indicando, possivelmente, que este é um aspecto absolutamente ausente na vida dos camelôs.

A quase totalidade das respostas evidenciavam o fato acima, com expressões do tipo *“quando não estou trabalhando, estou trabalhando”*, ou *“é, da meia-noite às seis eu não faço nada, mesmo”* - sendo que um deles, bem humorado, comentou rindo que: *“perguntar essas coisas pro pessoal daqui é sacanagem”*.

Via de regra as indicações referiam-se aos *serviços e afazeres domésticos*, *unânime por parte das mulheres*, mas *muito freqüente também por parte dos homens*; além disso, observa-se a existência daqueles que costumam ter *outra atividade voltada para a obtenção de renda*, como as *idas ao Paraguai ou vendas itinerantes em eventos na capital ou no interior*, ou ainda *bicos em serviços diversos*, além de um deles que *trabalha no comércio - formal - da esposa*.

Ainda assim, insistindo na pergunta, em termos de *“algum tipo de distração que você tenha”* as respostas invariavelmente apontaram para *“assistir televisão”*. A rigor, apenas dois sujeitos afirmaram espontaneamente *“jogar bola, de vez em quando”*, um, que gosta de *“ir em estádio ver jogo de futebol, mas cada vez menos, por causa das brigas”*, e outro, que era sócio de um clube de esportes - mas que deixou de pagar a manutenção mensal e foi jubilado. Duas mulheres que apontaram ter como distração *“cuidar de plantas”*, - sendo que uma delas o faz como *“lazer/negócio”*, ou seja, prepara uma horta *“natural, sem veneno tóxico”*, em sociedade com um conhecido, num sítio de propriedade deste. Da parte das mulheres, apenas uma fez alusão a algum tipo de atividade física, no caso *“andar de bicicleta, de domingo, na rua de lazer”*. Sobre outro tipo de hobby, duas pessoas - mulheres - citaram espontaneamente o hábito de leitura.

5.4 - problemas de saúde referidos

O tema saúde mostrou-se de difícil apreensão sob o ponto de vista quantitativo, sendo que somente pôde ser tratado de forma mais satisfatória nas entrevistas, feitas posteriormente. O rapport estabelecido, a percepção das finalidades do contato travado e as condições do setting da aplicação do formulário, bem como a estrutura do instrumento, dificultaram o entendimento das sutilezas na compreensão das perguntas e do binômio saúde/doença.

Além disso, a questão legal embutida, uma vez que parte da cota dos termos de permissão de uso *é destinada não somente aos portadores de deficiências grave e aos sexagenários*, mas também aos *portadores de capacidade física reduzida*, sem dúvida influíram no padrão de respostas, fazendo com que as várias nuances detectadas sobre a idéia de saúde no decorrer dos contatos desdobraram-se, aqui, por caminhos singulares.

Sendo assim, encontramos as mais variadas combinações neste campo. A priori, a pergunta introdutória *‘você tem algum problema de saúde?’* poderia parecer clara, mas a realidade mostrou-se diferente, uma vez que uma coisa era o sujeito indicar um *problema de saúde*, e outra, se havia *utilizado algum serviço de saúde* com esta finalidade. Em suma, na maioria dos casos, *problema de saúde* era entendido exclusivamente como aquele que exigiu ou mereceu atenção médico-curativa; ao contrário, muitas vezes ele não era reconhecido como tal nem mesmo quando o sujeito declarava sintomatologia de agravos e dores específicas - dores nas costas, cefaléias, etc.

Por outro lado, noutras vezes, mesmo com a necessidade de ida à unidade de saúde - um caso de acidente de trabalho relatado, por exemplo -, e ainda assim o fato não era reconhecido ou legitimado como um *problema de saúde*. Outro sujeito, que em uma das ocasiões apresentava-se com o rosto muito inchado, com evidentes problemas dentários que o levaram a um pronto-socorro em um certo domingo, igualmente não reconhecia isto como um *problema de saúde*, manifestando surpresa quando confrontado com a lembrança do dado. A impressão tida, nesse tipo de descrição, era a de que *‘problema de saúde’* limitasse àqueles que os excluem do próprio trabalho, e, além disso, visto como algo *pontual e externo, que veio de fora para dentro*.

Como parte da miríade de compreensões do binômio saúde/doença, houve ainda casos onde os interlocutores discorriam de modo a separar uma dada *condição estabelecida*, já assimilada, como hipertensão, por exemplo, de uma *situação específica* – e, nestes casos, não indicavam *nenhum* problema de *saúde*, uma vez que na época da pesquisa não passavam por crises específicas.

De um modo geral, observou-se muito freqüentemente, ao que se indica, fortes indícios de utilização de mecanismos de defesa na manutenção da própria identidade, como *negação*, *racionalização* e *projeção*.

Esse mosaico, que vale, talvez, unicamente como indicador de parte das dificuldades em se delinear um quadro tanto da *situação de saúde* dos ambulantes, bem como da *compreensão que eles possuem do conceito saúde*, se repetiu nas outras perguntas, como a respeito do *uso regular de remédio*, onde, novamente observou-se as mais variadas possibilidades, desde aqueles que *negam o uso regular de remédios* - mas tomam analgésicos diariamente, apontando o fato em outros momentos das entrevistas, como quando discorrem sobre *os efeitos das preocupações diversas, ou como parte da estratégia de respostas aos problemas enfrentados no dia a dia do trabalho*. Igualmente, quando confrontados com a informação dada anteriormente, via de regra, replicavam com frases do tipo: “*isso é normal, todo mundo toma*”, não reconhecendo o fato como indicador de *uso regular de remédio* ⁷⁰.

Isto posto, as tabelas que seguem têm caráter meramente ilustrativo, ressaltando-se que foram compostos, em boa medida, pelas informações colhidas ao longo dos contatos, e não exclusivamente quando da pergunta específica acerca do assunto. Uma melhor idéia dos *agravos e da representação do tema saúde* surgem melhor delineados mais à frente, aprofundados nas entrevistas.

Por fim, lembramos que a classificação de quase todos os itens deste campo foi baseada no “*Questionário Especial sobre Acesso aos Serviços de*

⁷⁰ Dado o caráter descritivo, ressalte-se que não se trata aqui de se instituir um discurso moral ou técnico a respeito do uso do remédio; como bem lembra LEFÈVRE: “*ao elegermos o consumo leigo de medicamentos como um problema de Educação em Saúde Pública, não estávamos ‘inocentando’ (também como um problema de Educação em Saúde Pública) o consumo não leigo?*” (1991:14). Neste estudo, o autor discorre sobre três das dimensões que o medicamento assume: como *agente quimioterápico, mercadoria e símbolo*.

Saúde”, aplicado junto com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1986 ⁷¹.

Quadro 30 – *Pessoas que referiram problemas de saúde da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Distribuição em meses	N	%
Não	24	44,4%
Atualmente	20	37,0%
De 1 a 6 meses	1	1,9%
De 7 a 12 meses	3	5,6%
Mais de 12 meses	6	11,1%
Total	54	100%

A pergunta tentava puxar pela memória dos entrevistados, de modo que pudessem dar algum tipo de informação um pouco mais conclusiva, ou ao menos um pouco menos evasiva. Por isso, quando o sujeito se mostrava comedido durante a aplicação, quando chegava neste campo, via de regra perguntava-se de modo mais direto, algo como: “*quando você teve algum problema de saúde pela última vez?*”, “*você tem tido alguma dor?*”, ou “*quando você esteve num médico/centro de saúde pela última vez?*”.

Já na tabulação, imaginou-se inicialmente separar os que *referiam algum problema de saúde, quando inquiridos a respeito*, em oposição àqueles que *respondiam negativamente quando perguntados aqui - mas que havia indicado algum tipo de agravo, específico ou não, no decorrer do contato*.

Entretanto, isto mostrou-se inviável, uma vez que, como comentamos antes, *encontrou-se inversões dos dois lados*, ou seja, *tanto pessoas que respondiam negativamente à pergunta, mas que se queixavam de dores e problemas quando da aplicação do formulário, bem como outros que, apesar de não indicar verbalmente o agravo, por outro lado os traziam de modo estampado*

⁷¹ Em MÉDICI, André C., “Aspectos Sócio-Econômicos da Morbidade no Brasil - Uma Contribuição aos Estudos sobre População e Saúde”, Anais do 1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, UNICAMP, Campinas, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, 1990, p. 165 a 186.

– caso de portador de deficiência, de problema odontológico e dos renais crônicos, por exemplo.

Sendo assim, a tabela acima refere-se ao *número de casos declarados e/ou observados por nós*, e o critério usado foi o seguinte: *quando o sujeito não indicava e/ou não apresentava nenhuma sintomatologia ou agravo, considerava-se a resposta, evidentemente, como não*.

Nos casos tanto em que o *sujeito indicava verbalmente, quanto nas vezes em que apresentava do decorrer da aplicação queixas específicas ou não* - cefaléias, dores recorrentes nas costas, pernas, por exemplo, *mesmo sem responder positivamente à pergunta*, a resposta foi considerada como *atualmente*; classificamos aqui também aquelas pessoas que, *embora tenham percebido o agravo há mais tempo, confirmado clinicamente ou não, trazem consigo as seqüelas e/ou a continuidade do tratamento, merecendo atenção preventiva, curativa ou reabilitadora regular*, caso dos hipertensos e renais crônicos.

As outras caselas referem-se *ao tempo decorrido entre os eventos pontuais e o momento da perguntas*, como um caso de fratura de perna, um com problemas bucais, um acidente de trabalho, dois atropelamentos - no próprio local - duas queixas inespecíficas, com dores intermitentes de estômago ou peito, além de dois casos declarados como “*problema de mulher*”, distribuídos mais ou menos, de acordo com as informações, no decorrer dos intervalos de tempo fixados.

Abaixo, procurou-se separar os casos em que *houve a utilização de atenção médica ou de outros serviços de saúde*, ressaltando-se que, novamente observa-se aqui inversões, ou seja, tanto *pessoas que foram ao centro de saúde ou ao hospital*, mas que *não fazem nenhuma referência a um problema de saúde recente ou presente*, como àqueles outros que, apesar de *declararam agravos ou queixas específicas ou não, não tenha utilizado nenhum serviço de saúde*.

Outrossim, consideramos aqui inicialmente apenas os sujeitos cujos problemas foram declarados e/ou observados por nós, desconsiderando-se, portanto, os casos classificados como *não* à questão ‘*problemas de saúde referidos*’.

Quadro 31 – *Utilização de serviços de saúde por parte das pessoas que referiram problemas de saúde da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Distribuição (nos últimos 12 meses)	N	%
Sim	19	63,3%
Não	11	36,7%
Total	30	100%

Ressalte-se novamente que, estes quadros, que possuem intenções meramente aproximativas, não dão conta de descrever as combinações e possibilidades encontradas, como por exemplo, *pessoas que foram ao médico ou hospital por conta de um dado agravo à saúde, mas que declararam ou que não observam, atualmente, nenhum indício do problema citado. Ou que declinaram, na ocasião, uma outra queixa ou sintomatologia diferente daquela que o levou a procurar ajuda médica.*

Em todo caso, observa-se que, dos 30 sujeitos identificados como portadores de sintomas, diagnosticados ou não, *a grande maioria, deles, 19, procurou cuidados profissionais por conta da mesma queixa referida como um problema de saúde, uma taxa de 63,3%.* Ainda assim, as outras onze pessoas, que apresentaram indicativos da necessidade de serviços de saúde, mas que não o fizeram, assumem uma proporção bastante elevada, da ordem de 36,7%.

Quadro 32 – *Motivo da não utilização de serviços de saúde por parte das pessoas que referiram problemas de saúde da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Distribuição (nos últimos 12 meses)	N	%
Distância/Dificuldade no Transporte	-	-
Horário Incompatível	3	27,4%
Demora no Atendimento	2	18,1%
Não Houve Necessidade	6	54,5%
Total	11	100%

Seguindo a exposição, vemos acima os *motivos alegados* pelos ambulantes para *não procurarem serviços de saúde*, mesmo declinando queixas e dores diversas. Porém, esta classificação, emprestada do PNAD/IBGE, pode não refletir o quadro real, uma vez que parece haver mais de um motivo para o fato, marcado, do que se pode depreender das falas, por uma síntese de fatores como *as experiências anteriores com os serviços, adoção de atitude psíquica defensiva em relação à doença, ou a história de vida*, dentre outros.

Se mudarmos o foco da pergunta para: ‘*você tem utilizado serviços de saúde nos últimos tempos?*’ ou: ‘*você foi no médico na última vez que você precisou?*’, sem relacionarmos esta ida com um problema específico, ou medido exatamente em meses, este quadro sofre alterações, como podemos ver abaixo:

Quadro 33 – *Utilização de serviços de saúde por parte das pessoas independentemente da referência a problemas de saúde da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Tem utilizado (últimos tempos)	N	%
Sim	22	40,7%
Não	32	59,3%
Total	54	100%

De qualquer forma, e a despeito das inversões já assinaladas, que acabam funcionando como variáveis de confusão, aqui os números parecem indicar mais claramente alguma direção: a tendência observada é a de *que não há utilização de serviços de saúde por parte da maioria, 32 (59,3%)*, indicando, possivelmente, *dificuldades quanto ao acesso*, uma vez que pelo menos *11 pessoas, um coeficiente de 20,4%, indicaram a presença de sintomas e queixas nos últimos doze meses sem que houvesse um respectivo atendimento médico*.

Quadro 34 – *Distribuição das pessoas que utilizaram serviços de saúde por motivo procurado da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Tipo de motivo (últimos tempos)	N	%
Urgência ou Emergência	5	22,7%

Controle ou Prevenção	8	36,4%
Acidente ou Lesão	4	18,2%
Doença	5	22,7%
Total	22	100%

Outro dado que poderia corroborar esta impressão é o fato de que, das 22 pessoas que declararam ter utilizado serviços de atenção à saúde nos últimos tempos, apenas 5 afirmaram o terem procurado tendo como motivo uma doença, ou seja, uma queixa ou sintoma inicialmente percebida e que mereceu cuidados na avaliação do próprio interlocutor (22,7%), como podemos ver no quadro acima.

Já os outros 17 sujeitos (77,3%) somente se utilizaram de cuidados médico-assistenciais por conta ou de urgências ou emergências, ou de acidentes, ou de controle e prevenção de doenças crônicas, isto é, ou por conta de eventos repentinos, traumáticos, ou agravos já diagnosticados anteriormente, portanto.

Quadro 35 – Distribuição das pessoas que utilizaram serviços de saúde por tipo de estabelecimento procurado da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Tipo de estabelecimento (últimos tempos)	N	%
Centro de Saúde Público	6	27,3%
Hospital Público	11	50,0%
Hospital Privado	-	-
Clínica/Consultório Privado	5	22,7%
Total	22	100%

Em relação ao acesso, observa-se que, dos vinte e dois sujeitos que referiram a utilização de serviços nos últimos tempos, a grande maioria, 17, o fez na rede pública, um coeficiente de 77,3%. Aliás, boa parte deles declarou pagar convênios e planos de saúde privados, ressaltando-se, porém, as dificuldades na hora da utilização, que vão desde a falta de porte do cartão de identificação ou

dos recibos atualizados consigo, no momento da emergência, até a descoberta de que havia carências e falta de cobertura para determinados procedimentos médico-clínicos.

Sendo assim, neste grupo o impacto foi totalmente absorvido pela rede pública de saúde. De *forma unânime, todos os que necessitaram de atenção médica de urgência, emergência – como os acidentes -,* foram tratados por *hospitais da rede pública ou filantrópica.* Os estabelecimentos citados onde houve este tipo de atendimento foram: *Hospital São Paulo, com três casos; Hospital Estadual do Mandaquí, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e Hospital Estadual da Vila Penteado, com dois casos cada; Dom Silvério Gomes Pimenta (convênio SUS) e Pronto Socorro Municipal de Santana, com um caso atendido cada um.*

Um dos ambulantes, em tratamento contínuo, com sessões de hemodiálise três vezes por semana, o faz em hospital privado via Sistema Único de Saúde - SUS. Os outros portadores de doenças crônicas, com necessidade de prevenção e controle, se utilizam de Unidades Básicas de Saúde da rede estadual - sendo que as eventuais crises são tratadas na rede pública. Por outro lado, os *consultórios privados atenderam exclusivamente as cinco pessoas que se queixavam de dores –de estômago, nervoso e os dois casos de “problema de mulher”.*

Parece haver aqui uma clara relação entre os *motivos* cujos procedimentos médicos são mais simples – como as *doenças e controle ou prevenção* e o *tipo de atendimento procurado – consultas e exames* - em função do *tipo de estabelecimento onde foi atendido – clínicas e consultórios privados.* O contrário também foi observado, uma vez que, de forma unânime, todos os que necessitaram de atenção médica por *motivo de urgência ou emergência,* que requereram *cuidados intensivos, intervenções cirúrgicas e procedimentos complexos - incluindo internações,* foram tratados em estabelecimentos do tipo *hospitais da rede pública e filantrópica – a Santa Casa, mais exatamente.*

Para finalizar, de um modo geral ainda se pode dizer sobre a questão saúde que a impressão tida em muitos dos casos é a de que os

ambulantes parecem *evitar falar em doença*, embora a história de alguns deles seja marcada justamente por ela, como um pedreiro que sofreu um acidente de trabalho que o afastou da profissão, outro, que manca, devido ao atropelamento sofrido no próprio local, e uma mulher que, apesar de submeter-se à sessões de hemodiálise três vezes por semana, ressaltam justamente a *saúde* como um dado de fundamental importância em sua vida, não acusando aparentemente o golpe sofrido com os respectivos eventos, indicando, possivelmente o *emprego do mecanismo dos defesa de ego conhecidos como negação e racionalização*.

Aliás, *não ter ou reclamar de doença parece ser, muito freqüentemente, um sinal de orgulho, de força*. Via de regra, justifica-se a *ausência de doenças - ou pelo menos a ausência de queixas - ou pela origem*, com frases do tipo: “*cabra do norte não fica doente*”; ou pela moral, com comentários como: “*nunca perdi um dia de trabalho na vida*”; ou pela crença religiosa: “*com fé em Nosso Senhor, tenho muita saúde*”; ou ainda pela situação econômica, explicando que: “*pobre não fica doente, não, - e nem pode*”. Eventualmente há um mix, com mais de um eixo, como: “*nordestino pode morrer, que é de Deus, mas doente não fica, não*”.

Tentou-se ainda desagregar o quesito *problema de saúde referido* por escolarização ou renda, mas os números se distribuíam de forma bastante proporcional. Uma possível hipótese poderia ser que, para além do fato de que a distribuição da população nos sete intervalos fixados, no caso da escolarização, ou em seis intervalos, no caso da renda, não permitiam este tipo de associação, também o rol das justificativas passam muitas vezes por mais de um eixo - de origem, econômico, moral ou religioso, o que parece ocorrer, portanto, fora do âmbito estritamente escolar ou financeiro.

À guisa de ilustração, a única indicação mais clara de um possível fator associativo, seja, talvez, àquele ligado ao sexo, uma vez que, dos onze sujeitos que *não utilizaram serviços de saúde apesar de referirem problemas de*

saúde, nada menos do que dez deles, ou seja, um coeficiente de 91,0%, são do sexo masculino.

Ainda em relação a este item, os casos onde *não houve referências à problemas de saúde, ou à assistência médica*, comumente surge a impressão de que *saúde é definida de modo quase unânime pelo seu contrário, isto é a ausência ou o não reconhecimento da doença*. E doença parece ser exclusivamente entendida como um evento cuja *magnitude é medida justamente pela capacidade de tirá-los dos seus cotidianos, principalmente do trabalho*. E se não o retirou de circulação, logo, não existe problemas - daí a ferrenha defesa do suposto indicador de sua saúde.

Quadro 36 – *Utilização regular referida de remédios* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Distribuição segundo uso	N	%
Sim	23	42,6%
Não	25	46,3%
Não identificado	6	11,1%
Total	54	100%

Ressalte-se aqui a observação feita sobre os sentidos que o tema e as perguntas podem adquirir, uma vez que a tabela mostra, além dos casos declarados, também aqueles que foram identificados no transcorrer da aplicação do formulário.

Para efeitos de classificação, partiu-se, inicialmente, do princípio da resposta emitida pelo entrevistado, quando *ele, segundo critérios próprios, apontou o uso freqüente do remédio*. Noutras vezes, *mesmo quando o sujeito não indicava explicitamente tal atitude ou hábito quando perguntado, ainda assim foi classificado nessa mesma rubrica as ocasiões em que o interlocutor afirmava*

fazer uso do medicamento em momentos outros da entrevista, em função de queixas diversas - dores de cabeça, de estômago, ou nervoso - numa constância mínima indicada entre duas a três vezes por semana.

Constata-se aqui *um alto número de usuários dos mais variados tipos de medicamentos, 23, (46,2%), além de outros seis (11,1%) em que não foi possível detectar ou o uso*, quando o interlocutor mostrava-se evasivo a respeito da frequência ou regularidade com que declarava usar determinado remédio, não se caracterizando, assim, um uso regular - e nem o não uso.

Quadro 37 – *Utilização regular referida de remédios sob prescrição médica da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Distribuição segundo prescrição	N	%
Sim	10	43,4%
Não	13	56,6%
Total	23	100%

Dos 23 classificados *como usuários de medicamentos de forma regular, dez o faziam sob orientação médica, enquanto que outros treze, não*. De um modo geral, os que tomam medicamentos sob prescrição são aqueles que sofrem de problemas crônicos, como os hipertensos, diabéticos e renais, e que por esse motivo tem um acompanhamento e controle regular, por conta, inclusive das crises intermitentes de que padecem.

Um dado algo inusitado aqui é o fato de que, perguntados sobre o uso regular de remédios, encontrou-se uma *quantidade razoável de respostas não relacionadas à medicina ou à indústria farmacêutica*, exatamente: por volta de cinco ou seis pessoas fizeram alusões irônicas relacionadas à bebidas alcoólicas, como: *"meu único remédio é cerveja, dia sim, dia não"*, ou *"remédio prá mim é*

tomar umas, prá não explodir"; enquanto outras duas pessoas, que aludiram à sua condição de evangélicos, invocaram Deus a este respeito: "*o melhor remédio é o senhor Jesus*".

O quadro seguinte procurou mapear o tipo de remédio declarado utilizado pelos ambulantes de maneira mais recorrente, seguindo as indicações que puderam ser coletadas.

Quadro 38 – *Distribuição das pessoas que utilizam regularmente remédios por tipo de remédio independentemente de prescrição médica* da amostra disponível de vendedores ambulantes (Santana, SP, 1997)

Tipo de remédio	N	%
Gastrites e úlceras	4	17,4%
Hipertensão	6	26,1%
Ansiolíticos	2	8,7%
Analgésicos	8	34,8%
Anti-inflamatório	1	4,3%
Relaxante muscular	2	8,7%
Total	23	100%

Tomados *com ou sem orientação médica*, entre os remédios citados estão: Capoten, Triatec e Diamicron, contra hipertensão e diabetes; Renitec, também anti-hipertensivo; Antak, Losec e Maalox, anti-gastríticos e ulcerosos; Dialudon e Diazepan, ansiolíticos; AAS, Aspirina e Ormigrein, analgésicos; Voltaren, anti-inflamatório; Dorflex, mio-relaxante e Dramin, contra enjoos.

Uma primeira consideração a ser feita aqui é o alto número absoluto de pessoas encontradas que fazem uso rotineiro de medicamentos, 23 (42,6%).

Outra se deve ao *número de sujeitos encontrados que não definiram tipo, causa ou freqüência no uso do remédio*, 6 (11,1%). Enquanto alguns não identificam exatamente o medicamento que tomam, com comentários do tipo "*é a mulher que sabe o nome*". Às vezes parecem não saber mesmo o motivo, explicando que "*o médico que mandou tomar*", enquanto outros não possuem

regularidade no uso do remédio, justificando que tomam “*somente quando fico ruim*”, ou “*que um vizinho tinha isso e conseguiu prá mim*”, demonstrando desconhecer a necessidade de um ciclo de tratamento específico ou efeitos colaterais do uso alternado ou prolongado.

Algumas pessoas *pareceram não ter se sentido à vontade para discorrer sobre o assunto*, se mostrando evasivos a respeito, talvez em função da pergunta, que pode ser considerada invasiva, dependendo, por exemplo, da causa pelo qual se toma o medicamento.

Mas um dos fatos que mais chamam a atenção aqui, é, sem dúvida, *a quantidade de pessoas que tomam analgésicos, anti-inflamatórios e mio-relaxantes sem nenhum tipo de orientação, 11 (47,8%)*. O problema é que a maioria parece nem mesmo considerar que estes grupos podem ser considerados como drogas, uma vez que, na maioria das vezes, quase sem exceção, o dado foi colhido em momentos diversos do contato, e depois lembrado às pessoas, que invariavelmente respondiam “*ah, mas isso não nada*”, ou “*nem lembrava*”, ou ainda “*esses daí também contam? Pensei que fosse só outros*”, indicando, talvez, uma forma de compreensão provavelmente disseminada por entre a população em geral.

Novamente aqui não se mostrou adequado estabelecer nenhum tipo de cruzamento entre os *usuários ou não de remédios* em função de escolaridade ou renda, por exemplo; a exemplo das manifestações do tema *problema de saúde referido*, parece que *o comportamento e a representação destes dois pontos se estabelecem a partir de uma matriz cultural mais ampla*, do que em função de aspectos como *renda, escolaridade, origem – ou mesmo sexo*.

5.5 - o ambiente e a organização do trabalho

A descrição das condições gerais do ambiente e da organização do trabalho foi estabelecida como uma busca de mediar, de alguma forma, as condições de vida, de uma maneira ampla, e as questões relativas à saúde, em particular.

Mais do que uma tentativa de associação ou correlação de qualquer tipo, que não diz respeito aos nossos objetivos, isto pode, por outro lado, possibilitar o enunciado de algumas hipóteses sobre o agrupamento estudado, particularmente no campo das *condições de trabalho e da percepção dos riscos e dos fatores tensiógenos, explicitados através da representação social de suas atividades*.

Evidentemente, imaginou-se que qualquer tentativa de apreensão dos aspectos centrais referentes ao *binômio saúde e trabalho, traduzidos aqui em questões físico-químicas, ambientais e ergonômicas, organizacionais e mentais*, implicaria em uma série de desdobramentos teórico-metodológicos, tendo em vista *a carência de dados e informações sistematizadas a respeito desta categoria ocupacional*, assim como a *especificidade necessária aos instrumentos, dotando-os da capacidade de captar e de decodificar as sutilezas das formas de percepção do grupo*.

Pelo visto até então, a resposta dicotômica *sim/não* pura e simples, por parte dos sujeitos não daria conta de níveis mais refinados de compreensão do problema, avançando pouco além do que a observação exclusivamente poderia indicar, - um pouco mais, no caso da poluição, ruído ou postura, ou um pouco menos, no caso de fatores tensiógenos, da penosidade ou das relações de e no trabalho.

Sendo assim, emprestamos o entendimento de SATO (1995) quando comenta em trabalho realizado sobre os motoristas de ônibus urbanos na cidade de São Paulo que: *“não se queria saber o que os trabalhadores pensavam ou não sobre a ‘penosidade’, mas sim se ela existe para eles”*⁷². Além disso, em nosso caso, se a precariedade do trabalho e seus efeitos são fatores mais ou

⁷² SATO, Leny, “A Representação Social do Trabalho Penoso”, em SPINK, Mary J., “O Conhecimento no Cotidiano” (org), São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 188 a 211.

menos explícitos, os contatos iniciais e a observação indicavam, por outro lado, que a percepção dos sujeitos não implicava necessariamente nos mesmos parâmetros de avaliação que o observador externo.

A respeito do conceito de representação, LÉFÈVRE (1992) introduz uma nova dimensão analítica a este dispositivo, definindo-o como: “*a dimensão ideativa que acompanha necessariamente toda ação prática. Ela difere de um ‘pensar sobre’, de uma elaboração ideológica avançada, e, metaforicamente, representação pode estar associada à idéia de sombra*”⁷³.

Isto posto, relembramos que este eixo temático constitui-se, portanto, em *mais um passo na seqüência rumo ao entendimento das questões do mundo do trabalho, repartindo sua percepção – e representação - com os próprios ambulantes, nem sempre tão evidentes ou similares as de outros grupos de trabalhadores.*

Um exemplo disso pode ser o fato de que, já nas entabulações iniciais com os ambulantes, notou-se que um aspecto que aparentemente seria óbvio, cujo questionamento pareceria perfeitamente dispensável, como a *presença concentrada de agentes físico-químicos ou o ruído excessivo no local de trabalho, não só não era percebido, muitas vezes, como também não necessariamente era considerado como um problema, como algo ruim, por parte dos ambulantes.* Daí a justificativa para a inclusão de itens específicos para a poluição, por exemplo, de resto medido pela agência ambiental através de equipamentos apropriados e divulgados todos os dias, em jornais e até mesmo através de painéis espalhados pelas ruas da cidade de São Paulo.

E foi a partir destas e de outras constatações que procurou-se identificar, *além da detecção pura e simples do fato, também a avaliação do mesmo pelo interlocutor,* uma vez que nem sempre ambas coincidiam – deslocando – e ampliando - o eixo das nossas observações e revelando outras facetas de sua concepção de mundo.

⁷³ LÉFÈVRE, Fernando, “Representação Coletiva: Algumas Notas Metodológicas”, em SPÍNOLA, A., CASTRO SÁ, E. et alii, “*Pesquisa Social em Saúde*”, São Paulo: Hucitec, 1992.

Portanto, nestas perguntas procurou-se combinar a identificação do *dado - físico-químico, ambiental, ergonômico, organizacional e mental -*, com a *representação entrevista em suas respostas*, cujas pistas deixadas possibilitou a busca de aprofundamento posterior nas entrevistas.

As perguntas, feitas em termos da citação do aspecto *era traduzida em números dentro de uma escala - e vice-versa, cruzando, portanto, a nota com o conceito, buscando a identificação do aspecto com uma avaliação pessoal* por parte do sujeito sobre o ponto evidenciado. Esta escala variava de acordo com as notas dadas pelo entrevistado entre: *péssimo, de 0 a 2; ruim, de 3 a 4; regular, de 5 a 6; bom, de 7 a 8, e ótimo, 9 a 10.*

Inicialmente *descreveremos as respostas obtidas ou captadas quando da aplicação do formulário*, para, num segundo momento, *procurar cotejá-las com os graus e tipos de conteúdos valorativos usados na explicação ou justificação do fator e da nota dada a ele.*

Por fim, ressalte-se que a maioria destes itens muitas vezes *aparecem juntos*, tanto por conta da peculiar maneira como se organiza o trabalho, quanto por assim aparecerem nas *falas dos ambulantes*, o que implicou, já no momento da colheita dos dados, uma intervenção analítico-classificatória de nossa parte, como por exemplo, em relação à *exposição às intempéries climático-ambientais*, o “*ficar no tempo*”, ou em função dos limites entre *o ritmo e controle do trabalho*, por exemplo.

Sendo assim, lembramos que estas tabelas tem uma função eminentemente didática, aproximativa em relação aos objetivos e aos sujeitos do estudo.

Quadro 39 - *Avaliação de aspectos físico-químicos do meio-ambiente por classe de notas da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Item/distribuição	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	Total
Poluição	28	11	15	-	-	54
Temperatura	14	18	12	6	4	54
Ruído	18	7	12	8	9	54

Total	60	36	39	14	13	54
-------	----	----	----	----	----	----

Uma primeira observação a ser feita enfatiza o fato de que, muitas vezes, uma *nota baixa não significa, necessariamente, que o aspecto identificado seja avaliado como ruim ou péssimo pelo entrevistado* – e é sobre esta defasagem que passamos a tecer alguns comentários: a *poluição*, por exemplo, não chega a ser problemas para pelo menos 15 ambulantes, 27,8% deles, que afirmam que a fuligem e os gases gerados pelo alto número de automóveis e pelo terminal de ônibus a poucos metros de distância “*é normal, a gente se acostuma*”.

Novamente aqui parece estar sendo acionados mecanismos de defesa do ego - negação e projeção -, uma vez que outros 5 deles, que declararam que o “*ar é ruim, pesado*”, ressaltam, entretanto, que isto é um problema para os *outros*, e não para *eles mesmos*; inquiridos a respeito, confirmam a impressão, com expressões do tipo “*o pessoal reclama, mas eu não ligo, não*”.

Em relação às *condições de temperatura* observa-se um quadro um pouco mais previsível, uma vez que 32 deles (59,2%) identificaram e avaliaram como negativo o fato de permanecerem “*no tempo*”, como dizem; talvez mais apropriadamente digno de menção seja o fato de que 12 ambulantes (22,2%) afirmaram não se importar em ficar exposto nas ruas, sujeitos às *intempéries climáticas*. Outros dez declaram ainda ser bom ou ótimo trabalhar na rua, possivelmente trazendo juntamente uma dimensão valorativa do fato, justificando tal avaliação com frases do tipo “*é melhor que ficar trancado num lugar o dia inteiro*”, visão associada a uma certa idéia de liberdade, ou ainda relacionada com a própria natureza: “*você pode ver o sol e a chuva*”, o que permitiria inferir sobre as condições de trabalho experimentadas anteriormente, ou ainda reminiscências de outros tempos e lugares.

Já no que diz respeito aos *ruídos*, surpreendentemente viu-se que para apenas 25 ambulantes, menos da metade (46,2%), o estímulo auditivo causado pelo alto volume de trânsito local torna-se perceptível e excessivo a ponto de ser avaliado como ruim ou péssimo, o que não acontece para outros

doze deles (22,2%). Segundo critérios dos demais 17 ambulantes perguntados (31,4%) o ruído é avaliado com bom ou ótimo, sendo considerado “*bom prá ficar esperto*”, com as variantes “*bom prá agitar*”, e “*é legal que não deixa dar sono*”; alguns ainda enveredam por um rumo quase lúdico, avaliando o barulho como: “*uma diversão*”, sendo considerado: “*bom para deixar as coisas mais vivas*”.

Assim, no cômputo geral, vê-se que do somatório das 162 respostas possíveis (100%) para os aspectos físico-químicos, 60 (37%) consideraram a presença destes agentes como *péssimo*, número que sobe para 96 somando-se à rubrica *ruim* (59,2%). Outras 39 respostas (24,1%), indicam que, ao menos aparentemente, a presença destes agentes parecem não incomodar – ou nem mesmo notada. Enquanto isso, outras vinte e sete respostas (16,7%) remetem à idéia de que estes aspectos ambientais são considerados como bom ou ótimo.

Em suma, apesar de 96 respostas (59,2%) considerarem as condições gerais do meio ambiente como *ruim* ou *péssimo*, as outras 66 (40,8%) que assim não o indicaram não deixam de chamar a atenção.

Dando seqüência à classificação das *condições gerais do trabalho*, passo seguinte procurou-se abordar aspectos diretamente ligados – e mais do que isso, percebidos - às questões do *ambiente de trabalho*. Estes itens, que via de regra aparecem nas enquetes especificamente voltadas para a questão ergonômica, dizem respeito *ao espaço de locomoção, à postura exigida no dia a dia, ao número excessivo de pessoas no ambiente e às próprias condições fisiológicas do ambiente de trabalho*⁷⁴.

Além disso, este eixo aparece também articulado ao tema da fadiga física e mental, carga de trabalho e stress laboral, permitindo a passagem de uma abordagem mais geral do ambiente de trabalho e dos aspectos se situam mais

⁷⁴ Em trabalho já citado, SELIGMANN-SILVA observa que, para além dos aspectos ambientais gerais – poluição, gases, luminosidade, ventilação, barulho, vibração, dentre outros, também os itens que compõem e dispõem o ambiente mesmo do trabalho como um fator fundamental imbricado ao desgaste no trabalho; ademais do que ela chama de ‘geografia’ do local - se amplo, apertado, aglomeração excessiva de pessoas – ela aponta também para a importância da atenção às “*necessidades fisiológicas básicas, como a de beber, comer, urinar e evacuar, além de respirar adequadamente e de haver pausas para descanso (...). Há também necessidades prementes do corpo que surgem geralmente intimamente conectadas à necessidades psicológicas de descrição mais complexa. Lembremos apenas a mais simples: a necessidade de sentir que existe uma consideração, um respeito pelas exigências do corpo*” (1994:150 e seguinte. Grifos da autora).

bem ‘fora do trabalhador’, por assim dizer, para a análise da organização do trabalho e das formas de vivência individual e coletiva dos trabalhadores ⁷⁵.

A exemplo do item anterior, aqui *novamente a indicação de uma nota baixa, não significa, necessariamente, uma avaliação igualmente ruim por parte do interlocutor*. Mais: muitas vezes, ainda que o entrevistado não só *identifique* como *avalie* um dado aspecto como negativo, isto não quer dizer, automaticamente, que ele gostaria que o citado item desaparecesse, como no caso do *número excessivo de pessoas*, por exemplo. Explicando melhor, o problema nesta pergunta parece ter sido uma certa dissimetria entre o instrumento e as possíveis manifestações decorrentes do tema; como isto somente foi detectado no decorrer das entrevistas, mantivemos a aplicação deste modo tendo em vista justamente as sutilezas e os possíveis paradoxos embutidos nas respostas, revelando compreensões particulares das questões propostas.

Quadro 40 - *Avaliação de aspectos gerais do ambiente de trabalho por classe de notas da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Item/distribuição	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	Total
Espaço de Locomoção	8	11	6	18	11	54
Postura de Trabalho	13	18	4	12	7	54
Número de Pessoas	10	21	13	6	4	54
Condições Fisiológicas	6	10	8	18	12	54

Começando pelo *espaço de locomoção*, vê-se que foi percebido basicamente de dois modos: para *a maioria deles, como algo inerente ao espaço aberto, desconsiderando-se os limites entre a barraca e a rua*, ou entre uma barraca e outra; nestes casos, o espaço de locomoção foi considerado como *bom* ou *ótimo* por 29 (53,7%) deles. Para outros 19 deles (35,2%), que centraram seu ponto de vista no *aspecto interno da barraca, nos contornos físicos do equipamento*, ou àqueles com expectativas de “*conseguir uma barraca maior*” ou

⁷⁵ Conforme SELIGMAN DA SILVA, em ANGERAMI-CAMON (org.), obra citada, 1986, p. 76 e segs.

ainda os que afirmam que “*tem gente demais trabalhando na rua*”, o espaço passa a ser visto como *ruim* ou *péssimo*.

Enquanto isso, *seis deles pareceram não ter posição definida a respeito, sendo que alguns pareceram claramente não compartilhar o sentido da pergunta*, cujo propósito poderia estar evidente, na verdade, para um observador externo, mas não para os ambulantes.

Enquanto àqueles que se manifestaram *de forma positiva à questão do espaço de locomoção, dando indícios de que entendiam isto como algo do tipo barraca/mundo, numa perspectiva vagamente simbiótica, ou liberta*, por outro lado, os que *pareceram ter uma posição mais claramente demarcada a respeito do assunto – ou pelo menos os que discorreram de forma mais cursiva, detalhada, foram os que definiram o espaço como ruim ou péssimo* - mas não pelos mesmos motivos preconizados a priori.

Na avaliação negativa, a questão é compreendida basicamente de forma interrelacional, *no contraponto definido pela barraca - e de seu dono – com as outras barracas – e com os outros ambulantes*, seja pela questão da *concorrência*, seja por problemas relativos à *falta de ordenamento local* ou ainda pelo *alto grau de exposição e contato direto com os transeuntes* -, o que alguns apontam como problemático, como veremos mais adiante.

Esse mesmo raciocínio parece ter sido utilizado também na definição do item relativo à aglomeração excessiva no local de trabalho, que seria traduzida pela pergunta *número de pessoas*.

Aqui igualmente observa-se múltiplas possibilidades de entendimento, uma vez que a indicação de uma nota equivalente a ruim ou péssimo podia significar tanto que havia “*ambulantes demais na rua*”, quanto “*compradores de menos na rua*”, sendo que isso, via de regra, não era apresentado como pólos de uma mesma relação, mas sim como *duas coisas distintas, com focos diferentes*: no primeiro caso, a rua apresentar um *número ruim de pessoas* era traduzido como *muita bagunça/vendedores demais* e isto é que era ruim; no segundo caso, *número ruim de pessoas* era entendido como *pouca gente/compradores potenciais*.

Além disso, *atribuir uma nota equivalente a ruim ou péssimo*, às vezes podia querer indicar isso mesmo: uma *excessiva aglomeração de pessoas* – *compradores e vendedores*; a diferença é que nestes casos, o *ruim* ou *péssimo* significava exatamente o contrário, isto é, *bom* ou *ótimo*, uma vez que nestes casos parece não haver, não poder haver, uma separação entre o bom e o mau. Justifica-se essa contradição através do seguinte raciocínio: “*é ruim, muita gente prá lá e prá cá, - mas é bom, aumenta a chance de vender*”, ou: “*é ruim porque fica muito bagunçado, mas quanto mais bagunçado é melhor para nós*”.

Aprisionados no dilema financeiro da luta pela sobrevivência, surge uma contradição: *se as condições de trabalho relativas ao espaço aparentemente poderiam ser consideradas como positivas, o impacto do ponto de vista econômico é negativo, extremamente prejudicial*. Ao contrário, *se o espaço é considerado como ruim ou péssimo pelo entrevistado, apontando-se a excessiva aglomeração, o empurra-empurra e a ocorrência de atritos constantes, por outro lado, isto emerge como um dado positivo na medida que significa maiores possibilidades de vendas e uma nova injeção de ânimo*, que, em muitos casos, explicitou-se nas falas como parte da “*diversão*” local, como *condição fundamental para “dar vida”*, ao lugar.

Inversamente, aqueles que, apesar de indicarem e reconhecerem a importância ou a *eventual existência de um espaço de locomoção adequado para si próprio, avaliando o item como bom ou ótimo*, na continuação, como contraponto igualmente apontam a “*falta de dinheiro*”, as “*vendas fracas*”, e a “*crise*”, como um grande problema e fonte de preocupações constantes. E isto tudo, evidentemente, temperado pelas expectativas, trajetória pessoal e profissional, dentre outros que acabam subordinando o juízo de valor de cada um.

Quanto à tabulação, daí decorre também a impossibilidade de se considerar o dado bruto, em si mesmo, dentro das categorias previamente estabelecidas, ressaltando-se justamente este fato como sintomático, uma vez que, sem nenhum anteparo, são os ambulantes mesmos quem tem que detectar a dissonância cognitiva aí embutida, e conviver, obrigatoriamente, com o falso

dilema, circunscrito numa dimensão individual, particular, entre *condições ruins/vendas melhores*, ou *condições melhores/vendas ruins*.

Tendo em vista identificar alguns aspectos básicos relativos à *movimentação corpórea* e aos *esforços físicos inerentes ao desempenho das tarefas quotidianas*, perguntou-se sobre a '*postura no trabalho*', e nesse caso, vemos que um alto número deles, 31 (57,4%), identificaram claramente aspectos negativos nos movimentos corpóreos diários, como *dores nas costas*, e *dores nas pernas*, por conta da posição em pé ou curvada em que ficam, inclusive quando se sentam, geralmente em bancos sem encosto, ou montando e desmontando a barraca ou ainda no manuseio das mercadorias.

Ao mesmo tempo, outros 19 (35,2%) consideram que o repertório gestual embutido no item *postura*, ao contrário, é *bom* ou *ótimo*, justificando sua escolha através de frases do tipo "*you never stay still*", "*you always move to move a little*" ou "*it is good because you move a lot, you don't stay in one position*".

De novo aqui possivelmente as ocupações exercidas anteriormente e diferentes graus de expectativas definem um e outro perfil de respostas, uma vez que os que possuíam algum tipo de estabilidade ou vínculo empregatício por mais tempo, associado a melhores índices escolares apontaram mais claramente as dificuldades, ao contrário daqueles que exerciam ocupações mais simples ou braçais, que tendem a minimizar este tipo de problema.

Por fim, em relação à *supressão das necessidades fisiológicas básicas*, ao contrário do imaginado, apenas 16 ambulantes, um coeficiente de 29,6%, indicam respostas do tipo ruim ou péssimo, contra 30 deles (55,6%) que declaram respostas tidas como bom ou ótimo para as condições fisiológicas, enquanto outros oito (14,8%) não se manifestaram conclusivamente nem para um lado, nem para outro.

Mais uma vez, parece que apenas as experiências sócio-profissionais anteriores e as vivências subjetivas, incluindo aí baixas expectativas, podem explicar este item, de resto indicado pelas observações como de complicada resolução, uma vez que dependem em muito basicamente da boa vontade dos comerciantes - bares e lanchonetes -, para a resolução do problema.

Exemplo disso é que, para comer, enquanto *parcela considerável faz suas refeições nos bares e lanchonetes da região, ainda assim é alto o número deles que almoçam no próprio local, sem as mínimas condições físicas e espaço adequados, debruçados ou segurando o prato com uma das mãos, enquanto comem com a outra*. Ou ainda a questão da *higiene, uma vez que não há acesso direto à água, tendo que se deslocarem para tal*, ou, o que muito comum, se munirem de recipientes de água, que servem tanto para beberem, quanto para lavarem eventualmente algum utensílio, ou ainda usada para lavar as mãos no próprio local.

Em suma, parece que *unicamente o fato de conseguirem resolver os problemas imediatos, de qualquer modo que seja*, foi o indicador mais freqüentemente utilizado como parâmetro nas respostas.

Na continuação, procurou-se captar os *aspectos centrais relativos à organização do trabalho*, e, mais do que isso, a *percepção* sobre o item em questão. Como se disse antes, aqui igualmente o objetivo básico é levantar algumas considerações iniciais sobre a fala dos entrevistados, cuja estrutura e recorrência indica e revela os pontos centrais e os nós onde se cruzam as linhas de seu raciocínio, para posterior tentativa de entendimento mais apropriado.

Isto posto, no sentido mais estreito do quesito *organização*, procurou-se obter tanto a *identificação* quanto a *avaliação* feita sobre o *horário e ritmo de trabalho, duração da jornada e o controle do processo de trabalho*, ou seja, o que trabalhador indica a respeito do *fluxo de trabalho, a existência, origem e tipos de sanções a que está exposto*, assim como algumas pistas sobre seus *limites subjetivos, os sistemas hierárquicos e a familiaridade com o objeto e relações de trabalho*.

Mais uma vez descreveremos as respostas da maneira como foram identificadas quando da aplicação, para, num segundo momento, comentar os pretensos conteúdos valorativos usados na explicação ou justificação do fenômeno e a compreensão dele confirmada ou não pela escala de notas atribuídas ao item em destaque.

Quadro 41 - *Avaliação de aspectos gerais da organização do trabalho por classe de notas da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Item/distribuição	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	Total
Horário de Trabalho	9	10	7	16	12	54
Ritmo de Trabalho	14	17	6	13	4	54
Duração da Jornada	12	17	14	9	2	54
Controle do Trabalho	7	9	18	11	9	54
Total	42	53	45	49	27	216

Como se pode observar no quadro acima, o *horário de trabalho* é visto *mais como positivo do que negativo*, uma vez que a classificação das respostas em *bom* ou *ótimo* é maior do que a das respostas em *péssimo* e *ruim*, 28 (51,9%) contra 19 (35,2%). Geralmente, aqueles que justificavam o horário como algo de bom o faziam em função de argumentos do tipo “*sou eu mesmo quem faz meu horário*”; “*ninguém manda em mim, sou eu que decido a hora de ir*”, ou ainda “*é bom porque dá sempre prá dar uma saidinha, fazer alguma coisa por aí, comprar mercadoria, resolver algum problema*”.

Paradoxalmente, os ambulantes que indicam o horário como um ponto negativo via de regra apontam o fato de *ficar preso – não a ninguém, a um chefe, exatamente, mas ao consumidor*. Em outras palavras: “*you sempre acaba esperando mais um pouco, quer vender mais alguma coisa antes de poder ir embora*”, ou “*o cabra tem que chegar sempre cedo, cada vez mais cedo, prá ir embora cada vez mais tarde... mata o dia aqui mesmo*”.

Outros sete ambulantes (13%) não enfatizaram decisivamente um lado ou o outro da questão, seja por não terem uma posição refletida a respeito, seja por perceber a contradição, o que foi comentado por dois sujeitos: “*trabalho é trabalho... é tudo igual*”, ou “*é mais solto, não tem chefe mas você tem de vir, do mesmo jeito*”.

Já em relação ao *ritmo de trabalho*, a identificação e avaliação caminharam um pouco mais juntas: 31 ambulantes (57,4%) compreendem seu trabalho como “*muito desgastante*”, “*you não tem sossego, tem que ficar de olho*

o tempo todo em tudo... no movimento, no freguês, nos ladrões de mercadorias" ou ainda *"você não tem tempo nem hora prá fazer nada direito, tem dia que dá prá comer, tem dia que não"*.

Por outro lado, 17 deles (31,5%) afirmaram ou forneceram indicativos de que o ritmo de trabalho desenvolvido é positivo, dado os comentários de: *"não se repete a mesma coisa, você senta, levanta, você nunca está parado"*; ou: *"às vezes tem que correr, atender duas, três pessoas, mas o maior tempo, não"*, ou ainda *"eu gosto, dá prá conversar com as pessoas, bater um papo, vê gente... num tem uma rotina que te prende"*.

Apona-se ainda a existência de seis casos (11,1%) em que não se identificou uma posição definida a respeito do ritmo de trabalho. Embora não verbalizassem, a impressão que se teve é a de que igualmente parece haver aqui uma percepção, ainda que pálida, do paradoxo anteriormente apontado, ou seja, quando o *ritmo é ruim*, *"muito puxado"*, como dizem, isso parece remeter diretamente à idéia de *maiores possibilidades de ganhos financeiros*; por outro lado, um *ritmo menos acelerado* parece trazer à lembrança o fato de se ganhar menos dinheiro.

Quanto à *duração da jornada de trabalho*, aparece de modo mais evidenciado e uniforme o entendimento de que a jornada é ruim: 29 (53,7%) deles indicam que ela é: *"desgastante"*, *"muito longa"*, *"não tem fim de semana, porque no domingo você tem que ir buscar mercadoria no Paraguai, ou ir vender em outros lugares"*.

Ainda assim, para 11 ambulantes (20,4%), a duração da jornada é boa ou ótima, uma vez que *"trabalhar mais é ganhar mais"*, como basicamente definem como critério usado na avaliação.

Ressalte-se que 14 outros ambulantes (25,9%), parece não haver nada de particular ou de diferente em sua jornada de trabalho em relação às demais, uma vez que ela é identificada como *"igual às outras"*, *"nem pequena, nem grande, é normal, né ?"* -, mesmo sabendo-se que 42 deles (77,8%) declararam trabalhar 6 dias por semana, e que 40 (74,1%) afirmaram cumprir uma carga horária de pelo menos dez horas por dia.

Por último, o item *controle relacionado ao processo de trabalho*, que, seguramente, foi o que apresentou menor grau de discriminação espontânea por parte dos entrevistados - o que exigiu um maior grau de decodificação já no momento da aplicação do questionário e na tabulação.

A idéia de *controle* envolve a identificação – ou, como em nosso caso, também o mapeamento da *representação* - de aspectos ligados ao processo de trabalho, como seu *fluxo*, ou a *existência, origem e tipos de sanções a que se está sujeito*, o que pode levar a algumas pistas seguras sobre os *limites subjetivos*, ou seja, a capacidade em agüentar e reelaborar os efeitos do desgaste decorrentes do desempenho da tarefa; os *sistemas hierárquicos*, isto é, o poder em interferir no intercurso do processo e organização do trabalho; e a *familiaridade* com o objeto e relações de trabalho, que indica a proximidade e conhecimento das mesmas, conforme exposto em SATO (1993:188 e segs.).

Assim, o exercício de tentar captar as maneiras de se compreender os processos envolvidos na idéia de *controle*, implicou em aproximações e encadeamentos nem sempre explícitos – ora para nós, ora para os ambulantes – e que podem ainda esbarrar em temas mais delicados, como no caso da hierarquia ou das sanções existentes na estrutura básica da organização e nas relações de trabalho.

Daí decorre, possivelmente, o *número equilibrado de respostas entre os que vêem mais como positivo sua inserção e controle dos determinantes centrais do processo de trabalho, 20 (37,0%), contra 16 (29,6%) que identificaram principalmente a dimensão negativa dele, além de um elevado número de indicações intermediárias, num total de 18 (33,3%) ambulantes.*

Na tentativa de levantar algumas hipóteses, talvez se pudesse dizer que, aparentemente, muitos dos que *qualificaram o controle com índices de bom e ótimo o fazem ou em função de identificarem a existência de normas claras de comportamento*, com comentários do tipo: “*cada um faz o seu, e boa*” ou ainda “*você tem que aprender o que pode e o que não pode; aí, tudo bem*”, ou por conta de que - pelo menos a partir dos limites e regras definidas - se *sentirem*

autônomos: *“ninguém me enche o saco aqui, eu sou meu chefe”, ou “é bom porque eu mesmo decido minhas coisas aqui dentro”.*

Já outros 16 ambulantes (29,6%) pareceram perceber alguns limites neste raciocínio, às vezes articulados diretamente à gangorra financeira, como: *“você não pode planejar nada, não sabe se e quanto vai ganhar no fim do mês”.*

Outro leque de respostas surgem mais diretamente ligado à própria instabilidade e precariedade de sua ocupação: *“você não pode comprar no crediário, primeiro porque não sabe se vai estar aqui daqui a um, dois meses, e depois, porque não tem carteira assinada prá mostrar na loja”.*

No terceiro agrupamento de respostas, de 18 ambulantes (33,3%), procurou-se descrever a própria indefinição do assunto, uma vez que eles mesmos parecem não ter uma posição muito clara a respeito, usando-se frases do tipo *“tem coisa boa e coisa ruim”*; *“se vê de tudo, o que quer, e o que não quer”*, *“tem coisa que é boa, aqui todo mundo se olha, se ajuda, mas também você não pode aumentar o tamanho da barraca, porque tem muita gente na rua”.*

Se somarmos os índices atribuídos estes a *quatro aspectos do trabalho - horário, ritmo, duração da jornada e controle -*, vemos que 95 (44%) das respostas apontam preponderantemente para aspectos negativos da organização do trabalho, contra 76 (35,2%) que ressaltaram mais aquilo que definiu-se como positivo, observando-se um total de 45 indicações inconclusivas, ambíguas ou ambivalentes, um coeficiente de 20,8%.

A última pergunta do formulário referia-se à *identificação de aspectos gerais das relações no trabalho*, que, de alguma forma, *pudesse apresentar alguma implicação ou a presença de pólos irradiadores de desgaste mental, como o tipo e grau de conflitos interpessoais, as possíveis fontes de tensões, sinais de esgotamento físico ou mental, e a existência de riscos, bem como a percepção deles.*

Conquanto os *conflitos interpessoais* sejam reconhecidamente uma das principais fontes geradoras de sofrimento psíquico, *senão a maior*, outras faces ou fatores associados ou embutidos nas relações e processos de trabalho igualmente podem se apresentar como tal, a saber.

O *esgotamento*, por exemplo, surge geralmente relacionado ao *cansaço físico ou mental*, enquanto que as *tensões* aparecem, geralmente relacionadas a uma *angústia* ou *ansiedade*, muitas vezes não muito bem definidas, recebendo, nesse caso, o qualificativo de um “*nervoso*”, como normalmente se refere a esta sensação, geralmente vaga e imprecisa.

Entre as conclusões de uma pesquisa realizada junto a trabalhadores industriais de Cubatão e de São Paulo, no período 1981 a 1983, sobre o *desgaste mental no trabalho*, SELIGMAN-SILVA aponta para o fato de que: “o *desgaste geral do conjunto corpo-mente foi mais freqüentemente evocado através de expressões como ‘esgotamento geral’, ‘esgotamento total’ ou ‘sentir a saúde se acabando’*. No caso do *desgaste psíquico*, a expressão mais usada foi ‘*sistema nervoso*” (1994, obra citada, p.224).

Seguindo e adaptando o traçado metodológico estabelecido por essa autora, definiu-se como *critério norteador a referência primeira*, conforme sugerido pela teoria psicanalítica, ou as *mais recorrentes, relativas à saúde física e mental*. Isto quer dizer que, quando a resposta à pergunta feita sobre “*coisas daqui do trabalho que podem gerar problemas prá sua saúde, pode ser pro seu corpo ou problemas mentais, coisas que fazem mal prá cabeça, mesmo*”, traduzida com maior ou menor necessidade, caso a caso, trazia de modo explícito ou subjacente indicativos preponderantes de um *cansaço físico*, classificou-se como *esgotamento*.

Já as respostas que apontavam *para questões mais subjetivas, com um grau de verbalização mais pobre e restrito* – o que pode servir, ainda, como um indício de maior grau de incrustamento ou de interiorização intrapsíquica do fenômeno -, tabulou-se como *tensões*.

Neste caso, as *palavras-índices* mais freqüentemente utilizadas para descrever as *tensões* foram definidas por ‘*peso dentro da cabeça*’, ‘*nervoso*’, ‘*coisa ruim dentro de você*’ ou ainda a *própria dificuldade em expressar esta sensação ou sintoma, muitas vezes manifestada por intermédio de frases interrompidas, que morre aos poucos, sem um ponto final, ou com muitas reticências, ou ainda com sinais de sentimentos ambivalentes presentes na fala*,

tais como: *“às vezes dá uma coisa, você tem que desligar da situação, senão você acaba tendo um treco”, ou “tem hora que você acha que vai explodir... não é a pessoa que tá ali.. mas dá raiva... ela pechinha, chora, e aí desfaz da mercadoria e de você... ela nem tem culpa, é pobre também, que nem eu, mas dá raiva”*.

Uma última observação aqui é que, ainda que levando-se em conta o trato - explícito em alguns casos, e implícitos na grande maioria deles -, de não se abordar assuntos que pudessem remeter à temas considerados tabus – como o pagamento de propina e o tráfico de influência - o fato de introduzir-se a pergunta diretamente ao redor do tema da *saúde*, facilitou sobremaneira a aproximação e a livre expressão por parte do interlocutor, gerando um campo de aproximação e de confiança muito mais fácil e rápido, por exemplo, do que na questão anterior, quando se falava em *‘hierarquia’* ou *‘controle do processo de trabalho’*, ainda que travestido ou disfarçado de *“vantagens ou desvantagens do trabalho na rua”*, ou *“o que pode e o que não pode fazer aqui no seu trabalho”*.

Esta entrada, de resto evidenciada desde o início dos contatos como o objetivo central da pesquisa, mostrou-se particularmente profícua neste campo - e depois nas entrevistas – confirmando-se que era, realmente, não apenas a porta de entrada mais indicada, como o ponto central da interlocução e de mediação a ser explorado. Pôde-se perceber, inclusive, tanto aqui como nas entrevistas, que *falar das intercorrências pessoais das relações no trabalho era falar de si mesmo, de sua subjetividade, e foi, seguramente, um dos principais, senão o principal, campo estruturante de toda a conversa, do vínculo constituído*.

Quadro 42 - *Avaliação de aspectos gerais das relações no trabalho com possíveis implicações na saúde mental por classe de notas da amostra disponível de vendedores ambulantes* (Santana, SP, 1997)

Item/distribuição	0 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	Total
Conflitos Interpessoais	8	9	2	15	20	54
Esgotamento	20	14	7	9	4	54
Tensões	24	18	2	5	5	54
Riscos	21	18	9	4	2	54

Total	73	59	20	33	31	216
-------	----	----	----	----	----	-----

Quanto ao item *conflitos interpessoais*, inicialmente, chama a atenção o fato de que *35 ambulantes (64,8%) indicaram que as relações no pedaço não padecem desse mal*, os seja, a maioria afirma que “todo mundo é amigo de todo mundo”, evitando-se claramente tocar em possíveis pontos de atritos, como uma das regras máximas para a boa convivência no local. O tipo de justificativa mais freqüente é a de que “*aqui somos que nem uma família*”, ou “*na rua todo mundo se ajuda*”, ou ainda “*se puder ajudar, ajuda, se puder atrapalhar, não atrapalha*”, referindo-se à necessidade básica percebida de não envolvimento nas decisões que não dizem respeito ao espaço exclusivo de suas barracas - “*de não se meter no assunto dos outros*”, nas palavras deles.

Este número de 35 pessoas, elevado, parece indicar a existência de um mecanismo coletivo de proteção, evitando de se exporem aos de fora, de revelar sua formas particulares de estabelecer sua convivência e de definir limites internos de funcionamento. Talvez o baixo número de respostas intermediárias – agrupamento mais assinalado quando o padrão de respostas não se apresenta de modo definido ou conclusivo -, apenas dois (3,7%) esteja reforçando esta idéia.

Ainda assim, 17 ambulantes - 31,5% deles - apontam para a presença de conflitos interpessoais no pedaço. Os pontos citados como conflituosos inclui a relação com os lojistas, com os clientes, com os transeuntes, e, em mais ou menos seis ou sete casos, com os próprios ambulantes, por conta de que alguns “*aumentam seu espaço de um dia para outro*” e também por serem “*uma raça muito desunida*”.

Já em relação ao esgotamento, a maioria dos ambulantes 34 (63%) afirma sentir-se “*sem ânimo*”, “*muito cansado*”, “*sem coragem de fazer as coisas*”. Esse cansaço aparece geralmente relacionado à falta de expectativas - econômicas, profissionais e pessoais -, gerada pelo estreitamento e limitação dos horizontes; é comum ouvir frases como “*você tem que se contentar, ver que tem gente que está pior ainda... mas você perde a esperança de acontecer alguma*

coisa de bom”, ou ainda *“você tem valor, acha que tem valor, mas não tem onde, como, com quem, mostrar o que você pode e sabe fazer”*.

Juntamente com o *esgotamento* aparece, inclusive em maior grau, as *tensões*: 42 (77,8%) manifestam em seu discurso a sensação de *nervoso*, queixa mais comum e praticamente total entre os que apontam a existência de *tensões* associadas a determinados aspectos do trabalho. O eixo mais freqüentemente encontrado refere-se à *situação de instabilidade em que vivem* – não apenas devida ao fato de trabalharem na rua, mas, mais do que isso, *não saberem nem se vão poder continuar a trabalhar na rua*, por conta da iminente remoção.

Deste modo, a informalidade ganha contornos mais sombrios, quando nem mesmo ela está garantida no dia seguinte: associada à *instabilidade*, aparece explicitado ou não ligada à própria irregularidade financeira, e à *crise*: *“ninguém tem dinheiro prá nada”*; *“os fregueses reclamam muito, pechinçam demais... às vezes você vende no preço de custo, que tá precisando de dinheiro, e o pessoal reclama que tá caro”*. A sensação decorrente disso talvez possa ser antevista em frases como: *“tem hora que eu penso, penso, penso, e acho que vou explodir”*, ou, o que é muito freqüente: *“de noite eu fico pensando se no outro dia eu vou chegar e encontrar meu ponto, se vou poder vender minha mercadoria”*; um deles afirma que: *“já sonhei três vezes que iam tirar agente daqui... a polícia vem tirando todo mundo, quando chega na minha barraca, eu acordo”*.

Nos casos onde os sujeitos possuíam um patamar anterior mais elevado em termos profissionais e financeiros – os ex-proprietários, os gerentes e àqueles que exerceram funções técnico-superiores no setor formal, é unânime a demonstração de sentimentos de auto-estima rebaixada: *“quando você não tem dinheiro, nem o cachorro abana mais o rabo prá você”*. Nesse caso, a identidade e a auto-imagem parecem sofrer sérios golpes; referindo-se a si próprio na terceira pessoa, é comum este tipo de sensação, sintetizada por um deles: *“sem um emprego decente, sem dinheiro, você se sente outra pessoa... parece que você vira outra pessoa, mesmo”*.

Assim, apesar de *dez ambulantes (18,5%) indicarem a inexistência de pontos de tensões psíquicas*, afirmando que *“não esquentam a cabeça com nada”, “o que é do hóme, o bicho não come”, a tensão parece estar disseminada;* mesmo porque, nestes casos onde *observa-se demonstrações de aparente tranqüilidade, é comum também na seqüência do discurso surgir outros indicativos com sinal de direção invertido*, indicando que possivelmente sentem o problema de modo similar ao dos colegas, com frases do tipo *“adianta se preocupar ? Não adianta, né? Então... é isso”, ou “não tenho medo, se me tirarem daqui, vou prá acolá... já aconteceu antes... fazer o que ?”, ou ainda: “qualquer coisa, é só tomar umas no fim do dia prá esquecer”*. Assim, parecem querer negar a possibilidade latente de remoção - além do panorama em si mesmo precário, sem nenhuma garantia ou tipo de seguridade institucional-formal.

Ademais da instabilidade geral em que vivem, outras fontes apontadas como geradoras de tensões aparece, em muitos casos, ao *“lidar com gente”*, isto é, com transeuntes que, segundo declaram, *“muitas vezes derrubam as mercadorias de propósito”, ou ainda com os próprios clientes, que, além de reclamarem muito do preço, “vem trocar coisa que nem comprou aqui, de marca que ninguém nem vende aqui nesse bairro”*.

A questão relativa aos *riscos* apresentou um *alto número de respostas indicativas de preocupação por parte de 39 ambulantes (72,2%)*.

Mas a percepção dos riscos, porém, apresenta-se de modo difuso, e uma vez que o interlocutor podia citar mais de um motivo, e o temor preponderantemente demonstrado aparece na maioria das falas, sem dúvida, relacionado à *violência*, colocada assim, genericamente; esmiuçando um pouco mais este perfil de respostas, a violência surge associada a *atropelamentos, acidentes de trânsito, bala perdida e agressões em geral*.

Quando inquiridos a respeito destas preocupações, relatam que, nos últimos tempos, por volta dos dois últimos anos, *pelo menos três camelôs teriam sido atropelados no local* - contatamos dois destes, sendo que um deles foi entrevistado. É muito *comum descreverem inúmeros acidentes de trânsito, seja casos de pessoas atropeladas, seja de automóveis que, como este: “subiu na*

calçada, pegou uma senhora e imprensou ela, bem ali"; também referem-se à freqüentes *colisões entre veículos*, ou ainda: *"do dia em que o ônibus veio descendo, levando tudo e entrou dentro da loja"*.

Também a preocupação com *balas perdidas e com as agressões* povoam o discurso dos ambulantes, certamente pela exposição direta deles na rua, sem nenhum tipo de anteparo ou proteção física; daí que todos, quase que sem exceção, tem histórias para contar sobre a ação de trombadinhas, brigas e furtos no local.

Outro tema que apontam de forma praticamente unânime que poderia trazer prejuízos físicos ou mentais é o do *nervoso*; igualmente aqui ele aparece associado à *tensão* e à *inquietação*, geradas pelo alto grau de vulnerabilidade e pela precariedade, não somente econômico-institucional, mas também da própria continuidade e permanência – na instabilidade em que vivem. E os 23 usuários dos mais variados remédios talvez possam estar corroborando as inúmeras indicações recebidas de que: *"não posso nem pensar na situação que aí não durmo a noite inteira"*, ou: *"a gente fica sem saber de nada, dá desespero"*, ou então: *"quando não vendo nada dá dor de estômago, me sobe a pressão"*.

Além deste leque, o nervoso aparece também muitas vezes ligados à violência, e à preocupação com a *"bagunça das ruas"*, ou com *"esses vagabundos que ficam por aí"*, ou ainda com a *"violência de São Paulo"*; a impressão a que se fica é, em última análise, a existência de um grande temor com a própria vida, em *"faltar prá família"*.

Ainda um último eixo causador de desgastes aparece em algumas citações desdobradas em *temas ligadas à exposição direta às intempéries climáticas e aos agentes químicos do ambiente* - frio, chuva, enchentes, vento, fuligem -, causadores, segundo indicam, de gripes, dores de garganta, irritação nos olhos e resfriados constantes, além de casos indicados de bronquites e rinites.

Seis ambulantes afirmam não perceberem maiores riscos no trabalho (11,1%), enfatizando que *"aqui é tranquilo, não tem nenhum problema"*,

numa atitude aparentemente de defesa tanto do grupo como individual. Enquanto isso, *outros nove (16,6%) acham que a possibilidade de riscos é “igual aos de outras coisas, todo trabalho tem chance de se machucar”,* ou: *“eu trabalhava num bar, e era pior, me cortava, tinha briga quase todo dia”,* dando uma idéia do efeito comparativo a partir de outras situações experimentadas igualmente ruins - ou ainda piores, de resto visível em várias respostas a outros itens da pesquisa.

Assim, apenas para efeitos ilustrativos, se se fizer um cômputo geral, observa-se que *132 respostas, uma taxa de 61,1%, apontam a presença de aspectos específicos das relações de trabalho que podem contribuir para prejuízos à saúde, de um modo geral, e para o desgaste mental, em particular; se desconsiderar-se o item conflitos interpessoais - item possivelmente desencadeante de conteúdos persecutórios e de previsíveis estratégias coletivas de defesa -, este número é ainda maior: 115 entre 162 respostas indicam índices análogos a ruim ou péssimo para sentimentos e percepções que traduziriam o esgotamento, tensões e riscos associados, de alguma forma, ao trabalho – um coeficiente, portanto, de 71% de indicações.*

E a despeito das dificuldades metodológicas, isto talvez não queira dizer que o somatório das demais 47 respostas classificadas como *regular, bom ou ótimo* - que comporiam os outros 29%, não estejam indicando a ausência do desgaste, mas, o que parece ser mais provável, o façam de outras formas – negando, projetando ou racionalizando, por exemplo. Ou que não possuam parâmetros adequados para avaliar exatamente os possíveis prejuízos à saúde, justamente por terem experimentado anteriormente condições de trabalho ainda piores do que as atuais.

Em suma, ressalte-se, novamente que a aplicação do formulário e a descrição vista nas tabelas, não apontam para algo conclusivo e muito menos generalizável, uma vez que o plano de amostra estatística foi abalroado de início, perdendo-se esta possibilidade.

Entretanto, isto ajuda a dar uma idéia do tipo e grau de dificuldade que envolve a questão dos ambulantes – e os episódios e comentários relatados, bem como os ‘não comentários’ - recusas, titubeios e silêncios – serviram, ainda

assim, ou por isso mesmo, ao objetivo básico da primeira etapa: *mapear o quadro geral, definir uma direção a seguir, estabelecer contatos e aprofundar vínculos e indicar os possíveis sujeitos para entrevistas.*

Sendo assim, procurou-se estabelecer uma *tipologia* capaz de nortear a escolha de sujeitos qualitativamente representativos da vasta gama até então observada. Evidentemente, alguns dados foram omitidos ou trocados, mantendo-se, porém, as características básicas das pessoas – e, mais do que isso, do grupo, do sujeito coletivo em questão.

CAPÍTULO VI -UMAS FALAS (OU: O QUE TEM SIDO E O SEM TIDO)

Ao término da aplicação dos formulários, iniciou-se uma *outra etapa da pesquisa: as entrevistas*. Na escolha dos sujeitos observou-se a idéia de *tipo ideal*, delineando-se os extremos polares significativos do que fôra até então observado, em termos dos *equipamentos* – tamanho da banca, constância e frequência do ponto; dos *dados gerais* – idade, sexo, propriedade e origem; *condições de vida* – bairro de moradia, instrução escolar; *saúde*, refere ou não problemas e queixas, histórico, atendimento e uso de remédio, além de outros aspectos básicos, como *disposição, disponibilidade* para tal e *vínculo desenvolvido de modo satisfatório*.

Em número de dez, os eixos da *entrevista semi-estruturada* aprofundou os seguintes temas: a *trajetória pessoal e profissional*; os *fluxos, rotinas e contatos* no trabalho; o *relacionamento, organização e comunicação*; *histórico e situação de saúde* – dores, problemas e remédios; o *ambiente de trabalho* – físico, químico, postura e espaço; a *organização do trabalho* – ritmo, duração, controle, sofrimento, incômodo e riscos. Além disso, buscou-se um *posicionamento por parte dos sujeitos*, solicitando-se a *indicação das principais desvantagens e vantagens da ocupação exercida na rua*, além de outras *atividades fora do trabalho*, em termos de participação e lazer, e sobre suas *expectativas de vida* – desejos, anseios, temores, etc.

Nas entrevistas, em número de oito, procurou-se um retrato da tipologia encontrada, como para ilustrar cada um dos casos-paradigmas arquetipicamente dispostos, compondo um mosaico singular e múltiplo.

Feitas entre janeiro e maio de 1998, nas entrevistas compartilhou-se do cotidiano dos ambulantes, acompanhando-os em suas atividades corriqueiras, como cafezinhos, almoços, idas ao banco e contatos outros diversos.

Por razões éticas, as entrevistas não foram gravadas, sendo que se anotava ao máximo o que havia sido dito, procurando-se *manter a unidade do*

discurso e o fluxo de raciocínio do sujeito – incluindo a seqüência, as quebras e os encadeamentos temáticos -, lendo ao término de cada etapa o que havia escrito pelo entrevistador. Embora dessa forma se pudesse perder na colheita do material, por outro lado, o uso de gravadores mostrou-se impraticável, diante das resistências e inibições naturais ao tratar dos assuntos, amplificadas pelo uso do aparelho eletrônico de forma regular, durante os vários meses de trabalho de campo. Assim, tendo em vista os limites e alcances de uma pesquisa acadêmica, evitou-se ao máximo expor os sujeitos de modo desnecessário a qualquer tipo de evento que pudesse prejudicá-los direta ou indiretamente.

Seguindo rumo à aproximação e entendimento do universo mental dos ambulantes, foi buscado em alguns autores sua contribuição teórica, tendo em vista a organização e interpretação do material colhido, particularmente em relação aos conceitos de *análise de conteúdo* e de *representação social*.

Quanto à maneira de cotejar o material colhido com o aparato teórico-conceitual, uma das técnicas mais utilizadas tem sido a de *análise de conteúdo* ⁷⁶. Concebida em suas linhas gerais, sob a forma como é conhecida hoje, inicialmente nos Estados Unidos nos anos 40, a análise de conteúdo corresponde à avaliação do que é dito, do “*conjunto das mensagens, discursos e textos que são veiculados no processo de comunicação a ser utilizado*” (THIOLENT, 1986:53) ⁷⁷.

Para BERELSON, a análise de conteúdo é uma “*técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*” (apud THIOLENT, idem, ibidem). Por sua vez, para CARTWRIGHT a análise de conteúdo consiste numa técnica de codificação que

⁷⁶ Sobre o desenvolvimento e as diferenças entre as *análises de conteúdo*, *análise lexical* e *análise de discurso*, ver THIOLENT, Michel (org.), *Opinião Pública e Debates Políticos – subsídios metodológicos*, São Paulo, Editora Polis, 1986.

⁷⁷ Em TRIVIÑOS, vemos que: “*a análise de conteúdo tem uma história comprida, podendo-se dizer que ela nasceu quando os primeiros homens realizaram as primeiras tentativas para interpretar os livros sagrados. Esforços mais sistemáticos já se encontram nos séculos XVII, na Suécia, e XIX, na França, respectivamente. Em 1908 o professor Thomas, de Chicago (...) foi capaz de elaborar um quadro de valores e atitudes dos imigrantes polacos*” (1987:159). Em todo caso, assumimos a idéia de análise de conteúdo a partir de seus traços básicos mais recentemente sistematizados, reconhecidos e legitimados como tal.

consiste numa “*descrição objetiva, sistemática e quantitativa de qualquer conteúdo simbólico*” (apud THIOLENT, obra citada, p.54).

Segundo BARDIN, 1988, a *análise de conteúdo* estrutura-se em três fases – a *pré-análise*, que é uma exploração do material e o tratamento dos resultados, a *inferência* e a *interpretação*, cabendo ressaltar que estas três fases não se sucedem em uma dada ordem cronológica.

A pré-análise objetiva organizar o material – embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, abertas, e pressupõe a *leitura flutuante*, artefato originário da Psicanálise que busca reconstituir o discurso, o significado geral da mensagem ⁷⁸.

Nesse sentido, “*pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos*” (1988:96).

A operacionalização adotada nas descrição dos *temas* consiste, a partir do *registro dos dados*, reuni-los, inicialmente, tendo em vista algum tipo de *similaridade*, seja em função da *problemática* de pesquisa, das *categorias* pré-fixadas, a partir de onde desenvolver-se-á a análise, propriamente dita.

Segundo SOUZA FILHO, é ainda BARDIN quem estabelece as condições para que tal ocorra, a saber: em primeiro lugar, a *homogeneidade* de cada categoria estabelecida, de modo a enfeixar os dados sob um mesmo princípio organizador, uma vez que os objetos de pesquisa – e os discursos – geralmente são multifacetados e descontínuos. Em segundo lugar, a observância da *exclusão mútua* de cada categoria, exceto as unidades de registros que contenham mais de uma dimensão – como tema e atitude em relação a mesma. Depois, surge a necessidade de ser observado a pertinência de grau e tipo de adaptação do material simbólico e a problemática proposta, refinando, cada vez

⁷⁸ HERMANN, 1983, afirma que o processo de subsumir todas as relações sociais num plano supostamente racional, particularmente acelerado no mundo moderno, fez com que houvesse o que ele chama de “*redução consensual dos sentidos do discurso*”, isto é, uma espécie de acordo tácito entre as pessoas afim de limitar drasticamente a abrangência do que se *escuta* - bem como sua sequência, pausas e vazios, por certo. Com isso, ignora-se tudo o que disser respeito ao *interlocutor*, privilegiando-se basicamente o *referente*. Com esse

mais, o sistema categorizacional estabelecido. Por fim, a verificação da *objetividade*, de modo que a descrição dos dados disponível, ou a totalidade do material colhido, possa dar garantias à fidedignidade da pesquisa (1993, p. 123 e segs).

Uma vez que o substrato das representações sociais revela um dado aparato mental, um discurso ideológico, vemos em CHAUI, 1988, que a ideologia se constitui como o modo imediato do aparecer social, quando este passa a ser considerado o próprio ser: *“o campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de um conjunto sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Esse aparecer é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens”* (1988:19).

Embora não se tenha exatamente a intenção de se utilizar aqui do conceito de *ideologia* como categoria de análise, por outro lado, vale reter a idéia de *representações*, como componente fundante da explicação da realidade, ao mesmo tempo que opera ela como uma síntese de *idéias e valores*, e de *normas ou regras de conduta*, conforme define a mesma autora em outra de suas obras (1985:113).

Assim, embora geralmente *ideologia* seja um conceito mais utilizado para compreensões ao nível macro, enquanto que *representação* via de regra apareça com maior propriedade em perspectivas de análises ao nível grupal, eles podem interagir em *análises de conteúdos*, que permitem, segundo CARTWRIGHT: *“a decodificação sistematizada e quantitativa de qualquer conteúdo do simbólico”* (apud THIOLLENT, 1986:53/4).

Para LÉFÈVRE (1992), *“representação é a dimensão ideativa que acompanha necessariamente toda ação prática”*. Segundo o autor, ela difere de um *‘pensar sobre’*, de uma elaboração ideológica avançada, e, metaforicamente, *representação* pode estar associada à idéia de *‘sombra’*: é um processo reflexo que acontece tanto ao nível dos indivíduos, quanto ao nível da sociedade como

intento é que se propõe uma *“ruptura de campo”* através da *“interpretação psicanalítica”*, buscando-se alinhar novas possibilidades de sentidos e resignificar os conteúdos inconscientes (p.13 e segs).

um todo, uma vez que ela está necessariamente associada às ações desses indivíduos – em nosso caso ao próprio discurso das representações de um grupo de vendedores ambulantes.

Possuidor de mais de um sentido, o termo *representar* pode ser entendido como uma *cópia exata*, como por exemplo, uma fotografia. Também pode ser compreendido como *tornar presente* algum fato ou idéia, com um significado arbitrário convencionado, como é o caso da palavra. Uma outra compreensão possível é a de *interpretação*, de *recriação*, algo que sabe-se que *não é mas está presente*, como no caso de uma peça de teatro ⁷⁹.

Segundo JODELET, *representações sociais* são: "*modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal (...). Ao representar qualquer coisa não se sabe jamais se se mobiliza um índice do real ou um índice convencional, social ou afetivamente significativa. Mas é necessário dizê-lo: as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais, integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir*" (apud PEREIRA DE SÁ, 1993, p.19 a 45).

Apresentando um grau de inclusividade e poder ideático mais preciso do que a idéia de *atividade*, por exemplo, os estudos cuja ênfase recai na noção de *representação social* levam em conta que permite ela abarcar aspectos da *identidade*, como representações de si mesmo; da *atividade* do sujeito; e da *consciência*, como representações dos outro – ou do grande outro, da alteridade de si, verbalizando as concepções de mundo do sujeito – individual ou coletivo, como neste caso dos ambulantes, buscando enter o modo de dispor os conteúdos, sua hierarquia, atribuição de significados e coordenação de seu discurso e ação.

⁷⁹ Podemos dizer que *representar* envolve a utilização de signos – e o signo é definido como “*algo que está no lugar da coisa que ele representa*”. Assim, se a relação é de *semelhança*, temos um signo do tipo *ícone*, como é o caso da *fotografia*; se a relação é de *causa e efeito*, temos um *índice*, onde, por exemplo, as nuvens, são signos que indicam chuva; e se a relação é *arbitrária, convencionada*, temos o *símbolo*, como é o caso da *palavra* (PIERCE, S., em ARANHA, M. e MARTINS, 1990: 12 e segs).

De acordo com LANE: “*nas representações, pode-se detectar os valores, a ideologia e as contradições, enfim, aspectos fundamentais para a compreensão do comportamento social, sem a necessidade de inferir predisposições que pouco garantem uma relação causal com comportamentos*” (1993:59).

Entretanto, se é possível observar um reconhecimento generalizado na importância da análise da representação social, na prática, muitas vezes, constata-se, igualmente, uma extrema diversidade em organizar os dados e o material simbólico colhido tendo em vista sua disposição, delineamento e explicação. Mais do que uma espécie de ‘*imaginação metodológica*’ exercitada quase caso a caso, através das formas de classificar o material colhido – por meio de arranjos, combinações, recorrências, frequências, árvores, dentre outros modelos encontrados -, muitas vezes, isto pode também estar indicando, um certo tipo e grau de dificuldade nesta tarefa, de resto realmente extremamente complexa.

Isto posto, diante dos desafios das ‘*impurezas do branco*’, papéis cheios de anotações e transcrições, transmutados doravante em ‘*dados*’, a serem interpretados, LEFÈVRE e SIMIONI (1999) estabelecem os fundamentos e a prática de uma nova estratégia metodológica capaz de organizar e tabular os depoimentos em pesquisas que fazem uso de metodologia qualitativa: os discursos do sujeito coletivo. Providencialíssimo, em nosso caso, este artefato metodológico significa, seguramente, um grande reforço, para não dizer um enorme avanço, na íngreme tarefa dos pesquisadores em organizar dados colhidos através de depoimentos, sob uma perspectiva qualitativa.

Assim, o *discurso do sujeito coletivo* se constitui numa forma de expressar diretamente a representação social de um dado sujeito, plural e uno, e, para tal, os autores propõe a utilização de *quatro figuras metodológicas*, a saber: *a ancoragem, a idéia central, as expressões chaves e o discurso do sujeito coletivo* (LEFÈVRE e SIMIONI, 1999).

Inspirados na teoria da *representação social*, em que um discurso está ancorado quando é possível encontrar nele “*traços lingüísticos das teorias,*

hipóteses, conceitos, ideologias existentes na sociedade e na cultura e internalizados pelos indivíduos”, os autores ressaltam a necessidade de se destacar e distinguir claramente marcas lingüísticas claras da *ancoragem*, sob o risco de se permanecer na superfície, na generalidade da fala (idem, idem).

Já a *idéia central* pode ser entendida como a afirmação principal que possibilita a tradução do essencial do conteúdo discursivo explicitado pelo sujeito (idem, ibidem).

Quanto às *expressões chaves*, afirmam os autores que são elas constituídas por *transcrições literais de trechos dos depoimentos*, resgatando o *conteúdo manifesto* das *idéias centrais* e das *ancoragens*, fornecendo, no mais das vezes, a matéria prima de que se nutre os *discursos do sujeito coletivo*, propriamente dito.

Por fim, apresentam o *Discurso do Sujeito Coletivo - DSC*, a principal figura metodológica proposta pelos autores. Partindo do fato de que o agrupamento dos discursos acaba por se firmar geralmente de forma classificatória, anulando, assim, o discurso do sujeito em detrimento de um enfeixamento feito sob o nome da ‘categoria’ estabelecida, que se coloca a partir daí como porta-voz exclusiva do discurso mesmo – e de sua carga de significações, LEFÈVRE e SIMIONI propõe o *discurso do sujeito coletivo*, como uma forma de rompimento desta lógica classificatória.

Para os autores, o problema é que ao equalizar e re-presentar o material dos depoimentos sob a ótica da categoria, do nome da categoria, toda uma gama de ‘ene’ possibilidades – e ‘ene’ sujeitos – acabam por submergir num mesmo e apertado espaço. Com isso, “**se busca resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos**” (idem, idem, grifos dos autores).

Com a estratégia metodológica do *discurso do sujeito coletivo*, os “*discursos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora já que o que se busca fazer é precisamente o inverso, ou seja, reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-*

sínteses quantos se julgue necessário para expressar uma dada figura, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno” (idem, ibidem).

Para além de uma estratégia metodológica orientada a tornar mais clara uma dada representação, dada sua visualização viva e direta, o *discurso do sujeito coletivo* consiste na reunião, num só discurso-síntese, de vários discursos individuais, emitidos como respostas às questões da pesquisa, por sujeitos de um mesmo grupo social, de um mesmo campo. Deste modo, ele se constitui numa forma de expressar diretamente a representação social de um dado sujeito social, “*como uma coletividade discursivada*”.

Mais do que isso, como fazem questão de ressaltar os autores, “*é importante observar que o conteúdo do discurso do sujeito coletivo é composto por aquilo que um dado sujeito individual falou e também por aquilo que poderia ter falado e que seu ‘companheiro de coletividade’ atualizou ‘por ele’ já que o pressuposto sociológico de base é que o discurso do sujeito coletivo é a expressão concreta do imaginário do campo a que ambos pertencem e da posição que ocupam dentro deste campo, ou de uma cultura organizacional*” (idem, ibidem).

A relevância da estratégia do *discurso do sujeito coletivo* parece ainda mais evidente diante deste último ponto exposto pelos autores, uma vez que, ao nosso ver, possibilita ele não apenas abarcar, mas potencializar a referência e a representação de si e do outro num mesmo processo de visualização⁸⁰.

⁸⁰ Segundo PICHÓN-RIVIÈRE, 1988, a estrutura dos grupos se compõe pela dinâmica do depositado, do depositário e do depositante. O depositado se define como algo que o grupo –ou o indivíduo – não pode assumir no seu conjunto e, des-ocultando-o, o coloca sobre outros ombros, que por suas características o permite e aceita; os que recebem os depósitos são os depositários, e os que se livram do conteúdo, pondo-o para fora, o depositante. Sendo assim, mais do que uma suposta ‘síntese’, o discurso do sujeito coletivo nos parece permitir a apresentação desta triangulação, da multiplicidade daí decorrente.

Deste modo, ao discursar-se os próprios discursos, por assim dizer, possibilita-se visualizar ‘quem disse o que, de quem, quando, por causa do que’, ou seja a impressão mútua dos componentes de um mesmo campo comunicacional, transmutando o suposto emissor, o receptor e a mensagem no outro, o tempo todo. Às vezes, na organização dos dados de uma pesquisa mais tradicional, por exemplo, sobre intenção de voto, indica-se que tantos por cento pretendem votar em a, outro tanto, em b, e assim por diante – ao mesmo tempo que indica-se também os motivos que levam as pessoas a supostamente votarem em a, b, c ou d, além da estimada taxa de rejeição aos candidatos a, b, c e d. O problema aqui é que neste tipo de disposição, não se visualiza exatamente quem vota ou deixa de votar em c, h, j ou t por causa de quais motivos, a rejeição ou outros fatores que na verdade se constituem de forma interrelacional, dinâmica – até porque a formulação e o

Já quanto à operacionalização dos *discurso do sujeito coletivo*, busca-se unicamente sua viabilização, identificando-se os *princípios organizativos* quando da leitura dos depoimentos – ou das leituras dos depoimentos.

O primeiro princípio usado na organização do material, dos mais utilizados, refere-se ao pressuposto de que os discursos devam conter *temas* comuns⁸¹. Sendo assim, um *tema* nomeia ou indica aquilo sobre o que se está falando, às vezes a própria *questão* proposta pelo roteiro, às vezes na própria *resposta* à questão levantada.

Um segundo princípio organizador é dado pela *explicação*: “no presente contexto, *explicação* é uma denominação genérica para o nome, expressão ou afirmação que, em conformidade com o pensamento dos depoentes explicitamente revelado nos discursos, serve para descrever o sentido, a razão, a justificativa ou a causa daquilo que está sendo investigado” (idem, idem).

Outro princípio organizador estabelecido é a *opinião*. Enfatiza-se aqui a diferença com a idéia de ‘opinião’, que trata, a priori, os indivíduos como ‘portadores de um posicionamento’ diante de qualquer coisa, de qualquer acontecimento social. Observa-se que, muitas vezes, o sujeito se vê praticamente forçado a uma ‘tomada de atitude’ diante de dado um tema ou recorte subjacente

mapeamento são feitos de acordo com os chamados ‘cenários’, livrando-se de ‘incômodos’ como as expectativas, percepções, posição no grupo, etc. Os ‘cenários’, previamente recortados e dispostos em uma *sequência linear, supostamente ‘lógica’* - dois a dois, por exemplo, acabam restringindo o amplo leque de possibilidades e demonstrações dos arranjos mentais dos sujeitos, muitos mais ricos, evidentemente, em termos de proposições, realces, dimensionalidades, construções e combinações próprias, não subsumidas na *ordem* – entendida aqui em seus dois sentidos, ou seja, como um *comando* e como um *encadeamento* – segundo a importância imprimida pelo outro, pelo pesquisador. Ver a respeito MICHELAT, Guy, “*Sobre a Utilização da Entrevista Não Diretiva em Sociologia*”, em THIOLENT, Michel, *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Editora Polis, 1981, p. 191 a 211.

⁸¹ De acordo com a clássica definição de BARDIN, “*tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em idéias constituintes, em enunciados e em proposições portadoras de significados isoláveis*” (1988:105). Assim, sendo sua validade antes de ordem psicológica do que de ordem linguística, podem constituir um tema tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações ou proposições. Por isso, para BARDIN, “*fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido*” (idem, ibidem).

à pesquisa ou à pergunta, a chamada *reflexividade espúria*. Aqui, a opinião é vista unicamente como *uma das emanações* dos discursos (idem, idem) ⁸².

Voltando ao nosso caso, a estratégia metodológica proposta por LEFRÈVRE e SIMIONI (1999) possibilitou agregar às oito entrevistas, todo o material colhido nas outras cinquenta e quatro falas individuais quando da aplicação dos questionários, na primeira fase, sintetizando-as através dos *discurso do sujeito coletivo*.

Com isso, os comentários, as afirmações, os vacilos e as impressões diversas, enfim, o que se seria taxado de ‘*fragmentos*’ destes primeiros depoimentos, que inevitavelmente acompanharam – e que na realidade suportaram – todo o processo de aplicação dos 54 questionários iniciais, e que de outra forma talvez perder-se-iam pelo caminho, ganham nova vida, reencarnam aqui, ajudando a (se) constituir num novo desenho – e num novo sujeito – coletivo, plural, multidimensional.

Vejamos então, os *oito sujeitos entrevistados*, quase arquetípicos, para, em seguida, partindo-se dos *princípios organizativos* e das *figuras metodológicas*, mostrar os *discursos do sujeito coletivo*, dispostos a partir de *trechos literais selecionados dos depoimentos individualmente colhidos*, salvo eventuais pequenos artifícios, como a colocação de conectivos, pontos, vírgulas e reticências que ajudariam a traduzir as próprias pausas, interjeições, ritmo, respiração, maneios de cabeça... enfim, as falas. De acordo com os autores, ao final faremos um *quadro sinóptico*, de modo a melhor visualizar os *discursos dos sujeitos coletivos* e as respectivas *idéias centrais* que os suportam (idem, ibidem).

⁸² BOURDIEU, 1981, num importante texto sobre as ‘*sondagens de opinião*’, enunciou três postulados, ainda que “correndo o risco de ferir um sentimento ingenuamente democrático” (sic): primeiro, o de que “*toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos (...)*. Segundo: *supõe-se que todas as opiniões se equivalem: penso ser possível demonstrar que isto é absolutamente falso e que o fato de acumular opiniões que não tem absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda*. Terceiro postulado: *no simples fato de fazer a mesma pergunta para todo mundo acha-se implícita a hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, em outras palavras, de que existe um acordo sobre as perguntas que merecem ser feitas*” (“*A Opinião Pública Não Existe*”, em THIOLLENT, Michel, *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Editora Polis, 1981, p. 137 a 151).

6.1 - os sujeitos

“A observação das figuras desperta o interesse, a curiosidade, a esperança e o receio, sensações que ativam o inconsciente e permitem que haja retrocesso no espaço e no tempo. Essa relatividade acontece justamente quando a própria psique se contempla nos arquétipos invocados” (STEINER –GERINGER, 1985, p.8).

- a prova (o enforcado)

“Tudo parece longínquo; sozinho na amplidão do mundo (...) retrocesso no direcionamento da vontade, interrupção da atividade mental; liberação do egoísmo instintivo; a renúncia ao prazer dá ânimo para a tarefa do eu” (idem, p. 68).

Pedro é baiano, casado, tem dez filhos, e está há vinte e seis anos em São Paulo; gestos lentos e cansados, aparenta muito mais que os 45 anos que afirma ter. Homem de palavras simples e curtas, dispôs-se a fazer a entrevista prontamente, embora em nosso primeiro contato houvesse hesitado, tendo participado apenas depois de compreender os objetivos da pesquisa através da explicação de um outro ambulante. Mas ressaltou: *“não tenho muita coisa a dizer não, moço, minha vida é essa aí mesma que o senhor vê”*.

Demorei um pouco para perceber que ele é uma pessoa tímida e de fala pausada, arrastada, até, chegando a pensar inicialmente em desconfiança.

Ele, a mulher e as dez crianças moram em casa que contém um quarto ”- *mas é um quarto bom*”, sala, cozinha e banheiro, própria, e feita por ele mesmo, num bairro periférico da zona norte, que até alguns anos atrás era uma enorme área rural nas cercanias do Parque da Cantareira, ocupada rapidamente nos últimos anos.

Hoje o local possui água encanada, luz elétrica, e a coleta de lixo “*chega bem perto, quando não chove muito e o caminhão consegue passar*“, mas não tem, entretanto, esgoto, asfalto e iluminação de rua. Para vir trabalhar utiliza-se de um ônibus para vir e outro para voltar, da única linha que serve a seu bairro.

Nunca freqüentou escola, assim como sua esposa. Quanto aos filhos, dos três mais velhos, entre 15 e 17, dois “*se formaram*” - sem saber dizer se no primeiro ou segundo grau, e trabalham “*quando aparece um servicinho prá eles, que tá difícil*”. Um terceiro, que “*não quer saber de estudar*”, encontrava-se em vias de prestar o serviço militar obrigatório, e “*quem sabe segue carreira no Exército, mesmo*”; apesar disso, este é “*o único dos maiores que sempre traz um dinheirinho prá casa*”, - trabalhando que estava na ocasião com um *perueiro*; dos quatro filhos em idade escolar, três estão matriculados, e um não conseguiu vaga; os outros três tem seis anos ou menos.

Além dele e de um dos filhos, também sua mulher contribui no orçamento, lavando e passando roupa para outras pessoas, e ajudando uma vizinha a fazer bolos e salgados sob encomenda.

- a trajetória

Pedro afirma trabalhar como ambulante há quinze anos, sendo os últimos cinco no atual local, vendendo cigarro e isqueiro num tablado de mais ou menos um metro quadrado, montado em cima daquilo que eles chamam de *xadrez*, dada sua forma homônima, sob pés que imitam um pantógrafo.

Antes de ser ambulante ele era lavrador na Bahia e veio para São Paulo para trabalhar na construção civil, chamado por um primo. Mas um acidente de trabalho, há dezesseis anos atrás, onde machucou as costas e o braço, o impediram doravante de fazer força. Ele não sabe dizer exatamente o tipo e o grau das lesões sofridas, e explica que quando tenta fazer maiores esforços, fica “*tudo formigando*” nas regiões atingidas.

Daí à falta de emprego e de outras opções foi um pulo: começou a trabalhar como empregado para outros conhecidos ambulantes - primeiro no

centro e depois na zona leste - e agora tem seu próprio negócio, “*a melhor coisa do mundo*”, segundo afirma.

Ao contar sua história, localiza os acontecimentos associando-os sempre ao nascimento dos filhos, contando o tempo de acordo com a sequência dos eventos da própria natureza – e daí ele o converte para o calendário físico.

O tablado, que deixa guardado dentro de uma barraca maior durante à noite, ele monta de segunda a sábado, regularmente às seis da manhã: “*sou um dos primeiros que chega por aqui*”, conta, o que aliás pôde ser confirmado por diversas vezes, ao passar pelo ponto. Uma vez por semana, deixa um vizinho tomando conta da barraca para ir comprar mercadoria atrás da Praça da Sé, onde, instala-se realmente uma grande feira ao ar livre, de venda de cigarros - provenientes do Paraguai, segundo afirmações colhidas no próprio local. Volta para casa às 20 horas “*ou um pouco antes, quando o pessoal da barraca vai embora*” - referindo-se ao vizinho onde guarda seu material.

Almoça no próprio local a refeição que trás de casa, e quando sai brevemente por algum motivo, um vizinho toma conta, prática comum entre eles; se por ventura chove, afirma encostar o tablado sob o parapeito de uma grande loja de roupas em frente ao seu ponto: “*durante a chuva o pessoal da loja não liga; o segurança até olha prá mim, às vezes*”.

Diante da pergunta do que faz quando *não está aqui trabalhando*, afirma que vai direto para casa: “*não sou de parar em boteco pelo caminho, não... Ah, de fim de semana ? Bom, vejo TV, qualquer besteirada que passa, às vezes dou uma ajuda também, mais uma orientação, pro pessoal que tá construindo lá no bairro, sempre um ou outro chama*”.

- o sábio (o eremita)

“Ideais, cautela, experiência e sentimentos determinam as ações; conclusão a partir da experiência de vida; compreensão e precaução dirigem a vontade. (...) Nem se apressa demais, nem fica estagnado. Com o conhecimento adquirido, tateia no caminho pelo qual prossegue” (idem, p.55).

Ângelo, 46 anos, conta ter vindo com os pais e três irmãos do interior paulista quando tinha 5 anos de idade. Boa praça, em todos os encontros convidou-me para sentar numa das cadeiras dobráveis, de ferro, montadas no local onde vende cachorro-quente. Desenvolto, fala bastante e com propriedade sobre os mais variados assuntos - esporte, política, economia.

Mostrou-se esclarecido e acompanhou as anotações de modo interessado, sempre maneando a cabeça. Foi solícito durante toda a entrevista, feita em duas etapas no próprio local, pois além de não ter outro tempo, afirmou que não teria problemas, *“já que não ando vendendo nada, mesmo”*. Sempre usando avental, demonstra cuidados com sua aparência e a do local, limpando constantemente as três mesas e seis cadeiras espalhadas próximo ao carrinho.

Mora em apartamento próprio, *“- bom, de 79 m²”*, de cinco cômodos, que: *“- ainda bem que na época deu prá comprar, financiado”* - com mulher, sogra e dois filhos, de 10 e de 14 anos; o local que habita, bem próximo ao centro de Santana, possui infra-estrutura urbana completa.

Estudou até o segundo grau completo - terceiro científico - *“com física, matemática e tudo”* e diz ser o único a trabalhar em sua casa. Tem uma kombi, onde traz de manhã o carrinho, sendo que a mulher o leva de volta, uma vez que o trecho onde trabalha é tida como *zona azul*.

- a trajetória

Ângelo é ambulante há pouco mais de dois anos, vendendo cachorro-quente num carrinho, sempre nesse mesmo local. Declara ter entrado com dezesseis anos em uma grande empresa do setor de autopeças e nela ter

permanecido por 28 anos, chegando a gerente e depois representante de vendas, em sociedade com o patrão, mas a firma faliu. Fala muito do antigo trabalho, com orgulho: *"era uma firma grande, uma das maiores, e eu comandava mais de 40 funcionários!"*

Afirma trabalhar 12 horas por dia, *"pelo menos"* das oito às oito: *"espero o pessoal dos bairros chegar de manhã e voltar à noite prá casa, senão não dá"*, sempre de segunda a sábado.

Apesar de afirmar ser o único a trabalhar em casa: *"são dois braços contra cinco bocas"*, observo que já comi cachorro quente dele e que eventualmente havia uma senhora de avental branco: ele explica que é sua mulher, que vem de manhã, quando ele vem com a kombi trazer os apetrechos. Ela ajuda a fazer o molho e a organizar o alimento no carrinho; afirma que às vezes, fica para ajudar a servir no *"na hora do movimento"*, ou quando vai comprar a matéria-prima necessária, num hipermercado atacadista, ou ainda quando vai *"em algum lugar fazer alguma coisa"*, o que acontece umas duas ou três vezes por semana.

Instado a citar sobre outras atividades, além de trabalhar aqui, como formas de participação ou lazer, diz: *"não fazer muita coisa, não; jogo uma bolinha uma vez por semana, de domingo de manhã"*, e vez ou outra *"ir no estádio, com os moleques... mas cada vez menos, por causa das brigas"*.

- as estrelas

"Meditação, revelação, união e criatividade; esperança; renúncia à segurança; esperança no destino; a beleza e a riqueza da vida sempre nova permitem que se possa governá-la através de forças mais elevadas" (idem, p.87/8).

Cledson é cearense, tem 26 anos, é casado, pai de uma filha de dois anos e mora em São Paulo desde 1990, quando um dos três irmãos mais

velhos que vieram anteriormente para cá o chamou para trabalhar em sua barraca. No nordeste, continuaram outras duas irmãs e mais um irmão, mais novos do que ele.

Quando volto para propor a entrevista, se lembra prontamente de detalhes, e me cumprimenta efusivamente, sempre demonstrando muita autoconfiança e espontaneidade: conversa olhando na cara e possui um fluxo verbal adequado - fala, ouve, e pergunta tudo – tudo com muita atenção.

Vive em uma casa alugada com um quarto, sala, cozinha e banheiro: *"é no mesmo quintal, mas separada"*, comenta ele. Fica num bairro mais ou menos afastado de Santana, com toda a infra-estrutura urbana. Afirmo ter estudado até a oitava série, mas depois repetiu: *"estudar e trabalhar não presta, não; como precisava trabalhar...parei"*.

Em casa, é o único a obter renda, pois a esposa cuida da filha, de dois anos: *"ela às vezes faz uma coisinha ou outra, costura, mas agora com a nenê, não tem dado tempo, não... e eu nem acho bom mesmo: não ajuda muito, e acaba judiando da nenê"*. Usa um ônibus para vir, outro para voltar - e diz que às vezes volta para casa à pé, *"porque faz bem"*, quando não é muito tarde, ou quando a noite está quente.

- a trajetória

Ele conta que trabalha na rua já de criança, *"desde que eu me conheço por gente"*. Conta que começou quando tinha onze anos, ajudando a um irmão mais velho, na periferia de Fortaleza, onde moravam. Desde então adquiriu o hábito de viajar para comprar coisas - *"qualquer coisa, de palha, de plástico"* e revender no interior, aos finais de semana - costume que continua vivo até hoje: *"quando tem uma feira, um rodeio, no interior, lá vou eu, também"*.

Em São Paulo, trabalha neste mesmo bairro há sete anos, sendo cinco como empregado do irmão, e dois com seu próprio negócio - *"pequeno, mas é meu"*, como faz questão de dizer: numa barraca de alumínio de armar,

composta de um tablado de mais ou menos 0,80 cm X 1,5 m, coberta com lona azul, ele vende meias, cachecóis, luvas e gorros de lã.

Para completar a renda, além de ir vender a *"cada semana ou em quinze dias, no máximo"* no interior, também costuma visitar funcionários de empresas nos arredores de Santana, oferecendo mercadorias mais caras - brinquedos, televisão *"se for pequena"*, videocassete, câmara fotográfica - que vai buscar no Paraguai, mas apenas sob encomenda: *"aqui não pode vender, não"*; perguntado sobre o motivo, responde: *"porque aqui cada um tem a sua mercadoria certa prá vender"*.

Conta que seu horário é das 8 às 20 horas, numa jornada de segunda a sábado, ou até sexta, quando viaja *"prá mais longe"* no final de semana, seja para vender mercadorias em feiras no interior, seja para comprar mercadorias no Paraguai.

Além de trabalhar aqui, a única outra coisa que Cledson afirma fazer é ficar em casa, *"com a nenê"*, – além de viajar para o interior ou para o Paraguai, a trabalho.

- o sacerdote

"Autoridade espiritual, instrução oral e escrita, conhecimentos religiosos.

Os homens devem realizar suas ações de acordo com as leis divinas. Religiosidade como ligação entre o absoluto e o relativo, entre o eterno e o mundano" (idem, p.40).

Bruno tem 54 anos, é paulistano, filho de imigrantes italianos, casado, pai de dois filhos. É uma figura extremamente conhecida no pedaço, tendo se constituído num dos principais pontos de inserção junto aos ambulantes, por conta de nos conhecermos há mais de vinte anos, uma vez que somos originários do mesmo bairro e de eu ter tido muito contato com os irmãos mais novos dele.

Sua família é composta de italianos e seus descendentes - *"oriundi"*, segundo ele -, e fazem parte da enorme colônia que existe entre os bairros do

Chora Menino e do Imirim, localidades limítrofes a Santana que ajudaram a construir, neste mesmo distrito.

Durante o período do trabalho de campo, foi um dos principais apoios, e, sempre atencioso, apresentou-nos a muitos ambulantes, facilitando a inserção no pedaço. Tendo em vista sua popularidade, as conversas com ele são interrompidas inúmeras vezes, se vendo obrigado a parar para cumprimentar fregueses, comerciantes da região, ou outros ambulantes, sobre quem demonstra forte ascendência.

Bruno demonstra muita clareza em relação ao quadro político nacional e estrangeiro, passeando por aspectos macroeconômicos - Grupo dos Sete, Banco Mundial, índices e indicadores econômicos são personagens comuns em seus comentários. Discorre sobre valores financeiros, salários, taxas de juros de hoje, compara-os com as de cinco, dez ou vinte anos atrás... Enfim, nas várias vezes em que conversamos ele passeia com propriedade sobre os mais variados assuntos - inclusive programas de televisão tidos como mais intelectualizados, como o Jô Onze e Meia, ou o Opinião Nacional, dentre outros.

Ele mora no mesmo bairro onde nasceu, em casa própria *"porque recebi de herança, senão não sei se ia dar, não"*. Sobre a infra-estrutura local, observa bem-humorado que: *"é, falando assim para você, tem tudo, é um lugar bom, tem luz, água, asfalto... mas até quando eu casei não era assim, não... meu pai, coitado, já velho, caiu e se sujou todo indo para o meu casamento, era tudo de barro aqui - e ele e meus tios tiveram que abrir muita picada no mato à facão, para chegar no terreno que venderam para ele, quando chegaram fugindo, durante a Primeira Guerra"*.

Conta ainda que não completou o primeiro grau, porque *"o costume em casa é que os mais velhos trabalhem para os mais novos estudarem"*. Mora com sua esposa e dois filhos, na faixa dos vinte anos, e todos contribuem no orçamento doméstico: os dois filhos fazem serviços de escritórios e estudam no terceiro grau, à noite, e sua mulher montou uma granja num outro bairro, vizinho à Santana.

- a trajetória

Fazendo uma retrospectiva, discorre sobre a família de imigrantes, que: *"desde que chegou ao Brasil, em São Paulo, no começo do século, sempre trabalhou muito, naquilo que sabia fazer: sapatos, roupas e comércio"*. Desde então, acumularam *"algumas posses, como quatro fábricas de sapatos, com mais de 250 funcionários, três grandes supermercados, duas grandes lojas de roupas"* - fatos que, aliás, pode ser confirmado, dado o conhecimento prévio, e por conta de que eu mesmo comprei durante muitos anos no mercado de sua família. Afirmar que foi perdendo os negócios da família por causa da *"eterna crise, das mudanças na economia, pela falta de uma política econômica nacional, voltada para os interesses do País"*.

Espirituoso, aponta para a loja em frente o ponto em que está hoje e comenta: *"este foi o meu último degrau antes de cair de vez na rua"*; perguntado, afirma: *"é verdade, caí mesmo, porque eu era dono da loja aí de cima"*, diz, referindo-se à sobreloja do prédio de frente onde está atualmente instalado - fato que também pode ser confirmado.

Bruno conta estar neste ponto desde o final de 1986, vendendo cintos, bolsas, pastas e carteiras de couro, numa barraca fixa, coberta de aço galvanizado, de mais ou menos três metros quadrados.

Ele afirma trabalhar de segunda a sábado, das oito às dezenove horas, ou até às vinte, *"dependendo do movimento"*. Costuma comprar mercadorias na região da Rua 25 de Março, *"com uns conhecidos"*, no centro de São Paulo, e nessas e outras eventuais saídas, um funcionário seu toma conta sozinho da barraca.

Afirma não ter tempo livre, e não tirar férias, pois seu *"único lazer"* (sic) é ajudar aos domingos a esposa na granja; no fim da noite, assiste um pouco de TV: *"mas só o jornal e o Jô Onze e Meia, porque o resto não dá prá engolir"*.

- o destino (a roda da fortuna)

“A força vital, a rotação, o redemoinho, a riqueza e a pobreza. Sorte e azar; de acordo com o destino, a vida sofre agora uma mudança. A renúncia ao que se tornou velho, ao que já viveu traz uma nova orientação e o equilíbrio interior é facilitado “ (idem, p.60/1).

Guido tem 38 anos, é casado, tem uma filha, e é natural de São Paulo, capital, neto de imigrantes italianos.

O conheci através do Bruno, numa das vezes em que estava em sua barraca, conversando, quando chegou, e o Bruno me explicou que Guido é “buonna gente” (sic) - e insistiu para que ele respondesse às minhas perguntas, dizendo que me conhecia, que eu era um estudante, fazendo um trabalho escolar e precisando tirar nota.

Atravessamos a rua e fomos para seu ponto de venda, um tablado simples sobre um tripé tipo pantógrafo, onde vende blusas de malha e lã e eventualmente, pelo que vimos, panos de prato, aventais e toalhas de mesa, bordados, afinal: *“tem que diversificar a mercadoria”*, explica.

Discurso bem articulado e dono de ampla cultura geral, discorre com bastante desenvoltura sobre vários assuntos no plano nacional e estrangeiro - política, história, literatura, cinema, música e por aí afora: *“eu não pude estudar, fiz só até o segundo grau, porque trabalhava, estava dando certo, então continuei. Mas eu sempre gostei muito de ler. Sempre assinei jornal e revista - mesmo agora, que não dá mais, eu leio todos os dias; às vezes a gente compra, ou eu vou aqui na Narbal Fontes e fico horas lá”*, diz, referindo-se à Biblioteca Municipal de Santana.

- a trajetória

Guido declara que é ambulante há pouco mais de três anos, sempre nesse mesmo local, mas que antes disso era empresário: sua trajetória

profissional começou como vendedor de confecções, em 1974, *"numa malharia de uns conhecidos do meu pai"*, até chegar a diretor geral, *"comandando 12 filiais espalhadas por este Brasil"*, afirma, viajando muito, de norte a sul do país, segundo declara.

Depois, em 1983, passou a fornecer serviços de tingimento, presponte e arremate para a própria fábrica em que trabalhava; o negócio deu certo e daí virou empresário da indústria têxtil: *"hoje todo mundo é microempresário; eu não era micro, não... eu era empresário, mesmo, com uma produção de mais de 20.000 peças/mês, estamparia própria e três lojas"*, diz, sem demonstrar nenhuma afetação.

Ele seguiu esse rumo até 1989, quando, por conta da *"crise econômica"*, entrou em dívida, perdeu muito dinheiro e deu *"muita sorte"* de sobrar pelo menos o apartamento - grande, num valorizado ponto de Santana: *"é, eu sempre quis ter um apartamento, e me esqueci do condomínio, que eu não estou conseguindo pagar, não para de subir... no Brasil é assim: você compra a casa mas continua tendo que pagar aluguel do mesmo jeito"*.

Evita falar em renda: diz tirar uns R\$ 300,00/mês no local, onde é ajudado por uma tia e uma sobrinha, portadora de deficiência. Continua fazendo serviço de estamparia e tingimento para pequenas fábricas, *"na casa do meu irmão, com as máquinas que sobraram e que ainda não quebraram"*, revendendo pequenas peças têxteis para antigos clientes do interior do estado.

Afirma trabalhar de segunda a sexta, *"das oito às oito"* no local ou *"tentando arranjar alguma coisa"*, isto é, quando dá *"pequenas saídas"*, para comprar matéria-prima ou para tentar vender sua peças produzidas: *"eu monto, e fico até depois do almoço; umas duas ou três vezes por semana eu saio prá tentar algum negócio, e volto no fim da tarde ou de noite prá recolher o material"*. Nestas ocasiões, sua tia e sobrinha revezam com ele no ponto.

Conta não ter *"cabeça e nem dinheiro"* para se distrair: *"antigamente eu gostava de viajar, tinha um feriado eu ia prá praia, mas agora, não: só vou para o interior a trabalho, uma ou duas vez por mês, ver se vendo alguma coisa, se pego alguma encomenda de tecido e vou na missa, vou bastante"*. Insistindo

sobre algum tipo de lazer, responde: “*ver televisão, a pouca coisa que presta, na TV Cultura*”.

- o imperador

“*Ordem, juízo. A energia material de que o homem precisa para realizar sua obra efêmera. O imperador rege o seu reino visível e invisível com sua inata regularidade. Carrega o fardo de seu cargo por amor aos homens; o virtual se torna atual. Compreensão da totalidade*” (idem, p.35/6).

Givanildo tem 41 anos, é pernambucano, casado, pai de três filhos. Assim que me apresento, puxa um banquinho e manda eu me sentar; explico a pesquisa e ele prontamente se dispõe a responder: “*num tem problema, não, cidadão; só nestes dias já respondi umas quatro entrevistas: uma do Estadão, uma da Veja, outra dos estudantes da UNIBAN - Universidade Bandeirantes... e até uma da menina de um banco, o banco...*” - e pergunta para um vizinho, que completa “- *Fininvest*”.

Afirma que, após uma série de perguntas sobre sua situação sócio-econômica, a representante da instituição financeira veio a lhe oferecer um cartão de crédito. Orgulhoso, ele conta que aceitou, porque nunca consegue comprar nada a prazo: “*tenho dinheiro, o pessoal do Ponto Frio, das Casas Pernambucanas, das Casas Bahia, todo mundo me conhece e compra aqui de mim... mas num pode me vender nada, porque não tenho carteira registrada... é por isso que eu quis o cartão*”.

Foi assim, num ritmo veloz que Givanildo desandou a falar, desde a primeira vez que o conheci. Barraca grande, bem sortida de brinquedos de pilha, aparelhos de som, aparelhos de TV, fitas de vídeo - e quando o tempo está instável, expõe guarda-chuvas e sombrinhas - “*importados, também*”. Tranquilo, um olho no movimento outro na minha mão, observa o que eu vou anotando; de

vez em quando me segura de leve pelo braço e me corrige: *"num põe que a barraca tem quatro metros, não; ela só tem três e pouco"*, gesto muito repetido também quando queria aprofundar algum assunto, nas três vezes em que conversamos. Foi assim.

Em São Paulo desde 1986, Givanildo mora com a família em um bairro da periferia da zona norte, numa casa própria, com dois quartos e demais cômodos, com toda infra-estrutura urbana; conta que estudou até *"quase até faltar um ano para o fim do ginásio"* - atual sétima série – e afirma fazer questão que os filhos estudem: *"é uma coisa que eu num pude fazer, então insisto, que é prá que eles tenham um futuro melhor que o meu"*.

Afirma não participar de nenhum tipo de associação de bairro, política, sindical ou de lazer: sai de casa apenas para acompanhar a mulher e os filhos no culto protestante, de vez em quando.

- a trajetória

Foi motorista de caminhão por nove anos, fazendo rotas entre o nordeste e o sul do país – cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul *"e mais alguma coisa que tivesse pelo meio"* -, antes de se instalar em São Paulo, pois, segundo ele, ganhava muito pouco *"e era um serviço muito sofrido"*. Veio para a capital paulista, e como não conseguia emprego, resolveu ser ambulante, até porque: *"sempre que eu vinha até Foz do Iguaçu, Mato Grosso, o pessoal pedia prá eu comprar alguma coisa prá eles - TV, videocassete, som - e aí eu já conhecia mais ou menos o negócio lá, onde podia comprar, onde não, como trazer"*.

E desta forma esta tornou-se sua ocupação, desde há 11 anos atrás, quando chegou à São Paulo. Primeiro na zona leste, onde morava e trabalhava, e depois, nos últimos 7 anos, em Santana, nesse mesmo local, quando comprou o ponto de um *"conterrâneo que tava voltando pro Norte"*.

Demonstra conhecer bem a história e a ocupação do pedaço, e parece ter forte ascendência sobre os ambulantes, dado o número de vezes que

interrompeu-se as entrevistas para atendê-los – e o tom de voz, sempre assertivo, utilizado nas conversas com os colegas. Com uma linguagem muito direta, simples, e gestos calmos, parece saber lidar com estranhos, como eu.

Toda a família, mulher e três filhos, que conheci durante as entrevistas trabalham esporadicamente na barraca. Como aconteceu em muitas outras ocasiões, o valor que declara ganhar - R\$ 450,00 - parece estar em contradição com os eletrodomésticos, a casa e o carro que afirma possuir.

Costuma trabalhar de segunda à sábado, e em algumas ocasiões também aos domingos, dependendo do movimento, e das épocas antecedentes aos feriados. Sempre das oito às vinte horas, *“prá pegar o pessoal que tá indo e o que tá vindo do trabalho, se não, não adianta, esse é o segredo!”*, conta. Ele se reveza com a mulher e os três filhos: *“dois vão na escola de manhã e outro de noite, que já é prá isso mesmo”*, explica. Ele mesmo busca sua mercadoria no Paraguai: *“dá mais trabalho, mas é mais seguro, e mais barato”*.

Fora do trabalho, afirma *“não fazer nada de especial”*. Esmiuçando, responde que fica em casa, *“prá evitar problema, que rua é lugar de problema”*, uma ou duas vez por mês vai ao Paraguai, comprar sua mercadoria, e de vez em quando vai à igreja com a mulher e os filhos: *“eu fui criado na tradição católica, só que ela vai na Congregação Cristã... mas é tudo a casa de deus, e é melhor prá crianças irem lá do que ficar por aí, na rua”*.

- a decisão (os amantes)

“Toda a humanidade é obrigada a fazer uma escolha; ela determina sua orientação ideológica. A decisão ainda é possível, os caminhos para cima e para baixo, para a esquerda e para a direita estão acessíveis. Equilíbrio entre a necessidade e a liberdade” (idem, p.43/4)

Edevânia tem 30 anos, é solteira, penúltima entre dez irmãos - oito mulheres e dois homens -, natural de Recife - PE, está há 12 anos em São Paulo - onde se formou em Arquitetura. Estabeleceu contato de forma muito espontânea, sempre simpática e receptiva; mostrou-se bastante interessada na pesquisa e dialogou o tempo todo sobre assuntos diversos: contexto político, economia, literatura, e, principalmente, arquitetura e urbanismo.

Depois de morar durante nove anos com a irmã e o cunhado, atualmente vive sozinha, numa casa alugada, com um quarto, sala, cozinha e banheiro, num local que possui toda a infra-estrutura, e usa um ônibus para vir, outro para voltar.

- a trajetória

Ela trabalha nesse local há pouco mais de seis meses. O irmão é dono da barraca há mais de dez anos - grande, fixa, mais ou menos 4,5 metros quadrados, com cobertura e portas de aço - que vende bolsas, mochilas, sandálias, gorros, bonés e artigos de couro - carteiras e cintos.

Dos seus 30 anos, trabalha desde que veio para São Paulo há 12 anos, "*por falta de oportunidades em Recife*", conta. Nesse tempo foi balconista numa loja de confecções, depois comprou uma loja de roupa, e ainda montou um ponto de venda em um outlet, lojas feitas em box, do tipo promocenter, ao mesmo tempo em que estudava. Uma vez arquiteta, no final de 1994, trabalhou na área de projetos gráficos computacionais, e desde de meados de 1995 e 1996 inteiro, ao mesmo tempo que montou uma empresa de consultoria em projetos e logotipos, onde trabalhou por quase um ano.

Veio o desemprego, que associado à instabilidade do trabalho próprio em arquitetura, a trouxe para comércio informal, convidada pelo irmão, dono da barraca onde trabalha. Além deste irmão, possui ainda uma irmã e um cunhado no ramo, donos de uma barraca de roupa, no mesmo quarteirão. Comenta que a última firma em que trabalhou, uma multinacional de projetos e obras, a chamou de volta, mas ela não quis: havia se mudado para longe, para

outra cidade da grande São Paulo, e: *“o salário oferecido não compensava: era R\$ 530,00 por mês - o mesmo de um ano e meio atrás, quando fui demitida”*.

Abre a barraca às 8 horas da manhã, monta o mostruário, limpa a mercadoria e começa a vender. O irmão é quem compra a mercadoria, na região da Rua 25 de Março. Quando faz uma pausa, para almoçar, tomar um café, ou ir ao banheiro, a irmã ou o cunhado, que trabalham próximo, vem tomar conta da barraca - e vice versa. Às 20 horas desmonta o mostruário, fecha a barraca *“na mesma hora que minha irmã”* e vai embora. Cumpre regularmente esta rotina de segunda a sábado, *“e na época de festas, Dia das Mães, Dia dos Pais, trabalho aos domingos também”*.

Ela conta que, quando não está trabalhando aqui, gosta de ler, *“muito”*, e de andar: *“sempre que eu posso, que não saio muito tarde, vou a pé pra casa, que é bom pra arejar”*. Gosta também de andar de bicicleta: *“no Recife eu andava muito, mas aqui é perigoso; só dá de domingo, na rua de lazer”*. Frequenta um *“grupo de jovens”*, de uma igreja católica, e conta que pensa seriamente em ingressar nele *“de vez”*: *“mas ainda não me decidi, porque se entrar, tem que entrar pra valer”*.

- o julgamento (a ressurreição)

“O momento presente. Concretização; relatividade e equivalência do bem e do mal. Quando o espírito se abre para a luz e o coração ao bem, termina o aprisionamento na carne. A produção da terra, a vida eterna. Visão profética; sentidos superiores; visão retrospectiva das vidas passadas” (idem, p.99).

D^a Rosinê tem 57 anos, é casada, catarinense de Chapecó, *“mas tinha outro nome antes, não chamava assim; aliás, nem era cidade quando meus avós vieram do Líbano com minha mãe pequena, para fazer roçado”*, explica. Ela

é formada em Economia, além de ser professora de Português e Inglês, profissão que exerceu por onze anos.

Estabeleceu contato fácil, comedido e respeitoso, sério até; perguntou dos objetivos da pesquisa, pôs os óculos e olhou com atenção cada uma das perguntas dos formulários. Perguntou se eu era casado, se tinha filhos... e quando disse que era estudante, ela mesmo concluiu - *"mas de pós-graduação, não é ?"* Quis saber minha formação, pois normalmente me apresentava como *"estudante fazendo uma pesquisa sobre a saúde do pessoal"* ou então, quando inquirido mais a fundo, dizia: *"sou formado e estou fazendo outro curso"*; dada sua pergunta, direta, respondi - *"psicólogo"*, condição que, excepcionalmente, ajudou, pois ela tinha uma lembrança muito boa de uma colega, como veremos adiante.

D^a Rosinê mora atualmente em casa de aluguel, com dois quartos e demais cômodos - *"pena que não tem quase nada de quinta"*, com o marido, filho, nora e neto. A casa fica em um bairro periférico da zona norte, com toda a infraestrutura urbana; utiliza um ônibus para vir e outro para voltar: *"mas eu não pago"*, avisa ela.

- a trajetória

Junto com o marido, é dona de uma barraca fixa, toda de aço, 1,80m X 1,00m X 1,00m, onde vende pilhas, fichas telefônicas, fones de ouvidos e passes de metrô e ônibus, de segunda a sábado, das 7,30 às 20 horas. O marido é dono do ponto há quatro anos, e ela o ajuda a tomar conta, desde então.

Mas a história de como veio a trabalhar como ambulante aqui merece ser contada desde o começo, em 1978, pois foi neste ano que ela e o marido foram para Roraima, vindo do Centro-Oeste: ele foi *"tomar conta de umas terras"* de um conhecido de Goiás, onde moraram durante três anos.

Enquanto o marido não conseguia obter sucesso em seu ramo, em 1979 ela, que começara a dar aulas de português e inglês no 1º e 2º grau, foi chamada para trabalhar na empresa estatal de energia local, *"porque eu era uma*

das poucas pessoas formadas na região“. Seu chefe ascendeu profissionalmente, e acabou presidente da estatal - sempre convidando-a para ir junto.

Mas em 1982, enquanto o então presidente da companhia estatal se candidatava a deputado federal pelo partido da então situação, seu marido resolvera fazer o mesmo - só que pelo partido da oposição - e isso causou, segundo ela, *“um escândalo em Boa Vista, deu primeira página de jornal, me chamavam de espiã da oposição. Até o governador soube e mandou me chamar; minha sorte é que meu chefe - eleito deputado - acreditou em mim, senão, nem sei o que ia acontecer*“. Porém, depois disso, o casamento, que já não andava muito bem, acabou, e ela ficou com o casal de filhos, o rapaz, então com dez anos, e a menina, com sete.

Com o progressivo afastamento do ex-chefe, que passou a ficar mais em Brasília do que em Roraima, sua posição na empresa de energia ficou fragilizada, e então resolveu montar um negócio próprio, com castanha do Pará: arrendava terras, plantava e vendia muito, segundo ela *“para todo o Brasil e vários outros países da América Latina*“. Daí ela passou também a lidar com aves, chegando a ter, de acordo com seu depoimento, três granjas, com mais de quarenta funcionários, cinco depósitos de castanhas e um armazém grande na Bolívia.

Em 1986, *“depois de um plano econômico, nem sei mais o nome, são tantos*“, os negócios começaram a ir mal, e ela teve sua primeira crise de hipertensão arterial; desde então, nunca mais *“foi a mesma*“, segundo ela: vivia acamada, passou a ser internada constantemente, começou a ter problemas renais, e teve que recorrer ao ex-marido, com quem acabou reatando, em 1991, para ajudar a tomar conta dela, dos negócios e dos filhos - o rapaz foi mandado para um colégio agrícola, em Belém, 1988, onde ficou em regime interno.

Conta que os negócios foram à falência, perdeu tudo que ganhou *“e mais um pouco*“, e, no final de 1992, em grave crise renal, foi encaminhada para fazer tratamento no Hospital São Paulo, em São Paulo: *“eu não tinha como vir para cá; graças à ajuda do meu ex-chefe, então deputado, e de outras pessoas, pudemos fazer uma campanha na TV para conseguir dinheiro para a viagem*“.

A partir de então, ela - agora com toda a família de novo reunida, por causa de sua doença - passaram a morar todos em São Paulo: o filho, que a essa altura era piloto de avião, *'brevetado'*, começou a trabalhar como cobrador de ônibus - profissão que trocou há dois anos por um carrinho de cachorro-quente, vende nas ruas de Santana, com a esposa; o marido, já na casa dos 60 anos, não conseguiu emprego (*"ele não tem nem o primário, só sabe mexer com a terra"*) e comprou o ponto onde estão até hoje; a filha *"se criou"* e hoje trabalha como enfermeira no Hospital Emílio Ribas.

Ela ou o marido abrem a barraca entre 7,00 e 7,30 horas e ficam: *"esperando os fregueses"*. Ela trabalha em média três dias por semana, ou eventualmente quando ele sai para comprar mercadoria ou *"resolver alguma coisa que sempre tem para fazer"*. Também prá fechar a barraca à noite, entre às 8,00 e 8,30 horas, eles se revezam, sem uma rotina rígida. Uma dica: *"aqui a gente pode ficar aqui até tarde só porque é do lado do metrô, é bem iluminado, tem gente toda hora"*, explica.

Sua matéria-prima, os passes, eles compram de transeuntes, trabalhadores que recebem seus vales-transportes no início do mês em suas empresas, pelo limite mínimo de 6% de seu salário - e também de cobradores de ônibus.

Sobre o exercício de outras atividades quando não está trabalhando, ela responde: *"bom, quando não estou aqui, estou na hemodiálise"*. E além disso? insisto: *"cuido do meu neto, que sempre ficou comigo, e tô trabalhando muito num outro negócio com um conhecido, no sítio dele, com produtos naturais, de uma horta sem veneno tóxico, que eu sempre gostei e cuidei de plantas; tô com muita esperança nisso"*.

6.2 - o início

Um primeiro mote de aprofundamento versou sobre as maneiras como os sujeitos vêem a sua inserção, como explicam os motivos que os levaram a trabalhar como vendedor ambulante.

Basicamente, pode-se organizar os discursos da seguinte forma:

- Discurso da falta de alternativas: o desemprego e a idade avançada.

- Idéia Central:

O problema é que não se obtém emprego. Depois dos 40 anos, então, não se consegue nenhum tipo de serviço registrado.

Não se arranja emprego em lugar nenhum, você vai, preenche ficha, preenche ficha ... e nada.

Em todo lugar que você vai, tem fila... eu já rodei tudo por aí... não tem, não adianta.

Fazer o que na vida com essa idade? Com 44 anos ninguém te aceita prá nada, por isso é que eu comprei este carrinho de cachorro-quente, a solução foi essa - e olha que ainda dei muita sorte, tem gente que nem isso tem.

- Discurso da informalidade e da instabilidade pregressa.

- Idéia Central:

O trabalho sempre foi precário ou exercido na rua, ora num lugar ora noutro.

Eu sempre trabalhei na rua, só na rua, nem sei o que é carteira de trabalho... não sei mesmo, pois nunca tirei, e nem precisou, mesmo. Eu já vendia coisa lá em Fortaleza, levava pro interior, com meu irmão. Depois, meu outro irmão que já tava aqui me chamou e eu já cheguei aqui fazendo isso mesmo.

Desde pequeno foi assim, fazendo uma coisa, outra, no Norte, depois aqui, um servicinho, outro, oficina, obra... o que der prá fazer, a gente faz.

Serviço num falta, se você procurar, acha... é o que eu falo pros meninos, tem que se virar; o que não pode é ficar parado.

- Discurso da melhor oportunidade.

- Idéia Central:

Dada a pouca escolaridade e a falta de qualificação profissional, o tipo de serviço que se consegue paga baixos salários e não há maiores possibilidade de melhora. Logo, o trabalho ambulante significa ascensão financeira e profissional.

Eu já trabalhava na mesma coisa há três anos, e nunca ia sair daquilo, não tinha jeito, era zelador, e pronto, não tinha fim de semana, não tinha nada; aqui eu vou ganhar mais e vou me dar melhor, com certeza.

Tinha uns amigos que já trabalhavam na rua e aí foi mais fácil, comecei a trabalhar prá eles, e depois eu montei meu negócio.

Em obra você trabalha muito, vive com dor no corpo; sofre muito e ganha pouco; aqui é melhor.

Prá continuar dirigindo eu continuava em Pernambuco, lá eu dirigia há muitos anos; vim prá São Paulo prá melhorar, não prá ficar na mesma... aí eu já conhecia o negócio, sempre levava alguma coisa do sul prá lá, encontrei uns amigos e arranjei um ponto.

Os empregos que tem, você trabalha muito, e ganha pouco... eu tava de estoquista, já fazia mais de três anos, e só podia ir embora depois de arrumar tudo... mas não pagavam hora extra, não.

Eu trabalhava no comércio, que tá muito tá fraco e você sempre corre o risco de ir prá rua, quando as vendas caem... aí, vim de vez.

- Discurso da má qualidade do emprego oferecido pelo setor formal.

- Idéia Central:

Mesmo com formação técnico-profissional, as recompensas são muito pequenas em função das grandes exigências e da falta de perspectiva de ascensão e de segurança profissional. Logo, o emprego oferecido pelo setor formal não é melhor do que o do setor informal.

Se eu quisesse eu podia voltar prá lá, me chamaram de volta, porque eu sempre trabalhei direitinho, todo mundo gostava de mim, mas não dá: me ofereceram prá ganhar os mesmo R\$ 530,00 de um ano e meio atrás, quando me mandaram embora... e olha que cortaram o convênio médico; prá ganhar isso, sem nada, eu fico aqui, mesmo, pelo menos não perco tempo no trânsito, não gasto dinheiro com roupa.

Olha, procurando muito, você até acha, mas o que te oferecem é muito pouco... os caras querem tudo e não te dão nada!

Aparecer, até aparece, porque eu tenho profissão, mas o que as firmas oferecem, prá trabalhar muito e agüentar mal humor de chefe... não compensa, não, é melhor ficar na rua, mesmo.

- Discurso do problema de saúde como determinante do trabalho informal.

- Idéia Central:

A doença própria ou de alguém da família mudou a vida e não se consegue outro tipo de emprego.

Depois do acidente, eu não conseguia mais fazer força; então esse serviço é bom por isso.

A doença mudou a minha vida e a da minha família toda; se não tivesse acontecido esse problema nos rins, eu não estava em São

Paulo, não... mas em Boa Vista não tem uma máquina de hemodiálise, sequer... Assim que tiver, eu volto prá lá, ver os bichos, ouvir os passarinhos.

Na rua eu posso levar minha sobrinha deficiente na associação... se fosse um emprego com horário, com chefe, como que eu ia fazer?

- Discurso do micro-empresário às voltas com a crise financeira: os planos econômicos e as sucedâneas dívidas bancárias.

- Idéia Central:

Os sucessivos choques levaram a empresa às dívidas e aos bancos, que acabaram de levá-la à falência.

Esses planos arrebatam quem quer trabalhar de verdade... No Brasil, é assim, se você quiser produzir, não pode... só pode especular, que é coisa prá grande, prá banqueiro, pros gringos. Pode ver: os planos são todos feitos por e para os banqueiros.

Eu sei que se eu vendo coisa estrangeira, eu tiro emprego de um brasileiro... mas eu tenho que me virar... e outra: não adianta eu saber se 'eles lá em cima' não querem saber disso.

Eu acabei de alugar um galpão por cinco anos - você não pode pensar em instalar uma fábrica e por ela prá funcionar direito em menos tempo que isso - aí logo depois veio o plano cruzado, e você tinha tabela numa ponta, prá vender sua mercadoria, mas prá comprar, não, era tudo com ágio. Quem agüenta isso ? E as dívidas aumentando...

A pior coisa do mundo prá um empresário é o banco... se você vai no banco, é porque você precisa, mas aí que eles acabam de derrubar, mesmo... Quando você tá bem, vem, gerente, manda cartinha, oferece empréstimo, mas quando é você que precisa, adeus. Eu te falo: hoje em dia eu fujo de banco, não passo nem na calçada.

- Discurso do micro-empresário e as dificuldades legais e institucionais:

os impostos e os alugueis.

- **Idéia Central:**

O valor do aluguel e a quantidade de impostos e taxas são muito altos, sufocando e impedindo o pequeno empresário de existir e prosperar.

O dono pediu um valor muito alto para renovar o aluguel, e eu fui para rua, mesmo... ninguém subia as escadas para comprar mesmo... aqui inclusive ganho mais do que na loja; e outra: o dono prefere deixar dez meses, um ano, parado, mas não abaixa o aluguel. Isso não é lei de mercado, é chantagem, mesmo... ele sabe que se alguém quer montar negócio em Santana, tem que ser aqui nesse trecho entre a Brás Leme e a Alfredo Pujol... então ele pede o que quer e espera sem pressa, porque quando consegue alugar, ele recupera o tempo que ficou fechado. Veja o caso da padaria xis (cita o exemplo de uma das mais antigas padarias da região, numa das esquinas mais tradicionais do bairro): o dono entrou na justiça, queria R\$ 8.000,00 por mês; é muito dinheiro, mesmo, não dá pra pagar, mas por outro lado o pessoal pagava só R\$ 1.200,00, pela parte de baixo e a de cima! Estão os dois errados, nenhum deles sabe negociar. Pode ver: tá fechada há mais de um ano, e vai continuar assim!

Antigamente eu fazia tudo direitinho - hoje não; quem segue os impostos e faz os recolhimentos da lei, ou fica louco, ou fica duro... pelo menos pequeno, médio, até mesmo muito grande empresário é assim; não conheço um que não ficou ou uma coisa ou outra.

Olha, os fiscais sempre dão um jeito de descobrir alguma coisa, não adianta... é impossível você estar em ordem. E o problema não é só porque os impostos são altos, não, é porque não deve existir um contador, um advogado neste país que sabe de tudo, de todos os aspectos do funcionamento da indústria e do comércio, a importação de máquinas, do processamento da matéria-prima, dos tipos de tecido, da legislação de pessoal... - porque eu já mexi com várias coisas, são mais de cinquenta anos no ramo e conheço tudo e todo mundo aqui da zona norte. Se o sujeito é perito em INSS, aparece o fiscal da Receita Federal, se ele te orienta sobre o Imposto de

Renda, aparece a SUNAB, outra hora é o fiscal do banheiro, ou então é o da placa... não dá. Eu tenho um amigo contador que me diz que passa muito mais tempo lendo a IOB (Informações Objetivas, revista especializada na legislação contábil-jurídica da área empresarial), para acompanhar as mudanças na lei, do que trabalhando pros clientes, mesmo. Imagine prá quem é pequeno, prá acompanhar isso... é impossível.

6.3 - as relações

Neste eixo, procurou-se listar as relações básicas mantidas pelos ambulantes em seu cotidiano, buscando captar os contornos da representação feita a respeito da estrutura e seus pilares, isto é, o *grupo*, a *forma de organização*, a *possível participação social*, a *relação com o plano institucional e com a vizinhança*.

Um a um, os discursos do sujeito coletivo são:

- grupo

• Discurso da grande família.

- Idéia Central:

Os ambulantes são todos amigos entre si e se ajudam mutuamente.

Aqui é tudo tranqüilo, todo mundo é uma família só, um cuida da barraca do outro... não precisa nem avisar nada.

Trabalhar aqui é bom porque todo mundo se olha, dá uma força pro outro... tem muito lugar por aí que não é assim, não! Na rua ou em firma, não é assim, não.

Quando alguém fica sabendo de alguma coisa, sempre avisa os outros, blitz, notícia dos camelôs, da Prefeitura... todo mundo se ajuda.

A relação aqui é de cordialidade, a gente procura ajudar os que chegam, quando sabe de alguma coisa, avisa... eu sei que é difícil chegar de fora num lugar que não conhece, eu cresci ouvindo isso... O pessoal que chega muitas vezes não sabe muita coisa, como trabalhar, como atender, onde comprar, não entende alguma notícia que ouve da Prefeitura.

Nosso relacionamento é o melhor possível, com o pessoal daqui, com os fiscais... conheço todo mundo, sempre fico sabendo das coisas.

- Discurso da boa convivência: cada um por si e deus contra todos.

- Idéia Central:

Todo mundo se dá bem, mas com limites claros: cada um tem sua vida e seus problemas prá cuidar.

Cumprimento todo mundo, é bom dia e boa tarde, mas não tenho contato com quase ninguém... até meus fregueses são os 'passantes', não é o pessoal daqui, não.

Me dou bem com todo mundo, não tenho nenhum problema, não, mas não pode ficar muito longe, e nem muito perto... porque confiança, depois que você dá, você não tira.

Olha, é cada um por si e Deus contra todos, você tem que ter amizades, mas aqui é um lugar de trabalho, você não pode ficar com muita brincadeira, não, e às vezes o pessoal exagera, junta gente que fica jogando baralho, isso não é bom, quem vê isso nem para no pedaço.

Problema não tem, mas a única coisa que a gente faz junto aqui é pagar o vigia.

Eu gosto justamente porque aqui não tem chefe, não tem horário, cada um sabe o que deve fazer e ponto, não tem discussão.

Se cada um ficar na sua, não tem nem porque ter rolo, certo? Esse é o segredo da coisa...

- a organização

- Discurso da necessidade de organização externa.

- Idéia Central:

É preciso organizar a situação do trabalho dos ambulantes, mas a questão é complexa demais para os ambulantes resolverem.

Cada um tem seus problemas prá cuidar, cada um fica na sua... mas alguém precisa dar um jeito de organizar isso tudo, tem barraca demais, mesmo, umas muito grande... os pedestres reclamam que atrapalha, e atrapalha mesmo, é verdade! Atrapalha até os próprios camelôs, porque fica difícil pro cliente parar, se ele para, é empurrado, não dá prá escolher com calma, nem prá se decidir e comprar.

O pessoal aqui tá na luta prá ver se resolve alguma coisa, mas é muito difícil nós mesmo resolver... é a Prefeitura quem tinha que dar um jeito nesta situação.

Tá todo mundo vendo que precisa organizar isso aqui, mas cada um vê só seu interesse... fica difícil... o prefeito tem que tomar uma atitude.

Tem gente demais na rua... virou confusão... tem de tudo, gente boa, gente ruim, gente mais ou menos... ninguém controla quem chega e quem sai, ninguém sabe quantos tem, o que fazem... não dá, virou bagunça.

- Discurso da necessidade de organização interna.

- Idéia Central:

É preciso organizar a situação do trabalho dos ambulantes, a questão é complexa para os ambulantes resolverem sozinhos mas também não podem ficar de fora, ao contrário: começa por eles mesmos.

Eu estou muito preocupado, mas preocupado, mes-mo... aqui tá todo meu investimento, minha família... eu dependo disso e acho que tem que organizar, sim, tá muito bagunçado... ninguém imagina, mas somos nós mesmos, os camelôs 'de verdade' (sic) quem mais sofre com isso... cada dia um fala uma coisa, cada dia aparece gente 'de todo tipo' (sic) freqüentando o pedaço... num pode! Tem que dar um jeito nisso.

Mas o culpado disso são os colegas daqui, todo mundo é amigo, não é isso, mas o pessoal aqui é muito desunido, eles não se interessam por nada, tá saindo coisa direto no Diário Oficial, já estão tirando os ambulantes do Centro, do Brás, e eles não ligam, não vão na regional, nada..! Não é possível ficar parado numa hora dessa! Tudo bem, é a Prefeitura quem tem que controlar, mesmo, mas tem que ficar em cima, também, porque depois que eles fizerem as coisas do jeito deles, aí já foi e não adianta mais reclamar, não.

Pode ser que eles não tem culpa, é tudo gente boa, gente simples, mas eu também sou simples! E eu acho que tem que ir atrás, ficar em cima da Administração Regional, falar com os vereadores sobre a nossa situação, chamar a imprensa no dia que eles falarem que vem... não cai nada do céu... .

É muito difícil, a gente se dá bem, não é isso, mas você tem que explicar tudo pro pessoal! Como lidar com os clientes, com os lojistas, entre nós mesmos... tem que entender que nós temos que estar unidos, porque quando um faz, e faz bem feito, todos ganham, e se um não faz, ou faz mal feito, todos pagam.

• Discurso da não participação na falta de organização interna.

- Idéia Central:

A questão dos ambulantes é um problema muito complicado, envolve muita gente e pressões e o processo de participação e organização é muito cansativo, desgastante - e no fim não adianta nada.

O pessoal tá agitado, sábado vai ter uma reunião lá no Sindicato dos Químicos, do 'sindicato informal' (sic) prá ver se tira alguma proposta prá levar pro prefeito. Não boto fé, mas vou, e aí trago as informações pro pessoal daqui.

Ah, isso de ir nas reuniões não conta, não. Só vou porque acho que agora é uma coisa importante, tão tirando o pessoal do Centro, da Concórdia, mas eu não gosto, não, perde muito tempo.

Eu vou e acho que o pessoal todo tem que ir nas reuniões, porque tem que ir! Mas não presta, não, tem muita converseira, muita discussão, por causa, às vezes, de uma palavra, você nunca sabe quem tá aconchavando com quem, entra interesse da regional, de vereador, de sindicato, de todo mundo... você nunca sabe quem é quem.

Participar prá que? No fim é só os 'puxa-sacos' que conseguem se arranjar; é melhor você ficar na sua, nem dar as caras prá não ficar marcado.

Esses dias veio uma pessoa de uma tal de 'associação de ambulantes', aí, trouxe fichas de filiação, distribuiu prá todo mundo, mas ninguém vai se filiar, não... ninguém conhece eles, são de fora... se tivesse que ter uma associação, seria daqui mesmo, nossa. O pessoal tenta, tem o 'fulano', o 'sicrano', eles sempre chamam, passam avisando de reuniões de um outro pessoal de um sindicato que eles conhecem. Vamos ver. Mas eu acho que se a coisa apertar, mesmo, como tá pegando em outros lugares, aí a associação sai, é só no aperto que funciona, senão, não adianta.

- a participação social

Quando da aplicação dos formulários perguntou-se *sobre possíveis engajamentos dos sujeitos em entidades diversas, de cunho esportivo, de classe, religioso, político-partidário, comunitária, ou de algum outro tipo*, e a resposta invariavelmente era negativa.

Enfronhando-se posteriormente através das entrevistas por este tema, a síntese dos discursos apresenta:

- Discurso da não participação e da não organização social.

- Idéia Central:

O processo de participação social e de organização é sempre muito cansativo, e exige muitos esforços - para se atingir pouco ou nenhum resultado.

Não adianta, nós já cansamos de ir na regional, pedir asfalto, aí você fala com um assessor, que fala uma coisa, outro, fala outra, depois manda voltar outro dia, ninguém resolve, só te enrolam... não dá.

Você até tenta puxar uma discussão, mas é sempre complicado, não tem lugar, tudo precisa dinheiro; se você arruma um lugar, um quer discutir uma coisa, outro quer discutir outra... e sempre tem alguém prá faturar em cima.

Eu era sócio do Clube Tietê, mas deixei de pagar manutenção, acumulou muito, e fui jubilado... mas eu quase não ia, mesmo.

Eu participei da associação do bairro, mas é muita luta prá conseguir qualquer coisinha... não vale a pena o esforço, não.

- Discurso do isolamento e do particularismo.

- Idéia Central:

É melhor não se meter com ‘outras coisas’, que não as suas. Mesmo porque, não se consegue cuidar muito bem nem da própria vida.

Olha, eu já tenho a vida prá cuidar, e nem isso tô conseguindo direito.

Cada um tem suas coisas prá fazer.

Ih, se envolver com os outros... essas coisas são complicadas.

Prá rezar, eu rezo em casa... toda casa é a casa de deus.

É melhor cada um ficar na sua.

A gente tinha um time, se reunia num bar, às vezes alguém saía da linha... de tanto a mulher pedir, eu saí... mas já tava na hora, mesmo.

- o plano institucional

• Discurso da ordem legalista.

- Idéia Central:

Mesmo na informalidade e estando suspenso todos os termos de permissão de uso - tpu – deve-se pagar taxas e recolher impostos como um meio de evitar problemas com os fiscais e com a Prefeitura - e de se manter ‘dentro da lei’.

Recolho meus impostos, INSS, TPU, tudo, tudo. Assim, não vem ninguém me perturbar depois. Eu pago como autônomo, nunca deixei de pagar.

Preferi tirar papelada de micro-empresário, porque aí eu tenho nota, tudo direitinho.

Recolho mensalmente o INSS e imposto municipal como autônomo, porque eu tenho o TPU - Termo de Permissão de Uso e não vou jogar ele fora, não.

Daqui do pedaço, que eu sei, uma boa parte dos que tinham o TPU - que é a minoria da minoria -, continua pagando, vão lá na Secretaria das Finanças, calculam o valor, preenche o DAMSP (Documento de Arrecadação do Município de São Paulo) e recolhe; esse é um jeito de você manter a legalidade no ponto, pois se eles não se recusam a receber, então é um comprovante que você tem prá mostrar, é um tento prá você.

Eu tô regularizado: olha aqui os comprovantes de pagamento autônomo da aposentadoria, e o meu Cadastro de Recolhimento de Contribuinte Individual; olha aqui, ó!

Essa foi a idéia: você paga o DAMSP por conta própria, e aí, quando retomar os 'termos', você já tá na lei.

- Discurso da falta de resolução por parte do executivo municipal.

- Idéia Central:

A Prefeitura não soluciona o problema dos ambulantes.

O prefeito não resolve nada, não quer resolver nada e tá sempre querendo tirar os ambulantes da rua, não sei prá por aonde.

Em outros lugares o problema dos camelôs foi resolvido prá valer e de um jeito decente. Por exemplo, lá em Curitiba, no Paraná, os ambulantes tem espaço definido, banheiro e até telefone celular; no Paraguai também é ótimo: a taxa de permissão deles é de US\$ 6.00 dólares por mês; tem mais de 12 mil camelôs - e todos pagam em dia. To-dos! Não tem um que não paga! Agora aqui é tão enrolado, que é prá dar errado, mesmo, suspenderam os TPU prá você ficar na mão dos 'caras', mesmo.

Na clandestinidade, sem regularizar a situação, tá bom prá fiscal, prá vereador... tá bom prá todo mundo... menos prá nós é que não tá bom.

O prefeito não quer fazer nada para não ter que contrariar o interesse de ninguém. Então ele cozinha o galo... com os ônibus clandestinos, foi a mesma coisa; com os perueiros é a mesma

coisa... ninguém sabe se é legal, se não é, como ficou, como vai ficar... é incrível!

- Discurso da desorganização geral brasileira.

- Idéia Central:

O problema da falta de ordenamento não é só uma questão legal - nem apenas dos ambulantes: 'o Brasil é assim mesmo'.

Tá tudo muito bagunçado... você já não tem emprego e vai prá rua, e aí vem o 'rapa' e leva tudo... num tá certo... Eles que não querem resolver e a culpa é sua? Você quer trabalhar e não pode ? Que que é, é prá roubar ? É isso que eles querem! Tá tudo assim no Brasil... só ladrão vai prá frente.

Se você produz, tem sua firminha, quer produzir, não consegue... vem prá rua, tá trabalhando, não pode... por isso que esse País tá desse jeito, tá tudo de ponta cabeça, olha as novela, vê se tem gente trabalhando, se ralando... isso é Brasil!

Você vai pedir uma informação na regional, ninguém sabe, te joga daqui prá lá, de lá prá, manda voltar depois... é a maior confusão... 'virou Brasil'.

Num vai falar nada pro pessoal aqui (sic), mas eu sou a favor da polícia de verdade, que desce o cacete e some com o vagabundo; no tempo do esquadrão da morte, dos militares, vagabundo miava baixo; hoje ele fala grosso... você nem sabe mais quem é direito quem é safado. Precisa ordem, tá tudo muito bagunçado no Brasil, é na televisão, é na política, é nos bancos, é no futebol, em tudo.

- a vizinhança

- Discurso da relação ambígua com os lojistas e estabelecimentos adjacentes.

- Idéia Central:

Tem gente que gosta e tem gente que não gosta da presença dos ambulantes nas proximidades do local (e tem gente que não sabe se gosta ou não).

Nós temos o apoio dos lojistas, porque sem nós isso aqui fica vazio; não vem ninguém comprar em Santana; pergunta para eles.

Nos damos bem com o pessoal das lojas... não é só das lojas, dos que trabalham nelas, também nos escritórios, que pode comprar uma pilha, um presentinho que esqueceu... até camisa, teve gente que comprou uma nova e trocou aqui mesmo, ia ver um emprego e a outra tava suja.

Olha, tem lojista que reclama da bagunça, da sujeira que fica, mas nós estamos sempre procurando dialogar, limpar tudo, pode ver que quase tudo mundo tem cesto de lixo, que é prá evitar reclamação, mas outros não ligam, sabem que a gente vende mercadoria diferente da deles, não é competição... tem comprador prá tudo - agora ninguém tá vendendo nada - mas é produto nosso é diferente do deles, o freguês sabe, os lojistas, sabem, todo mundo sabe.

Tem uns que acham ruim, dizem que tem muita gente na rua, que atrapalha e espanta os compradores... mas outros sabem que é a presença do camelô que atrai as pessoas, senão isso aqui ficava morto.

Em geral não temos problema com os lojistas, não... um ou outro é que não, mas isso também é em qualquer lugar, não é verdade? Sempre tem os que gostam, e os que não gostam de você... é assim mesmo.

Tem quem goste, fica amigo, tudo, e tem quem reclama, coloca floreira na calçada prá não deixar o pessoal armar barraca... tem de tudo.

Um ou outro não gosta, acha que atrapalha, que compete com eles, mas no geral é tranquilo, sim, com as lojas... aliás, pergunta pro gerente do banco xis (fala o nome de um banco), se ele não adora que a gente fique aqui... ele se tocou, não colocou grade pros camelôs não sentarem na mureta, nada, por que? Pode ver, tá sempre cheio de gente aqui... por que? Porque por nossa causa, aqui tá sempre cheio de gente... você já imaginou um ladrão entrando no banco aqui? Primeiro que todo mundo ia ver ele entrando, e ia ser um rebuliço... e outra coisa: como que ele iria fugir? Ele não ia muito longe, não, tropeçando em barraca, em

gente... às vezes tem rolo em Santana, mas não aqui nesse pedaço, que é mais cheio... os camelôs ajudam a atrapalhar os ladrões. Bom, eu e muitos outros aluga (sic) espaço nas lojas para guardar mercadorias à noite - e para fugir do 'rapa' da Prefeitura; então se o cara falar que não gosta de mim... tem alguma coisa errada, não é? Tem uns lojistas que gostam tanto de ambulantes, mais tanto, que montam barracas nas calçadas... de tanto que gosta! Ele monta a barraca, põe funcionário prá trabalhar e tudo! Tem disso, também, porque assim o cabra pode fugir dos impostos e de registrar na carteira os empregados dele. No centro da cidade, então, é o que mais se vê acontecer!

6.4 – a saúde

A intenção de desenvolver o tema do '*histórico e situação de saúde – dores, problemas, remédios*' – antes mesmo de adentrarmos na questão do *ambiente e da organização do trabalho*, visou delinear os contornos básicos do tema *saúde* como um todo, deixando que os entrevistados fizessem – ou deixassem de fazer - as possíveis articulações ao seu próprio modo.

O objetivo foi o de esmiuçar o padrão de respostas emitidos quando da aplicação de formulários, que permitira uma miríade de emissões, de compreensões, de combinações, de representações, em termos do histórico de saúde e doença. Os discursos foram organizados em termos de *concepção de saúde/doença, problemas de saúde, queixas e sintomas percebidos, acesso e atendimento na rede de serviços e uso de remédio*:

- a concepção de saúde

Inicialmente, procurou-se agrupar as falas em função da impressão geral da *causação última*, por assim dizer, alegada para suas histórias, suas

dores, seus problemas de saúde e os motivos de procura – ou não – por atenção médica e serviços de saúde, em geral.

Em outras palavras, buscou-se traduzir aquilo que cada um pareceu definir como saúde, como a fonte impressora – motriz e matriz - responsável, pelo padrão e manutenção de sua situação de saúde, atual ou pregressa, e, em suma, pelo sua própria vida.

- Discurso metafísico da saúde como a maior ou única riqueza.

- Idéia Central:

A saúde é parte do determinismo que rege a vida; independe da história pessoal, do contexto social e da ação humana.

Nunca fui num médico. Tudo que eu tenho e que eu quero é ter saúde; graças a Deus, nunca perdi um dia de trabalho.

Não adianta você ter dinheiro, carro, se você não tiver saúde. E com isso eu nasci – e muita; por isso, nunca precisei de um médico.

Saúde é tudo que eu tenho – e tudo que eu preciso.

Ô! Eu num pego uma gripe, um resfriado... nadinha! Saúde aqui é o que não falta.

- Discurso da saúde e da doença como eventos naturais da vida.

- Idéia Central:

A doença é parte das circunstâncias da vida; não há como ou porque fugir.

É, fazer o que? É assim mesmo, um dia todo mundo fica doente ou morre; não adianta reclamar.

Temos que aproveitar cada dia em cima da terra.

Já passei por muitas na vida; mas quem morre na véspera é peru.

Aqui na terra nós somos apenas mensageiros, nós estamos só de

passagem; mais dia, menos dia, temos que abandonar a matéria. Sou cardíaco, hipertenso, mas continuo na luta, e eu tenho mais medo de morrer de tiro. É a vida.

- Discurso orgulhoso da ausência de doenças.

- Idéia Central:

Conforme a origem, a moral, e a crença religiosa, não se padece de doenças.

Cabra do norte não fica doente, não. Pode morrer, que é de Deus, mas doente não fica, não.

Com fé em nosso senhor, tenho muita saúde.

Se você tiver fé, você está salvo; mas tem que ter fé de verdade, praticar, não é ficar falando.

O nosso senhor Jesus Cristo é meu rei; ele me vale.

Eu tenho vergonha na cara; nunca perdi um dia de trabalho, não.

- Discurso da impossibilidade de ficar doente em função das más condições políticas e econômicas do Brasil.

- Idéia Central:

Não é possível ficar doente em nosso País, por causa da pobreza pessoal, da crônica crise financeira nacional, e das artimanhas do poder econômico.

Pobre não fica doente, não.

Você já viu pobre ficar doente ? Num fica e num pode ficar. Ainda mais no Brasil.

Felizmente, não tenho nenhum problema; você não pode ficar doente no Brasil: ou tá vivo, ou tá morto, meio termo é que não tem. Não tem atendimento, é tudo um absurdo, remédio, exame, aparelho...

Graças a Deus, não... porque quem cai doente, hoje em dia, tá perdido, não tem quem ajude, não, em nada. Os remédios são muito caros, quanto mais você precisa, mais caro eles são; ninguém controla nada, o governo não vê isso.

Pode pagar o que for: plano de saúde, aposentadoria... na hora h, que você precisa, você fica jogado... pode ver, todo dia passa na TV; velho, criança... os hospitais, tudo cheio.

- o problema de saúde

Tendo em vista o fato de que encontrou-se tanto *pessoas que apresentaram problemas de saúde desacompanhados de queixas específicas* – como acidentes de trabalho ou problemas odontológicos e, por outro lado, *sujeitos que declararam dores e sintomas em momentos diversos dos contatos sem, entretanto referirem problemas de saúde*, resolveu-se buscar desagregar ambos, num artifício que permitisse organizá-los em eixos distintos, facilitando a visualização das falas.

Sendo assim, por *problemas de saúde* entende-se aqui algo mais amplo do que a mera *queixa*, ou seja, enquanto esta última diz respeito a um *quadro embrionário, primitivo*, a um possível *motivo* declarado, sentido ou percebido pelo interlocutor, diagnosticado ou não, o problema de saúde refere-se a um conjunto de noções, à uma reflexão, à uma unidade de discurso, enfim, que inclua necessariamente referências aos serviços de saúde, seu acesso, à descrição de acontecimentos, seu histórico.

Deste modo, o problema de saúde implica em uma ou mais queixas – ainda que não percebida, assim como sua possível origem e desdobramentos. Já a queixa não chega a se constituir - para o interlocutor – como um problema de saúde, ou ao menos reconhecido como tal.

Mais do que uma suposta abrangência, de um nível de inclusividade mais abrangente do problema de saúde em relação à queixa, a intenção é

unicamente a de demarcar a diferença entre algo mais ao nível das sensações, muitas vezes vagas, difusas, como é o caso das queixas, em contraposição à uma constatação e reconhecimento por parte do sujeito, que implicaria num posicionamento mais perceptível e articulado, em torno do eixo da saúde, de uma forma mais ampla.

Ressalte-se também que não há, evidentemente, nenhum cunho valorativo, de nossa parte, do problema de saúde, por exemplo, em relação à queixa, até porque esta, por parecer-nos menos elaborada do ponto de vista racional, pode encontrar maiores brechas nos mecanismos de defesa do ego, e indicar, assim, pistas igualmente interessantes.

Iniciemos pelos problemas de saúde:

- Discurso do problema de saúde como sinônimo de utilização de assistência médica.

- Idéia Central:

Independentemente da existência de dores ou da necessidade sentida, somente existe ou se configura um problema de saúde se houver uma ida ao médico.

Não tenho problema nenhum, não. Nunca fiquei doente, nem tenho nenhuma dor. Olha, dor de cabeça não é problema, é uma coisa normal (...). É, quase todo dia, mas é assim mesmo, com essa vida... mas eu nunca fui num médico.

Problema, problema, não... dor de estômago é normal, como muita bobagem, passo nervoso.

Tenho dor nas costas, mas na minha idade todo mundo tem; nunca precisei ir num hospital, nada; tô muito bom.

- Discurso de problema de saúde como condição exclusiva impeditiva do trabalho.

- Idéia Central:

Não existe problema de saúde se se consegue continuar trabalhando.

Uma coisa ou outra todo mundo tem, mas eu nunca fui num médico e eu nunca perdi um dia de trabalho na minha vida, seu moço.

Tá certo, quando eu caí na obra eu fui no médico. Justamente, eu fui, me pegaram, aí os médicos fizeram o que tinha de fazer, e aí acabou, fiquei bom e não precisei voltar mais, nem deixei de trabalhar depois por causa disso, foi só ali, no caso.

- Discurso da ausência de problema mesmo com atendimento médico ou odontológico de urgência, de prevenção ou de controle.

- Idéia Central:

O problema de saúde é um evento externo, pontual e circunscrito. Não há nada a ser feito a respeito, nem antes, nem depois: do jeito que veio, foi, quando acabou, acabou.

Dor de dente também conta? Achei que era só coisas de médico...

Ah, mas aí é diferente, né; ali no acidente eu precisei, mesmo, me levaram, eu nem vi nada. Eu não posso fazer força, mas problema eu não tenho nenhum, não. Nunca tive.

Não. Não tenho nenhum problema de saúde. É, já fui atropelado, aqui, tenho diabetes, já operei o rim; Mas tomo o remédio e tudo bem.

Problema, não; tenho dor de cabeça, tomo uns comprimidos e acabou. Quando tenho crise, volto no posto e o médico mede a pressão, às vezes muda o remédio, aumenta a dose... e vamos indo.

- Discurso do problema de saúde como componente determinante do trabalho informal.

- Idéia Central:

A doença própria ou de alguém da família teve ou tem participação decisiva nos rumos que a vida tomou.

É, esse trabalho é bom porque não precisa fazer força, que eu não posso pegar peso nenhum, nenhum; na obra não tinha mais jeito, não.

Prá mim é bom porque eu posso levar minha filha no posto, na fono, duas ou três vezes por semana; em outro tipo de emprego não ia dar prá ficar saindo toda hora, não.

A minha saúde mudou minha vida, e isso não é força de expressão, não, pois foi por causa da saúde que eu perdi tudo, que eu vim para São Paulo (...) e é por falta de ter uma máquina de hemodiálise em Roraima que eu não posso voltar, também.

- a queixa

• Discurso da queixa sem a utilização de serviços de saúde.

- Idéia Central:

Algum tipo de dor é normal, não chega a incomodar a ponto de se transformar em um problema de saúde – até porque às vezes em que pensou-se ou tentou-se utilizar um serviço de saúde, não logrou-se êxito: existe demora, o horário é incompatível e não houve necessidade maior, de urgência, por exemplo.

Tenho muita dor nas pernas, mas não posso ir. Demora demais, um dia tem que marcar, prá ter que voltar outro dia... não dá, não.

De dia, o posto tá aberto, e eu tô trabalhando; de noite, eu não tô trabalhando – e nem eles.

Essa dor de estômago vai e volta, eu já conheço ela.

Não vou porque acho que não precisa. E eu já sei o que o médico vai falar; prá não comer na rua, não passar nervoso, relaxar... e de que jeito ?

Dor de cabeça não é problema (...) é quase todo dia; mas é assim mesmo.

Ando com muita insônia, ultimamente.

Eu fui no hospital por causa do dente, eu não conseguia dormir há três dias, me falaram que lá tinha dentista, mas era domingo, me deram uma injeção e eu fui no dentista depois, no outro dia.

Eu ando muito nervoso, a mulher fala, o pessoal fala... mas ir aonde? Quando tiver que ir, mesmo, vamos ter que dar um jeito.

- Discurso de dores e sintomas associados a indicação de possíveis causas.

- Idéia Central:

A doença já é mais ou menos conhecida do declarante, e ela acontece na verdade em função de fatores tais como: atropelamento, movimentação, postura, peso ou tensões emocionais.

Tomo Renitec prá pressão alta, por causa do nervoso e do fígado... às vezes dá tontura, uma vez o braço esquerdo formigou e o médico confirmou a pressão alta, diz que é muito nervoso que a gente passa, por causa da crise, dessa instabilidade do país, ninguém tem dinheiro, você não sabe o dia de amanhã.

Antes eu me virava melhor, era registrado, qualquer coisa que acontecia prá gente a mulher já tinha uma aposentadoria; mesmo aqui, no começo, era melhor... agora tem um vendedor de cachorro-quente em cada esquina, até dois, três por trecho.

Dor de cabeça é normal, né, é muito nervoso com a situação.

Dói muito as pernas, porque você fica muito tempo de pé.

As costas doem de ficar sentado no banquinho, não dá prá por uma cadeira aqui, e não tem posição que dê jeito.

Tenho diabetes, de fundo emocional: o médico me falou que era muito stress, nervoso... também, como não passar nervoso nessa situação que a gente vive? Nem na guerra, que eu me lembre, era desse jeito.

Quer problema maior daqui do que ser atropelado trabalhando, em cima da calçada? Aqui onde nós estamos? Daí me levaram pro Hospital do Mandaqui, com luxação no braço, na costela, e até fiz uma cirurgia na perna, lá mesmo, no Mandaqui. E o motorista da

floricultura xis, fugiu daqui, deu a volta e veio com a maior cara de pau no banco pagar conta, como se nada tivesse acontecido!

Ué... quem não tem dor de cabeça hoje em dia? Quem não passa nervoso? Deve ter sim, mas que eu conheça, ninguém...

Tomo Calmapax, um calmante natural, por causa de stress; eu já tive isso quando estudava, fiquei quatro dias internada. Também tenho rinite, e no inverno – e ainda mais agora, na rua, tá atacando e me atacando demais.

Além da hipertensão, da diabetes, e da perda de cálcio, tudo por causa dos rins, hoje eu estou também com problemas cardíacos.

Bom, eu não, mas minha mulher e meu filho, de dezesseis anos, que me ajudam aqui, tem problemas; ela é diabética, e o menino tem hipertensão arterial, e eles sempre tem tontura, tem que tomar injeção todo dia.

- o atendimento

• Discurso da falta de atendimento na rede privada.

- Idéia Central:

A questão é que mesmo pagando-se plano de saúde, a existência de cláusulas específicas e tipos de carências, geralmente desconhecidas, impedem o atendimento – além da necessidade do porte da carteira e dos recibos atualizados para comprovação, mesmo nos casos de emergência. E às vezes a relação do estabelecimento prestador particular com o gestor oficial do sistema de saúde causa transtornos.

Paguei dois anos de Golden Cross, quando precisei operar, me disseram que era por causa do diabetes e não me atenderam. Mas como que eu ia advinhar que tinha diabetes? E que ela ia atacar o rim e que eu ia precisar operar, depois? Não atendem e pronto. É assim mesmo, quem tem dinheiro no Brasil, faz o que quer.

Eu pagava, mas duas vezes que eu precisei, disseram que era doença anterior, uma vez um gânglio, e na outra, eu de carona de moto e fui atendido no Pronto Socorro de Santana.

Você pode pagar plano de saúde, o que for... na hora de usar tem que fazer depósito de valor elevado, andar com talão de cheque no bolso, senão não te atendem. Aconteceu com um tio meu: teve derrame, e ao invés de atenderem ele, ficaram pedindo os recibos, a carteirinha... minha tia falando, que tava tudo em dia, mas não: ou mostra na hora ou deixa um depósito; conclusão: meu tio ficou acabado. Se tivessem atendido ele...

Paguei mais de dois anos de Intermédica e perdi tudo. Mas mesmo assim o médico disse que esse tipo de cirurgia do septo nasal eles não iam pagar, porque era de nascença... é engraçado, prá receber todo mês, eles não perguntam nada, se ela tem problema de nascença ou não, não examinam a pessoa, nada; mas na hora de atender, aí sim, né, aí eles lembram.

Meu marido pagou dois anos de Unicolor, começou com R\$ 180,00 e terminou com R\$ 220,00, aí ele começou a ter problemas de circulação, dor nas pernas e descobriram que ele é diabético... e ele não foi atendido, porque disseram que ele já tinha doença; mas como é que ele ia saber que era diabético, se foi eles quem descobriram e disseram isso para ele? E aí, na única vez que ele precisou, não atenderam.

Eu gostava muito de uma psicóloga que me atendia lá no Hospital Dom Silvério Gomes Pimenta, mas que era da equipe do Hospital São Paulo; ela fez eu ver as coisas de outro jeito, de um jeito bom, que me deu muita força prá continuar na vida. É que é assim: eu sou muito sensível e prevejo as coisas antes delas acontecerem; eu vejo, escuto, sonho com os fenômenos... é mais em sonhos que se revelam... e antes de vir para cá, eu tive um sonho muito forte, sonhei que uma fada veio com dois presentes, dois pacotes, e eu fiquei contente; mas na verdade, era um para o meu filho, outro para minha filha; perguntei pelo meu, e a fada disse que o meu ela mandava no começo de fevereiro... isso era em novembro, eu de cama, inchada, os médicos de lá não tinham como me tratar, acho que nem sabiam o que eu tinha... e eu fiquei contente com esse sonho, pois dia dois de fevereiro é meu aniversário, e fiquei com enorme esperança. Aí, eu piorei, piorei, vim para São Paulo, e no dia 1º de fevereiro ganhei meu presente; sabe o que era? Minha primeira sessão de hemodiálise. Eu pensava isso revoltada, porque

...você fica revoltada, eu nunca tinha ouvido falar em hemodiálise em toda a minha vida, os médicos também não falam de uma vez pra gente, porque senão muita gente fraca das idéias se mata, como eu já ouvi falar, que tem gente que se mata, quando descobre. Mas então você faz uma sessão, faz outra vez, faz três, faz quatro, faz cinco sessões, e é horrível... você sai todo mexido por dentro, zozinho, com enjoô, é um inferno... . E você vai conversando com outros pacientes, o tempo passando você vê que eles colocam um motorzinho no braço... tá sentindo o motorzinho aqui no braço? E aí você cai na real e descobre que vai ter que fazer aquilo o resto de sua vida, não consegue segurar nem um pacote de arroz, não pode beber água, não pode viajar, por causa das sessões... e o que era pior: não podia voltar mais para Roraima, onde eu era gente, tinha minhas coisas, trabalho, dinheiro, sossego... porque lá não tem uma máquina de hemodiálise sequer, e você descobre que passa a ficar dependente de uma máquina para o resto da sua vida... eu sempre falava isso para a psicóloga, chama Elen, e um dia ela me disse: “— olha, a senhora é uma pessoa muito forte, gosta da vida, a senhora fala sempre do sonho que teve e que não ganhou presente nenhum, só se foi um presente do diabo... mas veja a coisa pelo lado bom: talvez ela seja um presente sim, pois se não fosse pela máquina de hemodiálise, talvez a gente não estivesse aqui hoje conversando”. E aquilo me deu um estalo. É mesmo, ela estava certa! Eu gostava muito dela, todo mundo gostava dela, paciente... pena que, com o saída do hospital do SUS, ela não está mais lá.

- Discurso do atendimento na rede privada.

- Idéia Central:

Os procedimentos mais simples, de atenção primária, ou aqueles um pouco mais complexos, são feitos através de relações de camaradagem, por parte de médicos já conhecidos de antes da necessidade de cuidados. Às vezes, o atendimento é feito pelo hospital privado – mas é pago pelo setor público, através do Sistema Único de Saúde - SUS.

Eu sempre vou na mesma médica, pago um pouco, ela desconta outro tanto... ela me manda fazer os exame, papanicolau, tudo.

O controle da diabetes eu faço com um médico da 'colônia', é brimo, também; senão não ia ter jeito, não.

Eu fiz uma operação facial, pois tenho arcada dentária cruzada, que acabou causando um desvio de septo nasal, com um médico que eu me tratava do convênio da Intermédica, do antigo trabalho, que faz um desconto e eu continuo indo.

Comecei a fazer hemodiálise três vezes por semana - 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} - no Hospital São Paulo, prá onde vim, de Boa Vista, há seis anos. Mas há quatro consegui vaga aqui no Hospital Don Silvério Gomes Pimenta (hospital privado localizado no final da rua Voluntários da Pátria, Alto de Santana) mas nele estão as equipes e máquinas do Hospital São Paulo que atendem pelo Sistema Único de Saúde - SUS, que eu não canso de agradecer.

- Discurso da falta de atendimento na rede pública.

- Idéia Central:

Os serviços de saúde sempre tem fila, tudo demora muito e o horário é ruim.

É, daquela vez, com dor de dentes eu fui no Hospital da Vila Penteado, mas não me atenderam... é porque era domingo, né. Me deram uma injeção, e aí depois eu fui num dentista lá do bairro, parcelou o pagamento... lá dizem que se a pessoa agüentar extrair sem anestesia, não precisa pagar nada. Agora eu coloquei chapa e ficou ótimo, não tem problema nenhum, mais.

Precisava marcar uma consulta, mas duas vezes que eu combinei, deixei a mulher aqui, chego lá... e uma fila enorme, tinha senha.

Eu tinha umas manchas esquisitas, pipocava tudo, mas eu fui no posto, e não tinha vaga... até ser atendido, já tinha passado.

- Discurso do atendimento na rede pública e filantrópica.

- **Idéia Central:**

Os atendimentos de urgência e emergência, e os procedimentos complexos são feitos basicamente pela rede pública ou por hospitais filantrópicos conveniados.

Fui operado do rim no Hospital São Paulo; anotou ? Olha, fala que lá fui muito bem tratado, viu ?

Outro problema que eu tive é que eu fui atropelado aqui, bem em frente; me levaram pro Hospital do Mandaqui, onde fiz até uma cirurgia na perna.

Eu soube da hipertensão quando fiquei ruim, e fui no Centro de Saúde aí da Brás Leme; depois eu fui também na Santa Casa, fiz exames, tudo.

Minha mulher descobriu a diabetes numa crise, há seis anos, quando levamos na Santa Casa e eles descobriram que ela é hipertensa, tem colesterol elevado... e o menino também tem (...) foi lá que eles descobriram a hipertensão dele, também.

Só posso fazer as hemodiálises porque é pelo Sistema Único de Saúde - SUS; veja: em cada sessão eu tomo uma injeção de HEMAX, que nem tem para vender, mas custa mais de R\$ 2.000,00 cada uma; os médicos me dão também NORIPURU, ferro, que custa mais de R\$ 15,00 e aplicam junto EPARINA, um anti-coagulante... se multiplicar isso tudo por doze sessões por mês, quanto é que sai? Além do jantar, que eu como lá, vejo TV, etc: convênio nenhum paga esse tratamento. Agora eu estou com medo, porque o Hospital Don Silvério se descredenciou do SUS, e já me avisaram que, se acontecer alguma coisa por causa da hemodiálise, eu tenho que ir até o Hospital do Mandaqui. Aliás, já aconteceu, e dá o maior trabalho: a ambulância leva, aí ela esperou eu ser atendida, volta... eu nem sei prá que, porque eu acho que financeiramente compensa para eles, mas é assim que está acontecendo. Eu gosto muito do pessoal do Hospital São Paulo que me atende; eles são muito preocupados, gentis, vem ver a gente toda hora... sempre foi assim, não é uma vez ou outra, não. Comenta que quando chegou no Hospital São Paulo, há seis anos, pesava 80 quilos, sendo que 35 era só de água, pois chegou a cair para 45 quilos, um mês depois.. era puro água... se demorasse mais um pouco, eu tinha morrido, com certeza... mas eles me salvaram a vida.

- o remédio

- Discurso do uso de remédio sob orientação médica.

- Idéia Central:

Utiliza-se de remédios por causa da necessidade e orientação médica.

Tomo remédio prá pressão alta, Renitec, o médico do centro de saúde que indicou, sempre que eu fico ruim, eu volto lá.

Eu tomo Diamicron, todo dia.

De remédio eu uso o Maalox, que o médico mandou.

Eu tenho que tomar um monte de remédios, diariamente: CAPOTEN, para a hipertensão; PROPANALOL, para o coração; DOLOMITA, que é cálcio... fora quando acontece alguma coisa de diferente, porque, você sabe, o sangue passa pela máquina, e tanto pode acontecer de às vezes sair coisas boas, como o cálcio, que me deixou com os ossos fracos, já quebrei a perna e a bacia, fácil, fácil, e demora muito prá sarar, como também pode entrar coisas ruins, por exemplo, eu já peguei hepatite, duas vezes, e gastrite, uma, na máquina de hemodiálise.

- Discurso do uso de remédio sem descrição do motivo ou orientação médica.

- Idéia Central:

Toma-se remédios porque alguém – mulher, conhecido – aconselhou; nem se sabe bem porque, mas parece fazer bem.

Todo mundo toma esse remédio... Dorflex é bom prá relaxar, você dorme bem; nem devia ser chamado de remédio!

A mulher é que sabe o nome. Mas mal não faz

É, médico mandou tomar, a gente toma... num sei se é pro estômago, ou prá cabeça; num sei direito prá que que é, não. Um vizinho toma Diazepan e disse que era bom; e aí eu tomei e achei bom, também. Tomo Antak já no almoço, prá evitar qualquer coisa.

- Discurso do uso de remédio sem orientação médica – e sem a constatação do próprio hábito.

- Idéia Central:

Toma-se remédios porque alguém - mulher, conhecido – aconselhou, e, na verdade, nem se percebe a existência da regularidade e frequência do fato.

Ah, mas tomar uns comprimidos não conta, não; isso não é nada. Esses daí prá dor de cabeça também era prá falar ? Achei que era prá falar só de outros... Nossa, nem lembrava disso; se você não me fala... Dor de cabeça é normal, todo mundo tem, e todo mundo toma comprimido. Dia sim, dia não eu tomo analgésicos, qualquer um, não precisa ser esse ou aquele... só tem que ser de dois por vez, senão não adianta. Remédio, não; somente Dramin, que eu tomo quando fico ruim; aí, fico tranqüilo e consigo dormir melhor.

- Discurso da bebida alcoólica como refúgio ou solução de problemas.

- Idéia Central:

Diante das circunstâncias vividas, um alívio ou uma saída está na bebida alcoólica.

Meu único remédio é tomar umas, dia sim, dia não, senão não dá, né; todo dia não pode. Cerveja, muita cerveja, prá esquecer.

Meu remédio é tomar uma cervejinha, uma branquinha...

- Discurso da religião como refúgio ou solução de problemas.

- Idéia Central:

Diante das circunstâncias vividas, o alívio ou a saída está em Jesus Cristo.

Não tomo remédio, não; o meu remédio chama-se Deus; eu oro muito e ele me livra de tudo que é ruim.

O único remédio está no nosso senhor Jesus Cristo.

6. 5 - o ambiente de trabalho

Ao solicitar que os entrevistados '*comentassem sobre o ambiente de trabalho*', nossa intenção foi a de explorar as *representações* de aspectos levantados ou comentados nos contatos anteriores, tanto em relação ao *ambiente físico-químico – poluição, temperatura ou ruído –*, quanto àqueles referentes à *disposição geral do ambiente de trabalho – postura, espaço de locomoção, número de pessoas e condições fisiológicas básicas*.

- o ambiente físico:

- a poluição

- Discurso da indiferença para com a poluição e a emissão de gases dos veículos.

- Idéia Central:

A fumaça e a emissão de gases poluentes é uma coisa normal, natural.

*Não vejo problema. É assim mesmo.
A gente se acostuma, normal.
Nunca pensei, nunca reparei muito nisso.*

- Discurso da poluição como um problema de saúde.

- Idéia Central:

A exposição à fumaça e aos gases poluentes causam muitos incômodos e doenças respiratórias.

*Ah, é muito ruim, claro; imagine ficar o dia inteiro com esses ônibus, esses carros, passando; faz mal.
A poluição é terrível, péssimo, isso não é vida, não.
Eu tenho rinite e aqui na rua piorou muito, os olhos ardem muito.
No inverno, então, uso bombinha, porque não consigo respirar direito, a garganta fecha, tudo.*

- o ruído

- Discurso do ruído local como um incômodo auditivo causador de desatenção.

- Idéia Central:

O barulho do trânsito é excessivo e atrapalha a concentração nas atividades diárias – e às vezes até de noite.

*Olha, a fumaça, não me faz muito mal, não. Mas o barulho perturba muito, você fica parece que hipnotizado, meio sonâmbulo, parece que você até desliga do mundo; aí tem que desligar de novo do barulho prá poder pensar direito, se não, não dá.
É terrível, isso irrita, muito; até de noite às vezes fico lembrando; não consigo desligar.
Além do barulho do trânsito, buzina, tem o da loja de disco aí do lado, o dia inteiro ouvindo música nessa altura ! Incomoda demais.*

- Discurso da exposição ao ruído e incômodos auditivos como algo indiferente – ou até mesmo como um dado vantajoso.

- Idéia Central:

O ruído não chega a ser um problema – e às vezes é bom prá manter-se atento.

É bom prá ficar esperto.

Barulho é legal porque não deixa dar sono.

Não me incomodo, não; é bom prá agitar, ouvir música.

- Discurso da poluição e do ruído como um problema – para os outros.

- Idéia Central:

A emissão de gases poluentes e o ruído excessivo pode ser um problema para os outros, não para o sujeito entrevistado.

O ar é ruim, pesado, mas eu não tenho problema com isso, não.

Tem gente que reclama, mas eu não reclamo, não; prá mim, tudo bem.

Poluição e barulho, em São Paulo, tem em todo lugar; tem gente que se importa, mas eu acho que é assim mesmo.

Tem gente que não acostuma, não, mas eu me acostumei bem com essa agitação, com esse barulho; prá mim é ao contrário, acho que não saberia viver num lugar diferente - e na rua, é mais agitado ainda.

- a temperatura

- Discurso da exposição às intempéries climáticas como um problema.

- Idéia Central:

Ficar na rua sujeito ao frio, calor, chuva – e enchentes é muito ruim.

Quando é frio, é frio, quando é calor, é calor; não tem jeito.

A única coisa que me incomoda é o frio; e faz minhas costas doerem mais.

Às vezes chove de manhã, e você fica o dia inteiro molhado.

Quando chove tem muita enchente, desce saco de lixo sem parar, lá de cima, da Voluntários; tem muita doença.

- Discurso da exposição às intempéries climáticas como algo indiferente – ou até mesmo como uma vantagem.

- Idéia Central:

Como uma alternativa a empregos em locais fechados, é bom ficar na rua – e o fato de se estar em contato direto com a natureza passa a ser algo legal.

É melhor do que ficar trancado num lugar o dia inteiro, sem ver nada, ninguém.

Eu não ligo, não... e aqui pelo menos você sabe se é dia, se é noite, tá sol, se não tá...

É bom porque você pode ver o sol e a chuva.

- a disposição geral do ambiente:

- o espaço de locomoção

- Discurso positivo do espaço de locomoção: não existe fronteiras entre a barraca e a rua.

- Idéia Central:

O espaço de locomoção é bom porque pode-se circular sem restrições.

Ah, isso eu acho bom, porque você anda prá lá e prá cá, não fica preso num lugar só.

A questão do espaço é boa, porque você não fica parado nunca.

Eu sento, levanto, isso é bom, não é um trabalho que te obriga a ficar parado, só sentado, ou só de pé.

- Discurso do espaço de locomoção como um problema: existe limites entre a barraca e a rua – ainda que tênues.

- Idéia Central:

O espaço interno do equipamento é muito pequeno, apertado.

Não tá bom, não; eu preciso conseguir uma barraca maior.

O espaço aqui é ruim; tem gente demais trabalhando na rua.

Tá muito bagunçado, tem muita gente, atrapalha prá nós e para os clientes.

O espaço é mal de trabalhar porque você fica muito direto com as pessoas; nas lojas tem o balcão, a gente atende lá dentro, mais no fundo.

- a postura de trabalho

- Discurso da postura de trabalho como um problema de saúde.

- Idéia Central:

As posições exigidas e a movimentação do corpo provocam prejuízos à saúde.

Dá dor nas costas. Fico curvado o tempo todo. Isso me mata.

As costas doem muito, de ficar sentado em banquinho... não dá prá trazer uma cadeira aqui, né?

Eu tenho dor nas pernas.

Tem que montar e desmontar barraca todo dia; ficar sentado num banquinho um dia, dois três, um mês, dois três, um ano, dois... é duro... as costas ficam arrebetadas.

- Discurso positivo da postura de trabalho.

- Idéia Central:

Você pode se locomover no local de trabalho.

*Aqui você se mexe muito, não fica numa só posição.
Isso é bom, aqui. Sempre dá prá dar uma voltinha.
Dá mexer as pernas, sentar, levanta, não fica de um jeito só.*

- o número de pessoas

- Discurso do número excessivo de pessoas como um problema.

- Idéia Central:

Muita gente significa confusão: excesso de ambulantes, de transeuntes e a presença de ladrões.

*Realmente, tem muito camelô, precisa trabalhar, mas também tem que organizar; é ruim prá todo mundo, nem o freguês para.
Tem muito atrito, muita bagunça.
Ah, é complicado, muita gente na rua é problema, porque aí aparece de tudo, tem que ficar muito atento a tudo, o tempo todo... quando é época de festas, assim... aparece de tudo, ladrão, punquista.
Muita gente fica puxado, a calçada cheia o pessoal derruba mercadoria, você não sabe se é golpe, se é sem querer, se é prá distrair e vir outro do outro lado.*

- Discurso positivo do número excessivo de pessoas.

- Idéia Central:

Um grande número de pessoas significa um aumento nas chances de vender.

*Quanto mais entupido de gente, melhor, mais eu vendo.
Ah, é bom, muita gente. Sem gente, isso fica muito sem vida.
A zebra é quando não tem ninguém na rua.
Tá difícil, tá difícil, tem que aparecer mais gente... tem pouca.*

- Discurso ambíguo do número excessivo de pessoas nas ruas.

- Idéia Central:

É ruim ter muita gente porque atrapalha; mas é bom ter muita gente porque aumenta as possibilidades de vendas.

*É ruim, muita gente prá lá e prá cá, mas é bom porque aumenta a chance de vender.
É ruim porque fica bagunçado, mas quanto mais bagunça, melhor, não é verdade?
Olha, muita gente dá confusão, cansa mais, mas tem que ter, entendeu? Porque se não tem gente prá olhar, prá comprar, aí é que a coisa se complica prá nós! Quando um para, outros param, também! Então tem que ter gente, mesmo!*

- as condições fisiológicas básicas

- Discurso da supressão das necessidades fisiológicas básicas como

algo dificultoso.

- Idéia Central:

Para as mulheres, particularmente, a supressão das necessidades fisiológicas – como ao banheiro -, é um problema.

Bom, ir no banheiro, por exemplo, é terrível.

O grande problema é banheiro.

Não tem onde lavar as mãos, prá almoçar.

É péssimo; não tem onde beber água, lavar uma fruta.

- Discurso da supressão adequada – e mesmo satisfatória - das necessidades fisiológicas básicas.

- Idéia Central:

Não existe grandes dificuldades em se ir ao banheiro, almoçar e resolver outras necessidades fisiológicas.

Nenhum problema; eu vou no banheiro do banco xis, tenho conta lá e conheço o pessoal; prá comer, como no bar.

Comer, eu como aqui, não tem problema; e banheiro eu vou no metrô.

Prá ir no banheiro e prá almoçar, eu vou no bar – e ainda posso variar o bar.

Não, não, é tranquilo... almoço alguma coisa que eu trago, uso o banheiro da loja...

6. 6 - a organização do trabalho

Neste eixo, solicitou-se aos sujeitos que se ‘descrevesse a *organização do trabalho*’, puxando por aspectos percebidos nas observações ou durante a aplicação dos questionários, procurando, assim, captar suas *representações* a respeito, tanto dos *aspectos organizacionais do trabalho*, de um modo geral — *horário, ritmo, duração da jornada ou controle* -, quanto a identificação destes e outros aspectos relacionados à sua *saúde física ou mental*, em particular, dada a indicação da *presença de conflitos interpessoais, de esgotamento, de fontes de tensões e dos riscos percebidos*.

- aspectos organizacionais:

- o horário

- Discurso do horário de trabalho como um fator positivo.

- Idéia Central:

O horário é bom porque é decidido pelos próprios sujeitos.

Eu gosto porque sou eu mesmo que faz meu horário.

Ah, aqui ninguém manda em mim; sou eu quem decido a hora de chegar, de ir, num escuto bobagem por causa de atrasar cinco, dez minutos, não; é ótimo.

Sempre dá prá dar uma saidinha, fazer alguma coisa por aí, comprar mercadoria, resolver algum problema.

- Discurso do horário de trabalho como um fator negativo.

- Idéia Central:

O horário é um problema porque depende-se da venda aos clientes para ir embora.

Você sempre espera mais um pouco, quer vender mais alguma coisa antes de poder ir embora... e fica até mais do que se fosse num outro serviço.

O cabra tem que chegar sempre cedo, cada vez mais cedo, prá ir embora cada vez mais tarde... mata o dia aqui mesmo.

- Discurso da indiferença ou da indefinição para com o horário de trabalho.

- Idéia Central:

Aqui ou acolá, neste ou naquele, o trabalho sempre exige dispêndio de tempo.

Trabalho é trabalho... é tudo igual, tem que levantar cedo, ficar o dia todo, ir embora de noite.

É mais solto, não tem chefe, mas você tem de estar ali do mesmo jeito que outro trabalho.

Eu vejo como normal; tudo bem, você vem na hora que quer, mas depende de vender prá comer; então você precisa vender... é bom e é ruim.

- o ritmo

- Discurso do ritmo de trabalho como um fator negativo.

- Idéia Central:

O ritmo é um problema porque exige muita atenção e é irregular, causando preocupações.

É desgastante... é muito irregular, e você tá sempre preocupado, num sabe se vai vender ou não.

Você não tem sossego, tem que ficar de olho o tempo todo, em tudo... no movimento, no freguês, nos ladrões de mercadorias.

Num tem um tempo nem hora prá fazer nada direito, tem dia que dá prá comer, tem dia que não...

- Discurso do ritmo de trabalho como um fator positivo.

- Idéia Central:

O ritmo é bom porque é um ritmo desenvolvido de acordo com os próprios sujeitos.

É bom porque você nunca repete a mesma coisa, você senta, levanta; nunca está parado.

Às vezes tem que correr prá atender duas, três pessoas, mas no maior tempo, não.

Eu gosto, dá prá conversar com as pessoas, bater um papo, vê gente... num tem uma rotina que prende.

Eu arejo a cabeça aqui, converso; é tranqüilo o ritmo.

Só de não ter chefe em cima, cobrando produção, cota prá preencher, é ótimo, vale qualquer coisa.

- Discurso da indiferença ou da indefinição para com o ritmo de trabalho.

- Idéia Central:

As vendas dependem do ritmo: quanto mais intenso for este, maiores as chances de melhorarem aquelas.

É puxado, mas é bom, tem que ser mesmo.

O ritmo é até bom, mas pode ser bem melhor, prá pode aumentar o comércio que tá muito fraco, tá todo mundo sem dinheiro.

É bom quando é corrido, mesmo.

- a duração da jornada

- Discurso da jornada de trabalho como um dado negativo.

- Idéia Central:

A jornada de trabalho é muito longa – e não tem fim de semana.

É muito desgastante, você vive em função disso, não dá prá fazer outra coisa, mais nada.

A jornada é muito longa, vai até sábado, muitas vezes, de domingo.

Esse trabalho aqui não tem nem fim de semana, porque no domingo tem que buscar mercadoria no Paraguai, tem que vender em outros lugares.

É muito longa; eu saio daqui exausto, sem um pinga de energia, um dia atrás do outro.

- Discurso da longa jornada de trabalho como um dado positivo.

- Idéia Central:

A duração da jornada é longa, e é isso que faz com que seja boa: quanto mais trabalha, mais ganha.

Quanto mais trabalhar, ganha mais; num tem jeito.

Tem que trabalhar, mesmo; é a vida.

Se você não fizer por você, quem vai fazer?

- Discurso da indiferença para com a duração da jornada de trabalho.

- Idéia Central:

A duração da jornada de trabalho do ambulante não é diferente da dos outros.

Não é nem pequena, nem grande; é normal, né?.

Dura que nem os outros trabalhos, é igual.

Não acho nada de demais. Entra de manhã, sai a noite.

- o controle do trabalho

- Discurso de um satisfatório grau de controle do e no processo de trabalho.

- Idéia Central:

Pode-se exercitar uma dada autonomia e controlar o ambiente e as relações por causa da existência de normas claras de comportamento.

Cada um faz o seu, e boa. Não me meto na dos outros, e ninguém se mete no que é meu.

Você tem que aprender o que pode e o que não pode; aí, tudo bem.

Eu controlo meu horário, minhas amizades, minhas coisas todas.

Ninguém me enche o saco com nada, aqui; eu sou o meu chefe.

- Discurso de um insatisfatório grau de controle em relação ao trabalho.

- Idéia Central:

Não existe autonomia em relação ao trabalho como um todo, mas sim limites, por causa da instabilidade financeira e da informalidade e precariedade da situação.

Controle? Do que? Não temos, nenhum; não se pode planejar nada, não sabe se e quanto vai ganhar no fim do mês.

Não pode comprar no crediário; primeiro porque não sabe se vai estar aqui daqui a um, dois meses, e depois, porque não tem carteira assinada prá mostrar nas lojas.

- Discurso da indefinição a respeito do tema controle do e no processo de trabalho.

- Idéia Central:

Existem coisas que se pode controlar, e coisas que não se podem controlar.

Como todo trabalho, tem coisa ruim, e coisa boa; coisas que, por um lado é bom, todo mundo se olha, se ajuda, mas por outro lado, também é ruim, você não pode aumentar o tamanho da barraca. Não tem rolo; é tranquilo, mas também não sai disso nunca.

- a saúde mental e o trabalho:

- os conflitos interpessoais

- Discurso da inexistência de conflitos interpessoais: a amizade reina absoluta.

- Idéia Central:

Não existe atritos pessoais porque todo mundo é amigo de todo mundo.

Na rua todo mundo é amigo de todo mundo; se puder ajudar, ajuda; se puder atrapalhar, não atrapalha.

Aqui somos que nem uma família.

Na rua não tem disso, não; o pessoal se ajuda muito.

Alguma bronca resolve na hora; mas é difícil acontecer.

- Discurso da existência de conflitos interpessoais.

- Idéia Central:

Existe pontos de atritos com os lojistas, com os transeuntes, com os clientes – e com outros ambulantes.

Ambulante é uma raça muito desunida.

Às vezes, tem, sim: tem dia que você chega e o vizinho aumentou o espaço dele de um dia para outro; pode?

Na rua aparece de tudo – prá comprar, prá vender... você num sabe quem é o cliente, quem é o camelô novo que surgiu, prá montar um ponto de venda do seu lado... é complicado.

- o esgotamento

- Discurso do cansaço em relação à falta de expectativas.

- Idéia Central:

Existe um enorme cansaço físico e mental diante das circunstâncias vividas.

*Cansa muito; tem que fazer conta, prá dar o troco certo.
Esgotado, muito... sem ânimo prá nada... comércio fraco.
Me sinto cansado, muito cansado; não sei o que fazer.
Não tenho coragem de fazer nada... tem que se contentar, porque
tem gente que tá pior ainda... mas você perde a esperança de
acontecer alguma coisa de bom.*

- as tensões

- Discurso inquieto e tenso em função dos efeitos da informalidade e da instabilidade da situação vivida.

- Idéia Central:

Diante de um quadro completamente incerto e obscuro, surge um sentimento de nervoso, difuso, uma sensação de angústia, de ansiedade, num sei, num sei...

*Você pensa, pensa... não vê saída... dá um peso ruim na cabeça.
Ah, dá... nervoso é o que mais dá... é uma coisa ruim, você tem que
desligar da situação, senão acaba tendo um treco. Ninguém tem
dinheiro, o freguês reclama muito, pechincha demais... às vezes
você vende a preço de custo, que tá precisando de dinheiro, fazer o
giro, e o pessoal ainda reclama... dá vontade de nem sei de que.*

Tem hora que é tanta coisa que você acha que vai explodir... o problema não é a pessoa que tá ali... mas dá raiva... ela pechinha, chora, e aí desfaz da mercadoria e de você... ela nem tem culpa, é pobre também, que nem eu, mas dá raiva.

Eu esquento, sim; todo mundo esquento. Não parece, o pessoal brinca, disfarça, mas todo mundo tem medo do dia seguinte; de noite eu penso se no outro dia eu vou chegar e encontrar meu ponto, se vou poder vender minha mercadoria.

Sem rumo fixo, sem dinheiro... (suspiro)... Eu quero mudar, eu procuro, mas de que jeito? Essa situação é terrível, e você não pode fazer nada... A família olha diferente... Você tem valor, acha que tem valor, mas não tem onde, como, com quem, mostrar o que você pode e sabe fazer –e quando você não tem dinheiro, nem o cachorro abana mais o rabo prá você... você se sente outra pessoa; sente que nem uma outra pessoa, mesmo, começa a duvidar de você, acha que não pode... e nem acredita que já foi diferente; até disso você duvida, acha que inventou aquilo, que tava bem, que as coisas eram boas. O que cansa mesmo, não é trabalhar, em si; trabalhar, em si, é bom, você constrói coisas, conhece pessoas, o trabalho é a vida... mas trabalhar em vão, sem que as coisas apareçam... é duro. Você olha e pergunta: cadê o que eu fiz hoje? Ontem? O ano passado?

É muito ruim, incerto ficar assim. De início, você acha até engraçado trabalhar na rua, pode andar prá lá e prá cá, livre... mas aí você fica agoniado, porque você anda prá lá e prá cá, sim, mas nunca chega em lugar nenhum, não tem prá onde ir... demora prá você perceber isso.

É terrível você sair de casa sem saber direito o que vai fazer... sem ter uma rotina definida... à noite eu durmo, pensando aonde dá prá ir no dia seguinte... de manhã você sai porque tem que sair, tem que tentar... mas você já sabe que não vai conseguir nada, não vai sair do lugar... não tem lugar certo para ir, para fazer as coisas... banheiro, lugar de comer, de fazer negócio, assinar um papel, com quem falar, onde conseguir clientes.

Passo muito nervoso, muita preocupação: eu ando a ponto de sair voando; sem dinheiro, as pessoas te tratam de um jeito diferente, falam coisas diferentes do que falavam antes... se você bitola muito, fica louco.

- Discurso da tensão associada ao fato de conviver com situações imprevisíveis e com pessoas desconhecidas.
- Idéia Central:
O ser humano é complicado, não existe parâmetros regulatórios no exercício da ocupação e o contato físico é muito direto.

Tem gente que é fogo, muitas vezes derruba as mercadorias de propósito. É cada uma: o cara pergunta o preço, uma coisa, e aí começa a xingar, falar palavrão... sei lá.

Passo nervoso com os clientes, que reclamam muito do preço, vem trocar coisa que nem comprou aqui, de marca que ninguém vende no bairro.

Eu sei que tem pessoas que não se importam com os camelôs na rua, até gostam, porque compra mais barato... mas isso vale só até a hora que tem uma discussão, meu amigo, aí a simpatia se acaba... até a hora de comprar, o cliente te ajuda, comprando e ganha também, porque compra coisa mais barata, mas na hora de devolver, aí ele vira pessoa de bem e você volta a ser o 'marreteiro'. Às vezes vem uma senhora que ganhou um presente e não quer dizer prá quem deu que não gostou, - pode acontecer, não? Ou então uma pessoa que ia passando no centro, comprou uma mercadoria, e depois acha mais fácil trocar aqui, que é mais perto prá ele, certo? Não pode ser? Pode ser, mas você tem que trocar, prá evitar problemas. Pode fazer o teste, isso também é uma coisa combinada, nesse trecho aqui todo mundo tem que trocar... Mas eu te pergunto: será que a pessoa que comprou não pode ter se enganado de barraca? Será que não tem gente que compra o CD, grava e depois vem trocar por outro? Ou que ouviu a fita cassete no aparelho com pilha fraca e enroscou a fita ? Que não é problema da fita ? Que é ele que não sabe disso ? Mas não, você não pode discutir, tem que trocar, e pronto nessa hora o errado é sempre o camelô, 'por natureza' (sic) ... porque ele é o ilegal, mesmo, é ele quem tá na rua, que vende coisa vagabunda, ele não tem vergonha, mesmo... é muito duro isso, você se mata prá quer ser direito, dar o exemplo pros filhos, e passar por isso.

O problema é que é muito complicado lidar com pessoas, ainda mais se você vende mercadoria simples, pano de prato bordado, pintado... aí que o pessoal pisa, mesmo. Tem gente que pisa mesmo, inclusive na mercadoria... se você vende por R\$ 5,00, ele oferece R\$ 2,00 - não adianta você tirar R\$ 1,00. Não compra nada, desvaloriza o seu trabalho e ainda ele é quem fica ofendido; outra coisa: os outros ambulantes vão esticando a barraca - e sempre o menor quem tem que ir um pouco prá lá... até pros fiscais é mais fácil levar mercadoria pequena, que não quebra ou estraga, porque se o dono depois vai atrás, dá menos rolo até prá eles, além de ser mais fácil de carregar, claro.

- Discurso da inexistência de tensão diante da informalidade e da instabilidade da situação vivida.

- Idéia Central:

Mesmo diante de um quadro completamente incerto e obscuro, o negócio é não se preocupar em demasia.

Eu não esquento muito com isso, não. Adianta se preocupar? Não adianta, né? Então é isso.

Eu não tenho medo, não; se me tirarem daqui, vou prá acolá... já aconteceu antes... fazer o que?

Qualquer coisa, é só tomar umas, e tudo bem! Deixa prá lá.

Olha, eu penso que o que é do hóme, o bicho não come.

- os riscos

- Discurso do medo da violência urbana, em geral.

- Idéia Central:

Na rua você se está muito exposto: risco de atropelamento, acidentes de trânsito, bala perdida e agressões físicas, em geral.

Tenho medo, claro; como eu disse: já fui atropelado em cima da calçada, bem aqui onde nós estamos conversando!

O que eu tenho muito medo é de bala perdida... nem é que tem, muita, mas o ambulante é o primeiro, não tem onde se esconder, né? Tá ali na rua...

Antes não ligava tanto, mas agora, com a nenê, fico preocupado, de faltar.

Tem risco de atropelamento, de acidente... há um tempo atrás, um ônibus subiu na calçada e pegou uma senhora e imprensou ela bem ali. Olha a placa do CET aí: "cuidado – local de alto risco de atropelamento."

Tenho medo da violência em geral; já fui assaltado aqui no carrinho duas vezes, porque sou um dos últimos a ir embora; eu espero o pessoal da escola aí em frente entrar, e também tenho que esperar acabar a zona azul prá poder encostar a perua.

Sempre que tem confusão, sobra pro camelô, é o primeiro a se ferrar... Tem muita violência em São Paulo.

É o trânsito, você tem que atravessar a rua toda hora, o pessoal anda a 100 km por hora, tá vendo o sinal fechar e acelera.

- Discurso da tensão e do nervoso sofrido como problema de saúde.

- Idéia Central:

O nervoso e o esgotamento existente na atividade é prejudicial à saúde.

É o nervoso o problema, faz muito mal. Com esta crise e esse negócio dos camelódromos, já saindo no Diário Oficial... ainda mais com a desunião dos camelôs. Veja o senhor que aqui todos deveriam ter uma mesma postura aqui, por exemplo, com os fiscais, mas não: um dá X, o outro quer dar Y, outro não quer dar nada, porque aí acostuma, outro quer pagar com o TPU suspenso, vencido, como autônomo... fica difícil, tinha que ter uma mesma ação. Eu vou te dar um exemplo do que andou acontecendo aqui, prá ver como é: aqui teve até gente metido em rolo com a polícia! É, porque a polícia sabe que tem gente que recebe mercadoria

estranha... de tudo que é tipo: anel, colar, fita de vídeo com carimbo da locadora, rolex... tudo que você pode imaginar... até revolver andaram vendendo aqui! Pois bem: esta foi uma das nossas maiores brigas aqui: convencer o pessoal a não se meter com isso. Hoje tá proibido: ninguém mais recebe mercadoria de fora aqui. Não pode! Aqui é um lugar de tra-ba-lho! Tem que entender isso! Se quiser mesmo sair fora do vagabundo, é fácil, não precisa ficar com medo, nem arrumar confusão: é só perguntar pro cara se ele tem nota fiscal, que você tá precisando, que os fiscais estão em cima, e que você não pode vender essa mercadoria aqui... é só você pedir nota que eles não insistem e vão embora. Mas não, tinha gente que aceitava e aí danava tudo: cinco minutos depois aparecia a polícia, e o sujeito ainda ali, com a mercadoria... às vezes era até armação mesmo – porque tem vagabundo aqui, claro que tem vagabundo aqui - tem demais até - mas é que era o sujeito ficar com a mercadoria que, cinco, dez minutos depois a polícia tava em cima... se fosse alguém que tivesse sido roubado de verdade, eles iam agir tão rápido assim? E iam direto no cara certo, que interceptou a mercadoria? Claro que não! Agora, é por isso que todo mundo tem que combinar de não fazer, porque se o 'camelô ruim' (sic) insistir em fazer rolo com muambeiro, aí fica fácil pôr o cara prá fora, chamar a polícia e entregar ele - já aconteceu aqui, tivemos que fazer. Mas é assim que você ganha o respeito da polícia e de todo mundo, que vê que aqui é um lugar de respeito. Mas foi uma briga danada prá estar resolvido este tipo de coisa, agora o pessoal entendeu bem, pode ver, tá tudo certinho hoje!

Nesse trabalho a gente passa muito nervoso, por conta de problemas com clientes, que dependendo do dia, além de não vender nada, só tomo chapéu, é in-crí-vel (sic): chega a mulher gritando, com um carrinho caro, de controle remoto na mão, e diz '- eu comprei isso aqui e num funciona' - e você troca; quando você chega no Paraguai para devolver, o vendedor diz: escuta, esse número aqui não fui eu que te vendi, não - e mostra os números dos carrinhos que ele te vendeu. E o prejuízo é meu. Tem gente que é muito cara de pau, você não acredita: o sujeito vem com a pilha velha e diz que é nova, que comprou de você! O cara vem todo sério, de paletó e gravata, e quer trocar a mercadoria, às vezes é uma marca de fita de vídeo que eu nem trabalho, nunca trabalhei! E ainda levanta a voz! O sangue sobe, e você não sabe se a pessoa tá confundindo a barraca, ou se é cara de pau, mesmo - e então você

troca a mercadoria prá evitar confusão. E você sabe, o camelô é mal visto; se você der um espirro mais alto, todo mundo pára para olhar, começa a perguntar o que aconteceu... aliás, perguntar prá que, se todo mundo já sabe a resposta? Se você vê eu e um cara de terno discutindo, quem que tá errado e quem tá certo?

O principal problema prá saúde de se trabalhar aqui é o desgaste emocional, disparado. Eu passo muito nervoso, muito... às vezes é com o cliente, que reclama muito, alguns maltratam, até ofendem, mesmo, sei lá.

Saio daqui esgotada, já tive crise de stress, é muito tempo que você senta, levanta, e tá sempre de olho na mercadoria... ainda bem que o pessoal ajuda a olhar, porque senão já tinham me levado muito mais coisa, eu sou meio tonta, porque tem muitos ladrões aqui.

Tem de todo tipo: tens uns que atacam o cliente quando vai comprar e aí o pessoal das barracas não deixa, sai briga; outros roubam na rua, das pessoas que vem com mais pressa, mais os idosos; e tem outros que roubam as próprias barracas - e aí dá muita dó quando eles pegam o ladrão, porque o pessoal daqui se olha muito, o tempo todo, você não sabe, mas tem gente olhando o tempo todo, e quando eles pegam um ladrão de barraca... eu não gosto nem de ver, fico muito mal, é feio de ver e não durmo de noite, de lembrar.

O pessoal das barracas sabe que, se os ladrões não mexem, você não pode engrossar: tem que falar firme, explicar prá eles irem embora, mas bater, não! É fria! E chamar a polícia, então, não pode, mesmo, porque se o ladrão não for pego em flagrante, não vai preso, e depois eles voltam, ou te segue e pega fora daqui. Mas só voltam prá te pegar se você chamar a polícia ou se meter quando eles 'tão na função' (sic). Mas quando eles sabem que estão errados, que quiseram roubar um cliente ou o barraqueiro e o barraqueiro revida, aí tudo bem, porque ele tá defendendo o dele... mas daí ao cara se meter na vida deles, é outra história, não pode, não, é de lei! A gente tenta avisar as pessoas prá tomarem cuidado, os barraqueiros tão sempre pondo eles prá fora do pedaço, mas é complicado, às vezes eles também estão em bando, espalhados, você nunca sabe direito quem é quem.

- Discurso dos riscos de prejuízos à saúde por conta da exposição direta ao meio ambiente.

- Idéia Central:

A exposição direta à poluição e às intempéries climáticas trazem riscos de gripes, rinites e leptospirose.

*O problema de saúde que dá é esse que eu falei da garganta, né?
Os olhos que ardem, a tosse que ataca.
Tem muita enchente, e esse monte de lixo boiando na rua traz
doenças de rato; isso eu considero perigoso.*

- Discurso da possibilidade de incêndios como um risco à vida.

- Idéia Central:

O problema é que as instalações elétricas são clandestinas – e já houve vários inícios de incêndios.

*Esse negócio da energia aqui é um perigo, porque um vai puxando
luz do outro, que puxou do outro... só na minha barraca já contei
sete curtos-circuitos, além de vários inícios de incêndios no pedaço;
não sei como ainda não teve nenhum grande incêndio, aqui, as
mercadorias todas de pano, de couro, de plástico... é um perigo!*

- Discurso da indiferença aos riscos do trabalho na rua.

- Idéia Central:

Em todo trabalho existem perigos e prejuízos à saúde.

*Aqui é tranquilo, num tem nenhum problema, não.
O perigo é igual ao de outras coisas, todo trabalho tem chance de
machucar.
É normal. Eu trabalhava num bar, e era pior, me cortava, tinha briga
quase todo dia.
Tem os normais da rua, mas já passei por várias, não tem problema.*

6.7- as vantagens e desvantagens

Introduziu-se uma pergunta no roteiro de entrevistas que solicitava, de modo direto, que se indicasse as *principais vantagens* e, em seguida, as *principais desvantagens* de se trabalhar como vendedor ambulante. Mais do que qualquer tipo de pressuposição, ainda por cima valorativas, de que houvesse necessariamente “*vantagens*” e “*desvantagens*” nessa ocupação, a idéia era exclusivamente a de buscar um posicionamento mais claro do sujeito em relação aos traços mais marcantes de sua atividade, e, além disso, que tipo de aspectos “*positivos ou negativos*” pudessem ser indicados, de modo que a questão servisse ainda de *pergunta controle* das demais.

Assim, segundo o modelo de organização adotado, temos os seguintes discursos:

- as vantagens

• Discurso da obtenção de alguma fonte de trabalho e renda.

- Idéia Central:

Com a crise e o desemprego é melhor ter esse emprego do que não ter nenhum – afinal, é melhor ganhar pouco do que não ganhar nada.

*É, com tanta gente na rua, é bom ter alguma coisa prá fazer.
Trabalho é trabalho... tanto faz... aqui, em outro lugar... o que não pode é ficar parado, não, ficar sem trabalhar.
Bem ou mal é onde sobrevivo.*

A gente vem e ganha algum... num pode é ficar em casa, esperando cair do céu.

É sempre um trabalho que você tira seu sustento... e é melhor pingar do que secar, né?

Aqui é bom porque dá prá trabalhar.

Eu me aposentei, mas o dinheiro é muito pouco.

- Discurso comparativo da renda auferida no trabalho ambulante.

- Idéia Central:

Em relação aos salários possíveis de serem obtidos no setor formal, os valores ganhos como ambulantes não são ruins.

Pelo que você vê o pessoal ganhar por aí, aqui até que é bom.

Eu já fiz outras coisas, mas o salário aqui é melhor.

Emprego é difícil, e o salário é sempre ruim, não dá prá nada... aqui até que você se vira bem.

Dá prá tirar até uns seiscentos, setecentos paus... tá bom.

Em obra você até ganha mais ou menos, dá até uns R\$ 35,00 por semana, limpo, mas é muito mais duro... e também não é sempre que tem serviço, não.

Ah, eu ganho muito bem na rua: dá prá tirar mais de vinte salários-mínimos, graças a deus.

Numa fábrica ganho quanto? R\$ 300 ? R\$ 400 ? Não paga nem meu aluguel!

Eu ganho mais aqui do que na maior parte do tempo em que eu tinha loja.

- Discurso da propriedade do negócio.

- Idéia Central:

É bom ser dono do seu próprio empreendimento.

Eu gosto porque não tem chefe, ninguém manda em mim.

*Não tem coisa melhor do que você ser dono do seu próprio nariz.
Ter seu negócio é ótimo, você faz o que quer e pronto.
Você trabalha mais, tudo bem, mas pelo menos é seu, é prá você
que você faz, não é pros outros ganharem em cima.*

- Discurso comparativo do trabalho na rua como uma ocupação aprazível em relação a outras.

- Idéia Central:

Trabalhar na rua faz o tempo passar rápido, não tem chefe e se faz amigos.

Olha, uma coisa que você estranha, no bom sentido, é que na rua o tempo passa muito depressa; já trancado num escritório, não.

Na rua é bom porque você pode ficar na sua, você só conversa se quer, com quem você quer, ninguém pega no seu pé, fica chamando sua atenção.

O fato de conhecer todo mundo, saber lidar com as situações, é uma coisa boa, que eu valorizo muito.

Você trabalha muito porque tem que trabalhar, mas não tem ninguém te cobrando diretamente.

É bom porque você pode se movimentar, andar daqui prá ali, não fica preso, não tem chefe, não tem horário... depois de tantos anos!

É divertido. Não se aproveita nada do que é dito, mas é muito engraçado, o pessoal é sempre brincalhão, bem-humorado, faz piada o tempo todo.

- Discurso das vantagens comparativas do negócio no setor informal.

- Idéia Central:

Em relação aos aspectos institucionais-legais do setor formal, é melhor ter um negócio no setor informal.

Bem ou mal, é melhor trabalhar na rua, que pelo menos tem menos papelada.

Eu acho que é melhor do que micro-empresário; pelo menos não tem tanta dor de cabeça.

Você não tem tanto fiscal em cima toda hora, isso é bom.

- Discurso da inexistência de vantagens em se trabalhar na rua.

- Idéia Central:

Não existe nenhuma vantagem no trabalho de ambulante.

Não tem vantagem, não. Nenhuma. Não quero ser mal agradecido, mas é muito ruim .

Se falar que tem alguma coisa boa é só prá não provocar Deus, prá não piorar mais ainda as coisas... mas não tem nada bom.

Vantagem? Você tá brincando, né?

- Discurso do trabalho como higiene mental.

- Idéia Central:

Para alguém desempregado ou aposentado, ficar em casa 'minhocando' faz mal à saúde mental.

Você vem só prá distrair a cabeça... prá não acabar de ficar louco, em casa, serve... você conversa com outras pessoas, você que tem outros em situação igual, muitos até pior... só prá isso, mesmo.

Todo mundo se conhece, você areja a cabeça... aposentada, eu ia ficar mofando em casa... aqui, não, eu vejo gente prá lá e prá cá, o dia inteiro.

- as desvantagens

- Discurso da desorganização do espaço e do alto grau de risco e de exposição pessoal.

- Idéia Central:

Na rua sempre tem '*alguma coisa*': muita bagunça e violência.

Aparece todo tipo de gente... os outros, ainda, se o cara compra e não paga, dá prá tomar de volta; e se você vende sanduíche, que nem eu? Faz o que ?

Aqui na rua você está sujeito a tudo.

Se tem assalto, tiro, quem tá na rua é o primeiro a levar bala perdida, não tem prá onde esconder, correr, abaixar não adianta.

Sempre tem atropelamento aqui.

Ah, o maior medo aqui é o trânsito, são as batidas de carro no cruzamento; sempre sobe carro nas calçadas, é muito comum; os ônibus, também; é terrível.

O maior problema é a violência, furtos de mercadoria das barracas e do pessoal que passa.

Às vezes dá medo, aparece uns caras estranhos, montam um ponto, falam que estão começando hoje... nunca se sabe quem é quem.

Tem muito rolo... por exemplo, se aparece aqueles sujeitos que jogam tampinha, quem tá perto se prepara que vai ter confusão.

- Discurso da exposição às intempéries climáticas e ambientais.

- Idéia Central:

Estar sujeito aos agentes químico-físicos da natureza incomoda, pode trazer doenças e até prejuízos financeiros.

Ficar no tempo é ruim, faz chuva, sol, vento.

É muito mal, tem muita poluição e fumaça por causa dos ônibus e do terminal, além do barulho da barraca de CD.

Se é sol, é muito quente, quando é frio, é frio... não tem jeito.

Uma desvantagem que eu vejo são as enchentes, as enxurradas que descem trazendo tudo lá de cima, lixo, sujeira.

Além do normal da rua, fumaça, tudo, tem as águas da chuva, o lixo e a sujeirada que vem lá de cima, com qualquer chuvinha, isso aqui vira um rio, e não tem prá onde correr, fica tudo cheio, perde as mercadorias.

- Discurso da instabilidade financeira.

- Idéia Central:

Ao lado da crise econômica, o problema é que não é possível prever ou contar com uma renda regular.

Você ganha pouco hoje, e não pode reclamar, porque amanhã pode ganhar menos ainda – e eu acho que vai, mesmo.

Não dá prá prever nada... não tô vendendo nada.

É ruim porque não dá prá comprar nada nas lojas, porque não dá prá sabe se vai poder pagar ou não.

Com essa falta de dinheiro geral, a economia não está circulando...

Cada vez mais você vende menos, sua margem cai e você paga menos para um funcionário - que vai ter pouco dinheiro para comprar outras coisas. Isso não é mercado, porque se você pode tirar do seu lucro, você tira - senão quebra, e pronto. Aqui embaixo, no dia a dia

da maioria do Brasil é assim: quem podia tirar gordura, tirou - já quem poderia tirar, não precisa, é o caso dos bancos, dos produtos

prá rico, hotel com cabeleireiro prá gato e cachorro... vê se eles abaixam as tarifas, o preço deles... que nada! Como você é obrigado

a ter conta no banco, prá receber salário, pagar conta de luz, então eles aumentam as tarifas, cobram tudo e pronto... vê se o governo, a

Globo falam que os bancos tem que 'reduzir margens de lucro, lutar contra os aumentos e a inflação!' Nunca vi! A renda só vai

concentrando cada vez mais, lá em cima!

Se as coisas vão bem, se você tem uma base, um respaldo, aí vale a pena você ter um negócio, mas nessa crise, não: todo mundo pensa em ter um negócio próprio; eu, que sempre tive um, depois de adulto, acho agora que a melhor coisa é ter um emprego fixo.

- Discurso do desamparo do trabalho informal.

- Idéia Central:

É muito ruim trabalhar como ambulante porque não existe nenhuma proteção assistencial, jurídico ou social.

O cabra não tem onde se amparar, se não vender, se ficar doente, não come.

Não ter carteira assinada é fogo... agora, não, mas um dia vai fazer falta, mais frente.

O grande mal é esse abandono que a gente vive... de tudo: da Prefeitura, uns dos outros... até a polícia não vem quando você chama... porque prá polícia nós somos um problema, o problema, aliás.

Trabalhando na rua você fica dependendo o tempo todo: da chuva, do sol, do feriado, da crise, do cliente... é muito ruim. Eu gostaria muito de voltar a trabalhar registrada, com convênio, vale-transporte... mas estão pagando muito pouco.

- Discurso da informalidade na informalidade.

- Idéia Central:

O problema não está exatamente em ser camelô, mas sim se se vai poder continuar a sê-lo ou não, pois não há regulação pública e base legal em vigor - e os Termos de Permissão de Uso – TPU estão todos suspensos.

Você está aqui hoje, mas não sabe amanhã, O tempo vai passando e a Prefeitura não resolve nada. Eu tinha o TPU, mas e agora ? Como vai ser?

Ninguém sabe nada, quantos ficam, quantos vão, quem fica, quem vai.

Podem te tirar de um dia pro outro, mudar a lei, não tem semana que não sai boato que vão levar todo mundo, que tem que se inscrever pros camelódromos, que no outro dia vamos chegar aqui e vai estar cheio de polícia que não vai deixar montar as barracas.

Não dá prá trabalhar direito, prá investir, comprar uma barraca melhor, sem saber o que vai acontecer amanhã... não é possível.

- Discurso do sofrimento mental.

- Idéia Central:

Os ambulantes sofrem muita tensão emocional por causa da crise financeira, da instabilidade na permanência no local e das relações e conflitos do local.

A gente passa muito nervoso aqui, é problema com cliente, com a situação econômica... às vezes eu perco a coragem, nem sei como que eu chego até aqui.

Você tem que ficar esperto o tempo todo, não pode distrair nada, e aí não tem como não ficar nervoso, com as coisas que acontecem.

Um problema grande que eu acho é que tá todo mundo preocupado demais, se vende, ou não, se fica aqui, ou não.

Ah, num pode esquentar, porque se não... veja o caso do 'fulano' tava bom, tantos anos, e agora tá doidinho, doidinho, correndo pelado por aí, pelo banco xis (obs.: ambulante local cujas crises são confirmadas).

A principal desvantagem de se trabalhar aqui é o desgaste emocional, disparado. Eu passo muito nervoso... às vezes é com o cliente, que reclama muito, alguns maltratam, até ofendem, mesmo, sei lá. Também é muito ruim isso que eu falei dos ladrões; se eles roubam alguém dá raiva, porque é sempre gente idosa, simples; mas se o pessoal das barracas pega, também é ruim, porque eles batem

prá valer, prá machucar mesmo... eu passo mal de ver, me estraga o dia.

Outra coisa é esse pessoal pobre, ou de rua, mesmo, mulher, meninos... eles sempre pedem alguma coisa; você vê que é gente séria, em dificuldades, e você não pode dar, porque se você dá prá um, dali a pouco vem o irmão, a irmã, a amiga... um conta pro outro... eu às vezes dou um chinelo, um gorro, mas também não posso dar mercadoria prá todo mundo, o comércio tá muito fraco e eu não tenho condições, além de serem do meu irmão.

- Discurso da inexistência de desvantagens em se trabalhar como ambulante.

- Idéia Central:

O trabalho de ambulante não é pior em relação a outros tipos de ocupação.

Não tem desvantagem nenhuma... é trabalho, né, é trabalho, o importante é isso.

Trabalho é tudo igual, é esse, é aquele; é igual, como outro; se fosse bom não se chamava trabalho.

Eu gosto da rua; não tem problema nenhum não, é normal.

6.8 - fora o/do trabalho

Esta pergunta procurou esmiuçar um pouco mais o eixo das 'atividades outras' desenvolvidas fora do âmbito da atividade de ambulante; sendo assim, poderia ela, a penúltima da seqüência, permitir repassar ou retomar algum aspecto relativo à *participação social, lazer*, ou alguma outra forma de dispêndio do tempo quando não está no local de trabalho.

- Discurso da extensão do trabalho ambulante para fora da rua – e outras ruas.

- Idéia Central:

Quando não se está trabalhando como camelô, se está trabalhando como camelô – ou preparando-se para continuar a labuta no dia seguinte... como camelô.

De domingo eu sempre vou prá um campo de futebol, estação, vender alguma coisa... tem menos gente na rua vendendo; é melhor! De fim de semana eu sempre vou prum parquinho, quermesse... sempre tem alguma coisa, em outro bairro, outra cidade.

Eu vou pro Paraguai, semana sim, semana não, buscar mercadorias. É mais barato e mais seguro você mesmo fazer prá você, não deixar pros outros, não.

Vou pro Paraguai buscar mercadoria melhor, que eu só posso vender sob encomenda, aqui na rua não posso, não.

- Discurso do outro tipo de trabalho – informal - diferente do de ambulante.

- Idéia Central:

Quando não se está trabalhando de ambulante, se está trabalhando informalmente de outra coisa.

Eu, quando não estou trabalhando, estou trabalhando. Tem sempre algum biquinho prá fazer, um muro prá levantar, um piso prá fazer.

Eu mexo também com encanamento, parte de hidráulica, que eu aprendi bem.

Minha folga aqui é ajudar minha esposa na granja dela.

Eu faço carreto com um cunhado, mudança.

Tô preparando um outro negócio, de produto natural, uma horta com um conhecido, no sítio dele; é negócio e lazer, ao mesmo tempo.

- Discurso da ausência de lazer.

- Idéia Central:

A vida é de casa pro trabalho, e do trabalho prá casa.

Não faço nada; costume fico em casa.

Vou direto prá casa, cuido do meu neto, que sempre ficou comigo, desde ele nasceu.

Vejo televisão, qualquer besteirada que tem.

Não sou de parar em boteco pelo caminho, não.

Arrumo a casa, que sempre acumula serviço.

Tem roupa prá lavar, cuidar da casa... essas coisas.

- Discurso do lazer possível.

- Idéia Central:

Sempre que há condições, se faz alguma atividade física, ou intelectual, enfim, procura-se se distrair.

Eu gosto de cuidar de planta.

Quando dá, vou com os menino no estádio, ver jogo, mas cada vez menos, por causa das brigas.

É bom andar, eu ando muito, gosto de voltar a pé, quando não saio tarde daqui.

Eu gosto de jogar bola; quando dá, eu vou.

Eu sempre gostei de andar de bicicleta, mas aqui é difícil, tem muito trânsito, então sempre que eu posso eu vou de domingo, na rua de lazer.

6.9 - as expectativas

Esta última pergunta, em que se solicitava *um ‘comentário sobre as expectativas futuras - temores, anseios ou desejos’*, traduzida usualmente como: *‘fale um pouquinho sobre o que você tem medo/gostaria que acontecesse’*, deixando em aberto; ou: *‘o que que dá prá esperar agora das coisas?’*; ou ainda por: *‘como vai ser daqui prá frente?’* procurava captar algumas pistas sobre o posicionamento do sujeito diante do mundo e da própria vida, na interseção tanto de aspectos conjunturais, quanto àqueles básicos, constitutivos de si, possibilitando, assim uma síntese de aspectos do trabalho e pessoais, na confluência da própria vida.

- Discurso da falta de expectativas e da manutenção da atual situação pessoal.

- Idéia Central:

Não tem sido possível prever, planejar ou programar nada para o futuro – e então mantendo-se as coisas como estão, sem piorar mais, já está bom.

Daqui prá frente? ... Não sei... num esquento com isso.

Não tenho medo de nada, não; é ir levando... se me tirarem daqui, vou prá outro lugar... já rodei tudo por aí, e a gente sempre dá um jeito... não me preocupo, não.

Tendo saúde, qualquer coisa a gente faz.

Minha única expectativa é a de que as coisas não piorem ainda mais; se acontecer isso, já está bom demais.

Nenhuma. Não dá para você ter expectativas; você não pode - e nem deve - ter expectativas; assim, você também não tem medo de nada, vai levando e ponto.

Eu espero conseguir uma barraca maior, de aço, num ponto melhor - se não der, quero ficar aqui mesmo.

Tudo que eu quero é poder ficar aqui, manter tudo que eu investi aqui.

- Discurso da expectativa transferida e centrada na família.
- Idéia Central:
Como provedor, deseja-se fazer o máximo e o melhor possível – para a mulher e os filhos.

Ter saúde para acabar de criar os filhos, estudar eles.

É, não tenho muita ambição, não; dando prá não deixar faltar o mínimo em casa, tá bom... eu não tenho muito luxo, não.

Eu já consegui uma casa, que era minha maior preocupação, se eu faltasse prá família.

Acabar de criar os filhos; é a única coisa que eu peço para Deus.

Meu maior medo, meu único medo, é sair daqui, sem um lugar certo prá ir... de resto, continuar com saúde e acabar de criar e de estudar meus filhos, prá não ficar que nem o pai. Para mim, já estaria bom demais.

- Discurso da retomada do negócio próprio anterior no setor formal.

- Idéia Central:
Se e quando for possível, deseja-se voltar ao ramo que se viu obrigado a deixar.

Se der, quero voltar a montar um negócio de venda de autopeças, eu conheço bem o ramo... mas agora vem tudo pronto de fora... não sei, se a coisa melhorar e a economia voltar a crescer.

Às vezes eu penso em voltar ao comércio... acho muito difícil, mas eu queria, sim.

- Discurso das expectativas de crescimento pessoal e profissional

– independentemente de setor ou lugar.

- **Idéia Central:**

Existe muitos planos e coisas prá se fazer: arranjar um bom emprego, voltar a se encontrar com a família, ter mais tempo livre, sair de São Paulo...

Não tenho medo de nada; já caí e me recuperei muitas vezes e ponho tudo na mão de Deus. Não me preocupo com a questão dos rins, porque quem morre na véspera é peru. Espero ainda trabalhar muito no novo empreendimento, não dá prá ficar esperando as coisas caírem do céu, nem ficar reclamando, tem que se antecipar e ir fazendo.

Meu principal desejo é a realização pessoal e profissional... bem, casar, eu não quero, eu vejo minhas irmãs... filhos, marido mandão... isso não quero, não.

Quero voltar a trabalhar como arquiteta, se possível na área de projetos gráficos computacionais, que eu gosto, fiz vários cursos. Eu queria também comprar uma chácara, esse é o meu sonho. E também queria muito voltar prá Recife, mas lá não tem emprego, você ganha muito pouco.

Lá em Pernambuco a gente morava em bairro, sempre plantou alguma coisa, eu gosto disso, faz bem... e aí, se eu não volto, posso trazer minha mãe prá cá, porque somos muito ligadas, falamos muito por telefone. E aqui é fundamental você poder sair um pouco... eu passo o tempo todo com medo, já entrou ladrão em casa, já roubaram o ônibus no caminho, vindo prá cá, aqui é essa bagunça de gente prá lá e prá cá. Todo mundo que você conversa tem uma, duas, três histórias prá contar, de violência... aqui você não descansa nunca, tem que estar atento o tempo todo, com medo; é ladrão, bêbado, atropelamento, trombada de carro... eu já fiquei uns bons tempos no interior procurando emprego, em Ribeirão Preto, Barretos, Catanduva, São José do Rio Preto... lá é bem melhor.

Quero sair de São Paulo; se não der prá voltar pro Norte, que não tem emprego, vou pro interior... dizem que no interior é bom.

6.10 – quadro sinóptico

A fim de melhor visualizar a disposição do material organizado, apresentar-se-á, de forma sinóptica, os *discursos dos sujeitos coletivos* e as respectivas *idéias centrais* que os suportam, seguindo a estratégia elaborada por LÉFEVRE e LÉFEVRE, 1999:

- o início

Falta de Alternativas No Formal	Informal é Normal na Vida Toda	Maiores Chances no Informal	Má Qualidade do Formal	Problema de Saúde Determinou	Micro Empresário e a Crise	Micro Empresário E a Lei
Não Há Emprego Inclusive Pela Idade	O Trabalho Pgresso É Precário Ou Na Rua	O Trabalho Como Ambulante É Melhor	O Trabalho Informal Não é Pior Que o Formal	Doença Própria ou de Familiar Empurrou	Choques e Planos Levaram à Falência	Cipoal Regulador E Impostos Sufocam

- as relações: o grupo

Grande Família	Boa Convivência
Todo Mundo é Amigo e se Ajuda.	Cada Um na Sua e Todos na Nossa.

- as relações: a organização

Necessidade Externa	Necessidade Interna	Não Participação
É Muito Complexo Para Resolverem por Eles Mesmos	É Complexo Mas Devem Participar da Regulação	É Complexo, Envolve Muita Gente e Não Adianta Nada

- as relações: a participação social

Não Participação Social	Isolamento e Particularismo
É Complexo, Cansativo, Envolve Muita Gente -e no Fim Não Adianta Nada Mesmo	Cada um Tem Sua Vida prá Cuidar; -É Melhor Não se Envolver

- as relações: o plano institucional

A Ordem Legalista	A Inação da Prefeitura	Desorganização Geral
Mesmo com os TPUs Suspendos, Paga-se Taxas Para Evitar Problemas	O Executivo Municipal Não Soluciona a Questão dos Ambulantes	Não é uma Questão Legal dos Ambulantes: “Isto Aqui Virou Brasil!”

- as relações: a vizinhança

A Relação Com os Lojistas e Adjacências é Ambígua
Há Quem Goste e Quem Não da Presença dos Ambulantes (e Há Quem Não Sabe)

- a saúde: a concepção

Metafísico: a Saúde é a Maior Riqueza	A Saúde e a Doença São Eventos Naturais	Orgulhoso: Não Se Fica Doente	É Impossível Ficar Doente no Brasil
O Determinismo Rege a Vida	São Coisas da Vida: Não Há Como Evitar	A Origem, a Moral e a Crença Protegem	Dada a Pobreza e o Desamparo Social

- a saúde: a queixa

Sintomas Sem Ida a Serviços de Saúde	Sintomas Associados a Possíveis Causas
Alguma Dor é Normal – e o Acesso é Difícil	Já se Conhece as Dores e Doenças

- a saúde: o problema

Só Existe com Ida ao Médico	Problema é Sinônimo de Não Ir Trabalhar	Problema é Continuar Tendo Problemas	Determinante do Trabalho Informal
Não Existe Doença Se Não se Foi ao Médico	Não Existe Doença Se Não se Ficar Impedido em Casa	Doença é Pontual e Externa: Nada a Fazer Antes nem Depois	A Doença Própria ou de Familiar Impede Trabalho Formal

- a saúde: o atendimento

Não Atendimento Na Rede Privada	O Atendimento na Rede Privada	Não Atendimento Na Rede Pública	O Atendimento Na Rede Pública
Desconhece-se as Cláusulas e Carências dos Planos de Saúde	Consultas e Cirurgias Simples são Feitas com Médicos Conhecidos	Sempre Tem Filas, Tudo Demora Muito e o Horário é Ruim	Urgência, Emergência e Ato Complexo Recaem Todos Aqui

- a saúde: o remédio

Uso Prescrito Pelo Médico	Uso Sem Prescrição Médica	Uso Sem Prescrição Médica	A Presença da Bebida Alcoólica	A Presença da Religião
Há Necessidade E Há Prescrição Médica.	Não Há Orientação ou Mesmo a Descrição do Motivo	Não Há Orientação Ou Reconhecimento Do Hábito de Usar	Dado o Quadro Toma-se 'Umas Par Delas'	Dado o Quadro Reza-se Pelo Nosso Senhor

- o ambiente de trabalho: a poluição

Indiferença em Relação à Poluição	Poluição Como um Problema de Saúde
A Poluição e Emissão de Gases dos	A Exposição Direta Causa Incômodos

Veículos é Coisa Normal, Natural.	e Doenças Respiratórias
-----------------------------------	-------------------------

- o ambiente de trabalho: o ruído

Indiferença ou Indefinição ao Ruído	O Ruído Como um Problema
O Ruído Não Incomoda – e Pode Ser Até Mesmo Bom se Prá Ficar Atento	Causa Incômodos e Atrapalha a Concentração

- o ambiente de trabalho: a poluição e o ruído

A Poluição e o Ruído Como um Problema – Para os Outros
Existe Reclamações de Incômodos – Mas Não da Minha Parte

- o ambiente de trabalho: a temperatura

Indiferença às Intempéries Climáticas – e É Até Legal o Contato com a Natureza	A Exposição às Intempéries Como um Problema
O Ruído Não Incomoda – e Pode Ser Até Mesmo Bom se Prá Ficar Atento	É Ruim Ficar Exposto ao Sol, ao Frio, à Chuva – e às Enchentes

- o ambiente de trabalho: o espaço de locomoção

Positivo: Não Existe Fronteiras Entre A Barraca – seu Dono - e o Mundo	Negativo: Existe Limites – Ainda que Tênuas – e Fica-se Espremido
O Espaço é Bom Porque Pode-se Circular Sem Restrições	Da Perspectiva Interna, o Espaço é Apertado, Esbarra-se nos Outros

- o ambiente de trabalho: a postura de trabalho

É Boa, Pois Pode-se Locomover Para Lá e Para Cá, à Vontade	A Postura de Trabalho Como um Problema de Saúde
Neste Trabalho os Movimentos	A Movimentação e Principalmente

São Variados e Não Repetitivos	as Posições Causam Dores No Corpo
--------------------------------	-----------------------------------

- o ambiente de trabalho: o número de pessoas

Bom Quando Há um Número Alto de Pessoas	Ruim Porque Há Um Número Alto de Pessoas	Ambíguo: Não se Sabe Se Isto é Bom ou Ruim
Muita Gente na Rua Significa Compradores e Maiores Vendas	Muita Gente Significa Excesso de Vendedores Bagunça e Confusão	Excesso é Ruim, Porque Atrapalha – Mas é Bom Pois Aumentam as Vendas

- o ambiente de trabalho: condições fisiológicas básicas

A Supressão das Necessidades Básicas é Muito Dificultosa	A Supressão das Necessidades Básicas é Adequada – e Mesmo Satisfatória
É Ruim Ir ao Banheiro, Lavar as Mãos ou Almoçar – Principalmente para as Mulheres	Não Existe Grandes Dificuldades Para Tal – e Ainda Pode-se Variar os Locais de Almoço, por exemplo.

- a organização do trabalho: o horário

O Horário é Bom	O Horário é Ruim	O Horário é Indiferente
Porque é Feito Pelos Próprios Ambulantes	Porque Depende-se das Vendas Para Ir Embora	Neste ou Naquele, Trabalho Exige a Presença e Tempo

- a organização do trabalho: o ritmo

O Ritmo é Bom	O Ritmo é Ruim	Ritmo: Indefinido/Indiferente
Porque é Desenvolvido Segundo os Próprios Ambulantes	Porque Exige Muita Atenção e é Irregular Causando Preocupações	As Vendas Dependem do Ritmo –Mais Intenso, Maiores Chances de Vender

- a organização do trabalho: a duração da jornada

A Longa Jornada é Boa	A Jornada é Ruim	A Jornada é Indiferente
Porque Quanto Mais	Porque é Muito Longa e Não	A Duração da Jornada de

Longa, Mais Se Pode Vender e Ganhar	Tem Fim de Semana Causando Preocupações	Trabalho do Ambulante Não é Diferente da de Outros
-------------------------------------	---	--

- a organização do trabalho: o controle do trabalho

O Controle é Satisfatório	O Controle é Insatisfatório	Indefinido Grau de Controle
Conhecendo as Regras, Há uma Certo Controle e uma Certa Autonomia	Por Causa da Situação Instável, Precariedade e Ganho Muito Irregular	Existem Coisas Que Se Pode Controlar, Outras Não

- a organização do trabalho: os conflitos interpessoais

Inexistem Conflitos Nas Relações Interpessoais	Existem Conflitos Nas Relações Interpessoais
Não Existe Nenhum Tipo de Atrito Pessoal, Todo Mundo é Amigo	Existem Pontos de Atritos com Clientes, Transeuntes – Inclusive com Camelôs

- a organização do trabalho: o esgotamento

Cansaço em Relação à Falta de Expectativas
Existe um Grande Cansaço Físico e Mental Diante do Desamparo Vivido

- a organização do trabalho: as tensões

Existe Muita Inquietude e Tensão na Atividade	Existe Muita Inquietude e Tensão na Atividade	Não Existe Inquietude E Tensão na Atividade
Diante do Quadro Incerto e Obscuro, Surge uma Sensação de Angústia	As Situações Vividas São Imprevisíveis e o Contato é Muito Direto	Não Adianta se Preocupar em Demasia; Depois, dá-se um Jeito, Como Sempre

- a organização do trabalho: os riscos

Muito Medo da Violência Urbana	Tensão Como Risco à Saúde	A Exposição Direta Ambiental é Danosa	Indiferença Aos Riscos	Os Riscos de Incêndios
Se Está Exposto a Agressões, Tiros e	O Nervoso e as Preocupações	A Poluição e as Intempéries do Clima	Riscos Há em Todos os	As Instalações Elétricas São

Atropelamentos	são Prejudiciais	Fazem Mal à Saúde	Trabalhos	Perigosas
----------------	------------------	-------------------	-----------	-----------

• as vantagens

Fonte de Renda e Trabalho	Comparável ao Ganho No Formal	Vantagem do Próprio Negócio	Liberdade em Relação a Outros	É Melhor Ser Dono Informal	A Rua é a Higiene Mental	Não Há Vantagem Nenhuma
Por Causa da Crise, é Melhor Que Nada	A Renda Não é Pior Que a do Setor Formal	É Bom Ser o Dono e Não Ter Chefe	Agradável: Passa Rápido Movimenta-se - e Sem Chefe	Melhor Aqui Dada a Burocracia e Impostos	Ficar em Casa Sem Emprego Faz Mal	É Tudo Muito Incerto e Instável

• as desvantagens

Falta Organizar o Espaço O Contato Físico é Direto	Exposição Direta às Intempéries Climáticas e à Poluição	A Renda Anda Muito Irregular Atualmente	O Trabalho Informal é Precário e Instável	O Trabalho Informal Não é o Problema: Hoje é Que Está Indefinido	A Tensão Vivida É Muito Grande	Não Há Pontos Especialmente Negativos Neste Trabalho Comparando-o
Na Rua é Tudo Imprevisto e Perigoso: Tiros, Trânsito e Agressões	O Tempo Todo é Frio, Sol, Fumaça e Chuva –Faz Mal à Saúde	Não se Pode Prever o Ganho – o Problema é a Crise	Não Existe Nenhum Amparo Legal ou Social	O Grande Temor é o De Não Poder Continuar a Ser Ambulante	Causada Pelas Relações Crise e Incertezas	Ser Ambulante Não é Pior Que Outras Atividades

• fora o/do trabalho

A Extensão do Trabalho de Camelô	O Outro Trabalho: - Informal, Também	A Ausência De Lazer	O Lazer Possível
----------------------------------	--------------------------------------	---------------------	------------------

Continua-se de Fim De Semana a Vender e a Comprar	Aos Finais de Semana Faz-se Outros Tipos De Bicos	A Vida é de Casa Pro Trabalho e Dele Para Casa de Novo	Ocasionalmente: Andar, Plantar, Ler e Jogar Bola
---	---	--	--

- as expectativas

Falta de Expectativas e Manutenção da Situação Atual	Ausência de Expectativas Próprias: Centra-se Na Família	Retomada do Negócio Próprio no Setor Formal	Expectativas de Crescimento Pessoal/Profissional
Não é Possível Nada: Prever, Planejar... Se Não Piorar, Está Bom	Como Provedor Deve- Se Garantir Condições Para a Mulher e Filhos	Se e Quando For Possível, Volta-se Ao Mesmo Ramo	Existem Muitos Planos Arranjar Emprego e Encontrar a Família

CAPÍTULO VII: OUTRAS ESCUTAS (OU: HOUE O QUE OUE)

Após a organização dos dados, discute-se alguns resultados das falas, seguindo as indicações temáticas referentes ao material colhido, buscando, assim, *resgatar ingredientes do universo ideológico que constitui o substrato das representações sociais destes sujeitos coletivos*.

Em relação à *trajetória profissional*, pode-se dizer que emergem três eixos de representações mais evidentes: *um*, de que *a atividade de ambulante é a única possível*, dado eventuais limites do desemprego, da condição de saúde e da idade um pouco avançada para o gosto do mercado de trabalho; assim, pessoas na faixa dos 40 anos, que independente de escolaridade ou cargo, *não conseguiram outro tipo de ocupação e encontraram no trabalho na rua uma tábua de salvação*.

O fato geralmente é indicado mais como uma *situação momentânea* do que uma *condição já estabelecida*, sendo que é representado freqüentemente como um investimento, um pequeno negócio montado, encontrando, inclusive, *resistências em aceitar o quadro, indicada, por exemplo, pelas muitas referências à condição profissional ou social anteriormente alcançadas – gerentes ou ex-proprietários de pequenas e médias empresas -, ou pelas expectativas de futuramente retornarem à elas*. Este fenômeno é também assinalado por quem experimentou melhor condição social-financeira e teve o caminho bloqueado pela doença, própria, ou de algum familiar, que em ambos os casos a necessidade de atenção especial e constante utilização de serviços de saúde acabam por impedir um tipo de atividade profissional mais convencional.

Para outros, num presumido *segundo* eixo de representações, o *trabalho informal é visto como algo absolutamente normal*, uma condição já mais ou menos cristalizada, feita com sobressaltos, sim, mas sem grandes solavancos. Por exemplo: nem todo ex-gerente ou proprietário parece sentir saudades dos tempos anteriores; não raro encontra-se sujeitos que, independentemente de

idade, escolaridade, cargo ou posses anteriores, foram quase que se acostumando com à idéia, ainda que obrigatoriamente, claro.

Reconhecidamente, muitas vezes não se sabe se “*optou ou foi optado*” pelo trabalho informal, num processo lento, uma espécie de ‘*síndrome da Ponte Preta*’, por assim dizer, onde se ficou um lapso de tempo considerável não se sabendo se era o ‘*último dos primeiros*’, entre colegas lojistas, ou se já era o ‘*primeiro dos últimos*’, dentre os ambulantes.

Um deles chegou a brincar: “*este aqui é apenas o último degrau que eu descí*”, apontando para a escada da sobreloja do local que fôra seu durante muitos anos. Aqui parece que percebe-se que o limite do pequeno negócio formal já havia sido alcançado há muito – e os indicativos e constatações acumuladas ao longo de anos não permitiam sonhar, dadas as dificuldades aludidas à crise financeira, à burocracia, aos impostos e ao excesso de fiscalização.

Assim, para os ex-empresários do formal há uma série de dificuldades jurídico-institucionais do setor formal, que “atrapalham” o bom andamento dos negócios; para eles, aliás, a própria questão da lei da rua - aparentemente um dos grandes nós do comércio de rua, parece não ser um problema, muito ao contrário: seria “*mais fácil*” lidar com ‘*o acerto de rua*’ (sic) do que com o próprio emaranhado legal, com os vários órgãos e repartições que regulam as várias dimensões do funcionamento no setor formal, e, inclusive com os aplicadores da legislação, os fiscais, uma vez que é comum a idéia de que: “*na rua é só um, você sabe quem e resolve a coisa de uma vez*”. Um deles chegou a comentar que conhecia gente que: “*quebrou porque teve que contratar a família toda do fiscal*”.

Ainda na *representação do trabalho informal como algo normal*, em outros casos, ele significa não uma queda, mas apenas *uma continuidade em sua vida*, uma vez que a falta de “*carteira assinada*” não se constitui exatamente como uma novidade, ao contrário, tem se constituído numa norma, pois que durante anos teria esta sido sua forma básica de sobreviver: bicos, vendas, ajudante em serviços inespecíficos – sempre de modo informal.

Aqui vê-se também que muitas vezes o trabalho como ambulante se coloca inclusive como uma *melhor oportunidade* do que àquelas mormente aos seus alcances, tendo em vista, igualmente a baixa especialização profissional e a carência de maiores possibilidades de desenvolvê-las e de ascender dentro do setor formal, apontado por exemplo, por trabalhadores com um certo grau de especialização e que conseguiam ocupações de forma mais ou menos estáveis, como comerciários, zeladores de prédio – e por estudantes universitários.

Uma terceira forma de entender a vinda ou estadia para o setor informal parece ser a de que *nem o trabalho informal é a única saída possível, nem é algo absolutamente normal na vida*. Esta forma de reconstruir seu caminho até o trabalho ambulante guarda uma *associação direta com a má qualidade de emprego disponível no setor formal*: aqui, independentemente do grau de escolaridade e mesmo com pouca idade – faixa dos 30 anos – alguns sujeitos se vêem quase que empurrados para o setor informal – onde geralmente já possuem algum tipo de contato pessoal – parente ou amigo. Encontram-se aqui desde pessoas com satisfatório grau de especialização - nível superior, motoristas profissionais e ajudantes especializados – para quem não faltaria emprego, exatamente, mas perceberam que, se por um lado não há uma barreira muito clara à frente no emprego formal, ela, por outro lado, é *quase clara, cinza, talvez*. Para estes, parece evidente que, ainda que atendendo-se às seguidas e constates exigências do setor formal, não há – e nem haveria - maiores recompensas.

Deste modo, sua referência, auto-imagem e identidade profissional estão voltadas para a profissão, cargo, função desempenhados no setor formal, valoriza-se o setor organizado, através de frases como: “*meu filho tem que estudar prá ter um emprego bom, não ficar que nem o pai*”, ou: “*eu quero voltar, sim, me sacrifiquei e fiz muitos cursos prá isso, e até me chamaram de volta; mas o salário que me ofereceram é igual ao de um ano e meio atrás, quando me mandaram embora*”. Assim, se mostram dispostos a voltar para o setor formal – mas não de forma incondicional.

Ao contrário do eixo de representações anterior, que aceita – ou pelo menos convive - mais facilmente com a condição de ambulante, aqui há uma certa indefinição, uma certa dubiedade: *não são ambulantes, mas apenas estão ambulantes*, colocando-se, muitas vezes, como *fora* ou mesmo *acima* do grupo, como portadores de uma mensagem para o grupo, capazes inclusive de avaliar atitudes e comportamentos dos colegas – colegas? -. Isto pode ser visto quando querem organizá-los, isto é, instituir um padrão de comportamentos unificados, diferente do exibido no cotidiano – propondo trocar mercadorias dos clientes ou evitar-se atividades ilícitas, por exemplo. Colocam-se como fora do grupo também quando parecem não entender ou aceitar os códigos e normas estruturadas, como as brincadeiras que fazem entre si ou o modo de reagir aos ladrões, por exemplo, o que pode ser visto em frases como: “*é divertido o que eles falam, fazem – você não aproveita nada, mas é engraçado, o tempo todo brincando e dando risadas*”; ou: “*eu sei que reunião é chato, mas eu vou porque é importante, tem que ir; então eu vou e trago informação pro pessoal daqui*”.

Disso decorre, portanto, a maneira como os ambulantes representam a si mesmos, no processo de *formação grupal*: de um lado, aqueles que se vêem como uma *grande família*, ou seja, todo mundo é amigo, todo mundo se olha, todo mundo se ajuda... enquanto outros parecem sentir um freio, ou a necessidade de haver um freio: *todo mundo*, vírgula, *todos os indivíduos*, se ajudam – ou melhor, não se prejudicam, cumprem igualmente o ritual de auto-defesa do grupo, sem se aprofundar na revelação de aspectos mais bem internos relativos aos ambulantes, isso é verdade. Mas daí a se ver como parte de um único todo, daí a se confundir com ‘os camelôs’... aí a história parece ser outra.

No primeiro caso, o ‘*todo mundo*’ parece adquirir um caráter simbiótico, um ‘*nós*’ indefinido e difuso que ajudaria a dar consistência e coesão, cimentando a identidade e o dia a dia dos ambulantes. No segundo tipo de compreensão, não, pelo contrário: parece haver a colocação de algum tipo de limites, de diferenciação entre si.

O fenômeno de se ver como *parte de um único grupo, ou de pelo menos fazer parte de um mesmo campo, com os mesmos problemas e objetivos*,

parece independe de idade, origem, escolaridade, cargo anteriormente exercido ou condição social, estando mais bem ligado à *aceitação do fato de ser ambulante ou não*, como se disse antes. Já a recíproca não parece ser verdadeira: aqueles que tentam impor uma certa distância ou limites real ou imaginários no relacionamento com outros ambulantes, parecem partir de parâmetros formais de convívio, experimentados anteriormente ou em outras dimensões da vida social, aludindo à necessidade de mudanças nos padrões de comportamento dos colegas, referindo-se à *“bagunça que fazem”*, ou o fato de *“ficarem jogando baralho na rua”*.

Há indicações também relativas à *instabilidade*, à *concorrência* e à *desorganização do espaço* como elementos que dificultam e impedem um espelhamento imagético, uma vez que *“aparece cada um no pedaço!”*, ou *“você nunca sabe quem é quem, tem gente boa, gente ruim, vem, monta a barraca aí e pronto. Não dá!”*, ou ainda: *“precisa organizar; o pessoal fala que atrapalha e atrapalha, mesmo; atrapalha até prá nós”*.

Ainda em relação à percepção do processo de formação grupal, haveria ainda outras possíveis clivagens, mais sutis, ou menos estampada, que dificultaria a identificação entre si, como por exemplo, entre os vendedores de rua ex-lojistas e outros ambulantes, que muitas vezes vêem os primeiros com certa reserva, desconfiança até; para estes, que comumente se denominam *“os verdadeiros camelôs”*, a passagem dos lojistas do setor formal para o informal não é muito clara, desconhecem ou conhecem, não é o caso – as razões que os teriam levado para as ruas. Daí ser recorrente comentários do tipo: *“precisa dar um jeito, sim; eu não tô aqui à toa; tem gente na rua que não tá nem aí, não depende disso; mas eu e a minha família dependemos”*; ou: *“me preocupo com a situação, com o que acontece na rua, porque tudo que eu tenho investido tá aqui, num tenho outro lugar prá tirar, não; quem tem, não esquenta, mas eu não”*. Estes, os *“verdadeiros camelôs”* se arvoram como tal também diante de outro tipo de suposto *‘não-camelô’*, que seriam aqueles que trabalham de modo eventual, ou há menos tempo no local, a quem imaginam num mix cujas variações vão de *‘suspeitos’*, até *‘desconhecidos’*, passando por *‘usurpadores’*. O índice emerge

através de frases do tipo “*tem que deixar a rua prá quem precisa trabalhar nela*”, ou, “*você não sabe quem é o cara que aparece do teu lado*”, ou ainda: “*tá muito bagunçado; ninguém sabe quem é quem*”.

Nesse sentido, a referência à *organização* é clara, vista como necessária –o que muda é a forma de compreensão sobre quem deve organizar o comércio de rua, que são basicamente duas: *para uns, o assunto é exclusivo da Prefeitura*, ‘dos hóme’, *enquanto que para outros*, apesar de se reconhecer que a interlocução junto ao nível decisório é realmente difícil, ainda assim crêem *como importante o acompanhamento do tema, quiçá a influência na definição dos mecanismos que regulam as atividades*.

No primeiro eixo de representações, de um modo geral, os ambulantes se vêem como *não preparados, não indicados ou impotentes para influir na resolução da questão*, complicada, que envolve ‘*todo mundo*’ – afinal, não são parte de um ‘*todo mundo*’?, Prá bem ou prá mal? Assim, sabem que seria preciso uma série de ações junto a organismos que fazem parte do âmbito institucional – e *isso não lhes diria respeito*, pelo menos assim lhes foi demonstrado durante a vida inteira, brecados nos tênues limites da cidadania brasileira – falta de escolarização, de acesso e decodificação simbólica do aparato jurídico-legal, da inexistência de instâncias de representação política, reconhecidas e acessíveis às diversas camadas e agentes sociais.

Assim, ao jogar o problema para uma “*coisa que envolve muita gente*” ou um suposto “*problema social, o pessoal sem emprego precisa trabalhar*”, acaba por se afastar a possibilidade de agir, ali, no alcance do braço, - dos braços, melhor dizendo. Aqui observa-se que esta postura, de *não participação e não envolvimento* é adotada tanto pelos sujeitos donos de padrões sócio-econômicos mais simples, como também por outros que, embora possuidores de um back-ground social mais sólido – ex-proprietários e universitários, por exemplo -, acham igualmente que *as coisas se resolvem por si só*, ou, em suas palavras: “*já tenho a vida prá cuidar e nem isso tô conseguindo direito*”, como se a questão do trabalho não fizesse parte da vida, não fosse sua própria vida.

Já o outro modo de compreender o tema da organização refere-se à *possibilidade e necessidade de entender os meandros que cercam a questão e de participar de forma mais efetiva* – ler o Diário Oficial do Município, contatar entidades associativas-sindicais, fazer gestões junto à Administração Regional e vereadores, acionar a imprensa sobre as eventuais notícias de remoção, e outras medidas que permitiriam acompanhar mais de perto os passos a marcha – e os contratempos - que cercam a definição da regulação da atividade de rua.

Ainda em relação à *organização do comércio de rua*, enquanto a maioria se sente absolutamente desamparado, desprovidos de qualquer aparato que se lhes permita antever e interagir de forma mais incisiva nos contextos e situações de trabalho. E as manifestações de imprevisibilidade surge como um dos grandes problemas cotidianos, uma das grandes desvantagens e pólo gerador de tensão: pessoas mal encaradas, sol, enchentes, indefinição legal, instabilidade e remoção latente, vulnerabilidade de toda ordem.

Assim, fica-se à espera de que a Prefeitura resolva a problemática; muitas vezes é o próprio prefeito o citado, pessoalmente, como sendo quem resolveria ou deixaria de resolver o problema, e não a Prefeitura, como uma instituição supra-individual, coletiva, portadora de projetos e de políticas específicas.

Ainda neste eixo de representação, de quem indica *não estar preparado ou se sentir impotente para participar ou influir na resolução da questão*, outra formulação é a daqueles que crêem que comprando o formulário – Documento de Arrecadação do Município e São Paulo – DAMSP - em qualquer papelaria e recolhendo as taxas relativas aos Termos de Permissão de Uso – TPUs, que muitas vezes ostentam em lugar mais do que visível, mais do que visível, orgulhoso, estariam protegidos e seguros; mais do que seguros, *parecem entender que já fizeram a parte que lhes cabe, nem mais, nem menos*: se alguém não o fez, este foi a Prefeitura.

Afinal de contas, como dizem “*se não puseram outra lei, então vale essa, não é verdade?*”. Deste modo, o TPU, vencido e suspenso, funcionaria, segundo o imaginário local, como um anteparo: “*se eles não se recusam a*

receber, então tem que aceitar”, desconhecendo – ou conhecendo bem demais! – o funcionamento da máquina burocrática municipal, uma vez que as repartições que recebem os valores estão subordinados à Secretaria das Finanças, enquanto que a regulação da atividade de rua está ligada à Secretaria das Administrações Regionais, ambas sem contato entre si, sem saber quem recebeu o que de quem a título de que; ainda assim, o TPU funcionaria como uma espécie de alho que ajudaria a espantar os possíveis vampiros – fiscais -, confusos, colocados diante dessa lógica kafkiana: “*se não se recusam a receber o dinheiro, então que aceitar o TPU*”, ou ainda: “*olha, eu tô pagando, quando resolver, resolveu*”⁸³.

Para outros, que ainda indicam o mesmo tipo de sentimento, de não preparo ou não interesse, *far-se-ia necessário uma grande arrumação sim, - mas no Brasil*, referindo-se não só à “*bagunça do comércio de rua, mas do país como um todo*”: nas novelas, nos programas de auditório, no futebol, na política – enfim, um discurso que, de tão usado – e tão verdadeiro – acaba contribuindo mais para o desalento, do que para a mobilização: “*ninguém mais sabe quem tá certo, quem tá errado; tá tudo muito bagunçado; isso aqui virou Brasil*”.

Sendo assim, nessa *infindável e imemorial bagunça em que nada pode ser feito* – onde surge a lembrança do “*governo forte dos militares*” como fundamental para se impor a ordem necessária ao país, não se admira essa quase confusão entre o setor formal, que sabidamente sonega, e parte dos ambulantes, que ostenta os recibos de recolhimento de impostos e taxas como um sinal, um comprovante da legalidade, da busca da ordem legal! – embora reconhecendo-se ou intuindo-se que a *legalidade dos TPUs vencidos* é parte de um ordenamento social-legal igualmente arbitrário, pessoal, do artifício ocasional, baseado no jeitinho brasileiro⁸⁴.

⁸³ É quase digno de nota o raciocínio análogo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em tempos idos, de que o próprio então presidente da República, José Sarney, cria *existir dois tipos de problemas no mundo: aqueles que não tem solução, e aqueles que se resolvem sozinhos*.

⁸⁴ Sobre a questão específica do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, OSIRIS LOPES FILHO, ex-Secretário da Receita Federal, comentou que: “*num país em que existem mais de 4 milhões de unidades econômicas e apenas 15 mil S/As, é um despropósito impor aos milhões de empresas e médias empresas uma técnica impositiva das S/As. Daí a necessidade de se estabelecerem fórmulas improvisadas para se apurar o I.R. das empresas: lucro estimado, presumido, arbitrado. A variabilidade legislativa é enorme. Manipula-se a norma tributária infatigavelmente via Medidas Provisórias, pavimentando o que IVES GANDRA vaticina como o*

Portanto, em relação à vizinhança, *uma única representação emerge mais marcadamente: há uma suposta confusão entre público e privado, entre setor formal e informal – e entre a barraca e a loja: há quem goste e há quem não goste dos ambulantes na rua. Mais: imaginam e indicam que os estabelecimentos do entorno gostam e não gostam* – os motivos é que podem variar, assim como as mesmas razões podem gerar apreensões opostas por parte dos estabelecimentos comerciais do setor formal.

A representação dos ambulantes revelam que geralmente os próprios lojistas são ambivalentes em relação à sua presença, com frases do tipo: *“gostar, acho que não gostam, mas sabem que sem nós isso aqui fica vazio”,* ou, *“às vezes eles reclamam, mas os funcionários compram aqui, que é mais barato”,* ou ainda: *“eles gostam porque aqui fica cheio, mas reclamam da sujeira do pessoal”*.

Muitas vezes a ambivalência comportamental aparece associada à própria ambiguidade perceptual, dado que o comércio local também sente os efeitos da crônica crise financeira aludida, sublocando espaço para guardarem mercadorias: *“eu e muitos outros aluga espaço nas lojas prá guardar mercadoria (...) então se o cara falar que não gosta de mim... tem alguma coisa errada, não é?”* Outra situação fronteiriça, muito frequente, são os sinais dos limites da idéia do comércio lojista como sinônimo de comércio formal, uma vez que muitos dos ambulantes indicam isso, com frases do tipo: *“tem lojista que gosta tanto de ambulantes, mais tanto, que montam barracas nas calçadas... de tanto que gosta! (...) Porque assim ele foge dos impostos e de registrar os empregados dele”!*, apontando-se, assim, uma zona cinzenta entre o comércio formal e o informal, que se inicia no âmbito econômico, e se espraia pelo social, pelo legal e pelo psicológico – dado o estranhamento entre os lojistas-camelôs e esses camelôs, quase lojistas. Registre-se que, principalmente na região central da cidade, em

caminho para a ‘pior das ditaduras, que é a fiscal’ (Folha de S.Paulo, 10 de junho de 1998). O Imposto de Renda Pessoa Jurídica é um cipoal normativo tão complexo, intrincado e cheio de brechas – furado seria melhor – que proliferam ofertas sobre cursos sobre ‘Planejamento Tributário’, com anúncio diário na grande imprensa. Essa forma fronteiriça de economia de impostos só viceja em sistemas tributários caracterizados por elevada carga tributária e complexidade anárquica da legislação” (Folha de S. Paulo, 14 de junho de 1998, caderno 2, p.2).

muitos casos os ambulantes alugam locais apenas para estocar e guardar a mercadoria – continuando a vender nas ruas; muitas vezes, mesmo quando apenas sublocam o espaço, o valor do aluguel acaba se tornando a principal fonte de receita do dono da sala ou do box ou do seu arrendatário – lojas de roupas, brinquedos, barbearias, dentre outras.

Como parte do imaginário local, *das associações ou mutualismos explícitos ou implícitos entre os estabelecimentos formais e os ambulantes*, é comum referências aos bancos, instituição que, por motivos óbvios, surge como um parâmetro ótimo de avaliação de sua existência jurídica, por assim dizer – e financeira, claro. Ser cliente de um banco seguramente ajuda a conformar sua identidade e auto-estima: quase todos os donos de barracas médias ou grandes possuem contas diversas nos bancos – o que por extensão garantem os tradicionais “*conhecidos*” ou “*compadres*” nestas instituições. Aliás, um exemplo paradigmático da boa relação com os bancos vem com o caso, muitas vezes citado, de que um banco local não apenas toleraria, mas até estimularia a presença dos camelôs no local! Inclusive explicar-se-ia o fato *por motivos de segurança*, uma vez que: “*Já imaginou um ladrão entrando no banco aqui? Todo mundo ia ver o rebuliço (...) como ele ia fugir?*”

Encurralados pela necessidade de inserção e de respaldo no âmbito das instituições formais, como no caso dos bancos, parecem se esquecer que, dada a proximidade – física, inclusive -, o tiro pode, literalmente, sair pela culatra: *o orgulho de ter conta em banco, de conhecer o ‘pessoal’* e de sentir sua presença como importante para o banco, não aparece nunca associado a um dos seus maiores medos e riscos percebidos, que é justamente o de balas perdidas e o de violência, em geral. Opera-se, deste modo, uma inversão ideológica, onde a segurança do banco aumenta na razão inversa em que diminui a sua própria.

Passo seguinte, quanto às representações relacionadas ao tema *saúde*, vemos, grosso modo, uma matriz *determinística*, representada ao redor de dois eixos: o *primeiro* deles coloca a concepção da saúde e da doença como um dado dado, pronto e acabado, numa elaboração *natural*. Já o *segundo* modo, apesar de igualmente desprovido de qualquer traço explicativo, historicizante, traz

consigo uma espécie de crítica, mais bem lamentos, enfim, algumas indicações no âmbito de *condicionantes sociais*, por assim dizer, relacionados à questão.

Porém, em ambos os casos *saúde se confunde com ausência de doença*, assim como *doença é sinônimo de inatividade, de não trabalhar*; sendo que as possíveis dificuldades, impeditivos ou limitações no exercício da atividade parecem ficar fora disso.

Portanto, na primeira forma de representar o tema, o modo metafísico-determinista, a *saúde* seria uma riqueza, a maior, quando não a única. Seria ela ainda dada ou tirada por Deus, portanto, assumindo-se – ou racionalizando-se – as eventuais doenças como parte fundante do jogo entre a vida e morte, como um acontecimento natural, enfim, uma situação inevitável, um fenômeno que surge sempre de modo pronto e acabado, quando não ‘acidental’, contra o qual nada a há se fazer.

Como parte disso, geralmente os *agravos* – traumáticos, como os acidentes, desenvolvidos ao longo dos anos, como as doenças crônicas, ou ainda as dores e sintomas sentidos no dia a dia, são imagetivamente entendidos como *eventos pontuais e circunscritos*, seja no tempo, seja na profundidade, sequelas e desdobramentos observados. Assim, não teriam eles historicidade, não apresentariam encadeamentos causais – e portanto não implicariam em prevenção ou qualquer outra forma de intervenção ativa e projetada por parte dos sujeitos.

Uma variante deste determinismo é indicada por um certo orgulho, por assim dizer, de não apresentar doenças, num amálgama entre regionalismo, fé divina, moralismo e mesmo sexismo; assim, o “*cabra do norte*”, ou quem tem “*vergonha na cara*”, ou “*fé em nosso senhor Jesus Cristo*”, não fica doente, ou melhor, “nunca perde um dia de trabalho”.

O outro eixo de representações diferencia-se levemente do anterior na medida que incorpora uma alusão a um outro fator além daquele estritamente natural e divino: *a pobreza pessoal aliada eventualmente à uma certa sensação de impotência, gerada, segundo indicam, pela experiência de vida – falta de acesso aos serviços de saúde, o atendimento ambulatorial-hospitalar inadequado*,

o alto custo dos remédios, as artimanhas contratuais embutidas nas carências, cláusulas e exigências dos planos e convênios de saúde e o desamparo assistencial-legal: “você não pode ficar doente no Brasil: ou tá vivo, ou tá morto, meio termo é que não tem”, ou “pode pagar o que for: plano de saúde, aposentadoria... na hora h, que você precisa, você fica jogado... pode ver, todo dia passa na TV; velho, criança, os hospitais tudo cheio”.

Reforça-se a impressão que, mesmo havendo referências à “*situação ruim*”, ou à “*crise*”, estas servem mais como um anteparo para a não-ação, a não-participação, ou seja, as indicações no suposto âmbito histórico-social aparecem congeladas no discurso, servindo mais para pulverizar, para afastar e esvaziar a possibilidade de mudanças, aumentando a sensação de *desamparo psicológico*.

Quanto ao *problema de saúde*, igualmente a marca principal observada refere-se ao fato de que *um problema só se constitui como tal se e quando os afastam do trabalho*. De novo aqui os limites, impeditivos e possíveis dificuldades em outras dimensões de suas vidas – ou em outros tipos de atividade laboral – parecem não contar muito na avaliação dos ambulantes.

Um *problema de saúde* parece ser, também, *sinônimo de doença*, e, desta maneira, *o problema de saúde só é percebido desta forma quando exige cuidados médicos* – e olhe lá: se se continua a desempenhar um trabalho, mesmo que seja outro, mesmo que tenha mudado de atividade por causa de sequelas de algum agravo, já não se refere a existência de problemas de saúde – ainda que continue a exigir cuidados de prevenção e controle.

Isso vale também para a não indicação, de um modo de geral, de riscos à saúde, ou melhor, a percepção da possibilidade de agravos no exercício cotidiano do trabalho existe, não como um *problema*, como algo que se possa debruçar e buscar ações propositivas de qualquer tipo, mas sim como um dado inevitável, fatalista.

Continuar trabalhando, em qualquer trabalho, neste trabalho, é o único parâmetro referido, e, deste modo, o *problema de saúde* parece *não guardar necessariamente relação com dores, sintomas e queixas em geral*, uma

vez que estas últimas são representadas, sempre, como um fenômeno ‘normal’, um acontecimento que não se constitui como um problema de saúde, não adquiriu o ‘status’ deste último, merecedor – à força, é verdade – de considerações ulteriores e busca de cuidados profissionais.

Assim, as inúmeras indicações de *dores – estômago, cabeça, pernas, costas, insônia, nervoso – são tidas como normais, diante da situação de precariedade e de instabilidade econômico-social a que estão submetidos*. Estas queixas são atribuídas sempre a fatores de ordem natural, como *à idade, às tensões decorrentes do cotidiano, vistos como fatos já assimilados como parte do contexto urbano e da ocupação desenvolvida, contra os quais não haveria nada a ser feito*.

O *atendimento à saúde*, aliás, que é tido como uma preocupação central, para si e sua família, no que se refere à *rede pública*, é comumente citado com ressalvas: *indica-se a existência de filas, o horário é inadequado, o prazo entre o agendamento e as consultas é longo – e daí a justificativa dada pelo número considerável de pessoas encontrado que paga convênios e planos de saúde privados*.

Entretanto, se o *atendimento ambulatorial* é avaliado como ruim, todos os nove casos citados onde os motivos alegados para a utilização do serviço foram de *urgência e emergência*, o foram na *rede hospitalar pública e filantrópica*, especificamente a *Santa Casa de Misericórdia*, assim como os oito casos onde houve e há *necessidade intermitente de cuidados de controle e prevenção de doenças crônicas e procedimentos complexos – como crises específicas, cirurgias e hemodiálises*.

Por outro lado, o *tipo de atendimento relatado na rede privada* foi basicamente *consultorial*, sendo encontrado dois casos de cirurgias simples feitas por “*médicos conhecidos*” – havendo frequentemente *referências à falta de atendimento por desconhecimento de carências, da exigência de recibos e comprovantes e de cláusulas específicas, principalmente da chamadas “doenças preexistentes”*.

Daí chega-se à *questão dos remédios, que é utilizado por um número considerável deles: 23. Todos, sem exceção, o vêem como necessários, percepção generalizada de um benefício na luta contra os sintomas ou agravos já instalados, no combate aos efeitos, já que as causas estariam fora do alcance de intervenção.*

Talvez pudéssemos dividir este grupo *entre aqueles que conhecem seus sintomas, legitimados pela autoridade médica como um problema de saúde – caso dos hipertensos ou diabéticos, por exemplo; outros que utilizam-se de medicamentos sem a descrição de motivo ou por indicação de parentes e amigos; e outros que usam os remédios sem ao menos perceber a regularidade e frequência com que o fazem*, confirmando-se o uso indiscriminado por parte da população, dado a facilidade de acesso e o hábito da auto-medicação.

Por fim, ainda no âmbito dos *discursos sobre os remédios, observa-se referências à bebida alcoólica e à religião, entendidos como uma busca de alívio ou solução para as dificuldades vividas.*

Quanto ao *ambiente físico do trabalho*, basicamente nos deparamos com *dois tipos gerais de representação: um, daqueles que entendem que a exposição direta à poluição, ao ruído e às intempéries climáticas é ruim*, causando incômodos – desatenção, irritação e stress constante, inclusive à noite; danos à saúde – como doenças respiratórias ou dor nos olhos e *“bichos que vem junto com os lixo que descem com a enxurrada”*; e até prejuízos financeiros, causados pelas chuvas, que molham e estragam mercadorias e afastam os clientes, e as aludidas enchentes no local.

Por outro lado, existe outro eixo que *indicaria uma indiferença ou até mesmo um dado positivo em relação à essa mesma exposição direta ao meio-ambiente: a poluição e o ruído “são normais”, incorporada à paisagem urbana, ou mesmo bom, no caso deste último, que serve, afinal, “para ficar esperto”, ou como parte da “diversão”, ligados diretamente à “vida do local. O “ficar no tempo” é visto como uma espécie de “trabalho ao ar livre”, de “contato com a natureza”, uma vez que “na rua é bom porque não fica trancado num lugar, preso”, e que “você vê se é dia, se é noite, se tem sol, se não tem”.*

Em relação ao *ambiente geral de trabalho*, igualmente apresenta-se dois eixos principais valorativos: de *um lado, um discurso que avalia como positivo os itens espaço de locomoção, postura de trabalho, número de pessoas e supressão das necessidades fisiológicas*, enquanto que *outra fala coletiva aponta senões nestes mesmos pontos, a saber.*

O *espaço de locomoção*, por exemplo, é percebido como *bom* quando o sujeito centra o foco de atenção no fato de “*poder andar prá lá e prá cá*”, parecendo, assim, apropriar-se do espaço, imaginado como algo simbiótico, sem limites entre *sujeito/mundo*. Por outro lado, há aqueles que, ao serem instados a falar do espaço de trabalho, se *referem às fronteiras, aos limites, ainda que tênues, do seu equipamento em relação aos outros componentes da paisagem.*

A mesma coisa parece ocorrer em relação à *postura de trabalho*, onde igualmente há aqueles que consideram positivo o fato de “*não fazer uma coisa só*”, ou que ainda se referem à constante movimentação “*eu sento, levanto, não fico parado num lugar*”, enquanto outros aludem prejuízos à saúde – dores nas pernas e nas costas, em geral – causados principalmente pelo fato de ficarem sentados – normalmente em banquinhos, desconfortáveis, mas mesmo em rolos de fita-barbante, conforme observado.

No tocante ao *número de pessoas*, observa-se uma pequena variação nestas representações quase-dicotômicas e maniqueístas: enquanto um discurso avalia como positivo um alto número de pessoas, tomando como premissa o fato de que “*muita gente é igual a aumento nas chances de vender*”, outra representação é a de que “*muita gente é igual a aumento de confusão.*

A novidade no item *número de pessoas* é que há um outro discurso, ambíguo, que procura dar conta exatamente desse impasse: *tranquilidade/pouco compradores*, enquanto que *confusão/mais compradores.*

Quanto as *condições fisiológicas básicas*, uma fala indica as *dificuldades na adequada resolução do assunto, incluindo notadamente as mulheres, basicamente por conta do uso de sanitários – mas também por*

questões de higiene, como lavar as mãos e manuseio de alimentos de uso próprio.

Por outro lado, observa-se um discurso onde *não se refere problemas quanto à supressão destas mesmas necessidades, que é tida inclusive como satisfatórias, uma vez que para usar banheiro, vai-se “em qualquer lugar”, enquanto que para almoçar, além de não haver nenhum problema, “é bom, porque pode variar o local”.*

Com respeito aos *aspectos organizacionais do trabalho – horário, ritmo, jornada e controle do processo* – as representações se dividem igualmente entre aqueles que consideram estes pontos como *positivos* – *dado que o horário e o ritmo, por exemplo, seria desenvolvido de acordo com os padrões estipulados pelos próprios sujeitos.*

Enquanto isso, outro discurso aponta problemas aí: primeiro porque *o horário não seria estipulado pelos ambulantes, mas sim pelo fluxo de vendas, dependendo-se disso, “esperando vender mais alguma coisa” para depois voltar para casa, ao passo que o ritmo, tomado quase que exclusivamente como sinônimo de “oscilação das vendas”, é igualmente havido como instável.*

A duração da jornada também pode ser considerada como *boa – ironicamente quando se a tem como longa, ou seja, quando é pautada pelas aludidas maiores possibilidades de vendas, enquanto que é considerada como ruim quando se avalia igualmente o fato de que acaba sendo ela “muito longa”, não havendo, inclusive, fim de semana livre.*

Em todo caso, ressalte-se que aparece uma *outra representação* a respeito destes três pontos: o horário, ritmo e a jornada dos ambulantes, mesmo quando consideradas como *“compridas”, sendo um serviço “muito puxado” ou “desgastante”, não apresentariam nenhuma peculiaridade própria, isto é, “é tudo trabalho”, em todos “nesse ou naquele, tem que ir do mesmo jeito”.* Tanto neste discurso, quanto naqueles em que se apontavam problemas, denota-se novamente a *indefinição e o paradoxo em que acabam circunscritos os ambulantes: um horário, ritmo ou jornada ruins, longas, se transformam em bons, na medida que pode significar maiores vendas. E vice-versa.*

Em relação ao controle do trabalho, observa-se que as representações se estruturam em três direções: a primeira, indica que o *controle é satisfatório*, ou seja, *a partir da existência, do reconhecimento – e do acatamento - de normas claras de comportamento*, do que pode e do que deve, e do que não pode e do que não deve ser feito, o grau de *controle é havido como bom*.

Outra forma de representação do controle do trabalho, variante dessa vista anteriormente, aponta uma certa *indefinição quanto ao assunto: há coisas que se pode, e coisas que não se pode controlar no ambiente de trabalho, indicando a assunção de um controle restrito, ambíguo ou mesmo paradoxal*. Deste modo, *indica-se que há pontos positivos, e pontos negativos relacionados ao controle do processo de trabalho do ambulante*, pois se por um lado “*é tranquilo, não tem chefe*”, por outro, é mal “*porque não sai disso nunca*”; ou, se “*é bom, todo mundo se olha*”, igualmente “*também é ruim, porque você não pode aumentar o tamanho da barraca*”.

Partindo disso, para *um terceiro jeito de representar a coisa*, mais voltado para as questões basais, menos imediatista, talvez, *a balança pende para um ângulo desfavorável*, dado o enfocamento na instabilidade legal, irregularidade financeira e precariedade geral da situação vivida: “*Controle? Do que? Não temos, nenhum; não se pode planejar nada, não sabe se e quanto vai ganhar no fim do mês...*”. Ou ainda: “*Não pode comprar no crediário; primeiro porque ninguém sabe se vai estar aqui daqui a um, dois meses, e depois, porque não tem carteira assinada prá mostrar nas lojas*”.

Em relação aos aspectos da organização do trabalho cujo impacto se refletem na saúde física ou mental, em termos de possíveis indicadores de sofrimento psíquico, observa-se que, quanto à *presença de conflitos nas relações interpessoais*, os discursos seguem dois caminhos: *de um lado, aqueles que não referem nenhum tipo de problema nos contatos do dia-a-dia*: “*na rua todo mundo se ajuda, todo mundo se olha*” parece ser o bordão.

Entretanto, *outro discurso coletivo aponta alguns buracos nessa parede levantada, indicando a existência de pontos de atritos*, sim: com clientes,

com transeuntes, que esbarram “*de propósito*” nas mercadorias expostas – e mesmo entre os camelôs, dada a concorrência.

Uma das possíveis fontes de sofrimento mental indicada na fala dos ambulantes refere-se à *sensação de esgotamento*, que emerge de modo bastante recorrente. Este sentimento de cansaço diante das circunstâncias vividas e da falta de expectativas se revela em frases, em pedaços de frases, muitas vezes entrecortadas, não terminadas, onde se explicita o “*cansaço*”, a “*falta de ânimo*”, o fato de que: “*não tenho coragem de fazer nada... tem que se contentar, porque tem gente que tá pior... mas você perde a esperança de acontecer alguma coisa de bom*”.

Outra das mais evidentes fontes permanentes de preocupações, que contribuem para o sofrimento mental, com possíveis implicações psicossomáticas é, seguramente, as *tensões vividas no dia-a-dia*, referidas pelos ambulantes de forma quase unânime. Diante de um quadro completamente incerto e obscuro, surge um *sentimento de nervoso, difuso, uma sensação de angústia e de ansiedade*, indicados em função dos efeitos da informalidade e da instabilidade da *situação vivida, que apresenta ainda cenas imprevisíveis, desempenhadas com atores igualmente desconhecidos, onde não existe parâmetros regulatórios externos de nenhum tipo, e o contato físico é direto*.

Os índices mais frequentes dessa sensação surgem através de frases ou termos como: “*você pensa, pensa, e não vê saída*”, “*peso ruim na cabeça*”, “*nervoso é o que mais dá*”, “*tem que desligar da situação prá não ter um treco*”, “*dá vontade de nem sei de que*”, “*eu esquento, sim; todo mundo esquento. Não parece, o pessoal brinca, disfarça, mas todo mundo tem medo do dia seguinte; de noite eu penso se no outro dia eu vou chegar e encontrar meu ponto, se vou poder vender minha mercadoria*”.

O *sentimento de impotência* diante do panorama e os efeitos na *auto-imagem* e na *identidade* parecem ser deletérios: “*Sem rumo fixo, sem dinheiro... (suspiro)... Eu quero mudar (...) mas de que jeito? Essa situação é terrível, e você não pode fazer nada... você se sente outra pessoa; sente que nem uma outra pessoa, mesmo, começa a duvidar de você, acha que não pode... e*

nem acredita que já foi diferente; até disso você duvida, acha que inventou aquilo, que tava bem, que as coisas eram boas. O que cansa mesmo, não é trabalhar, (...) o trabalho é a vida... mas trabalhar em vão, sem que as coisas apareçam. Você olha e pergunta: cadê o que eu fiz hoje? Ontem? O ano passado?"

Além disso, quando houve queda no padrão sócio-econômicas, as relações pessoais são seriamente abaladas: *"A família olha diferente... você tem valor, acha que tem valor, mas não tem onde, como, com quem mostrar o que você pode e sabe fazer – e quando você não tem dinheiro, nem o cachorro abana mais o rabo prá você (...). Passo muito nervoso, muita preocupação: eu ando a ponto de sair voando; sem dinheiro, as pessoas te tratam de um jeito diferente, falam coisas diferentes do que falavam antes... se você bitola muito, fica louco".*

A sensação de desamparo, de não conseguir intervir de modo decisivo na conformação do cotidiano, e sem garantia de estabilidade mínima do futuro, inclusive a curto prazo, este contínuo de inseguranças e incertezas parece bater fundo: *"É terrível você sair de casa sem saber direito o que vai fazer... sem ter uma rotina definida... à noite eu durmo, pensando aonde dá prá ir no dia seguinte... de manhã você sai porque tem que sair, tem que tentar... mas você já sabe que não vai conseguir nada, não vai sair do lugar... não tem lugar certo para ir, para fazer as coisas... banheiro, lugar de comer, de fazer negócio, assinar um papel, com quem falar, onde conseguir clientes".*

As tensões, associadas aparentemente mais aos aspectos externos, ao nível macro, surgem também a partir das interfaces internas da atividade, como o fato de conviver com situações imprevisíveis, com pessoas desconhecidas – afinal, um *transeunte* só se transforma em *freguês quando e se compra alguma coisa*, senão ele é apenas uma *'expectativa de venda frustrada'*. Pode também a tentativa de venda degenerar em discussão, por causa do preço, por exemplo; ou ainda o suposto freguês se converter subitamente em um larápio, ou cúmplice deste, quando tenta distrair o ambulante, enquanto outro surrupia algum objeto; ou ainda o *'bom freguês'*, que adquiriu algum produto – se revela na verdade um *'mau freguês'*, quando volta depois para trocar uma outra mercadoria – que não comprou ali... e assim vai.

Assim, a sensação de rebaixamento da auto-estima pode aparecer de repente: *“Ninguém tem dinheiro, o freguês reclama, pechincha demais... às vezes você vende a preço de custo, que tá precisando de dinheiro, fazer o giro (...) e ele ainda reclama... o problema não é a pessoa que tá ali... mas dá raiva... ela pechincha, chora, e aí desfaz da mercadoria e de você... ela nem tem culpa, é pobre também, que nem eu, mas dá raiva”*. Ou esse outro sujeito: *“o problema é que é muito complicado lidar com pessoas, ainda mais se você vende mercadoria simples, pano de prato bordado, pintado... aí que o pessoal pisa, mesmo. Tem gente que pisa mesmo, inclusive na mercadoria... se você vende por R\$ 5,00, ele oferece R\$ 2,00 - não adianta você tirar R\$ 1,00. Não compra nada, desvaloriza o seu trabalho e ainda ele é quem fica ofendido!*

Também o *desgaste mental* se manifesta nos momentos de acirramento de crises ou conflitos interpessoais, implícitos e sempre prestes a irromper, por causa dos tênues limites que estruturam a relação de compra/venda espalhando-se também pelo âmbito da moral – e da própria constituição da identidade e da auto-estima do sujeito: *“Eu sei que tem pessoas que não se importam com os camelôs na rua, até gostam, porque compra mais barato... mas isso vale só até a hora que tem uma discussão, meu amigo, e aí a simpatia se acaba... até a hora de comprar, o cliente te ajuda, comprando e ganha também, porque compra coisa mais barata, mas na hora de devolver, aí ele vira pessoa de bem e você volta a ser o ‘marreteito’”*.

Continuando, temos este outro: *“Às vezes vem uma senhora que ganhou um presente e não quer dizer prá quem deu que não gostou, - pode acontecer, não? Ou então uma pessoa que ia passando no centro, comprou uma mercadoria, e depois acha mais fácil trocar aqui, que é mais perto prá ele, certo? Não pode ser? (...) Mas eu te pergunto: será que a pessoa que comprou não pode ter se enganado de barraca? Será que não tem gente que compra o CD, grava e depois vem trocar por outro? Ou que ouviu a fita cassete no aparelho com pilha fraca e enroscou a fita ? Que não é problema da fita ? Que é ele que não sabe disso ? (...) Nessa hora o errado é sempre o camelô, ‘por natureza’ (sic) ... porque ele é o ilegal, mesmo, é ele quem tá na rua, que vende coisa vagabunda, ele não*

tem vergonha... é muito duro isso, você se mata prá querer ser direito, dar o exemplo pros filhos, e passar por isso”.

Deste quadro decorre a *percepção dos riscos à saúde física e mental*: de um lado, representações sobre o *medo da violência urbana*, em geral, e de outro, a *percepção dos riscos de desgaste mental causados pela tensões*.

Assim, o *risco à saúde física* é grande uma vez que na rua se está muito exposto: possibilidade de atropelamento, acidentes de trânsito, bala perdida e agressões físicas: *“Tenho medo, claro; como eu disse: já fui atropelado em cima da calçada, bem aqui onde nós estamos conversando!”*. Ou este outro: *“O que eu tenho muito medo é de bala perdida... nem é que tem, muita, mas o ambulante é o primeiro, não tem onde se esconder, né? Tá ali na rua*. Ou um terceiro: *“Tenho medo da violência; já fui assaltado aqui no carrinho duas vezes, porque sou um dos últimos a ir embora; eu espero o pessoal da escola aí em frente entrar, e também tenho que esperar acabar a zona azul prá poder encostar a perua”*.

Um *segundo discurso dos riscos de prejuízos à saúde por conta da exposição direta ao meio ambiente*, vale dizer o contato com a poluição e sujeição às intempéries climáticas, trazendo riscos de gripes, rinites e leptospirose: *“O problema de saúde que dá é esse que eu falei da garganta, né? Os olhos que ardem, a tosse que ataca”*. Ou este outro, que em pleno mês de agosto lembra que nesta rua: *“Tem muita enchente, e esse monte de lixo boiando na rua traz doenças de rato; isso eu considero perigoso”*.

Um *terceiro eixo das representações dos eventuais pontos causadores de prejuízos físicos e à própria vida* diz respeito à *possibilidade de incêndios como um risco à vida*, uma vez que as *instalações elétricas são clandestinas* – e já houve vários *inícios de incêndios*: *“Esse negócio da energia aqui é um perigo, porque um vai puxando luz do outro, que puxou do outro... só na minha barraca já contei sete curtos-circuitos, além de vários inícios de incêndios no pedaço; não sei como ainda não teve nenhum grande incêndio, aqui, as mercadorias todas de pano, de couro, de plástico... é um perigo!”*

Por outro lado, indica-se *claramente a tensão e o nervoso sofridos como problemas de saúde*, neste caso, *mental*. Isto provém de várias origens: da

indefinição legal da situação, do contato com os clientes ou como produto da interrelação entre os próprios ambulantes: *“É o nervoso o problema, faz muito mal. Com esta crise e esse negócio dos camelódromos, já saindo no Diário Oficial... ainda mais com a desunião dos camelôs”*.

A falta de unidade interna no trato das questões comuns também é identificada como uma fonte de nervoso: *“(...) Aqui teve até gente metido em rolo com a polícia! (...) Pois bem: esta foi uma das nossas maiores brigas aqui: convencer o pessoal a não se meter com isso. Hoje tá proibido: ninguém mais recebe mercadoria de fora aqui. Não pode! Aqui é um lugar de tra-ba-lho! Tem que entender isso! Se quiser mesmo sair fora do vagabundo, é fácil, não precisa ficar com medo, nem arrumar confusão: é só perguntar pro cara se ele tem nota fiscal, que você tá precisando, que os fiscais estão em cima, e que você não pode vender essa mercadoria aqui... é só você pedir nota que eles não insistem e vão embora. Mas não, tinha gente que aceitava e aí danava tudo: cinco minutos depois aparecia a polícia, e o sujeito ainda ali, com a mercadoria (...). É por isso que todo mundo tem que combinar de não fazer, porque se o ‘camelô ruim’ (sic) insistir em fazer rolo com muambeiro, aí fica fácil pôr o cara prá fora, chamar a polícia e entregar ele - já aconteceu aqui, tivemos que fazer. Mas é assim que você ganha o respeito da polícia e de todo mundo, que vê que aqui é um lugar de respeito. Mas foi uma briga danada prá estar resolvido este tipo de coisa, agora o pessoal entendeu bem, pode ver, tá tudo certinho hoje!”*

Novamente a tensão gerada na informalidade e alto grau de pessoalidade reinante nas relações surge nas falas: *“Nesse trabalho a gente passa muito nervoso, é problemas com clientes, que dependendo do dia, além de não vender nada, só tomo chapéu, é in-crí-vel (sic): chega a mulher gritando, com um carrinho caro, de controle remoto na mão, e diz ‘- eu comprei isso aqui e num funciona’ - e você troca; quando você chega no Paraguai para devolver, o vendedor diz: escuta, esse número aqui não fui eu que te vendi, não - e mostra os números dos carrinhos que ele te vendeu. E o prejuízo é meu. Tem gente que é muito cara de pau, você não acredita: o sujeito vem com a pilha velha e diz que é nova, que comprou de você! O cara vem todo sério, de paletó e gravata, e quer*

trocar a mercadoria, às vezes é uma marca de fita de vídeo que eu nem trabalho, nunca trabalhei! E ainda levanta a voz! O sangue sobe, e você não sabe se a pessoa tá confundindo a barraca, ou se é cara de pau, mesmo - e então você troca a mercadoria prá evitar confusão. E você sabe, o camelô é mal visto; se você der um espirro mais alto, todo mundo pára para olhar, começa a perguntar o que aconteceu (...) Se você vê eu e um cara de terno discutindo, quem que tá errado e quem tá certo?"

Pelos discursos, as mulheres, que são minoria na atividade do comércio de rua, e que quase que sem exceção trabalham em locais vizinhos ao de um parente próximo, se ressentem bastante, denotando vivências de sofrimento mental, advindos do contato pessoal direto exercitado quotidianamente – e dos desdobramentos disso: *"Saio daqui esgotada, já tive crise de stress, é muito tempo que você senta, levanta, e tá sempre de olho na mercadoria... ainda bem que o pessoal ajuda a olhar, porque senão já tinham me levado muito mais coisa, eu sou meio tonta, porque tem muitos ladrões aqui".*

Os ladrões, *"de todo tipo"*, também são pólos de tensões constantes: *"Tens uns que atacam o cliente quando vai comprar e aí o pessoal das barracas não deixa, sai briga; outros roubam na rua, das pessoas que vem com mais pressa, mais os idosos; e tem outros que roubam as próprias barracas - e aí dá muita dó quando eles pegam o ladrão, porque quando eles pegam um ladrão de barraca... eu não gosto nem de ver, fico muito mal, é feio de ver e não durmo de noite, de lembrar.*

Esta carga de *desgaste mental*, advinda da *sensação de cansaço e das tensões*, devem ser combatida de todas as formas – inclusive através de mecanismos de defesa do ego, principalmente aqueles conhecidos como *negação* e *racionalização*, aparentemente utilizados quando se insinua a *inexistência de tensão diante da informalidade e da instabilidade da situação vivida* – ou ainda por conta de uma possível acomodação diante de uma situação, por exemplo, de remoção, indicando que as coisas se ajeitam 'naturalmente': *"Eu não esquento muito com isso, não. Adianta se preocupar? Não adianta, né? Então é isso".* Ou este outro sujeito: *"Eu não tenho medo, não; se me tirarem daqui, vou prá acolá..."*

já aconteceu antes... fazer o que". Ou ainda uma atitude passiva, encolhida – e supostamente equilibrada, mais ou menos comum de se encontrar no pedaço: “*Eu penso que o que é do hóme, o bicho não come*”.

Igualmente, o acionamento deste tipo de mecanismo – ou de estratégia – se revela também diante dos riscos de prejuízos à saúde no trabalho na rua, tomando-os de modo *indiferente*, relativizando-os: “*Olha, em todo trabalho existem perigos e chances de se machucar*”. Ou este outro, que comparando a ocupação de ambulante com a atividade desempenhada anteriormente comenta: “*É normal. Eu trabalhava num bar, e era pior, me cortava, tinha briga quase todo dia*”. Assim, sem admitir a possibilidade de agravos num nível que permita algum grau de elaboração pelo menos verbal da questão, uma saída, até que comum indica que: “*Aqui é tranqüilo, num tem nenhum problema, não*”.

Portanto, a despeito dos condicionantes mais gerais da vulnerabilidade imbricada à informalidade, que demarcam o contexto e situação de trabalho nas ruas, remetendo-se ao problema do *controle* e as interfaces internas da atividade, à questão *se existe penosidade no exercício do trabalho deste grupo de vendedores ambulantes*, ao que se indica a resposta é *sim*.

De um lado, observa-se um certo grau de *poder* – atribuído ao fato de não ter um controle externo rígido quanto ao horário de trabalho, à falta de chefia direta, à possibilidade de andar “*prá lá e prá cá*” sem admoestações e de conversar e brincar, por exemplo, demonstrando um certo grau de intervenção e proposição no ambiente e no desempenho das tarefas, num determinado raio de ação e alcance, ao menos.

Entretanto, parece haver pouca *familiaridade* em relação ao contexto e delineamentos mais gerais onde se desenrola sua atividade, dada a impossibilidade de estruturar-se e manter-se qualquer tipo ou grau de regularidade e rotina, de conhecer “*quem tá na sua frente*”, gerando situações imprevistas – e imprevisíveis, que é, aliás, um dos pontos mais frequentemente indicados como geradores de *tensões*.

Quanto ao *limite subjetivo*, ainda que variável de pessoa para pessoa, de subgrupo para subgrupo, com capacidades de respostas, modos de

intervenções e escapes diferenciados, os advérbios – *muito, demais, bastante* – utilizados para entender e explicar as preocupações e nervosos do dia a dia parecem também indicar uma *sobrecarga* ou *excesso na capacidade de lidar e suportar a situação* de total instabilidade, irregularidade e precariedade em que trabalham e vivem.

COMENTÁRIOS FINAIS

Esta pesquisa, do tipo *descritiva* e de cunho *exploratório*, analisa a *organização* e as *condições de saúde* de um *grupo de vendedores ambulantes* em um espaço geográfico delimitado no bairro de *Santana*, zona norte da cidade de *São Paulo*. Deste modo, buscou-se *identificar* as formas básicas de *inserção*, *relacionamento* e *permanência* do *grupo*; os *aspectos físicos, ambientais e organizacionais do processo de trabalho* e *levantar* itens básicos referentes à *situação de emprego, instrução, tipo de moradia, renda individual e familiar e acesso aos serviços de saúde*.

A partir de *observações gerais*, de *aproximações gradativas* e *contatos locais*, chegou-se a um universo composto por uma *amostra intencional disponível de cinquenta e quatro sujeitos*, junto aos quais colheu-se informações por meio de *formulários* aplicados a esta *população*, entre *junho a novembro de 1997*, e de *oito entrevistas semi-estruturadas feitas com sujeitos representativos do grupo*, desenvolvidas posteriormente no período de *janeiro a maio de 1998*.

A *tabulação dos dados* foi feita *inicialmente de modo quantitativo*, através de *quarenta e duas tabelas* elaboradas para tal fim, seguindo-se a organização dos mesmos por meio da *estratégia metodológica* de apresentação e disposição de dados em pesquisas de viés qualitativo denominada de “*discurso do sujeito coletivo*” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 1999). Isto possibilitou incorporar às oito entrevistas também as informações levantadas por meio dos cinquenta e quatro formulários, de modo a explicitar-se as *representações sociais* do grupo em questão como um todo, tendo em vista sua posterior interpretação através de *análises de conteúdo*.

Assim, para além do fato já sabido de que uma *amostra do tipo intencional disponível* não permite quaisquer tipo de generalizações, a análise deste agrupamento específico aponta que estes *vendedores ambulantes comercializam os mais variados tipos de mercadorias* – produtos eletrônicos, artigos de couro, roupas, alimentos manuais, como sanduíches e cachorro-

quentes e industrializados, como balas, doces e salgadinhos, passes de ônibus e metrô, utensílios domésticos, além de uma infinidade de artigos miúdos diversos, como alho, chinelos, cigarros, cartões telefônicos e óculos, dentre outros, ou ainda mercadorias sazonais, como cartões alusivos às datas festivas, enfeites natalinos ou blusas, no frio.

De um modo geral, os *pontos de vendas* são *constantes*, numa frequência de pelo menos quatro dias por semana, em *equipamentos removíveis* e desmontáveis ou *fixados no chão* com concreto. Em sua maioria *medem* de um a três metros quadrados; outros em pequenos tablados, de até um metro quadrado, ou ainda equipamentos maiores de três metros quadrados, de aço galvanizado cobertas com o mesmo material, incrementadas com fechos de metal, divisórias e tomadas de energia elétrica.

Estes *vendedores ambulantes* são, em sua grande maioria, do *sexo masculino*; as *mulheres encontradas* nesta ocupação são quase sempre *parentes* – *cunhados e irmãos* – de outros camelôs, fato que, associado às várias menções de compra, venda e ‘associação’ entre eles indica uma possível existência de ligações comunitárias, familiar na atividade, além da provável necessidade de suporte e proteção diante dos desafios e das dificuldades do trabalho na rua.

A maior parte destes ambulantes é originária do *nordeste*, o que indicaria que eles são, *senão a maioria*, pelo menos parecem se constituir no *maior grupo, quanto à origem*, dentre os ambulantes do local. Este aspecto parece corroborar o estabelecimento de vínculos grupais do tipo primário entre eles. Outros são *paulistas ou paulistanos*, filhos ou netos de imigrantes estrangeiros, geralmente donos de um capital econômico-cultural maior, e de uma trajetória que incluiu cargos de chefia, e gerência, bem como a posse pregressa de pequenas propriedades – fábricas e principalmente comércio, inclusive reebidas de forma hereditárias.

Quase todos os ambulantes *não possuem registro de emprego na carteira de trabalho há mais de um ano*; *mais da metade deles estão nesta atividade há três ou mais anos* e a *maior parte deles são donos da própria banca*, embora quase *um quarto estejam a serviço dos demais*. Ressate-se aqui um

número considerável de respostas evasivas ou não conclusivas a respeito do dado relativo à posse ou tipo de vínculo, ainda que não apurado de modo sistematizado.

A maioria absoluta deles cumpre uma *carga horária de mais de dez horas diárias*, sendo que *quase metade afirma trabalhar doze ou mais horas por dia*. Igualmente, a *maioria absoluta relata cumprir uma jornada de trabalho de seis dias por semana*, número que pode chegar a sete nas proximidades de datas como *Dia das Mães ou Natal*; muitos deles afirmam continuar a jornada aos domingos, quando vão comprar produtos no Paraguai ou vender mercadorias em outros lugares e eventos – quermesses, eventos em parques públicos ou festas no interior.

Os ambulantes entrevistados são, em sua *maioria, casados*, e *distribuem-se de forma mais ou menos homogênea em vários grupos de idade*, sendo que *quase metade deles encontram-se com até 30 anos de idade*, enquanto que *quase o mesmo tanto situa-se na faixa dos 40 anos em diante*.

Os números relativos à *idade* talvez permitam inferir que *existe uma boa parcela de pessoas que já adentram o mercado de trabalho através do setor informal*, uma vez não conseguirem descrever e/ou definir uma atividade básica anterior; outros não chegaram a exercer de modo regular uma carreira específica, fazendo serviços extemporâneos e muitas vezes precários – como ajudante geral em obras, edifícios ou entregador, dentre outros, apenas prosseguindo na informalidade, agora como ambulante. Por outro lado, há *sujeitos donos de uma experiência profissional acumulada, formação superior e que já ocuparam cargos e funções compatíveis, mas que não se mantêm no mercado formal*, em função do desemprego e da idade um pouco mais avançada, encontrando no comércio de rua *igualmente a melhor ou única oportunidade de ocupação*.

Quanto às *condições de vida*, pouco mais da metade deles moram em casa própria – entendida, muitas vezes, mais como *a ocupação física regular associada ao não pagamento de aluguel do que em função da posse legal do imóvel*; a maior parte destes moram em bairros mais afastados e periféricos; àqueles que apresentam *padrão sócio-econômico melhor*, vivem em bairros com

maior oferta de bens e serviços. *Todos moram em casas de alvenaria, com acesso à luz elétrica e à água; esta taxa cai quando se inclui coleta regular de lixo, iluminação de rua, esgotamento sanitário e asfalto.*

A maioria absoluta destes vendedores ambulantes estudou até o primeiro grau, sendo que a quinta parte deles o concluiu; outrossim, oito vendedores ambulantes possuem formação superior, seis deles, completos.

Embora os números referentes à *renda* não permitam maiores ilações, *a quase terça parte deles afirma obter, em média, mais de seis salários mínimos por mês; apenas oito ambulantes declararam ganhar até um salário mínimo. Quanto à renda familiar média, o número dos que se situam acima dos seis salários mínimos sobe para quase metade deles, e apenas quatro deles continuam na faixa de renda de até um salário mínimo – a mesma quantidade encontrada de famílias que ganham mais de vinte salários mínimos por mês.*

Em relação às formas básicas de *inserção*, observa-se que o *início* na atividade de vendedor ambulante ocorre por conta do conhecido *desemprego e da não criação de novos postos de trabalho*, ocasionando a *não absorção da mão de obra disponível*, tanto de sujeitos situados em *faixas etárias mais baixas*, dos 18 a 24 anos, como também daqueles em *idade mais avançada*, dos 31 aos 40 e dos 41 aos 50 anos.

Para outros, geralmente donos de *baixos índices de escolarização e qualificação profissional*, a ocupação no setor informal urbano é a *continuidade de outras formas de trabalho igualmente informais ou precárias* desempenhadas anteriormente, principalmente no *setor de serviços*. Muitas vezes a atividade como vendedor ambulante significa inclusive uma *melhora do ponto de vista econômico e nas condições gerais de trabalho*, particularmente quanto à organização. Entretanto, a despeito de muitos deles possuírem *bons níveis de escolaridade especificidade técnica e contarem com alguns anos de experiência profissional equivalente à formação superior*, a *baixa qualidade do emprego encontrado no setor organizado associado às exigências cada vez maiores*, desencoraja os pretendentes ou ocupantes, que encontram na atividade de rua uma espécie de

colchão que os acolhe à *espera de novas e melhores oportunidades de retornarem ao emprego registrado*.

Num terceiro tipo de trajetória, encontrada em menor grau, constata-se a *presença de ex-pequenos e médios empresários cuja vinda para a rua teria ocorrido em função das alternâncias e solavancos econômicos dos últimos anos*. Ainda que indica-se uma queda no padrão de vida de muitos destes ex-empresários, para outros, dado o estado quase permanente de crise em que viviam e o lento declínio experimentado, a vinda para o comércio de rua não representou uma mudança súbita, não se sabendo, às vezes, “*se optou ou foi optado*”. Para aqueles cuja falência foi um acontecimento traumático, o golpe é acusado *não apenas em termos econômico-sociais*, mas também no *âmbito psicológico, com forte impacto nas relações interpessoais, na auto-estima e na identidade dos sujeitos*.

Para os sujeitos que melhor lidaram com a crise do empreendimento formal e a vinda para a rua, este impacto é menor, ou melhor, indireto, havendo possivelmente uma espécie de antecipação ao fato. Assim, para alguns ex-pequenos e médios empresários a atividade informal seria “*apenas mais um degrau que eu desci da minha ex-loja aí em frente*”. Estes são capazes de *apontar pontos positivos na ocupação* – como o fato de que na rua os parâmetros são claros: “*você sabe com quem tem que falar e resolve as coisas de uma vez*”, enquanto que no setor organizado, não: “*os fiscais sempre dão um jeito de descobrir alguma coisa, não adianta... é impossível estar em ordem*”.

Deste modo, o que seria um dos grandes problemas da atividade informal – a suspensão dos Termos de Permissão de Uso e a consequente negociação direta com os fiscais da Prefeitura - acaba sendo relativizado em função das dificuldades, que podem ser ainda maiores, – e mesmo ainda mais pessoalizadas – justamente na atividade legamente organizada e presumidamente suportada do ponto de vista institucional.

O grupo se vê de duas maneiras: um discurso básico de *irmandade*, e outro que, aprofundando um pouco mais esta elaboração remete à idéia de *algumas fissuras* nesta suposta “*grande família*” – como acontece, aliás,

geralmente com as *grandes famílias*. Num primeiro nível de abordagem, a primeira idéia é recorrente e constatável: via de regra “*na rua todos se ajudam, todos se olham*”, realmente, indicando um caráter quase totêmico em relação à desconhecida e ininteligível “*rua*”. Para alguns, este espelhamento chega a ser simbiótico, difuso, constituindo-se um anteparo, uma defesa coletiva, real ou imaginária, ajudando a conformar uma identidade e um código de comportamentos comuns – inclusive tendo em vista o tratamento aos *estranhos*, aos *de fora* ⁸⁵.

Deste modo, enquanto que o *fenômeno de se ver como parte de um grupo, de um campo com os mesmos problemas e objetivos* parece independe de idade, origem, escolaridade ou condição econômico-social, a recíproca parece não ser verdadeira. Para *aqueles que tentam impor uma certa distância em relação “aos camelôs”, tratando-os muitas vezes na terceira pessoa*, o idealizado seria a reprodução de formas de convívio social experimentados em outros âmbitos ou ocasiões, aludindo-se ao “*barulho*” ou à “*bagunça que o pessoal faz*”, como exemplo de comportamentos tidos ‘inadequados’.

Outros limites neste reconhecimento imagético grupal são indicados pela *concorrência desenfreada*, argumentando-se em função da *quantidade de pessoas*: “*tem muita gente na rua, atrapalha mesmo*”; da *desorganização do espaço*, aludindo-se ao fato de que: “*qualquer um chega aqui e monta sua banca*”; e ao *caos político-social*: “*tá muito bagunçado, tem gente boa, gente ruim, tem de tudo na rua*” e também pelas mudanças na *estrutura de emprego* – e nos *papéis sociais* – expressos através das diferentes trajetórias: “*tem muita gente que não precisa tá aqui, tem dinheiro, mas aproveita e vem prá rua*”.

⁸⁵ A idéia do local de trabalho entendido através de atributos próprios da *família*, parece trazer consigo – ou repor – o papel atribuído aos chamados laços de comunidade, tradicionais, primários, enfim, traços baseados nos aspectos mais bem sentimentais, emocionais – quiça não alienados! – que negariam justamente o caráter formal e impessoal marcantes das relações de trabalho modernas. Sobre o assunto, FLEURY, 1989, afirma que: “*o mito da família revela assim as duas faces presentes nas relações de trabalho: a face visível de solidariedade, de cooperação, e a face oculta da dominação e da submissão*”, “*O Simbólico nas Relações de Trabalho*”, em FLEURY, M. e FISCHER, R., *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo, Atlas, 1989, p. 113 a 127. Grifos nossos.

Como decorrência, observa-se que, a despeito da sentida necessidade premente de *organização do comércio de rua*, as formas variam: geralmente referem-se à *uma ação externa* a eles, basicamente por parte da Prefeitura, enquanto alguns outros enfatizam *a participação como sinônimo de ações como o acompanhamento das medidas tomadas que regulam a atividade* – busca dos decretos publicados no Diário Oficial do Município, discussão de notícias de remoção, na definição dos locais dos bolsões de comércio popular – os camelódromos – ou contatos junto à Administração Regional local.

Na primeira forma de ver a questão, amplamente majoritária entre eles, *avalia-se a participação no processo de regulação como algo muito complexo, sentindo-se desalentados para tal empreita*. Isso porque a percepção de si como *categoria*, como um *coletivo*, capaz, que propõe e executa, pressupõe sujeitos que igualmente se reconheçam a si mesmos desta forma ⁸⁶.

Essa postura, que independente de condições sócio-econômicas, origem ou níveis escolares, parte muitas vezes da referência à tentativas anteriores de participação social frustradas, como nos casos de reivindicações de melhorias na infra-estrutura do bairro onde moram, fazendo parte ainda de um sentimento mais amplo e disseminado de que *“tá tudo bagunçado, não tem jeito, sempre foi assim e sempre será”*. Este tipo de comentário dirige-se não apenas à falta de balizamentos claros quanto ao comércio de rua, mas, o que é pior, ao próprio país, *“as novelas, a TV, o futebol, a política... tá demais, ninguém mais sabe quem tá certo, quem tá errado (...) isto aqui virou Brasil”* ⁸⁷.

⁸⁶ Este tipo de postura fatalista, determinista, que aparece, de um modo geral, no discurso dos ambulantes tanto em referência à *participação social*, quanto em relação ao temas ligados à *saúde*, guarda relação direta com a *“dificuldade de pensar a liberdade individual”*, segundo ZALUAR (1985:158).

Ao nosso ver, parece haver aqui também a ocorrência do fenômeno chamado na psicologia de *“locus de controle externo”*, quando o controle do comportamento é entendido como estando fora do sujeito, ou seja, a percepção do sujeito é a de que independentemente daquilo que ele faça, é impossível prever e determinar os desdobramentos de sua ação (SELIGMAN, 1977, em IBANHES, L. C., 1988, p.111).

⁸⁷ Em um texto chamado *“Raízes Teológicas do Populismo no Brasil”*, CHAUÍ, 1994, afirma que o populismo em nosso país possui suas longínquas origens numa concepção teológica da política que atravessa nossa história, desde o descobrimento até os nossos dias, e que é alimentada pela estrutura e organização autoritária da sociedade brasileira. De acordo com a autora, as classes populares têm acesso à política como uma luta entre o bem e o mal, numa explicação de mundo que instaura a possibilidade de ordem apenas a partir de um estado natural, esperando-se a redenção social através do envio do governante e da lei por parte da providência divina. Esta concepção, tão comumente encontrada em várias camadas da população, é

No segundo caso, alguns ambulantes *avaliam como necessário a interação e intervenção no processo de participação e regulação do comércio de rua*, mesmo reconhecendo-se que estas ações sejam trabalhosas e complicadas – inclusive àquelas internas à atividade. Apesar do *particularismo* – que acaba se *constituindo como um dos principais traços do comportamento manifesto dos ambulantes*, muitos perseveram no estabelecimento e adoção de padrões comuns a todos, como a *troca de mercadorias quando solicitada pelos clientes* e a *limpeza do local*.

Em linhas gerais, se por um lado não chega a se observar a existência de lideranças plenas, capazes de absorver e/ou gestar um projeto coletivo, em momentos de crise a comunicação lateral funciona entre eles, na proporção inversa à gravidade do momento – vinda de fiscais ou risco eminente de remoção – levando, algumas vezes, à reuniões e discussões gerais em espaços da região – como o salão da igreja local. Outros assuntos mereceram uma resistência estabelecida de forma comum, ainda que passiva, como visto em algumas ocasiões, em que entidades “de fora” do bairro insistiam em cadastrá-los e torná-los “associados”.

Aliás, aproveitando-se da esquizofrenia – ou do excesso de lucidez - da máquina burocrática municipal e partindo-se do entendimento pessoalizado da lei, subsumida às compreensões particularistas, bem ao estilo do *jeitinho brasileiro*, enfim, grande parte deles continuam pagando os Termos de Permissão de Uso, ainda que vencidos. Isto é explicado como uma forma de “*fazer a própria parte*” na questão, ou seja: “*se eles não se recusam a receber o dinheiro, então tem que aceitar o TPU*”, referindo-se à Prefeitura.

Em suma, observa-se uma vasta *zona cinzenta entre o setor formal e o informal*, que se manifesta de variadas formas: em *termos econômicos*, quando muitas vezes não se explicita muito claramente a passagem dos sujeitos

denominada de *matriz mítico-teológica* porque se apóia em “*uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico, e muito menos no plano real*”. Assim, um dos principais efeitos desta concepção de mundo é a visão do governante como o salvador, cuja expressão é, do lado dos dominantes, a ideologia populista, e, do lado dos dominados, o messianismo (em DAGNINO, E., “*Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*”, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19 a 30).

de um lado para o outro; no âmbito *psicológico*, dada a *instabilidade financeira* e o *desamparo igualmente experimentados quando dos tempos como dono de pequenas empresas do setor organizado*. Do ponto de vista *legal*, enquanto o comércio informal *busca algum tipo de reconhecimento social e inserção jurídica – pagando-se taxas municipais, e recolhendo-se valores junto à previdência social*, além de alugar espaço em lojas do comércio formal, este foge justamente do excesso na regulamentação e da crise econômica, estreitando laços com a informalidade, como por exemplo sublocando parte da loja para a guarda de mercadoria dos ambulantes, o que muitas vezes acaba se transformando em fundamental fonte de divisas.

No que diz respeito à *saúde*, esta é vista como um fenômeno transcendental, que se apresenta de modo pronto e acabado, numa *elaboração determinístico-metafísica* do tema; sendo ela *uma riqueza natural, a maior, quando não a única*, aparece como uma *dádiva divina*. A *saúde é entendida basicamente como a não manifestação da doença* – cujo surgimento e desdobramentos independem da ação humana, não havendo, assim, muito o que pensar – e menos ainda, que fazer, a este respeito. Mas se não se pode produzir saúde, e se lhes são desconhecidos os mecanismos de distribuição da saúde, procura-se ao menos consumir saúde, como uma espécie de proteção, ainda que sabidamente mais simbólica do que efetiva, encontrada sob a forma mercadoria, comprável através de planos de saúde, prática recorrente entre eles.

Embora apontem muitas queixas, dores e sintomas, estas apenas se transformam em um problema de saúde – com a consequente ida ao médico – quando são impeditivos de continuar a trabalhar – ainda que eventualmente justamente um agravo ou suas sequelas o tenham feito mudar de atividade e ingressar no setor informal. Não importa: a doença apenas vira um problema de saúde e passa a merecer um reconhecimento e esta denominação se se constituir num impeditivo ao exercício de um trabalho, qualquer tipo de trabalho, caso contrário, não.

As inúmeras indicações de *queixas e dores – estômago, cabeça, pernas, costas, insônia, nervoso* – são consideradas como normais diante da

situação de instabilidade e precariedade econômico-social a que estão submetidos. O corpo, acostumado às muitas exigências, deve suportar tudo, senão calado, pelo menos conformado, sem obter respostas aos seus reclames e lamentos, atribuídos a fatores vistos como naturais, sedimentados, tais como: idade, tensões associadas à situação de instabilidade econômico-legal, vulnerabilidade física, principalmente diante da violência urbana, barreiras no acesso aos serviços de saúde, enfim, fenômenos assimilados como parte da vida, do contexto brasileiro, da paisagem e do cotidiano laboral, contra os quais não haveria nada o que se fazer.

A saúde é tida como uma condição natural e externa, assim como a doença é um evento circunscrito e pontual; as possíveis proteções – prevenção, promoção, cura ou reabilitação – são atribuídas igualmente a fatores cristalizados e atemporais: a origem, a moral, a fé e a mesmo a situação de pobreza os impediriam de “cair doentes”, ou seja, de reconhecerem a existência e a evolução de problemas de saúde, funcionando estes artefatos como mecanismos de defesa do ego – negação e racionalização, principalmente.

O atendimento à saúde na rede pública é visto com ressalvas, dada a existência de filas, o horário incompatível, e o prazo entre o agendamento e as consultas, muito longo – e disso decorre a justificativa dada pelo número considerável de pessoas encontrado que paga convênios e planos de saúde privados. Porém, se o atendimento ambulatorial é avaliado como insatisfatório, indicando-se gargalos relativos ao acesso aos serviços de saúde, inclusive porque o número de problemas de saúde observado é maior do que o de utilização de cuidados médicos, em todos os casos citados onde houve utilização de serviços de urgência e emergência o impacto foi absorvido totalmente pela rede hospitalar pública e filantrópica, especificamente a Santa Casa de Misericórdia. Igualmente em todos os casos citados onde houve e há necessidades regulares de cuidados de controle e prevenção de doenças crônicas e procedimentos complexos, ainda que feitos em instituições privadas, o atendimento é feito via Sistema Único de Saúde - SUS.

Deste modo, *o atendimento relatado na rede privada é unicamente do tipo consultorial*, sendo encontrados dois casos de cirurgias simples feitas por “*médicos conhecidos*”. Em relação aos planos e convênios de saúde, encontrados em proporção talvez maior do que o imaginado, observa-se muitas *referências à falta de atendimento, por desconhecimento de carências, da exigência de recibos e comprovantes e de cláusulas específicas, principalmente da chamadas “doenças preexistentes”*.

Remédios são utilizados de modo definido como frequente por pelo menos quase metade deles, um número que pode ser considerado alto, ainda que parte destes o façam segundo algum tipo de orientação médica. As drogas são vistas como necessárias, como um *benefício disponível na luta contra as queixas ou agravos já instalados, no combate aos seus efeitos, uma vez que as causas estariam fora do alcance de intervenção ou transformação*.

Quase metade deles *conhecem a origem de seus sintomas, legitimados pelo médico como um agravo à saúde*, embora muitas vezes a orientação possa ser considerada como vencida, não havendo avaliações e ajustes periódicos na terapêutica recomendada. Outros *utilizam-se de medicamentos – analgésicos, anti-inflamatórios, relaxantes musculares e ansiolíticos – sem a descrição de motivo ou por indicação de parentes e amigos; e há muitos ainda que usam estes tipos de remédios sem atinar para a regularidade e frequência com que o fazem*. Se isto não faz deste último grupo um caso “*mais grave*” do que os outros, de um ponto de vista pretensamente moral ou técnico, corrobora o fenômeno já constatado da extrema proximidade e mesmo familiaridade com os remédios, dado o acesso amplamente facilitado, e o hábito da auto-medicação, haja vista a cultura medicalizadora inculcada anos a fio e disseminada através dos meios de comunicação. Ainda em relação aos *remédios, há referências à bebida alcoólica e à religião, vistos como um alívio ou solução para as dificuldades vividas no cotidiano*.

Os itens do protocolo referentes ao *ambiente geral e à organização do trabalho* requereu filtros já na marcação das respostas, dadas as características singulares da ocupação desenvolvida pelo grupo. Esta assimetria

pode ser explicada por fatores que vão desde a experiência de vida e perfis socioculturais multivariados, passando pelas condições peculiares de trabalho, até paradoxos que somente puderam ser minimamente compreendidos mais tarde, a saber.

Como seria esperável, quanto ao *ambiente físico do trabalho*, a maior parte deles avaliam a *exposição direta ao meio-ambiente – à poluição, a ruídos e às intempéries climáticas negativamente*, causando desatenção, irritação e stress constante, e danos à saúde, como doenças respiratórias e dor nos olhos, além de prejuízos financeiros, causados pelas chuvas, que estragam mercadorias e afastam os clientes.

Entretanto, muitos deles indicam *indiferença em relação aos gases e à fuligem*, tidos como “normais”, incorporados à paisagem urbana, enquanto quase metade vê o ruído e a *sujeição às variações do clima* como dados positivos. O ruído serviria, “para ficar esperto”, ou como parte da “diversão”, ligados diretamente à “vida do local”, talvez associado à “bagunça”, vocábulo muitas vezes usado como sinônimo de muita gente/aumento da possibilidade das vendas. A exposição ao clima, o “ficar no tempo”, é saudado como uma espécie de “trabalho ao ar livre”, de “contato com a natureza”, uma vez que “na rua é bom porque não fica trancado num lugar, preso”, e que “você vê se é dia, se é noite, se tem sol, se não tem”, provavelmente considerados em oposição a tipos de trabalhos anteriormente desempenhados em que isto não era possível.

O *ambiente geral de trabalho* igualmente apresenta dois pontos de vistas: de um lado avalia-se como positivo o *espaço de locomoção, a postura de trabalho, o número de pessoas e a supressão das necessidades fisiológicas*, enquanto que outro modo de ver aponta senões nestes mesmos itens.

O *espaço de locomoção* é avaliado como bom quando se centra a análise no fato de se “poder andar prá lá e prá cá”, apropriando-se do espaço físico comum e desconsiderando-se fronteiras entre *sujeito/mundo*, percepção compartilhado por mais da metade dos ambulantes. Porém, pouco mais de um terço deles se referem aos limites de sua banca considerando-se a oposição entre *espaço interno/espaço externo, ou ainda referindo-se às relações*

barraca/barraca, o que conflui numa avaliação negativa, dado o “espaço apertado” ou o “excesso de vendedores na rua”.

Em relação à *postura de trabalho*, cerca de um terço dos ambulantes considera positivo o fato de “*não fazer uma coisa só*”, referindo-se também à não repetição de gestos: “*eu sento, levanto, não fico parado num lugar*”, enquanto mais da metade deles indicam prejuízos à saúde – dores nas pernas e nas costas, causados principalmente pela posição, sentados, em banquinhos desconfortáveis, e em outros locais improvisados, como rolos de fita-barbante.

Quanto ao *número de pessoas*, enquanto parte deles avalia positivamente o item partindo da premissa que “*muita gente é igual a aumento nas chances de vender*”, para outros “*muita gente é igual a aumento de confusão*”, ou seja, significa excesso de ambulantes nas ruas, de transeuntes que esbarram e derrubam mercadorias e o consequente surgimento de larápios, atraídos pela “*bagunça*” – contribuindo, desta forma, para o incremento da dita “*confusão*”. Assim, apresentam-se os ambulantes como que *confusos*, com o perdão do trocadilho, presos que estão à luta pela própria sobrevivência; daí que o *bom torna-se ruim*, e o *ruim, torna-se bom*, uma vez que dependem disso para viver – ainda que às custas de *desgastes*: *tem que “ficar de olho em tudo, o tempo todo”*, ou tensos com os “*rolos que dá quando ladrões querem roubar os clientes*” – descambiando muitas vezes para a violência verbal ou mesmo física.

A *supressão das necessidades fisiológicas básicas* é *difícil* para muitos deles, notadamente as mulheres, por conta do uso de sanitários e questões de *higiene*. Entretanto, muitos deles *não vêem problemas quanto às condições fisiológicas, tidas como satisfatórias*, uma vez que para usar banheiro, vai-se “*em qualquer lugar*” – bares, metrô e mesmo agências bancárias, enquanto que para fazer refeições, além de não haver nenhum empecilho, chega a ser bom “*porque pode variar o local*”. O viés é adotado, evidentemente, a partir de suas condições de trabalho anteriores e da própria experiência de vida.

Quanto aos *aspectos organizacionais do trabalho* – *horário, ritmo, jornada e controle do processo* – os ambulantes se dividem entre aqueles que

consideram estes itens como *positivos* – *dado que o horário e o ritmo, por exemplo, seria desenvolvido próprios sujeitos*. Outros apontam problemas: o *horário não seria estipulado pelos ambulantes, mas sim pelo fluxo de vendas, “esperando vender mais alguma coisa”* para voltar para casa, ao passo que o *ritmo*, visto como sinônimo de *“oscilação das vendas”*, é igualmente tido como instável, contribuindo decisivamente para o aumento das preocupações, ajudando a conformar a imprevisibilidade e irregularidade da função no que teria de mais premente: o lado financeiro.

A duração da jornada é avaliada como boa *quando se a tem como longa*. O parâmetro adotado são as aludidas maiores possibilidades de vendas; a recíproca não é verdadeira, pois ela pode também ser considerada como *ruim quando se avalia o fato de que ela é “muito longa”, não havendo, inclusive, folga no fim de semana*. Indica-se novamente o *paradoxo em que acabam circunscritos os sujeitos: um horário, ritmo ou jornada ruins, longas, são tidos como bons justamente por serem ruins, ou seja, na medida que significa maiores vendas*.

O avaliação do *controle do processo de trabalho* distribui-se mais ou menos da seguinte forma: *é satisfatório se se reconhece a existência de normas de comportamento*, do que pode ou deve e do que não se pode e não se deve fazer. É interessante notar que, a despeito de a regulação e as regras mais gerais serem estabelecidas sem a participação direta dos ambulantes, o fato deles intuírem, saberem, descobrirem, enfim, *como deve-se portar no ambiente já é avaliado como uma vantagem*, afinal: *“não tem porque ter rolo, cada um sabe o que tem que fazer”*. Aliás, *“cada um fica na sua, e boa”*, poderia ser o lema local.

Este – aparentemente - simples acontecimento passa a ganhar *conotações positivas*, provavelmente devido ao fato de que *“nas firmas”* onde tenham anteriormente trabalhado, eventualmente o grau de cobranças e exigências era maior – e o *‘locus de controle interno’* era ainda menor. Outro parâmetro utilizado parece ter sido o de que atualmente é muito difícil saber, prever os acontecimentos, saber portar-se, manter-se, enfim, no setor organizado, dada as turbulências dos dias de hoje, onde as preocupações devidas ao extenso

noticiário de *crise, recessão e o iminente corte de funcionários* se constituem como fontes de tensões constantes.

Um terceiro modo de ver o *controle do trabalho* se caracteriza pela *indefinição: há coisas que se pode, e coisas que não se pode controlar no ambiente de trabalho, um controle restrito, indicando-se a existência de pontos positivos e negativos na ocupação de ambulante*. Infere-se a percepção de um *controle relativo do processo*, articulando-se os *apelos e estratégias geradas pelas dificuldades comuns enfrentadas de forma particular – se ajudar, se olhar, não ter chefe, não ter horário, andar à vontade prá lá e prá cá – com os limites dados pela impossibilidade de resolverem por si só os impasses e paradoxos legais, econômicos e jurídicos da questão: não poder aumentar o tamanho da barraca, não poder resolver quem entra e quem sai do negócio de rua, não existir expectativas ou possibilidades de ascensão profissional, e, principalmente, a instabilidade da instabilidade*, ou seja, além de trabalhar na rua, não saber nem se vai poder continuar trabalhando na rua.

Com respeito aos *aspectos da organização do trabalho cujo impacto se refletem na saúde física ou mental*, em termos de possíveis indicadores de sofrimento psíquico, em relação à *presença de conflitos nas relações interpessoais*, observa-se que a esmagadora maioria *não refere nenhum tipo de problema nos contatos do dia-a-dia: “na rua todo mundo se ajuda, todo mundo se olha”* parece ser o lema. O eventual apressamento em confirmar a *enorme amizade e a grande família* que se pretendem denota o acionamento de mecanismos de defesa coletivos, ressaltando-se frequentemente a expressão “*na rua*”, ou seja, o fato de se estar num campo específico, desprotegido, diante do inusitado e do desconhecido com que lidam diariamente. Cria-se e conforma-se um padrão normativo e comportamental próprio e uma busca de proteção grupal, um sentimento de unidade, que não pode admitir a existência de grandes dissonâncias – muito menos perante os ‘*de fora*’.

Alguns, em menor número, *indicam a existência de pontos de atritos*: com clientes, que reclamam dos preços, ou que querem trocar produtos não comprados no local; com transeuntes, que esbarram “*de propósito*” nas

mercadorias expostas – e entre os camelôs, dada a luta implícita pela ocupação do espaço, pelos compradores, e pelo surgimento de um novo colega – e competidor – no pedaço.

Uma das possíveis *fontes de sofrimento mental* indicada remete à *sensação de esgotamento*, apontada pela maioria deles de modo enfático. O sentimento de cansaço diante das circunstâncias e da falta de expectativas se revela em frases, em pedaços de frases, muitas vezes entrecortadas, não terminadas, onde se explicita o *cansaço e a falta de ânimo*.

Outra fonte permanente de preocupações, que contribui para o sofrimento mental, com possíveis implicações psicossomáticas são as *tensões*, também referidas pela maioria dos ambulantes. Dado o panorama, aparece *sensações de nervos, ansiedade e angústia, indicados em função dos efeitos da precariedade e da instabilidade da situação vivida*. Às vezes emerge *explicitamente* também sentimentos de impotência, *com consequentes efeitos na auto-imagem e na identidade*.

Junto com a desvalorização social da atividade desempenhada, refletida inclusive através do valor monetário, pode ocorrer também um rebaixamento da auto-estima do próprio sujeito. Nos casos onde houve queda no padrão sócio-econômico e o fato de ser ou estar ambulante não foi digerido, as relações pessoais também são seriamente abaladas.

Muitas vezes surge a *sensação de desalento, que pode estar associado ao desamparo*, uma vez que não se consegue intervir de modo decisivo nem na conformação do cotidiano, e menos ainda do próprio futuro ⁸⁸.

As *tensões* aparecem geralmente ligadas aos aspectos macro da atividade; mas também surgem nas interfaces internas, dado o fato de conviver com situações imprevisíveis, com pessoas desconhecidas – que podem se revelar no meio da suposta venda, um ladrão de mercadorias, por exemplo.

⁸⁸ Ao estudar os distúrbios depressivos, SELIGMAN, 1977, conclui que eles: “*são causados a partir da crença de que toda ação é inútil. Manifesta-se sentimentos de desesperança em relação à realização de objetivos, quando a responsabilidade pela desesperança é atribuída aos próprios defeitos pessoais*”. O autor afirma ainda que o processo da depressão é causado pelo ‘*desamparo*’, que pode ser definido como: “*a falta de relação entre respostas e as consequências destas, (...) quando o meio-ambiente apresenta contingências que são independentes de qualquer resposta voluntária*”.

Deste modo, para além do *risco de violência embutido no contato físico direto, o desgaste mental se manifesta nas situações de conflitos interpessoais, latentes, prestes a irromper dado os tênues limites do estatuto jurídico-social da condição de o ambulante e da situação vendedor/comprador, atingindo o âmbito da moral e da constituição da identidade e da auto-estima do sujeito*. As *tensões* podem aparecer junto com o *preconceito*, quando o esqueleto vertical da sociedade brasileira aparece sem máscara, reposta em termos maniqueístas pelas *‘pessoas de bem’* em oposição aos *‘marreteiros de rua’*.

Portanto, a existência de *riscos à saúde é apontada pela maioria dos ambulantes*. Em termos físicos, na rua se está sujeito à possibilidade de atropelamento e acidentes de trânsito, à violência e agressões físicas, como amplamente indicado. Outro tipo de *prejuízo à saúde ocorre por conta da exposição direta ao meio ambiente*, o contato com a poluição e a sujeição às intempéries climáticas, trazendo riscos de gripes, rinites e leptospirose. Aponta-se ainda a *possibilidade de incêndios como um risco à vida, uma vez que as instalações elétricas são clandestinas – e que já houve vários inícios de incêndios no local*.

Além destes, pode-se indicar outros riscos para todos aqueles que transitam pelo local – caracterizado justamente pelo grande fluxo de pessoas, automóveis e terminal de ônibus urbano: *a existência de um sem-número de pontos de vendas – sanduíches, churrasquinho, pipoca – que fazem uso de fogareiros e botijões de gás liquefeito, sob condições de segurança inadequadas*.

Do ponto de vista psicológico, indica-se *claramente a tensão e o nervoso sofridos como problemas de saúde*, neste caso, como indicadores de *desgaste mental*. Isto provém de várias fontes: da indefinição legal e da instabilidade da situação, das relações interpessoais com gente *‘de todo tipo’*, que anda pelas ruas, ou como produto das interações dos próprios ambulantes.

Quanto à relação entre os ambulantes, *a falta de organização e de participação no acompanhamento das questões institucionais gerais*, que acabam prejudicando os *“camelôs de verdade”*, também a *falta de união no trato das questões comuns visando adquirir um estatuto senão legal, pelo menos legítimo*

aos olhos da sociedade, também é identificada como uma fonte de nervoso, uma vez que os 'rolos' que os 'camelôs ruins' fazem, impactam na imagem de todos eles.

Citada como geradora de *desgaste mental*, a *tensão* subjacente à indefinição de normas claras de procedimento, associada ao alto grau de pessoalidade vista no exercício da atividade, é apontada de modo bastante recorrente em relação aos clientes, quando muitas vezes não se sabe “se a pessoa tá confundindo a barraca, ou se é cara de pau, mesmo - e então você troca a mercadoria prá evitar confusão”.

A busca pelo reconhecimento acontece no enfrentamento da hierarquização naturalizada fundante das relações sociais brasileiras, revelando o *preconceito da marca* em relação à *origem*, como revela esta fala: “E você sabe, o camelô é mal visto; (...) todo mundo pára para olhar, começa a perguntar o que aconteceu (...) Não precisa nem perguntar: se você vê eu e um cara de terno discutindo, quem que tá errado e quem tá certo?”⁸⁹.

Como a possibilidade de embates físicos é sempre latente, as mulheres denotam vivências de sofrimento mental, advindos do contato pessoal direto exercitado cotidianamente. Deste modo, os ladrões ‘*de todo tipo*’ – e seu enfrentamento por parte dos barraqueiros – são pólos de tensões constantes, fato explicitado principalmente pelas mulheres.

A *sensação de cansaço* e as *tensões* são combatidas inclusive com o acionamento de mecanismos de defesa do ego, no caso os de *negação* e *racionalização*, aparentemente utilizados quando se declara a *inexistência de tensão diante da informalidade e da instabilidade da situação vivida*. Reafirma-se a percepção do *desamparo*, por conta de uma possível acomodação ou descrença nas chances de reversão dos fatos, por exemplo, da remoção, indicando que as “*coisas se ajeitam*”, ou, “*se me tiram daqui, vou prá outro lugar*”.

⁸⁹ Ao estudar o que chama de ‘*dilema brasileiro*’ DA MATTA, 1981, afirma que, como toda sociedade colonizada, dependente e periférica, nosso país apresenta um alto grau de crises e conflitos, mas que ao invés de assumi-los e tratá-los, procura escondê-los: “*Se o conflito é aberto, é porque a sociedade procura suprimi-lo; mas se é escondido, então o igualitarismo choca-se com o esqueleto hierarquizado e verticalizante*” (1981:142). Assim, “*preferimos utilizar o domínio das relações pessoais – essa área não atingida pelas leis –*

Este tipo de mecanismo talvez apareça ainda diante dos riscos à saúde do trabalho de rua, avaliados como *indiferentes*, relativizando-os: “*Em todo trabalho existem perigos e chances de se machucar*”, ou ainda comparando a ocupação de ambulante com àquela desempenhada anteriormente: “*É normal. Eu trabalhava num bar, e era pior, me cortava, tinha briga quase todo dia.*”

Para além da evidenciada vulnerabilidade inerente à informalidade total que demarca o contexto do trabalho ambulante, remetendo-se ao problema do *controle* e as interfaces internas da atividade, observa-se igualmente a *penosidade no exercício do trabalho deste grupo de vendedores ambulantes*. Se, como afirma DEJOURS o *sofrimento mental resulta da organização do trabalho* (1987:25), onde o *sofrimento psíquico* designa exatamente essa *região difusa entre a saúde e a doença*, um *espaço que se caracteriza pela luta contra a doença mental*, observa-se um certo quantum de *poder*, de criatividade e de interação propositiva no cotidiano deste trabalhador, num grau, inclusive, provavelmente maior do que o de muitas outras categorias – por conta de não se apresentar horários, rotinas e movimentos controlados diretamente por uma chefia, ou quando inventam brincadeiras entre si, jogam baralho, conversam coisas “*que não se aproveita nada, mas é muito divertido*”, enfim, pausas geralmente desconhecidas para quem trabalhou como ajudante numa fábrica, ou de servente numa obra, ou como motorista de caminhão, ou de zelador...

Porém, a impossibilidade de intervenção nos alicerces do trabalho, aliados à falta de *familiaridade* diante de uma atividade que se caracteriza justamente em função da impossibilidade de estruturação de qualquer tipo ou grau de regularidade, gerando situações imprevisíveis, onde o *limite subjetivo* é testado a todo momento, transformam os aspectos positivos da atividade num festival de paradoxos e contradições – e o que é pior, não verbalizados, não elaborados, sobrando pressentimentos, respostas esperando as perguntas pousarem: “*Sou eu mesmo o chefe, mas quem será o empregado?*”; “*Se sou eu quem faço meu horário, por que tenho que ir embora tão tarde?*”; “*É ótimo eu*

como local privilegiado para o preconceito que, entre nós, como têm observado muitos pesquisadores, tem um forte componente estético (ou moral) e nunca legal” (obra citada, p. 155).

poder chegar aqui e montar minha banca, mas é péssimo 'qualquer sujeito estranho' chegar aqui e ir montando sua banca". "Pois bem, sou proprietário - e é por isso mesmo 'que não saio nunca disso' e não tenho a quem pedir aumento!"; "É bom porque eu só faço o que eu quero... é ruim porque eu falo pro pessoal não fazer bagunça, e eles não ouvem, fazem o que querem!"; "É bom porque eu ando prá lá e prá cá, sem limites, mas é ruim porque é tudo muito direto com as pessoas, você não sabe quem tá na tua frente"; "Sou 'livre e tive a feliz idéia' de comprar meu carrinho de cachorro-quente... mas por que tem tanta gente 'livre e com a mesma idéia' – infeliz - de vender cachorro-quente, e tão perto assim?"

Desta maneira, ao se buscar a assunção de um posicionamento mais claro em relação à ocupação desempenhada, através da indicação das *vantagens*, observa-se que são elas todas relativizadas, caracterizadas pela comparação com parâmetros e situações que fora, são ou seriam ainda piores, como a de *desempregado*: *"melhor ganhar pouco do que nada"*; também em função da *baixa qualidade de emprego encontrável ou oferecido pelo setor formal associado ao nível de cobranças ou exigências feitas*: *"pelo que o pessoal ganha por aí, aqui até que é bom"*; *"na rua você pode ficar na sua (...) ninguém fica pegando no seu pé, chamando sua atenção"*.

Para outros, que talvez tivessem a *oportunidade de estabelecer ou manter um negócio próprio*, tendo um pequeno capital, porém, preferem vir para a rua, pois: *"é melhor que micro-empresário, pelo menos não tem tanta dor de cabeça"*.

Ou ainda pessoas cuja *condição econômico-social, associada à falta de suporte assistencial* – desempregados, aposentados ou viúvos – acabam vindo para a rua, onde, além de encontrar uma fonte possível de sobrevivência, obtém uma espécie de apoio psicológico comunitário-grupal: *"para arejar a cabeça"*, *"prá não acabar ficando louco, em casa (...) vê que tem outros em situação igual, muitos pior... só prá isso, mesmo"*.

Por fim, observa-se em muitos deles uma postura marcada pelo *desalento*, uma vez que, nestes casos, pessimismo e realismo parecem ser sinônimos: *"não tem vantagem, não. Nenhuma"*; ou: *"se falar que tem alguma*

coisa boa só é prá não provocar Deus, prá não piorar mais ainda as coisas... mas não tem nada bom, não”.

Igualmente, ao referirem-se às *desvantagens* da atividade na rua, confirma-se os problemas centrais e as contradições já observadas: *a precariedade traduzida por fatores tais como: irregularidade financeira, desorganização do espaço; indefinição quanto à regulamentação e remoção das ruas; exposição às intempéries climático-ambientais; vulnerabilidade legal, assistencial e física, dado o risco de violência e as tensões emocionais associadas às condições e situação de trabalho.* Retomando-se o discurso comparativo com outros momentos de sua caminhada profissional, alguns afirmam *não ver nenhuma desvantagem específica* no trabalho de rua: *“trabalho é trabalho, né, o importante é isso”*; ou *“trabalho é tudo igual (...) se fosse bom não chamava trabalho”*.

Analisando-se o discurso e representações deste grupo, observa-se que as necessidades e as preocupações estão relacionadas basicamente à luta pela sobrevivência, marcada pela incerteza e desproteção de todo tipo.

Suas *expectativas de vida*, por exemplo, são marcadas justamente pela ausência, pelo desejo de, quando muito, manter-se o quadro atual, dito, muitas vezes, como uma ousadia, um atrevimento diante da situação vivida. Para a maior parte deles, as expectativas são transferidas para o futuro, centradas nos filhos – carreira e formação escolar – e quase nunca em si mesmos; para a grande maioria, homens, o temor de *“faltar prá família”* é ressaltado de modo bastante recorrente, indicando-se o papel tradicionalmente desempenhado como provedor, associado, mais uma vez, à insegurança e à impossibilidade de antever o futuro próximo.

Alguns poucos, que experimentaram melhores condições econômico-sociais, expressam a vontade de ascender, de crescer profissionalmente, seja no ramo ou setor que se viu obrigado a abandonar ou não, retomando a saga de suas famílias, de imigrantes. Já os migrantes que conseguiram melhorar o padrão escolar, associado à faixas de idade menores e à não constituição de família, aparece mais claramente o contraste entre o novo e o

velho, a condição atual, e a família que ficou e o peso do casamento e da família para a mulher.

A falta de lazer é um dado praticamente unânime, indicando-se a extensão do trabalho ambulante durante os fins de semana, comprando-se e vendendo-se mercadorias em outros locais e a continuidade de atividades informais, com a prestação de serviços e bicos de outros tipos.

Ao analisar o papel desempenhado pelo Estado brasileiro em relação à estrutura de emprego nos últimos anos, SIQUEIRA NETO, 1996, vaticina que: *“prováveis mudanças no marco regulatório deverão possibilitar uma adequação da lei às ‘virtudes’ de um mercado de trabalho pouco vigiado pela esfera pública, no sentido de referendar práticas de contratação que ampliam a precariedade da condição ocupacional no segmento organizado. Muito provavelmente essas medidas, em nome de um suposto realismo, deverão reforçar o processo de informalidade, ao facilitar a acomodação das empresas às novas condições econômicas, ampliando-se, desse modo, o movimento de destruição da base de trabalho assalariado. Em vez de instrumentos de combate à informalidade, as mudanças do marco legal e institucional deverão se constituir em alavancas deste processo (em DEDECCA e BALTAR, 1997:82).*

Ao contrário, segundo estes autores: *“A reforma do sistema nacional de relações de trabalho deve ser orientada para se contrapor, em vez de se adaptar, às tendências de crescente informalidade. Entretanto, o sucesso de uma reforma do sistema depende da reformulação mais ampla da economia nacional, visando um processo de desenvolvimento que desdobre a estrutura produtiva local com o fortalecimento do mercado e da renda interna, amparados em uma maior democratização das relações sociais em seus diversos níveis” (idem, ibidem).*

Ao mesmo tempo, em *termos fiscais*, o aumento e redistribuição da base contributiva de arrecadação possibilitaria que não se sobrecarregasse alguns, que sustentam os serviços públicos, enquanto outros deles se utilizam, seguindo-se o exemplo de outros países onde sabidamente o setor informal se constitui num importante esteio político-econômico, como a Itália e a Espanha,

fazendo com que informalidade não seja sinônimo de ilegalidade – pelo menos para os mais pobres.

Do ponto de vista *municipal*, é mais do que evidente o imperativo de fundas mudanças no trato da questão por parte do Legislativo e, principalmente, do Executivo, a fim de encarar o tema de forma ampla e integral, condizente com suas responsabilidades e possibilidades de ação.

Pensando-se na *cidadania* como síntese das conquistas e pleno desenvolvimento de direitos civis, políticos e sociais, e de deveres perante o Estado, observa-se a marginalização destes sujeitos. Desconhecidos pelos Poderes Públicos, e não reconhecidos por ampla gama de instituições sociais – inclusive de trabalhadores – os vendedores ambulantes igualmente refletem a falta de inserção e sentimento de pertencimento, à margem que se encontram de qualquer processo: ao invés de *autônomos*, *soltos*; ao contrário de *informais*, *clandestinos*. E assim por diante. Corrompe-se o princípio da igualdade perante à Lei pelo fato de que há algo um pouco vago em relação à premissa anterior: cadê a Lei? Relembrando que justamente o articulador por definição e gestor principal do uso e funcionamento dos espaços e funções exercidas no âmbito público pelos ambulantes – o Estado – simplesmente se furta às suas funções precípuas – dentre outras tantas, inclusive a partir da suspensão dos termos de permissão de uso⁹⁰.

Quanto à *distribuição e prestação de bens e serviços*, em geral, enquanto o setor privado ganha, o setor público banca a conta, num círculo vicioso e viciado que perpassa, desde a questão da origem das mercadorias comercializadas, importadas ou não, passando pela não criação de novos empregos, pela segurança, e pelo uso e circulação do espaço comum, até questões mais pontuais, como a conservação e limpeza das vias públicas.

⁹⁰ Segundo BOURGEOIS, as leis, atos de vontade coletiva, tem de remediar as injustiças e restabelecer a igualdade. Esta é a função do Estado, que “*não é nada mais do que o fiador de todos os contratos*” (em CHÂTELET et alli, 1985, p. 168). Também nunca é demais relembrar a própria Constituição Federal, que em seu Capítulo II – DOS DIREITOS SOCIAIS, do Art. 6º ao Art. 11, assevera que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Particularmente no caso da *saúde*, vê-se que o setor público, através do Sistema Único de Saúde – SUS absorve totalmente o impacto dos serviços de urgência e emergência e dos procedimentos de alta complexidade da atenção terciária, ao mesmo tempo que a rede de unidades básicas não se orienta e nem alcança a prevenção, a promoção e o atendimento primário e ambulatorial necessários, centrada que está em uma outra lógica, que parece desconhecer as transformações ora em curso, seja em termos de que ou quem se estaria focando, seja em termos de articulação dos níveis de atenção, de referência e contra-referência – e de instâncias de governo, com implicações evidentes quanto ao acesso, entendido de forma mais ampla possível ⁹¹.

Quanto aos *riscos*, levando-se em conta que: “*A principal função da Vigilância num Estado moderno é controlar os riscos resultantes da produção, distribuição e consumo de produtos e serviços*”, é mais do que premente e conhecida a necessidade de criação de mecanismos efetivos capazes de proteger a população em geral em relação às condições em que se desenvolvem as atividades dos ambulantes, incluindo-se os próprios, não somente em termos de “*higiene e saúde*”, mas em relação à procedência e condições da produção, distribuição e comercialização das mercadorias, industrializadas ou manufaturadas, importadas ou não, até em relação à saúde do trabalhador e seus desgastes, físicos e mentais, em uma palavra, assumindo o papel a que se propõe e destina ⁹².

Desta maneira, considerando-se que de *cada 100 novos empregos criados, 85 são informais*, o que se passa a discutir é o *modo* como vem esta base se constituindo e operando, ou seja, o contexto, os resultados e a apropriação de

⁹¹ Em artigo sobre “*a construção da ordem pública no Brasil*”, WANDERLEY, L. E., expõe algumas idéias sobre “*o processo de publicização*”, do qual ressalta alguns elementos centrais referidos ao Estado, que são: “*a universalidade*, possibilidade de acesso aos bens e serviços públicos e a capacidade dos poderes públicos de oferecê-los em condições satisfatórias a todos; a *publicidade*, ou seja, a eliminação do segredo burocrático e transparência na atuação, com informação verdadeira a toda a sociedade a respeito das atividades estatais; e o *controle social*, a ser exercido por todos os setores sociais sobre o Estado e institucionalizado por normas conhecidas e legitimadas; a *democratização da sociedade civil* –base para a *democratização do Estado* (*Rumos da Ordem Pública no Brasil, 1996, p. 96*) .

⁹² VECINA NETO, Gonzalo, em *Jornal Folha de S. Paulo*, 02/12/98, p. 3.

seus frutos, para o que urge a criação de *mecanismos de regulação que busquem a integração, a dignidade e a inserção ao Estado de Direito*, de forma plena, e não de modo acessório, marginal, restrito às rebarbas – e calçadas – da cidadania.

E a condição vulnerável e fragilizada dos vendedores ambulantes, cujas expectativas geralmente são de que, na melhor das hipóteses as coisas não piores, se espraia por todos os âmbitos dos indivíduos, criando, em relação aos gomos mais enfraquecidos do encadeamento social, toda a sorte de inseguranças e incertezas. Sendo assim, nenhum aspecto, inclusive a doença, o sofrimento e a morte, lhes parecem importante o suficiente para merecer suporte assistencial e proteção ou seguridade social adequados, e, o que é pior, muitas vezes explicados e justificados pelas próprias vítimas, legitimando a construção ideológica de que seus problemas e suas vidas, pouco valem, uma vez que pouco capital econômico ou simbólico possuem.

Enquanto isso, para outros, justamente os informais, só que poderosos, os “*emergentes*”, os “*ricos e famosos*”, como se diz, as questões mais comezinhas são transformadas em espetáculos, ocupando capas e manchetes de jornais e revistas, com grande destaque nos noticiários de rádio e televisão – e, o que é pior, dos corações e mentes populares. Assim, assiste-se, literalmente, o aumento do abismo das incríveis desigualdades brasileiras, gerando sempre mais diferenças e um estranhamento cada vez maior entre os vários segmentos sociais, dificultando o reconhecimento dos diversos atores e agentes, individuais ou coletivos, como iguais – e muito menos como semelhantes -, impedindo a obra de construção conjunta de uma Nação, de fato.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

JORNAIS e REVISTAS

Folha da Tarde, 15 de abril de 1996.

_____, 23 de julho de 1996.

_____, 14 de dezembro de 1996.

_____, 05 de novembro de 1997.

_____, 06 de novembro de 1997.

_____, 07 de novembro de 1997.

_____, 08 de novembro de 1997.

_____, 11 de novembro de 1997.

_____, 17 de novembro de 1997.

_____, 17 de fevereiro de 1998.

Folha de S. Paulo, 27 de outubro de 1993.

_____, 26 de maio de 1995, Especial "*Habitat*".

_____, 22 de outubro de 1995.

_____, 26 de novembro de 1995, Especial "*Raio X de São Paulo*"

_____, 07 de março de 1996.

_____, 11 de agosto de 1996.

_____, 12 de novembro de 1997.

_____, 07 de maio de 1998.

_____, 13 de maio de 1998.

_____, 16 de maio de 1998.

_____, 31 de maio de 1998.

_____, 14 de junho de 1998.

_____, 24 de julho de 1998.

_____, 30 de julho de 1998.

_____, 01 de agosto de 1998.

_____, 25 de setembro de 1998.

Estado de São Paulo, 05 de maio de 1998.

_____, 06 de maio de 1998.

_____, 14 de maio de 1998.

_____, 04 de agosto de 1998.

_____, 26 de setembro de 1998.

Jornal da Tarde, 17 de janeiro de 1996.

Diário Popular, 13 de dezembro de 1996.

_____, 25 de fevereiro de 1998.

Shopping News, 26 de março de 1995.

O São Paulo, 19 de julho de 1995.

Revista Veja, 03 de setembro de 1997.

_____, 17 de junho de 1998.

DOCUMENTOS, DECRETOS e LEIS

DECRETO Nº 27619, de 04 de janeiro de 1989

DECRETO Nº 27660, de 22 de fevereiro de 1989

DECRETO Nº 33398, de 14 de julho de 1993

DECRETO Nº 33924, de 12 de janeiro de 1994

LEI Nº 11039, de 23 de agosto de 1991

LEI Nº 11124, de 26 de novembro de 1991

CONSTITUIÇÃO – REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Capítulo II – DOS DIREITOS SOCIAIS, Brasília, Distrito Federal, 1988.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMBULANTES - Relatório Final. Câmara Municipal de São Paulo, outubro de 1995.

PROJETO AMBULANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO – Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria das Administrações Regionais, setembro de 1998.

BIBLIOGRAFIA

- Adorno S. A Socialização incompleta: os jovens delinqüentes expulsos da Escola. Em: Sociedade Civil e Educação (Coletânea da 6ª Conferência Brasileira de Educação, SP, 1991). Campinas; Editora Papirus, 1992.
- Adorno T, Horkheimer M., organizador. *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo; Editora Cultrix, 1973.
- Akerman M. Metodologia de construção de indicadores compostos: um exercício exercício de negociação intersetorial. Em: Seminário Latino Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, Memorial da América Latina. São Paulo; SP, 1995.
- Alberto Torres. A organização nacional, Coleção Brasileira, Nº 17. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1978.
- Albuquerque OC. e Guimarães NL. Emprego organizado e regiões nos anos 90: quem perdeu mais ?. Em: Revista Estudos Econômicos, do Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo; vol.27 – número especial – 1997, p. 37-64.
- Aranha MM. e Martins MA. Filosofando. São Paulo; Editora Moderna, 1990.
- Arinos de Mello Franco A. Introdução à realidade brasileira. Rio de Janeiro; Editora Schmidt, 1933.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Relatório sobre reforma social e pobreza. Washington, D.C; 1993.
- Banco Mundial. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, D.C.; 1993
- Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1988.
- Bastide R., coordenador. Usos e sentidos do termo estrutura. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- Bertolli Filho C. Os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo: aspectos históricos. São Paulo: s. ed. "Grupo de Discussão do Trabalho Ambulante no Município de São Paulo", 1989, texto mimeografado.
- Bleger J. Temas de Psicologia. Porto Alegre; Artes Médicas, 1982.
- Borrell C. Metodos en el estudios de las desigualdades sociales en salud.

Em: Seminário Latino Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, Memorial da América Latina, São Paulo; SP, 1995.

Bourdieu P. "A Opinião Pública Não Existe", em Thiollent M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo; Editora Polis, 1981.

Breilh J. La pobreza urbana y la salud: una mirada desde la Epidemiología Crítica. Em: "Anais do 1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Campinas; SP, 1990". RJ, ABRASCO, 1991, p. 281 a 301.

Buarque de Hollanda A. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 1986.

Buarque de Hollanda S. Raízes do Brasil. 6ª edição. Rio de Janeiro; Livraria José Olímpio Editora, 1971.

Capote Mir E. Grupo de trabajo en sistemas locales de salud: Organización en las Ciudades, Coordinador, Desarrollo de Servicios de Salud, Organización Panamericana de la Salud – OPS. Washington, D.C.; 1992.

Cardoso R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. Em: Cardoso R. et alii, A aventura antropológica – teoria e pesquisa. São Paulo; Editora Paz e Terra, 1988, p. 95 a 106.

Castellanos P. et alii. Análise de Situação de Saúde. Em Condições de Saúde da América. Organização Pan-Americana da Saúde, Washington, D.C.; 1994, v. 1.

_____. Análise de la Situación de Salud y las inequidades en en Salud. Organización Panamericana de la Salud, Washington, D.C.; 1992, (texto mimeo).

Cervo A., e Bervian P. Metodologia científica. 4ª edição. São Paulo; Editora Makron Books, 1996.

Châtelet F., História das idéias políticas. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1985.

Chauí M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. Em: Dagnino E., organizadora, Anos 90 – Política e sociedade no Brasil. São Paulo; Brasiliense, 1994.

_____. Cultura e democracia. São Paulo; Editora Brasiliense, 1988.

_____. O que é ideologia. São Paulo; Editora Brasiliense, 1985.

Comissão Econômica para A América Latina e Caribe - CEPAL, Panorama Social

de América Latina, CEPAL, 1994, OPS/OMS. Washington, D.C.; Programa Políticas de Saúde, Série Documentos Reproducidos, número 41, 1994.

Crespo A. Estatística. 8ª edição. São Paulo; Editora Saraiva, 1991.

Cunha JMP da e Baeninger R., Processo de metropolização e migração. Em “São Paulo em Perspectiva”. São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol.8, Nº 4, dezembro de 1994, p.109 a 116.

_____, Migração, dinâmica regional e projeções Populacionais. Em “São Paulo em Perspectiva”. São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol. 10, Nº 2, junho de 1996, p.102 a 109.

Dagnino E., Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. Em: Dagnino E., organizadora, Anos 90 – Política e sociedade no Brasil. São Paulo; Editora Brasiliense, 1994.

Da Matta R. “Você sabe com quem está falando? - um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil”. Em: Carnavais, malandros e heróis. 3ª edição. Rio de Janeiro; Editora Zahar, 1981.

Dedecca CS, e Baltar PE., “Mercado de trabalho e informalidade nos Anos 90”. Em: Revista Estudos Econômicos, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo; vol.27 – número especial – 1997, p. 65-84.

Dejours C. A Loucura do trabalho. São Paulo; Editora Cortez/Oboré, 1987.

Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT. Morte lenta no trabalho. São Paulo; Oboré, 1989.

Diaz AR., Ortiz R. e Torres C. Procesos economicos, sociales y politicos y su impacto sobre la salud de las Américas, OPS/OMS. Washington, D.C.; Programa de Políticas de Saúde, 1993.

Drummond de Andrade C. Obra Completa. 5ª edição. Rio de Janeiro; Nova Aguilar, 1979.

Durhan E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. Em: Cardoso R. et alli, A aventura antropológica - teoria e pesquisa. São Paulo; Paz e Terra, 1988, p. 17 a 38.

Eco U. Uma Combinatória Narrativa. Em: Análise estrutural da narrativa. Petrópolis; Editora Vozes, 1976.

Etzioni A. Organizações complexas. São Paulo; Editora Atlas, 1967.

- Fairchild HP. Dicionario de Sociologia. 4ª edição. Ciudad de México; Fondo de Cultura Económica, 1971.
- Fleury M. e Fischer R. Cultura e poder nas organizações. São Paulo; Atlas, 1989.
- Gaglio M. Neurosis y los sectores medios. Em: Basaglia F. Y otros, La Salud de los Trabajadores. México: Editorial Nueva Imagen. Em: DIESAT, Morte lenta no trabalho. São Paulo; Oboré, 1989.
- Garcia-Huidobro G. "Información Estadística sobre Salud, Desarrollo y equidad en Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, México, Jamaica, Trinidad & Tobago, Uruguay y Venezuela", OPS. Washington, D.C.; (mimeo), 1993.
- Goode W. e Hatt P. Métodos em pesquisa social. 7ª edição. São Paulo; Editora Nacional, 1979.
- Gurvitch G. As estruturas em Sociologia . Em: Bastide R., coordenador. Usos e sentidos do termo estrutura. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p.109 a 124.
- Heimann L., et alii. O município e a saúde. São Paulo; Editora HUCITEC, 1992.
- Hermann F. O que é Psicanálise. São Paulo; Editora Brasiliense, 1983.
- Ibanhes LC., "Saúde Mental e Trabalho", em Cadernos de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, número 1, 1988, p. 99/116.
- _____, O discurso político-ideológico e o projeto racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho –IDORT – na década de 30. 1992. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal de São Carlos –UFSCar.
- Ianni O. A Sociedade Global. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1992.
- _____. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- Kayano J. Saúde segundo condições de vida. Em: Souto AS. Como reconhecer um bom governo - o papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. São Paulo; Instituto Polis, 1994.
- _____. Perfil de condições de vida e Saúde: análise comparativa das Regiões de Governo de São Paulo; SP, Núcleo de Investigação em Sistemas de Saúde, Instituto de Saúde - SES-SP, (texto mimeo), 1995.
- Lakatos EM. Sociologia Geral. São Paulo; Editora Atlas, 1990.
- Lane, STM. Usos e abusos do conceito de representação social. Em: Spink,

MJ., organizadora, O conhecimento no cotidiano. São Paulo; Brasiliense, 1993, p. 58 a 72.

Lefèvre F. Representação coletiva: algumas notas metodológicas. Em Spinola AW., Castro Sá EN. et alii, Pesquisa social em Saúde. São Paulo; HUCITEC, 1992.

_____ e Lefèvre, AMC., O discurso do sujeito coletivo – uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Faculdade de Saúde Pública – USP, 1999, (texto mimeo).

_____. O medicamento como mercadoria simbólica. São Paulo; Cortez Editora, 1991.

Léfèbvre H. A revolução urbana. Lisboa; Editora Escorpião, 1975.

Limena MMC. A crise das cidades contemporâneas. Em “São Paulo em Perspectiva”. São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol. 10, Nº 4, dezembro de 1996, p. 120 a 127.

Mattoso J. A desordem no trabalho. São Paulo; Scritta, 1995.

Maxine M. Little Brazil – imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas; Editora Papirus, 1993.

Medici AC. Aspectos sócio-econômicos da morbidade no Brasil – uma contribuição aos estudos sobre população e saúde. Em: Anais do 1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Campinas; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1990.

Mello SL. Trabalho e sobrevivência. São Paulo; Editora Ática, 1987.

Merton R. Estrutura burocrática e personalidade. Em: Etzioni A. Organizações complexas. São Paulo; Editora Atlas, 1967, p.57 a 69

Mezzara E. s.n.t. Em: Diaz AR., Ortiz R. e Torres, C. Procesos economicos, sociales y politicos y su impacto sobre la salud de las Américas. Programa de Políticas de Salud, División de Salud y Desarrollo, OPS. Washington, D.C.; (mimeo) 1993.

Michelat G., “Sobre a Utilização da Entrevista Não Diretiva em Sociologia”. Em: Thiollent M., Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo; Editora Polis, 1981, p. 191 a 211.

Motta FCP. Teoria geral da Administração. São Paulo; Livraria Pioneira Editora, 1977.

_____. Organização & poder. São Paulo; Editora Atlas, 1986.

- Offe C. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas no trabalho e na política. São Paulo; Editora Brasiliense, 1989.
- Oliveira JC e Fernandes F., Metodologia e Considerações acerca da projeção da População do Brasil: 1980-2020. Em "São Paulo em Perspectiva". São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol. 10, Nº 2, junho de 1996, p.116 a 124.
- Oliveria Vianna. O idealismo na Constituição. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1971.
- Organización Panamericana de Salud –OPS , 1994, Condiciones de salud en las Americas, Volume I. Washington, D.C.; 1994.
-
- _____ e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, Panorama Social da América Latina, OPAS/OMS, Programa de Políticas de Saúde, série Documentos Reproduzidos. Washington, D.C., Organização Pan Americana de Saúde - OPAS e CEPAL, 1994.
- Pádua E.O trabalho monográfico como pesquisa científica. Em: Carvalho MCC,. Organizadora, Construindo o saber. Campinas; Papirus, 1994.
- Paim J. Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: algumas notas para reflexão e ação. Em: Seminário Latino Americano sobre Condições de Vida e Situação de Saúde, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO, Memorial da América Latina. São Paulo; 1995.
- Paiva V., Potengy G., e Cchinelli F. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho – a Sociologia do Trabalho para além da indústria. Em: NOVOS ESTUDOS – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento CEBRAP, São Paulo; Nº 48, julho de 1997, p. 121 a 142.
- Parsons T. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização. Em: Etzioni A. Organizações complexas. São Paulo; Atlas, 1967, p.43 a 57
- Patarra NL., Projeções demográficas –velhos desafios, novas necessidades. Em "São Paulo em Perspectiva". São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol. 10, Nº 2, junho de 1996, p. 12 a 17.
-
- _____, Mudanças na dinâmica demográfica. Em: Velhos e novos males da saúde no Brasil. Monteiro CA., organizador, São Paulo; Editora HUCITEC/ NUPENS/USP, 1995, p. 61 a 78.
- Pereira de SÁ C. Representações sociais: o conceito e o estado atual da Teoria. Em: Spink MJ., organizadora, O conhecimento no cotidiano. São Paulo;

Brasiliense, 1993.

Perrow C. Análise organizacional: um enfoque sociológico. São Paulo; Editora Atlas, 1972.

Pichon-Rivière E. O Processo grupal. São Paulo; Martins Fontes, 1988.

Pina Ribeiro H. A Violência do Trabalho no Capitalismo: o Caso das Lesões Esforço Repetitivo em Trabalhadores Bancários. 1997. Tese (Doutorado) (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

Pitta A. Hospital – dor e morte como ofício. São Paulo; HUCITEC, 1990.

Programa Regional de Emprego da América Latina e Caribe – Cuadros sobre la Evolución de la PEA de América Latina, Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Santiago; junio de 1993, texto mimeografado.

Rosseti L. “Resenha histórica”. Em jornal o Ambulante, órgão informativo da Sociedade dos Informais e Ambulantes – SIA, 15 de junho de 1996, p. 4/5.

Roux G. Ciudad y violencia en América Latina, 1993, División de Promoción y Protección a la Salud, Organización Panamericana de la Salud – OPS. Washington, D.C.; 1993 (mimeo).

Santana, ontem, hoje e amanhã. Em: jornal Tribuna Paulista, SP; SP, Ano 40, 2142, de 07 de agosto de 1998.

Sato L. A representação social do trabalho penoso. Em: Spink MJ. O conhecimento no cotidiano. São Paulo; Brasiliense, 1995, p. 188 a 211.

Seligman M. Desamparo. São Paulo; HUCITEC/EDUSP, 1977.

Seligmann-Silva E. Crise econômica, trabalho e saúde mental. Em: Angerami-Camon V., organizador, Crise, trabalho e saúde mental no Brasil. São Paulo; Traço Editora, 1986, p.54 a 132.

_____. Desgaste mental no trabalho dominado. São Paulo/Rio de Janeiro; Cortez Editora/UFRJ Editora, 1994.

Selznick P. Fundamentos da teoria de organização. Em: Etzioni A. Organizações complexas. São Paulo; Atlas, 1967, p. 30 a 43.

Sills D. A Modificação de objetivos. Em: Etzioni A. Organizações complexas. São Paulo; Editora Atlas, 1967, p. 148 a 160

Souza H., texto final, Brasil, campeão da desigualdade. Revista da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – ADUSP, Nº 06, Maio/1996.

- Spink MJ., organizadora, O conhecimento no cotidiano – as representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo; Editora Brasiliense, 1993.
- Sposati A., coordenadora, Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC – SP; 1994, s. ed.
- Steiner-Geringer M. O tarô - e o autoconhecimento. São Paulo; Editora Pensamento, 1985.
- Telles V da S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. Em Dagnino E., organizadora. Anos 90 – política e sociedade no Brasil. São Paulo; Brasiliense, 1994.
- Thiollent M. Opinião pública e debates políticos – subsídios metodológicos. São Paulo; Polis, 1986.
- _____, Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo; Editora Polis, 1981.
- _____. Problemas de metodologia. Em: Fleury A. e Nilton V., organizador, Organização do trabalho. São Paulo; Atlas, 1983, p. 54 a 83.
- Toffler A. A terceira onda. São Paulo; Editora Record, 1980.
- Torres MCT. O bairro de Santana – história dos bairros de São Paulo. São Paulo; Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação e Cultura, 1970.
- Tragtemberg M. A Teoria Geral da Administração é uma Ideologia ? Revista de Administração de Empresas. São Paulo; Fundação Getúlio Vargas, Vol. 11, Nº 4, 1971.
- _____. Burocracia e ideologia. São Paulo; Editora Ática, 1985.
- Triviños A. Introdução à pesquisa social. São Paulo; Editora Atlas, 1987.
- Vecina Neto G. A vigilância sanitária e a esfinge. Em Jornal Folha de S. Paulo, 02 de dezembro de 1998, caderno 1, p.3, tendências/debates.
- Wanderley LE. Rumos da ordem pública no Brasil – a construção do público. Em “São Paulo em Perspectiva”. São Paulo; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Vol. 10, Nº 4, dezembro de 1996, p. 96 a .106
- Weber M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4ª edição. São Paulo; Editora Pioneira, 1978.

_____. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo; Moraes, 1987.

Weissi R. e Jacobson E. Um método de análise da estrutura de organizações complexas. Em: ETZIONI, Amitai. Organizações complexas. São Paulo; Atlas, 1967, p. 437 a 447.

Wisner A. Por dentro do trabalho. São Paulo; FTD/Oboré, 1987.

World Bank. Latin America and the Caribbean: a decade after the debt crisis. Washington, D.C.; 1993a.

Zaluar A. A Máquina e a revolta. São Paulo; Editora Brasiliense, 1985

_____, Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. Em: Cardoso R. et alii, A aventura antropológica – teoria e pesquisa. São Paulo; Paz e Terra, 1988, p.107 a 126 .

ANEXO 1

REGISTRO DE OBSERVAÇÕES

1) _____	Localização:
2) Tipo de Comércio: ☐ Artigos de Couro ☐ Alimentos Industriais ☐ Eletrônicos ☐ Alimentos Manuais ☐ Utensílios Domésticos ☐ Ferramentas ☐ Roupas ☐ Outros _____	
3) Caráter do Ponto (Frequência): ☐ Regular ☐ Eventual	
4) Tipo de Equipamento: ☐ Fixo ☐ Desmontável ☐ Automóvel	
5) Caracterização (Dimensões e Material): ☐ Até 1 m ² ☐ De 1 a 3 m ² ☐ Mais de 3 m ²	
Observações	Gerais:

DADOS GERAIS

6) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino		
7) Idade:		
☐ Até 17 Anos	☐ 18 a 24 Anos	☐ 25 a 30 Anos
☐ 31 a 40 Anos	☐ 41 a 50 Anos	☐ 51 Anos ou Mais
8) Tempo que trabalha como vendedor ambulante:		
☐ Até 6 Meses	☐ 7 a 12 Meses	☐ 1 a 2 Anos ☐ 3 ou Mais Anos
9) Ocupação anterior a de ambulante:		

10) Motivo(s) : ☐ Desemprego ☐ Melhor Perspectiva ☐ Oportunidade		
☐ Melhor Rendimento ☐ _____		
Outro: _____		
11) Carteira registrada últimos doze meses: ☐ Sim ☐ Não		
12) Seu trabalho é: ☐ Próprio ☐ Sociedade ☐ Empregado		
13) Carga horária de trabalho (em horas/dia):		

() Até 6 () De 7 a 9 () De 10 a 11 () 12 ou Mais

14) Dias por semana de trabalho (em média):

() Até 5 dias () 6 dias () 7 dias

ANEXO 2

FORMULÁRIO

CONDIÇÕES DE VIDA

15) Mora em casa: () Própria () Alugada () Outros

16) Material: () Alvenaria () Madeira () Mista () Outros

17) Tipo de habitação:

() Familiar (Individual) () Coletiva (indivíduos) () Coletiva (famílias)

18) Número de pessoas: () 1 () 2 a 4 () 5 a 8 () 9 ou Mais

19) Número de cômodos: () Até 3 () De 4 a 5 () 6 ou Mais

20) O Local possui: () Água Encanada () Iluminação () Esgoto
() Energia Elétrica () Coleta de Lixo () Asfalto

21) Série/ano escolar máximo que estudou:

~~22) Série/ano escolar máximo que o chefe da família estudou:~~

23) Número de pessoas que trabalham fora na família:

~~24) Renda média mensal como ambulante (em salário mínimo):~~

~~() Até 1 () 2 a 5 () 6 a 9 () 10 a 20 () Mais de 20~~

25) Outra fonte de renda: () Sim () Não

26) Renda familiar média mensal (em salário mínimo):

~~() Até 1 () 2 a 5 () 6 a 9 () 10 a 20 () Mais de 20~~

27) Conduções para o trabalho: () 0 () 1 () 2 () 3 ou Mais

28) Participação: ☐ Classe ☐ Esportiva ☐ Religiosa
 ☐ Político-Partidária ☐ Comunitária ☐ Outra: _____

29) Lazer (Tipo e
 Frequência): _____

ANEXO 3

FORMULÁRIO

PROBLEMAS DE SAÚDE REFERIDOS

30) Você teve algum problema de saúde nos últimos tempos ? (em meses):
☐ Não ☐ Atualmente ☐ 1 a 6 ☐ 7 a 12 ☐ Mais de 12

31) Última vez: _____

32) Motivo:

☐ Urgência ou Emergência ☐ Doença ☐ Acidente ou Lesão
☐ Controle ou Prevenção ☐ Outro: _____

33) Você utilizou algum serviço de saúde ?

☐ Não, pelo motivo: _____ ☐ Sim, do tipo:
 a) ☐ Distância/Dificuldade de Transporte Pública f) ☐ Unidade Básica
 b) ☐ Horário Incompatível g) ☐ Hospital Público
 c) ☐ Demora no Atendimento h) ☐ Hospital Privado
 d) ☐ Não Houve Necessidade i) ☐ Clínica/Consultório Privado
 e) ☐ Outros: _____ j) ☐ Outros: _____

34) Você usa algum remédio regularmente ?

☐ Não ☐ _____

Sim: _____

ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- UTILIZE O SEGUINTE CRITÉRIO PARA AS PERGUNTAS 35 a 38:

DÊ NOTAS DE 01 (PÉSSIMO) a 10 (ÓTIMO):

35) Como você identifica estes aspectos do ambiente (físicos e químicos):

- a) () Poluição b) () Temperatura c) () Ruído

36) Como você identifica os aspectos gerais do ambiente de trabalho:

- a) () Espaço de Locomoção b) () Número de Pessoas
c) () Postura de Trabalho d) () Condições Fisiológicas

37) Como você identifica os aspectos gerais da organização do trabalho:

- a) () Horário de Trabalho b) () Duração da Jornada
c) () Ritmo de Trabalho d) () Controle do Processo

38) Como você identifica estes aspectos gerais das relações no trabalho (saúde mental):

- a) () Conflitos Interpessoais b) () Tensões c) () Esgotamento
d) () Riscos

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Descreva o modo como você começou a trabalhar aqui:

2) Descreva detalhadamente o seu trabalho (fluxos, rotinas e contatos):

3) Descreva o relacionamento entre vocês (organização, comunicação, etc):

4) Descreva seu histórico e situação de saúde (dores, problemas e remédios):

5) Comente sobre o ambiente de trabalho (físico, postura e espaço):

6) Descreva a organização do trabalho (ritmo, controle e riscos):

7) Indique as principais desvantagens de se trabalhar aqui :

- a) _____
b) _____

c) _____

8) Indique as principais vantagens de se trabalhar aqui:

a) _____

b) _____

c) _____

9) Cite outras atividades, além de trabalhar aqui (participação, lazer, etc):

10) Discorra sobre suas expectativas de vida (desejos, anseios, temores, etc) :

UMA PARTE:

O CAMELÔ NO MUNDO

OUTRA PARTE:

O MUNDO DO CAMELÔ

ANEXOS